

Maria Emília Martins da Silva

**GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ORLA MARÍTIMA EM DESTINOS
TURÍSTICOS COSTEIROS: A PERCEÇÃO DOS ATORES
SOCIAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento.

Orientador: Prof. Eduardo Juan Soriano-Sierra, Dr.

Coorientador: Prof. Carlos Augusto M. Remor, Dr.

Florianópolis (SC)
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Maria Emília Martins da

Gestão sustentável da orla marítima em destinos
turísticos costeiros : a percepção dos atores sociais /
Maria Emília Martins da Silva ; orientador, Eduardo Juan
Soriano-Sierra ; co-orientador, Carlos Augusto M. Remor. -
Florianópolis, SC, 2013.

335 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em
Engenharia e Gestão do Conhecimento.

Inclui referências

1. Engenharia e Gestão do Conhecimento. 2. Gestão do
Conhecimento. 3. Gestão da Sustentabilidade. 4. Destino
Turístico. 5. Orla Marítima. I. Soriano-Sierra, Eduardo
Juan. II. Remor, Carlos Augusto M.. III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Engenharia e Gestão do Conhecimento. IV. Título.

Maria Emília Martins da Silva

**GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ORLA MARÍTIMA EM DESTINOS
TURÍSTICOS COSTEIROS: A PERCEPÇÃO DOS ATORES
SOCIAIS**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de “Mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2013.

Prof. Gregório Varvakis, Dr.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do
Conhecimento

Banca Examinadora

Prof. Eduardo Juan Soriano-Sierra, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Carlos Augusto M. Remor, Dr.
Coorientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Neres de Lourdes Bitencourt, Dra.
Avaliador Externo
Universidade do Estado de Santa Catarina

Profa. Marinez Scherer, Dra.
Avaliador Externo
Departamento de Geociências - UFSC

Profa. Paula Cals Brügger Neves, Dra.
Avaliador
Departamento de Engenharia e Gestão do Conhecimento - UFSC

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, **José Carlos e Dionéia**,
pela minha formação, educação e valores de vida
ensinados. Pela presença diária em minha vida,
que me fortaleceu na conquista deste sonho.

A Deus,
Por se fazer presença fiel na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Reconheço a grandiosa mão de Deus ao me guiar nesta caminhada, nos momentos difíceis pelo qual passamos quando escolhemos um caminho, nos picos e vales em que temos que enfrentar diariamente nesta vida terrena. Agradeço a Deus por me conceder paciência, perseverança, sabedoria e determinação nesta etapa tão importante de minha vida.

Em especial agradeço aos meus pais José Carlos M. da Silva e Dionéia Perassi M. da Silva, pelos cuidados e todo o apoio durante este período, sem os quais não conseguiria forças para chegar ao fim. Mais do tudo agradeço à minha querida mãe, exemplo de superação e benevolência, que a cada dia me orienta, me anima e me concede luz e energia, com suas doces palavras e atitudes, não deixando que as intempéries da vida me desanimem.

Ao meu querido Fernando José Garbuio, pelo exemplo de companheirismo que tem se mostrado diariamente, estando ao meu lado desde o início deste processo, injetando força e alegria em minha vida.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, pelo período de aprendizado, pelos ensinamentos, pela convivência e acima de tudo, por serem as chaves para a mudança da nossa “visão de mundo”.

Em especial, meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Prof. Eduardo Juan Soriano Sierra, pelo mestre que se mostrou em nossos encontros, pela sua simplicidade e conhecimento, pelas orientações e ensinamentos na condução do trabalho de Dissertação e, acima de tudo, por acreditar que o fruto desse aprendizado poderia dar certo. Ao meu Coorientador, Prof. Carlos Augusto M. Remor, pela amizade e por sempre mostrar-se disponível às minhas incansáveis dúvidas em Metodologia de Pesquisa.

Á amiga Neli Cristina Lenzi, pela sua fundamental contribuição com os dados da pesquisa sobre o Município de Itapema/Santa Catarina.

Aos amigos que se fizeram presentes nesta caminhada, no apoio e companheirismo Rosângela Borges Pimenta, Amanda Machado Zwirtes, Helen Günther, Rosemary de Fátima Domingos, Isadora Sampaio, Luciano Antonio Costa, Patrick de Sousa Girelli.

*“Não podemos controlar sempre os acontecimentos
externos, mas podemos controlar nossos picos e vales
pessoais com o que acreditamos e com o que
fazemos”*

Spencer Johnson.

RESUMO

SILVA, Maria Emília Martins da. **Gestão sustentável da orla marítima em destinos turísticos costeiros: a percepção dos atores sociais**. 2013. 335 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – Brasil.

A gestão da sustentabilidade tem sido o foco para decisões gerenciais em praticamente todas as organizações, na busca proeminente de controlar os inúmeros impactos gerados ao meio ambiente pelas atividades antrópicas. Esta preocupação torna-se ainda mais relevante para os espaços em que a atividade socioeconômica depende de um meio minimamente preservado e equilibrado. A necessidade em preservar a zona costeira brasileira constitui uma responsabilidade iminente sobre os recursos naturais deste espaço, incluindo a orla marítima, as praias e a vegetação de restinga. No estado de Santa Catarina, a orla exerce forte influência sobre os fluxos turísticos, favorecendo positivamente o segmento do turismo de sol e praia, com usufruto do mar, da contemplação da paisagem e outros recursos adjacentes. Neste contexto, o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria do Patrimônio da União criaram o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla), constituindo um dos instrumentos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, com vistas a promover o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União e, implementar um gerenciamento sustentável na costa de forma descentralizada. Diante do exposto, esta Dissertação analisa a processo de implementação do Projeto Orla e implantação do Parque Linear Calçadão (*PLC*) no município de Itapema (litoral norte do Estado de Santa Catarina), sob a ótica dos atores sociais envolvidos no processo. O objetivo é analisar como a percepção ambiental e o conhecimento dos atores sociais pode influenciar a tomada de decisão gerencial, com vistas à gestão sustentável da orla, a partir da implementação do Projeto Orla num município costeiro. A metodologia adotada para a investigação está pautada no paradigma interpretativista. No tocante aos métodos, estabeleceu-se o estudo de caso para o município de Itapema/SC, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas, a observação simples e a coleta de dados visuais do campo de estudo. A técnica da entrevista foi aplicada com 28 atores sociais, sendo 12 com os moradores do bairro Meia Praia, 9 com os visitantes, 4 com as instituições governamentais e 3 com as instituições não-governamentais. A análise e interpretação dos dados qualitativos foram baseadas no método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que assegura a essência do pensamento e

conhecimento cognitivo, por meio do discurso, mediados pela linguagem. Além desses, a revisão narrativa de literatura permeou todo o desenvolver do trabalho. Os resultados mostraram que a implantação do *PLC* contribuiu para a sustentabilidade da orla local, assim como gerou impactos positivos e negativos sob as dimensões sociocultural, espacial, estética, econômica e ambiental, tanto para a orla como para o município. Além disso, percebeu-se a relevância do conhecimento de uma coletividade que vivencia as transformações advindas de uma intervenção no meio natural, culminando na geração de novos conhecimentos, por meio de propostas de ações e projetos para o local. Considera-se, por fim, que o Projeto Orla e o Parque Linear calçadão contribuíram para a gestão sustentável da orla marítima, favorecendo o conforto ambiental, a qualidade paisagística do espaço costeiro, a preservação do meio ambiente e o bem estar da população local e seus visitantes.

Palavras-chave: Gestão do Conhecimento. Sustentabilidade. Zona Costeira. Destino Turístico.

ABSTRACT

SUSTAINABLE MANAGEMENT OF THE SEAFRONT: THE PERCEPTION OF SOCIAL ACTORS

Sustainability management has been the focus for management decisions in almost all organizations, trying to control the impacts on the environment made by human activities. This concern is even more relevant for the areas in which the socioeconomic activity depends on a minimal preserved stable environmental. The need to preserve the Brazilian coastal zone is a responsibility on natural resources of this area, including the seafront, beaches and salt marsh vegetation. In the state of Santa Catarina, the seafront has a strong influence on tourist visitation, favoring positively to the segment of sun and beach tourism, with enjoyment of the sea, contemplation of the landscape and other resources around. In this context, the Ministry of Environment and Heritage Department created the Management Integrated Seafront Project (Orla), which constitutes one of the National Coastal Management instruments, in order to promote spatial planning in Federal coastal area and implement a sustainable management of the coast. This study analyzes the implementation process of the Orla Project as well as the Waterfront Linear Park Boardwalk (PLC) in the city of Itapema (northern coast of Santa Catarina), from the perspective of management knowledge of social actors involved in the process. The aim of this study is to analyze how the environmental perception and the knowledge of social actors influence the decision, related to the sustainable management of the seafront, after the implementation of the Orla Project. The method used in this research was guided by the interpretive paradigm. The case study was settled for the city of Itapema / SC, with the application of semi-structured interviews, observation and data collection from the study area. The interviews were applied to 28 social actors: 12 with neighborhood Meia Praia residents; 9 with tourists; 4 with government institutions; and 3 with the non-governmental institutions. The analysis and interpretation of qualitative data were based on the method of Discourse of the Collective Subject (CSD), which ensures the essence of thinking and cognitive knowledge, through discourse, mediated by language. Moreover, the narrative review of literature was used throughout the study. The results has showed that the implementation of PLC contributed to the sustainability of the seafront, and created positive and negative impacts on socio-cultural dimensions, spatial, visual, economic and environmental to the city and the

seafront. In addition, it was realized the importance of the knowledge of a community that experiences the changes from an intervention in the natural environment, culminating in the generation of new knowledge, from suggestions of actions and projects. In conclusion, the Orla Project contributes to the sustainable management of the coastline, improving environmental comfort, the landscape quality of coastal areas, the preservation of the environment and the welfare of local people and tourists.

Key words: Knowledge Management. Sustainability. Coastal Zone. Tourist Destination

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pilares do desenvolvimento sustentável	72
Figura 2 - Delimitação da zona costeira brasileira, com destaque para os estados que compõem sua porção terrestre e o limite da Zona Econômica Exclusiva	80
Figura 3 – Representação dos limites adotados para a orla marítima do Brasil.....	85
Figura 4 – Arranjo institucional do Projeto Orla	102
Figura 5 – Cadeia de valor do conhecimento	111
Figura 6 – Espiral do conhecimento organizacional.....	118
Figura 7 – Processo SECI.....	119
Figura 8 – Representação da relação entre a concepção filosófica, a abordagem de investigação e os métodos e técnicas de pesquisa	125
Figura 9 - Representação conceitual para abordagem qualitativa	134
Figura 10 – Representação das etapas de desenvolvimento da pesquisa....	138
Figura 11 - Número de publicações indexadas na base de dados <i>Scopus</i>	140
Figura 12 - Número de publicações indexadas na base de dados <i>Web of Knowledge</i>	141
Figura 13 – Representação dos atores sociais e suas interfaces.....	147
Figura 14 – Vista aérea do bairro Meia Praia, Itapema, Santa Catarina.....	161
Figura 15 – Localização de Itapema no estado de Santa Catarina.....	168
Figura 16 – Mapa turístico das praias de Itapema/SC	174
Figura 17 – Mapa dos bairros do município de Itapema	186
Figura 18 - Imagem de Satélite <i>quick bird</i> do bairro Meia Praia.....	187
Figura 19 – Vista aérea da orla do município de Itapema, em 1968	191
Figura 20 – Vista aérea da orla do município de Itapema, em 2007	192
Figura 21 – Praia do bairro Meia Praia, Itapema, Santa Catarina, Brasil ...	193
Figura 22 – Malha urbana convencional da orla de Meia Praia, Itapema, Santa Catarina, Brasil	194
Figura 23 – Formas de acesso à praia, <i>Parque Linear Calçadão</i> – bairro Meia Praia, Itapema, Santa Catarina, Brasil	195
Figura 24 – Orla verticalizada – bairro Meia Praia, Itapema, Santa Catarina, Brasil.....	195
Figura 25 – Orla urbana comum – bairro Meia Praia, Itapema, Santa Catarina, Brasil	196
Figura 26 - Orla linear - Itapema, Santa Catarina, Brasil	197
Figura 27 – Orla do bairro Meia Praia anterior à implantação do <i>Parque Linear Calçadão</i>	200

Figura 28 – Orla do bairro Meia Praia anterior à implantação do <i>Parque Linear Calçadão</i>	200
Figura 29 – Início das obras do <i>Parque Linear Calçadão</i>	204
Figura 30 – Primeira fase de implantação do <i>Parque Linear Calçadão</i>	204
Figura 31 – Fase II de implantação do <i>Parque Linear Calçadão</i>	205
Figura 32 – Fase III de implantação do <i>Parque Linear Calçadão</i>	205
Figura 33 – Fase IV de implantação do <i>Parque Linear Calçadão</i>	206
Figura 34 – Etapas de implementação do Projeto Orla no município de Itapema/SC.	206
Figura 35 - Ciclofaixa no <i>Parque Linear Calçadão</i>	210
Figura 36 – Piso de <i>pavers</i> no <i>Parque Linear Calçadão</i>	210
Figura 37 – Recuperação da vegetação de restinga	210
Figura 38 – Equipamentos de lazer no <i>Parque Linear Calçadão</i>	211
Figura 39 – Mobiliário urbano do <i>Parque Linear Calçadão</i>	211
Figura 40 – <i>Decks</i> de acesso à praia do <i>Parque Linear Calçadão</i>	212
Figura 41 – Duchas do <i>Parque Linear Calçadão</i>	213
Figura 42 – Placas de informação ambiental dispostas no <i>Parque Linear Calçadão</i>	214
Figura 43 – Orla do bairro Meia Praia anterior à implantação do <i>Parque Linear Calçadão</i>	220
Figura 44 – Estrutura de lazer no <i>Parque Linear Calçadão</i>	220
Figura 45 – Casa de pescador remanescente na orla do bairro Meia Praia e sua atividade de pesca artesanal	225
Figura 46 – Ausência de manutenção no <i>Parque Linear Calçadão</i>	230
Figura 47 – Banheiros químicos no <i>Parque Linear Calçadão</i>	233
Figura 48 – Restaurantes e bares localizados na orla	236
Figura 49 – Acessibilidade no <i>Parque Linear Calçadão</i>	249

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atividades praticadas no ambiente do segmento de turismo de sol e praia.....	58
Quadro 2 – Forma da orla, posição e características físicas.....	87
Quadro 3 – Níveis de ocupação e de adensamento populacional na orla....	89
Quadro 4 – Relação dos municípios abrangidos pela faixa terrestre da zona costeira catarinense	95
Quadro 5 – Base legal – legislação federal, do Projeto Orla.....	104
Quadro 6 – Conhecimento tácito <i>versus</i> conhecimento explícito	113
Quadro 7 – Práticas da Gestão do Conhecimento para a Administração Pública.....	116
Quadro 8 – Dimensões ou níveis de definição de uma pesquisa científica.....	127
Quadro 9 – Atores sociais entrevistados para a realização do estudo de caso e respectiva classificação da amostragem para seleção dos mesmos..	147
Quadro 10 – Perfil dos entrevistados - moradores do bairro de Meia Praia – Itapema	151
Quadro 11 – Perfil dos entrevistados - moradores do bairro de Meia Praia – Itapema	152
Quadro 12 – Perfil dos entrevistados - visitantes do Bairro de Meia Praia – Itapema	154
Quadro 13 – Perfil dos entrevistados – instituições governamentais do município de Itapema (SC).....	156
Quadro 14 – Perfil dos entrevistados – Instituições não- governamentais do município de Itapema (SC).....	157
Quadro 15 – Fatos históricos que marcaram a evolução histórica do município de Itapema	170
Quadro 16 – Classificação da orla de Itapema, segundo o diagnóstico paisagístico do PGI.....	190
Quadro 17 – Síntese da classificação da orla de Itapema, bairro Meia Praia, Itapema, Santa Catarina, Brasil	197
Quadro 18 – Representantes do Comitê Gestor da Orla de Itapema.	207
Quadro 19 – Impactos percebidos pelos atores sociais pela implantação do <i>Parque Linear Calçadão</i>	258

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo de população censitária do município de Itapema	177
Tabela 2 – PIB turístico dos municípios da Costa Verde & Mar.....	180
Tabela 3 – Despesas públicas, por setores, em Itapema	181

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACs	Ancoragens
AMFRI	Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí
AMIC	Associação dos Moradores de Itapema – Centro
ANA	Agência Nacional de Águas
AP	Administração Pública
APP	Área de Preservação Permanente
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CITMAR	Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde & Mar
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOPERITAPEMA	Cooperativa dos Coletores de Materiais Recicláveis de Itapema
CTE – Orla	Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
E-Ch	Expressões-chave
EGC	Engenharia e Gestão do Conhecimento
ETE	Estação de Tratamento de Esgotos
FAACI	Fundação Ambiental da Área Costeira de Itapema
FATMA	Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina
FETIESC	Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina
GC	Gestão do Conhecimento
GERCO	Gerenciamento Costeiro
GERCO/SC	Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina
GI-GERCO	Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro
GRPU	Gerência Regional do Patrimônio da União
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICs	Ideias-Centrals
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ISEP	Instituto Sinergia de Extensão e Pós-Graduação
ISS	Imposto Sobre Serviços

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
Mtur	Ministério do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PD	Plano Diretor
PEGC	Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina
PGI	Plano de Gestão Integrada da Orla
PIB	Produto Interno Bruto
PLC	<i>Parque Linear Calçadão</i>
PNGC	<i>Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro</i>
PNUD	<i>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento</i>
RIP	<i>Registro de Imóveis da União</i>
SANTUR	<i>Santa Catarina Turismo S.A.</i>
SECI	<i>Socialização, Externalização, Combinação e Internalização</i>
SISNAMA	<i>Sistema Nacional do Meio Ambiente</i>
SPG	<i>Secretaria de Estado de Planejamento de Santa Catarina</i>
SPU	<i>Secretaria do Patrimônio da União</i>
TAC	<i>Termo de Ajustamento de Conduta</i>
TIC	<i>Tecnologia da Informação e Comunicação</i>
UFSC	<i>Universidade Federal de Santa Catarina</i>
UNIVALI	<i>Universidade do Vale do Itajaí</i>
ZEEC	<i>Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro</i>

SUMÁRIO

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	37
1.1 Justificativa e Relevância do tema.....	40
1.2 Problema de Pesquisa	43
1.3 Objetivos.....	43
1.3.1 OBJETIVO GERAL	44
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	44
1.4 Delimitação da pesquisa	44
1.5 Aderência do tema ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento.....	45
1.6 Estrutura da Dissertação	47
2 TURISMO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DO DESTINO TURÍSTICO.....	51
2.1 Planejamento e gestão de destinos turísticos: uma interação entre gestão do conhecimento e sustentabilidade	51
2.2 O segmento de turismo de Sol e Praia.....	56
2.3 Impactos do turismo para as regiões costeiras.....	60
3 GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE EM DESTINOS TURÍSTICOS.....	67
3.1 Dimensões da sustentabilidade	67
3.2 Percepção ambiental.....	72
3.3 Gestão da sustentabilidade: conceitos e definições	75
4 PROJETO ORLA: princípios norteadores, arcabouço legal e institucional	79
4.1 Caracterização da zona costeira brasileira	79
4.1.1 ORLA MARÍTIMA: DEFINIÇÕES E DESDOBRAMENTOS	84
4.1.2 PRAIAS: DEFINIÇÕES E DESDOBRAMENTOS	91
4.1.3 GESTÃO DA ZONA COSTEIRA CATARINENSE.....	94
4.2 Legislação incidente sobre a zona costeira: antecedentes institucionais e legislação comparada	96
4.2.1 PLANO NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO (PNGC)..	99
4.3 Referencial e fundamentos do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima.....	100
5 GESTÃO DO CONHECIMENTO	105

5.1	Gestão do conhecimento: princípios e fundamentos.....	105
5.1.1	CONHECIMENTO: ABORDAGENS E DEFINIÇÕES	109
5.2	Processos em gestão do conhecimento	113
5.3	Gestão do conhecimento no turismo: perspectivas emergentes.....	120
6	METODOLOGIA	123
6.1	Fundamentação metodológica	123
6.1.1	CONCEPÇÃO PARADIGMÁTICA DO TRABALHO: PARADIGMA INTERPRETATIVISTA	128
6.1.2	REPRESENTAÇÃO SOCIAL E REALIDADE SOCIAL	130
6.2	Classificação metodológica da pesquisa.....	132
6.3	Procedimentos metodológicos.....	137
6.3.1	REVISÃO E PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	139
6.3.2	PESQUISA DOCUMENTAL	141
6.3.3	ESTUDO DE CASO.....	143
6.3.4	PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTAS	144
6.3.5	PESQUISA DE CAMPO: DADOS VISUAIS	158
6.3.6	PESQUISA DE CAMPO: OBSERVAÇÃO SIMPLES	159
6.4	Recorte geográfico da área de estudo	160
6.5	A técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	161
6.5.1	ESTRUTURA DO DSC	163
6.5.2	ADEQUAÇÃO À BASE TEÓRICA E METODOLÓGICA	165
7	DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE ESTUDO: município de Itapema (Santa Catarina)	167
7.1	Localização geográfica	167
7.2	Evolução histórica e administrativa	168
7.3	Atributos naturais, paisagísticos e biológicos.....	172
7.4	Características socioeconômicas e de infraestrutura.....	176
7.4.1	POPULAÇÃO	176
7.4.2	ECONOMIA.....	178
7.4.3	INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS BÁSICOS	181
7.5	Instrumentos institucionais normativos e de regulação urbana.....	183
7.5.1	ZONEAMENTO URBANO.....	185
7.6	Caracterização do bairro Meia Praia	186
8	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	189
8.1	Classificação da orla marítima do bairro Meia Praia	189

8.1.1 IMPACTOS AMBIENTAIS DE USO DA ORLA.....	198
8.2 Apresentação do processo de implementação do Projeto Orla e implantação do <i>Parque Linear Calçadão (PLC)</i>	199
8.3 Análises dos discursos dos atores sociais: organizações não governamentais	216
8.4 Análises dos discursos dos atores sociais: visitantes	228
8.5 Análises dos discursos dos atores sociais: moradores.....	240
8.6 Análise do conhecimento gerado junto aos atores sociais	257
8.7 Compartilhamento do conhecimento por meio do <i>benchmarking</i>	262
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	265
9.1 Limitações da pesquisa.....	271
9.2 Recomendações finais.....	271
REFERÊNCIAS.....	273
GLOSSÁRIO	299
APÊNDICE A – Roteiros de entrevista	305
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido	323
ANEXO A – Termo de ajuste de conduta (TAC)	325
ANEXO B – Contrato de cessão de uso sob a forma de utilização gratuita	329
ANEXO C – Convite do Seminário de Sensibilização do Projeto Orla	336

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A gestão do conhecimento implica em princípios que tendem a mudar gradativamente o gerenciamento das organizações, sejam públicas, privadas ou do terceiro setor, por meio de seus ativos intangíveis (pessoas, clientes, fornecedores e redes de relacionamentos). Estes ativos têm a capacidade de propor mudanças significativas no ambiente organizacional, seja na criação de valor, na melhoria contínua dos processos e na qualidade agregada nos produtos e serviços (NONAKA; TAKEUCHI, 2008). Além disso, o conhecimento criado em uma organização, por meio de seu capital intelectual é preponderante para o seu sucesso, como pressupõem Nonaka e Takeuchi (2008), Terra (2005), Uriarte (2008), Sveiby (1998), Cooper et al. (2007), Davenport (2002) entre outros especialistas.

Todas essas ideias são importantes para o setor de turismo. A atividade turística por incorporar-se ao setor de serviços, tem seus ativos intangíveis inseparáveis uns dos outros, com características tão específicas que requer um conhecimento profundo para bem gerir a atividade, em seus produtos, processos, serviços e espaços. Tais características se apropriam da *intangibilidade*, pois os produtos e serviços turísticos não podem ser testados antes de serem comprados; da *indivisibilidade*, onde os produtos/serviços têm de ser produzidos e consumidos simultaneamente; da *variabilidade*, em que a qualidade dos produtos/serviços depende de quem os proporciona e de quando, como e onde são proporcionados; da *independência* ou *complementaridade*, pois são necessários vários serviços diretos e indiretos para prover o produto/serviço turístico final e, da *perecibilidade*, já que os serviços são perecíveis e não podem ser estocados para venda ou uso futuro (BENI, 2001).

Por causa desses atributos, a gestão de um destino turístico requer informações atualizadas sobre os produtos e serviços disponíveis ao cliente, tais como os recursos naturais e artificiais, a oferta turística existente, além do nível de qualidade e atratividade dos espaços turísticos no que concerne à sustentabilidade ambiental. Tudo isso deve culminar na perspectiva de acolhimento e satisfação dos indivíduos, que são o alicerce do segmento turístico, assim como da preservação dos ambientes naturais, que se constitui, por sua vez, na matéria-prima do destino turístico.

A atividade turística é altamente dinâmica, e segundo Ritchie e Crouch (2003), ela pode contribuir positivamente para o desenvolvimento das cidades e, conseqüentemente, para o bem estar dos seus residentes. Selin e Chavez (1995) ressaltam que um destino turístico faz parte de uma dinâmica complexa e multifacetada, em que deve haver um processo de integração entre organizações sociais, econômicas e políticas para sua

sustentação. Julga-se que uma cidade turística reconhecida por seus atrativos naturais deve implementar ações de gestão ambiental, uma vez que assim, poderá elevar o nível de conforto dos espaços, a qualidade de vida da população local, e, sobretudo, buscar práticas de preservação dos recursos naturais. Mihalic (2000) explica que a competitividade ambiental de um destino pode ser alcançada pelos esforços gerenciais quanto à minimização do impacto ambiental, gestão da qualidade ambiental e atividades de marketing verde.

Quando o destino turístico tem como característica principal a zona costeira, é indispensável que haja uma gestão sustentável intensa para desenvolver ambientalmente e socialmente esses espaços, uma vez que esses ambientes constituem o berço da diversidade biológica e, ao mesmo tempo exercem uma função socioambiental relevante para todas as cidades. Bittencourt e Soriano-Sierra (2007) explicam que os espaços costeiros brasileiros, incluindo os de marinha, atravessam um processo crescente de urbanização, inclusive pelo uso turístico-recreativo. Por isso, a zona costeira, em especial a orla, deve ser planejada por meio da integração entre as dimensões econômica, social e ambiental (OLIVEIRA; NICOLODI, 2012). Evidencia-se que as discussões sobre o planejamento e ordenamento da zona costeira brasileira tem tido uma relevância proeminente no campo das políticas públicas, gestão patrimonial, gestão ambiental, regularização fundiária, e, sobretudo, no campo do turismo. Contudo, as principais preocupações estão atreladas sobre os impactos gerados pelo uso antrópico neste ambiente (MACEDO, 2004; MORAES, 1999; 2004; 2007; MUEHE, 2004; ZAMBONI, NICOLODI, 2008).

As diretrizes sobre o planejamento e ordenamento do espaço costeiro no Brasil remetem à Constituição Federal (1988), na qual a zona costeira brasileira foi declarada como patrimônio nacional e bem de uso comum do povo. O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei nº 7.661 de 1988, visa “a orientar a utilização nacional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural” (BRASIL, 1988).

Emanado do PNGC, foi criado em 2001 pelo Ministério do Meio Ambiente e Secretaria do Patrimônio da União, o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla), regulamentado pelo Decreto 5.300/2004, que, por sua vez, regulamenta a Lei nº 7.661 de 1988. O Projeto Orla tem como finalidade a união das políticas ambiental e patrimonial do Governo Federal no trato dos espaços litorâneos sob propriedade ou guarda da União, numa gestão descentralizada junto aos estados e municípios. Ele estabelece, entre seus objetivos, o resgate da

atratividade do espaço público de lazer, o planejamento do uso e ocupação do espaço urbano, a preservação da área costeira contra a poluição das águas fluviais e construções irregulares e, a promoção da recuperação da vegetação de restinga (BRASIL, 2006).

Em pesquisa recente realizada no município de Itapema, litoral norte do estado de Santa Catarina (SILVA; ANJOS, 2012), constatou-se que o principal atrativo ou motivação de viagem das pessoas para este destino é a praia. Em contrapartida, foi relatado também que a orla marítima e a praia são os recursos naturais que mais sofrem os impactos antrópicos, decorrentes da poluição de águas fluviais e da degradação da orla local. Verificou-se também que o cenário apresentava uma orla desordenada e, ao mesmo tempo em que era a atração turística do destino, mostrava-se completamente despreparada para o turismo.

Este cenário instigou a administração pública municipal a definir soluções para contrapor a realidade ora apresentada. Com este propósito, no ano de 2007, a gestão municipal retomou o processo de implementação do Projeto Orla (interrompido desde 2003), dando início à construção do *Parque Linear Calçadão* na orla do bairro Meia Praia, em Itapema, numa necessidade urgente de organizar o espaço costeiro local, com projetos de revitalização. O *Parque Linear Calçadão*, neste contexto, foi uma das ações implementadas do Projeto Orla em Itapema. Todavia, no Plano de Gestão Integrada da orla (PGI), elaborado para o município como atribuição do Projeto Orla, outras ações foram propostas pelo Comitê Gestor e sociedade civil, mas não efetivadas pelo executivo municipal.

Em contrapartida, esta arquitetura gerou impactos positivos e negativos sobre o território, nas dimensões ambientais, socioculturais, espaciais, estéticas e econômicas, segundo a percepção dos atores sociais. Assim, observando-se esta problemática e a realidade apresentada, vislumbrou-se a possibilidade de levantar alguns questionamentos que, uma vez respondidos, podem apontar soluções para a gestão sustentável da orla em outras cidades costeiras turísticas.

1. *Quais foram os impactos socioeconômicos, culturais, ambientais e políticos-institucionais ocorridos no município, após a construção do Parque Linear Calçadão?*
2. *Como a gestão da sustentabilidade é percebida pelos visitantes, moradores, representantes da sociedade civil organizada e gestão pública?*
3. *Qual a forma de compartilhar o conhecimento percebido e gerado por uma coletividade atuante e participativa, para outros gestores públicos de municípios costeiros que apresentam semelhanças à cidade em análise?*

4. *O município de Itapema apresenta uma gestão sustentável de sua orla marítima, segundo o conhecimento dos atores sociais?*

Logo, essas foram as questões que incutiram a presente investigação, sobremaneira na forma de identificar, por meio do instrumental da percepção, os principais impactos gerados no espaço costeiro local, como possíveis soluções de projetos ou ações visando à gestão sustentável de uma cidade que tem a orla como seu maior patrimônio natural. Portanto, a gestão do conhecimento da sustentabilidade permeará a construção do panorama atual e de uma prospecção no que diz respeito à situação do município estudado. Obtendo-se as respostas referentes ao objeto em análise, com suporte na geração e disseminação de novos conhecimentos, poder-se-á contribuir com a revitalização da orla e melhoramento dos aspectos ambientais, sociais e econômicos de outras localidades. A partir deste panorama, confere a este estudo, a análise da percepção ambiental dos atores sociais que vivem num espaço costeiro que sofreu transformações socioespaciais significativas ao longo das últimas décadas, sobretudo decorrente de intervenções na orla marítima pela gestão pública municipal.

Apoiando-se nos conceitos de Starik e Kanaschiro (2013), com vistas à aplicação neste estudo, a gestão da sustentabilidade se caracteriza como a formulação, implementação e avaliação das decisões e ações relacionadas à sustentabilidade, tanto ambientais como socioeconômicas, incluindo decisões e ações nos níveis individual, social e organizacional. Neste mesmo viés, Alvarenga Neto (2008) define gestão do conhecimento da sustentabilidade, como uma gestão de mudanças culturais e comportamentais, no intuito de criar um ambiente sustentável e favorável ao compartilhamento de informações e conhecimentos, que busque o equilíbrio para a preservação dos ambientes costeiros, e ao mesmo tempo o bem estar das populações que vivem nestes locais.

1.1 Justificativa e relevância do tema

A gestão da sustentabilidade apresenta-se como um tema urgente para as organizações, sobretudo àquelas que, de alguma forma, interferem na sociedade alterando o curso dos recursos naturais e socioespaciais. Sobre este assunto, é evidente a importância da atuação das organizações públicas acerca da gestão sustentável sobre a zona costeira, especialmente por que este ambiente caracteriza-se como ecossistemas frágeis, por apresentarem riscos iminentes de degradação ambiental pelo uso e ocupação desordenada e, por terem a legislação, na maioria das vezes, a favor da proteção e

preservação desses locais, mas nem sempre respeitadas. Esquer-Peralta, Velazquez e Munguia (2008, p.1027) afirmam: “conhecimentos e habilidades em gestão são fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável”.

Observa-se que a gestão da sustentabilidade tornou-se um valor importante para muitas organizações, sejam elas públicas ou privadas, incorrendo inclusive na competitividade e na valoração de seus produtos e serviços. No entanto, a implementação deste conceito tem sido muito difícil para praticantes, como explicam Bagheri e Hjorth (2007), talvez porque este é um termo cujo significado varia de acordo com os interesses, necessidades e valores de diferentes sociedades. Apoiando-se neste raciocínio, Prugh e Assadourian (2003, p. 11) afirmam que "o desenvolvimento sustentável e a própria sustentabilidade são vistos sobre valores coletivos e escolhas relacionadas e são, portanto, uma questão política”.

Na visão de Laszlo (2003, p. 46), para uma organização atuar sobre a gestão da sustentabilidade, ela deve começar "com a crença de que somos parte de um sistema maior – uma ecologia de negócios”, e estende-se à vontade dos gestores para examinar o sistema socioeconômico local, regional e nacional. Segundo Garner e Keoleian (1995), isso proporciona a necessidade de incorporar a abordagem de sistemas, pois sob esta ótica, poderá ajudar na identificação e solução de problemas ambientais por meio de uma visão holística para o desenvolvimento sustentável.

Os argumentos expostos pelos especialistas se adéquam perfeitamente ao estudo e também ao Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Orla), pois este se configura num instrumento de gestão do patrimônio natural – a orla marítima brasileira. Ainda, a gestão ambiental e da sustentabilidade se mostram pertinentes a este tema, tendo em vista a necessidade de definir critérios políticos-institucionais para a gestão da zona costeira, obviamente, com o foco na sustentabilidade. O Ministério do Meio Ambiente (2006) ratifica que, ao contexto da gestão integrada da zona costeira, busca-se uma visão estratégica de planejamento e definição de identidade local à solução de conflitos, à manutenção das riquezas naturais, culturais e sociais do litoral brasileiro.

O município de Itapema, objeto de estudo desta investigação, caracteriza-se como um destino turístico litorâneo em franco crescimento, tendo a orla marítima como seu recurso mais importante. Assim, ao receber a intervenção pública, numa gestão integrada entre o poder executivo municipal e o órgão federal para a implementação do Projeto Orla, comprovou-se na prática uma série de conflitos e impactos – negativos e positivos; decorrentes desta intervenção. Sobre este fato, comprovou-se que

as pessoas que acompanharam o processo de implementação do Projeto Orla e a construção do *Parque Linear Calçadão* apresentam uma opinião formada sobre os impactos gerados pela obra de revitalização. Com base neste panorama, percebeu-se ainda a relevância em analisar a percepção e o conhecimento dos atores sociais envolvidos no processo de revitalização e urbanização da orla de uma cidade costeira e turística, principalmente quando a intervenção provoca transformações proeminentes nos campos econômico, ambientais e sociais, como no caso em análise. Ademais, defende-se que a avaliação de uma intervenção pública sobre o espaço costeiro, sem a percepção dos atores sociais, configura-se numa verificação unilateral do órgão executor, sem a participação da sociedade, o que pode contribuir para a continuidade dos conflitos sociais existentes.

A esse respeito, Choi e Sirakaya (2006) esclarecem que indicadores de avaliação para o desenvolvimento da gestão sustentável de destinos turísticos devem incluir os moradores da localidade, especialistas da indústria local (oferta turística), gestores governamentais e não governamentais, pois as características distintas dos atores envolvidos no sistema vão indicar o diagnóstico para a tomada de decisão numa gestão participativa, mostrar suas atuais percepções sobre a realidade apresentada e, demonstrar sua impressão sobre como o empreendimento implantado pode ajudar na implantação do mesmo projeto em outros espaços.

Nesta perspectiva, Del Rio e Oliveira (1996) levantam alguns questionamentos que são perfeitamente adequados para nortear esta pesquisa, como: *1. Qual é a percepção que os indivíduos têm de projetos implementados na orla marítima? 2. Como a cultura e a experiência afetam essa percepção? Quais são as suas atitudes e de outros em relação ao meio ambiente? E, qual é o papel que a percepção ambiental desempenha no arranjo espacial do meio ambiente e na alteração das paisagens?* Portanto, estudos de percepção ambiental resultam em conhecimentos explícitos para fins de planejamento, seja nas organizações públicas ou privadas, no segmento turístico ou outros.

Ao interpretar o conhecimento dos grupos sociais, mediado pela linguagem e pelo discurso social, buscou-se codificá-lo no intuito de obter um panorama da realidade atual e, a partir dela, indicar ferramentas de compartilhamento do conhecimento junto aos gestores públicos e a comunidade científica, de modo que outras cidades costeiras possam se espelhar neste modelo, potencializando os benefícios identificados e mitigando os problemas encontrados, num processo de *benchmarking*. Além disso, almeja-se contribuir nas tomadas de decisão gerencial para gestão do conhecimento da sustentabilidade, estimulando outros destinos turísticos a implementarem projetos semelhantes.

Quanto à relevância do tema, demonstra-se ao longo do estudo a sua inovação, no que se refere à avaliação do Projeto Orla por parte da comunidade local e sociedade civil organizada, assim como sua influência para a sustentabilidade da orla local e, principalmente, os impactos gerados ao município e à sociedade Itapemense. Dado este enfoque, dentre os instrumentos para a implementação do Projeto Orla, não consta nenhuma ferramenta que viabilize a sua verificação e avaliação, após a intervenção nos trechos da orla, por parte dos municípios e sociedade civil organizada. Logo, permite-nos indicar falhas no processo de implementação do Projeto Orla no município de Itapema, pois não há como aplicar os princípios da melhoria contínua, previstas pela gestão ambiental, sem que haja uma averiguação e avaliação consistente, sistemática e permanente dos processos investidos, neste caso, das obras e equipamentos instalados nos trechos das orlas municipais onde foram executados e implantados, respectivamente.

Portanto, este tema aborda um interesse global para as cidades costeiras, e por isso, a decorrência deste estudo pode ampliar de forma significativa o conteúdo acadêmico, com a proposta de aprimoramento do modelo exposto, promovendo resultados inovadores e sustentáveis para a gestão da orla marítima e para o bem estar das populações residentes nas cidades costeiras. Além disso, esta Dissertação contribui, sobretudo, para a gestão do conhecimento prático, o qual demonstra claramente a importância da percepção e do conhecimento das pessoas para contribuir com a gestão das políticas públicas; o chamado também capital intelectual, pois sem o envolvimento da sociedade não há gestão eficiente.

1.2 Problema de Pesquisa

Como a percepção ambiental pode influenciar o conhecimento dos atores sociais sobre gestão da sustentabilidade, tendo como parâmetro a implantação do *Parque Linear Calçada* e o processo de implementação do Projeto Orla no município de Itapema, Santa Catarina.

1.3 Objetivos

Partindo-se da contextualização do tema e do problema de pesquisa apresentados, estabelecem-se o seguinte objetivo geral e os objetivos específicos:

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar como a percepção ambiental influencia o conhecimento dos atores sociais sobre gestão da sustentabilidade, com vistas à tomada de decisão gerencial, a partir da implantação do *Parque Linear Calçadão* e do processo realizado para a implementação do Projeto Orla no município de Itapema.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os atores sociais que apresentam relação com o processo de implementação do Projeto Orla no município de Itapema.
- Descrever o processo de revitalização e urbanização da orla marítima do bairro Meia Praia, em Itapema.
- Verificar, junto aos atores sociais, quais foram os principais impactos positivos e negativos para o espaço costeiro e para o município de Itapema, a partir da implantação do *Parque Linear Calçadão*.
- Analisar como os atores sociais reconhecem a gestão da orla marítima de uma cidade costeira turística, tendo como parâmetro os fundamentos do Projeto Orla.
- Indicar a ferramenta para o compartilhamento e aplicação do conhecimento gerado, com vistas ao alcance da gestão do conhecimento da sustentabilidade, tanto para o município em estudo, como também, para outros municípios costeiros.

1.4 Delimitação da pesquisa

O campo de investigação teórico e prático do trabalho limita-se à gestão do conhecimento aliado à gestão sustentável da orla marítima, tendo como fator de avaliação para os atores sociais entrevistados, o processo de implementação do Projeto Orla e a implantação do *Parque Linear Calçadão* no município de Itapema, estado de Santa Catarina. É relevante destacar que a investigação é resultado de um estudo de caso do tipo “projeto de casos múltiplos”, que segundo Yin (2005) são aqueles que devem seguir uma lógica de replicação, e não de amostragem. Logo, os resultados apontados se adéquam com maior profundidade para o local em estudo; contudo, há de se admitir que a metodologia de pesquisa adotada e

os resultados obtidos servem de base para a replicação em outras cidades costeiras, tomando-se como exemplo o caso em análise e suas considerações.

Neste estudo, não foram avaliados ou ponderados os aspectos físico-biológicos da orla marítima, embora esses se mostrem importantes para o assunto, mas não para esta delimitação. As dimensões da sustentabilidade estão bem delineadas com o conceito de gestão, as quais foram consideradas: ambiental, sociocultural e econômica (SACHS, 2008; SEIFFERT, 2011), haja vista que as transformações do espaço costeiro sofreram influências em todos esses aspectos.

Quanto à gestão do conhecimento, o trabalho se enquadra no modelo do ciclo de conhecimento, ou também denominado de processo SECI, de Nonaka e Takeuchi (1997; 2008), especificamente na externalização. Na visão desses dois autores, o conhecimento é principalmente do grupo, que pode ser facilmente convertido e compartilhado, tal como ocorreu nesta investigação. O conhecimento requerido na pesquisa foi explicitado pela coletividade, por meio da mediação da linguagem, formando o discurso coletivo, sem a intervenção da pesquisadora.

Por fim, este trabalho não se traduz em um modelo, mas se configura-se na efetivação de um processo para a implementação do Projeto Orla, que embora não tenha sido alcançado, a experiência da participação dos atores sociais no processo propriamente dito, resultou na efetivação de um projeto de reorganização da orla marítima, resultando numa arquitetura com desdobramentos e influências positivas para a comunidade local, que vão além do espaço costeiro.

Com o intuito de compartilhar o conhecimento acerca deste resultado, indica-se a ferramenta do *benchmarking*, que implica em reconhecer práticas referências, ou seja, experiências bem sucedidas que possam ser adaptadas em outros espaços e realidades. Assim, almeja-se que outros municípios possam fazer uso deste exemplo e implementar o Projeto Orla e o Parque Linear com as adaptações convenientes.

1.5 Aderência do tema ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento

O conhecimento como fator de produção está elencado na presente pesquisa uma vez que, ao conhecer a percepção ambiental dos atores sociais sobre uma transformação do espaço social, nos permite vislumbrar a realidade presente local e apontar instrumentos de mitigação dos impactos ocorridos pelas diversas formas de intervenção. Ao identificar este

conhecimento por meio do discurso, ele se torna explícito e pode ser codificado, compartilhado e, aplicado na mesma ou, em outras organizações. A gestão do conhecimento geralmente é desenvolvida para designar a ação pela qual o conhecimento originado por um indivíduo, ou por um grupo passa a ser compartilhado e consolidado. Ferreira (2012) comenta que a gestão do conhecimento se traduz na coordenação deliberada e sistemática de pessoas, tecnologias, processos e estruturas de uma organização, cujo propósito é o de agregar valor por meio da reutilização desse conhecimento visando à inovação. Pode-se presumir, portanto, que essa coordenação é obtida por meio da criação, compartilhamento e aplicação do conhecimento, bem como pela memória organizacional e a disseminação das melhores práticas e lições aprendidas (DALKIR, 2005).

A linha de pesquisa desta Dissertação está apoiada nos paradigmas da gestão do conhecimento da sustentabilidade. Neste viés, o estudo se propôs a investigar os campos teóricos e práticos dos ecossistemas naturais e antropogênicos, abarcados pelos conhecimentos da área de gestão do turismo e gestão ambiental. Assim, compreende-se que a gestão do conhecimento possibilita atuar em várias esferas do saber, abordando uma variedade de conceitos, devendo ser tratada, naturalmente, sob diversos enfoques e percepções, numa visão inter e multidisciplinar.

A interdisciplinaridade coloca em confronto valores e conceitos, permitindo o desenvolvimento de uma consciência crítica e incentivando a formulação de soluções criativas, como indica Barbosa (1978, p. 61): “A função da interdisciplinaridade não é comunicar ao indivíduo uma visão integrada de todo o conhecimento, mas desenvolver nele um processo de pensamento que o torne capaz de, a novos objetos de conhecimento, buscar uma nova síntese”. O turismo, assim como outras áreas, não deve ser visto como uma disciplina isolada, justamente por ser considerado uma área multidisciplinar e multifacetada, necessitando do diálogo permanente com áreas afins e transversais.

Quanto à natureza inter e multidisciplinar da pesquisa, estas se confirmam de forma notável, na medida em que há uma interface latente e profunda em várias áreas do conhecimento, com vistas ao atendimento dos objetivos do trabalho. Para tanto, algumas das disciplinas presentes no desenvolvimento da pesquisa são: Gestão do Conhecimento da Sustentabilidade, Fundamentos de Gestão do Conhecimento, Gestão da Sustentabilidade na Sociedade do Conhecimento, Ecossistemas Naturais e Antropogênicos, Métodos Qualitativos de Pesquisa, Hermenêutica e Psicanálise, Gestão Ambiental, Desenvolvimento Regional, Turismo, Gestão Patrimonial entre outras. Dessa forma, Japiassu (1981) contribui ao afirmar que a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade de trocas

entre os especialistas e pelo grau de integração real de disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa, tal como ocorreu no desenvolvimento deste trabalho.

1.6 Estrutura da Dissertação

Buscando uma compreensão sistemática sobre os conteúdos que alicerçam a presente pesquisa sob o contexto da gestão da sustentabilidade, esta Dissertação está dividida em *nove capítulos*.

O *primeiro capítulo* apresenta a contextualização do tema, bem como sua relevância e justificativa teórica e prática para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, apresentam-se a problemática da pesquisa, os objetivos da investigação e a aderência do tema ao campo inter e multidisciplinar, com especial atenção à gestão da sustentabilidade e ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (EGC).

No *segundo capítulo*, após uma revisão de literatura, são apresentados resultados de estudos e pesquisas sobre turismo e gestão sustentável do destino turístico. Nesta seção é realizada uma conexão entre os princípios de planejamento turístico, gestão do conhecimento e sustentabilidade. Ademais, caracteriza-se o segmento de turismo de sol e praia e os principais impactos da atividade turística sobre as regiões costeiras, haja vista serem estes os temas que subsidiam o objeto de estudo.

O *terceiro capítulo* retrata a gestão da sustentabilidade em destinos turísticos, trazendo as contribuições de Sachs (2008) e Seiffert (2011) sobre as dimensões da sustentabilidade, as quais são aplicadas aos resultados da pesquisa. São debatidos também os conceitos de percepção ambiental como processo cognitivo inerente ao ser humano e, as definições que embasam a gestão da sustentabilidade no campo teórico e prático.

No *capítulo quarto* é exposto à caracterização da zona costeira brasileira e da zona costeira catarinense, assim como sua gestão pública, segundo a legislação brasileira incidente sobre este patrimônio natural. Ainda, é abordada a legislação incidente sobre gestão da zona costeira de outros países, visando a uma breve comparação com o Brasil. A descrição dos objetivos e competências do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro também está presente neste capítulo. Por fim, apresentam-se as diretrizes e fundamentos do Projeto Orla com as responsabilidades e formas de atuação nos três níveis governamentais: municipal, estadual e federal.

O *capítulo* seguinte, o *quinto*, traz as teorias sobre gestão do conhecimento, sua definição e desdobramentos em dados, informação e conhecimento. Retrata os processos de criação, disseminação e uso do

conhecimento como fator de produção e; as principais diferenças entre conhecimento tácito e conhecimento explícito para a gestão do conhecimento. É neste capítulo em que se discute a gestão do conhecimento no turismo e suas perspectivas emergentes nesta área do saber.

No **capítulo sexto** são apresentados à metodologia da pesquisa e seus desdobramentos. A primeira seção expõe a concepção paradigmática adotada no trabalho, justificado pelo paradigma interpretativista. A seguir, demonstra-se a classificação da pesquisa com base nas teorias clássicas dispostas na literatura sobre metodologia de pesquisa. Após, são apresentados os procedimentos metodológicos que descrevem as etapas, os métodos e as técnicas aplicados na investigação. O campo de estudo e sua delimitação geográfica é demonstrado também nesta seção. O capítulo finaliza com o detalhamento da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), escolhido para a análise dos dados qualitativos.

O **capítulo sétimo** traz o diagnóstico da área de investigação, num estudo detalhado sobre os componentes do território, como a localização geográfica, a evolução histórica e administrativa e os atributos naturais, paisagísticos e biológicos do município de Itapema. Além desses, tem-se a caracterização socioeconômica e de infraestrutura do município, e os instrumentos institucionais normativos e de regulação urbana que regem a cidade, como, por exemplo, o Plano Diretor.

O **capítulo oitavo** traz os resultados, análises e discussões dos dados da pesquisa, reportando-se aos objetivos traçados no primeiro capítulo. Este se subdivide em seis subseções. O capítulo inicia com a classificação da orla marítima do município de Itapema, embasada nos manuais de orientação do Projeto Orla, assim como apresenta os principais impactos ambientais de uso e ocupação da orla local. A segunda subseção apresenta a exposição descritiva da trajetória do processo de implementação do Projeto Orla no município de Itapema, explicitada pelos representantes da gestão pública municipal. Nas terceira, quarta e quinta subseções, são demonstrados, analisados e discutidos os depoimentos coletivos dos representantes da sociedade civil organizada, dos moradores da localidade e dos visitantes do destino turístico, sobre o processo de implementação do Projeto Orla e a construção do *Parque Linear Calçadão*, demonstrando sua influência para a gestão sustentável da orla. Na sexta subseção, são expostas, de forma resumida, os principais impactos acerca da implantação do *Parque Linear Calçadão*, sob a ótica dos quatro atores sociais entrevistados. A última seção conclui o capítulo com a indicação da ferramenta de compartilhamento e aplicação do conhecimento gerado, visando adotar o modelo estudado em outras cidades costeiras turísticas.

E, por fim, o *nono capítulo* conclui o estudo com as considerações finais sobre gestão da sustentabilidade em destinos turísticos costeiros, tendo como parâmetro o Projeto Orla (Brasil) e os impactos provenientes desta ferramenta de gestão da zona costeira brasileira, fruto de um estudo de caso múltiplo. São relatadas ainda as limitações da pesquisa e as recomendações finais para estudos futuros sob esta mesma ótica.

2 TURISMO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DO DESTINO TURÍSTICO

O capítulo aborda temas concernentes ao turismo e ao planejamento de destinos turísticos, com especial apelo aos destinos litorâneos. A primeira seção alude sobre planejamento e gestão de destinos, destacando a importância da gestão do conhecimento e da sustentabilidade para o desenvolvimento e competitividade nos negócios turísticos. A seção dois ponto dois descreve o segmento de turismo de sol e praia, histórico e suas principais características. A última seção discute os efeitos do turismo para as regiões e municípios costeiros, a partir do segmento de turismo de sol e praia, debatendo os impactos positivos e adversos sob os aspectos ambiental, social e econômico.

2.1 Planejamento e gestão de destinos turísticos: uma interação entre gestão do conhecimento e sustentabilidade

O turismo pressupõe uma perspectiva interdisciplinar e multidisciplinar para fins de planejamento e gestão, dada sua dinâmica estrutural e complexidade social. Cooper et al. (2007) observam que o turismo faz parte de uma cadeia produtiva multisetorial complexa, a qual deve ser planejada com base em pesquisas, pois inclui na sua estrutura diversos setores econômicos, disciplinas acadêmicas, além de uma diversidade de insumos e serviços.

Aspectos como a globalização e a tecnologia alavancaram a atividade turística mundial nos séculos XIX e XX, contribuindo para a diversificação de produtos turísticos, segmentação do mercado turístico, com destinos especializados em determinados nichos e, naturalmente, emergindo uma demanda cada vez mais exigente e diversificada. Tendências mundiais apontam que a atividade turística movimentará mais de US\$ 1 trilhão, mais de R\$ 2 trilhões nos próximos anos, tendo as cidades litorâneas uma grande fatia desse mercado (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO, 2012). O país emerge no turismo náutico, no turismo de sol e praia, com inúmeras possibilidades de crescimento. Neste sentido, o segmento deve ser explorado com responsabilidade social e ambiental, conhecimento e respeito pelos ecossistemas costeiros, aproveitando a beleza cênica dos ambientes naturais, que move o turismo e eleva a economia desses destinos.

Na concepção de Rodríguez-Díaz e Espino-Rodríguez (2008), destinos turísticos são sistemas abertos capazes de atrair pessoas. Pode-se dizer que toda cadeia produtiva, composta pelo conjunto de pessoas -

(clientes), oferta turística, organizações públicas e não governamentais - (produtores e fornecedores), amparadas pelo planejamento de promoção e marketing, gestão ambiental e outros fatores, fazem de uma cidade com potencial turístico tornar-se um destino turístico. Buhalis (2000) explica que os destinos turísticos são locais que oferecem serviços e experiências aos visitantes, compostos por produtos tangíveis e intangíveis, assim como atrativos naturais e culturais. Silveira (2002) acrescenta que as cidades e regiões vêm adquirindo novas funções para atender a demanda do turismo, lazer e recreação, por meio da implantação de infraestrutura e equipamentos, buscando novas formas de uso e consumo dos espaços urbanos.

Domareski (2011) reflete sobre duas vertentes acerca do crescimento do turismo. De um lado, as expressivas estatísticas de aumento das viagens apresentam possibilidades para o desenvolvimento econômico das destinações turísticas, enquanto que, por outro, os efeitos adversos sob a perspectiva ambiental, social e cultural alertam para a necessidade de repensar as estratégias de planejamento e gerenciamento, de modo a garantir as condições essenciais de sustentabilidade aos destinos turísticos. Oyola et al. (2012) ressaltam que o turismo sustentável está sendo consolidado em nível internacional como uma abordagem que deve ser priorizada, de modo a beneficiar ambientalmente, socialmente e economicamente todos os tipos de turismo. No entendimento de De Oliveira e Rodrigues (2010), o conceito de desenvolvimento sustentável no turismo manteve-se vago por muito tempo, e sob a influência de diferentes abordagens. Conforme os autores, o turismo deve ser visto como parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, numa perspectiva holística. Desta forma, as atividades turísticas devem estar focadas numa gestão de recursos, em que todas as exigências econômicas, sociais e estéticas sejam cumpridas, e simultaneamente respeitar a cultura e integridade dos processos ecológicos e a diversidade biológica local (COOPER et al., 2007; OYOLA et al., 2012).

Com relação ao planejamento e a gestão sustentável dos destinos, alguns aspectos devem ser observados e analisados com atenção, haja vista que cada um deles contribui para sua qualidade e conforto ambiental. Tais aspectos são assim definidos: organização; políticas, programas e projetos; comunicação; qualidade; tecnologia e gestão da informação; participação e capital humano (TEIXEIRA, 2002; COOPER; HALL; TRIGO, 2011; COOPER et al., 2007; PYO; UYSAL; CHANG, 2002).

Planejamento e desenvolvimento sustentável integrados são considerados por Cooper et al. (2007) uma forma de planejamento abrangente, uma vez que integra questões econômicas, físicas, sociais e

culturais de um destino. Este planejamento requer a concepção do turismo como um processo multidisciplinar, entendido na sua totalidade a partir de uma visão integradora, participativa e sistêmica (ANJOS; ANJOS; RADOS, 2010). Molina (2001) explica que a condução do planejamento participativo é difícil, haja vista o nível de descentralização do poder executivo necessário para esta tomada de decisão. Ademais, deve ser considerado o receio ou uma possível intimidação da comunidade local a querer participar dos processos decisórios. Mesmo assim, é fundamental acompanhar a evolução da comunidade e reconhecer sua percepção e anseios acerca dos projetos inerentes ao desenvolvimento do turismo e suas interfaces (SILVA; ANJOS, 2012).

A responsabilidade do Estado no planejamento do turismo tem grande relevância para a sociedade, pois ele desempenha o papel de coordenador e planejador de políticas públicas dentro de diferentes esferas, atuando, sobretudo como articulador entre as muitas organizações governamentais e não governamentais, além do setor privado (ANJOS; ANJOS; RADOS, 2010; SILVA; ANJOS, 2012). Silva e Anjos (2012, p.232) confirmam este pensamento ao citar os benefícios do planejamento sob o viés público:

O papel da iniciativa pública é essencial para bem prover um território, buscar o equilíbrio com a sociedade civil e associações de classe e organizações não governamentais, gerindo esforços para suavizar os efeitos negativos decorrentes do desenvolvimento econômico extremista, para o bem do ambiente local.

Na avaliação de Sachs (2008, p.11), o Estado tem três funções principais, como meio de organizar o território de forma sustentável:

- a) a articulação de espaços de desenvolvimento, desde o nível local (que deve ser ampliado e fortalecido) ao transnacional [...];
- b) a promoção de parcerias entre todos os atores interessados, em torno de um acordo negociado de desenvolvimento sustentável;
- c) a harmonização de metas sociais, ambientais e econômicas, por meio do planejamento estratégico e do gerenciamento cotidiano da economia e da sociedade, buscando um equilíbrio entre diferentes sustentabilidades (social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política) e as cinco eficiências (de alocação, de inovação, a keynesiana, a social e a eco-eficiência).

Na gestão pública municipal, o Plano Diretor, como instrumento de gestão, busca subsidiar o planejamento territorial, de infraestrutura e, o desenvolvimento do turismo, especialmente quanto ao zoneamento urbano, uso racional da água, do solo, etc. Há também a Figura do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) que atua como apoio à Secretaria Municipal de Turismo, formado pela sociedade civil, entidades de classe e demais organizações da iniciativa privada, compondo uma gestão participativa, além da possibilidade em constituir Consórcios Municipais que visem o desenvolvimento num interesse comum (SILVA; ANJOS, 2012).

À medida que o turismo adquire um caráter mais profissional, a pesquisa tem apresentado um crescimento relevante, ainda que seja, em grande parte, impulsionada pelo mercado. Contudo, as informações turísticas de apoio à tomada de decisão para fins de planejamento e gestão, não tem sido empregadas com eficácia, havendo ainda, uma relutância dos gestores em aproveitar o potencial do conhecimento gerado (COOPER et. al, 2007). Assim, as decisões são tomadas sem aproveitar as melhores informações disponíveis. Este cenário mostra que as informações turísticas e de apoio à gestão de destinos, não tem sido abordadas com foco na gestão do conhecimento e, por este motivo, os negócios acabam sendo menos competitivos no âmbito global (COOPER et. al, 2007; COOPER; HALL; TRIGO, 2011). Os autores confirmam que a geração e uso de novos conhecimentos na área de turismo, com vistas à inovação e ao desenvolvimento de produtos e serviços é essencial para manter a competitividade, premissa também corroborada por Pyo (2005). De Oliveira e Rodrigues (2010) afirmam que um dos objetivos da gestão do conhecimento é transformar o conhecimento presente na mente das pessoas (tácito) em conhecimento utilizável (explícito) buscando resolver problemas e agregar valor a uma organização, no caso, aos destinos turísticos.

Adotando esse tipo de abordagem da gestão do conhecimento, as organizações terão maiores oportunidades de se tornarem mais lucrativas, eficientes e competitivas, terão uma atuação inteligente no mercado e criarão organizações de aprendizagem em rede (COOPER et al., 2007, p. 130).

Pyo (2005) sugere a criação de mapas de conhecimento, os quais são usados para organizar o conhecimento em banco de dados e

disponibilizá-lo para os usuários, sejam clientes ou produtores/fornecedores do local turístico, assim como para a gestão pública. Segundo Pyo (2005), a participação do poder público é fundamental para a construção de um “conhecimento turístico” sobre o destino, o qual deve ser armazenado, com vistas a auxiliar o processo de decisão sobre um novo projeto, por exemplo. Numa visão geral, a gestão do conhecimento dos destinos turísticos inclui a aquisição, explicação e comunicação do conhecimento aliados à experiência dos gestores, visando uma posição mercadológica relevante ao destino turístico (PYO; UYSAL; CHANG, 2002). O conhecimento deve ser fornecido de uma forma clara, objetiva, eficaz e oportuna para o sucesso do destino, com o mais alto nível de experiência profissional (POON, 1993 citado por PYO; UYSAL; CHANG, 2002). Pyo, Uysal e Chang (2002) esclarecem que o conhecimento é normalmente fornecido de duas maneiras: por meio de sistemas de gestão do conhecimento que fornecem respostas armazenadas em bases de dados (*web*) e; por meio das melhores práticas de destinos turísticos.

No contexto da gestão do conhecimento, presume-se que as aspirações e perspectivas das comunidades e dos demais atores envolvidos no processo de planejamento do destino, não podem ser desconsideradas, mas sim aproveitadas como um conhecimento valioso, inerente apenas a quem vivencia o dia a dia do local (SILVA; ANJOS, 2012). Por meio do conhecimento de como as pessoas percebem e compreendem as diferentes particularidades de espaços urbanos ou rurais, são obtidos dados singulares e demonstrativos sobre o modo de desenvolver as atividades, e se relacionar com a natureza (LERÍPIO, 2004). Esta estratégia integra a gestão do conhecimento da sustentabilidade. Neste sentido, é imperativo o uso do conhecimento a favor da gestão sustentável dos destinos, pois como salienta Lisa (2008), a aplicação dos conceitos de desenvolvimento sustentável é um bom exemplo das dificuldades associadas com a difusão do corpo de conhecimento gerado por meio da pesquisa acadêmica para a indústria do turismo.

Um estudo realizado em cinco destinos turísticos no Queensland, na Austrália, teve por objetivo analisar a transferência de conhecimento acadêmico sobre sustentabilidade para a gestão do setor público de turismo. O resultado mostrou que, o vasto corpo de conhecimento sobre o tema não tem sido difundido de forma eficaz ao nível do destino onde ele é realmente necessário, por aqueles que planejam e gerenciam a atividade turística (RUHANEN, 2008). Em decorrência desse estudo, Ruhanen (2008) confirma que a abordagem da gestão do conhecimento é necessária para preencher esta lacuna de conhecimento prático. A gestão do conhecimento pode ser um componente importante para a aceleração de uma organização

para a sustentabilidade (DE OLIVEIRA; RODRIGUES, 2010), assim como a integração dessa com a gestão ambiental, haja vista a necessidade em gerir os diversos componentes do ambiente natural e antrópico, determinados pelo padrão de desenvolvimento almejado pela sociedade e pelos *stakeholders* (SEIFFERT, 2011).

2.2 O segmento de turismo de Sol e Praia

Uma das discussões sobre preservação ambiental e sustentabilidade nas formas de uso e ocupação do solo em zonas costeiras, reflete a preocupação dos órgãos institucionais em conciliar a proteção dos ecossistemas localizados nesses ambientes com as atividades produtivas. Inúmeras dessas atividades são praticadas na orla, devido à sua dinâmica socioespacial e econômica adjacente. Neste contexto, verifica-se ao longo das últimas décadas, a incidência cada vez maior de fluxos turísticos se instalando nas zonas costeiras, com a finalidade de praticar o turismo de sol e praia e constituir segundas-residências.

Corbin (1989) conta que a função balneária surge na Europa em meados do século XVIII, cuja principal motivação era os banhos de mar, considerados na época, como terapêuticos. O mar, a salinidade da água, o sol, a brisa e a paisagem marítima, mesmo que de modo tímido, surgem nesse período como um princípio para o restabelecimento físico e mental das populações mais nobres. No século XIX, a orla passa a ter uma função social, sendo na Europa o surgimento das primeiras “segundas residências”, principalmente na Inglaterra, França, Itália e Espanha, por meio dos *spas*, do iatismo, dos bailes e dos passeios à beira-mar (BRASIL, 2010a). A importância das regiões litorâneas em relação ao lazer no século XIX foi destaque na região do Mediterrâneo, que passou a ser um lugar de atração turística mundial, inicialmente para uma demanda seletiva e, a partir da década de 1960 com inserção do turismo de massa. Nessa década, o turismo começa a ser considerado como um fenômeno social, com o crescimento expressivo dos fluxos turísticos nas regiões litorâneas (BRASIL, 2010a). É ainda na década de 1960 que o segmento de turismo de sol e praia amplia-se para outros continentes, surgindo, assim, destinos turísticos litorâneos, como Acapulco (México), Viña Del Mar (Chile), Mar del Plata (Argentina), Punta Del Este (Uruguai) entre outros (BRASIL, 2010a; FRANCIA, 2012).

No Brasil, o processo de desenvolvimento do turismo de sol e praia se consolida nos anos de 1970 com a construção de segundas residências no litoral, localizadas em trechos significativos da orla. O segmento surge com maior incidência no estado do Rio de Janeiro, no bairro de Copacabana, tornando-se um marco desse processo (MORAES, 1995; MACEDO, 2004).

Macedo (2004, p.49) explica que “Copacabana era um subúrbio carioca, um bairro distante onde veraneavam ou moravam famílias abastadas”, e [...] “durante a primeira metade do século XX consolida-se como uma das mais importantes áreas habitacionais do país, tornando-se padrão de ocupação urbana à beira mar”. Ainda no Brasil, a região Nordeste merece destaque neste segmento, devido à extensão da orla, diversidade de ecossistemas presentes na zona costeira e influência climática que propicia a incidência de sol e calor o ano todo. Em meados dos anos de 1980, o turismo se consolida como principal atividade econômica nos municípios litorâneos, inicialmente complementando a atividade de pesca artesanal e agricultura de subsistência (NEMETZ, 2004), fortalecendo ainda mais a ocupação do litoral nas três décadas subsequentes, tomando áreas extensas, lineares e muitas vezes contínuas.

Cabe ressaltar a base legal que permeia o segmento de turismo de sol e praia, estando pautada nos aspectos de gestão patrimonial, ordenamento territorial, gestão de recursos hídricos, gestão da zona costeira e da orla marítima e gestão ambiental (BRASIL, 2010a). Neste contexto, as atividades do turismo de veraneio desenvolvem-se, de forma geral, em áreas consideradas de preservação permanentes, ecologicamente frágeis, cujos ecossistemas são tanto marinhos quanto terrestres. Logo, presume-se que os aspectos acima citados devem integrar-se, a fim de constituir uma gestão sustentável para o destino litorâneo.

O Ministério do Turismo do Brasil (MTur) propôs entre os anos de 2008 e 2010, o estudo de segmentação turística no país, tendo como princípio o direcionamento de estratégias para estruturação e comercialização de destinos e roteiros turísticos brasileiros. Entre esses segmentos, encontra-se o “Turismo de Sol e Praia”, que, segundo o MTur “constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (BRASIL, 2010a, p. 14). Segundo o MTur, pode-se ainda utilizar outras acepções para definir o segmento, como Turismo de Sol e Mar, Turismo Litorâneo, Turismo de Praia, Turismo de Balneário, Turismo Costeiro e, inúmeros outros. Assim, o turismo de sol e praia está associado à recreação, entretenimento, contemplação da paisagem combinados à atratividade da praia, caracterizado especialmente por temperaturas quentes ou amenas propícias à balneabilidade. Macedo (2004) complementa, expondo as características que atraem a visitação ao litoral, incluindo a estrutura morfológica de maior valor paisagístico da zona costeira, que segundo ele, é o mar. O autor salienta ainda que o mar contém atributos de alto valor paisagístico, qualificando uma praia e propiciando a preferência

por determinado grupo social (MACEDO, 2004). Alguns dos atributos de alto valor paisagístico citados por Macedo (2004, p. 56) merecem destaque:

- a) **excepcionalidade:** estrutura paisagística incomum para grande parte da população que reside nas terras interiores;
- b) **estética:** no século XX o mar é identificado culturalmente pelo seu alto valor cênico;
- c) **afetividade:** admirado e respeitado pelas comunidades que residem nas suas vizinhanças;
- d) **simbolismo:** assume para diversas populações e para muitos grupos sociais um valor até mesmo mítico.

Além desses atributos, os quais podem ser motivos de atração turística para o litoral, algumas atividades são praticadas com predominância no espaço costeiro, como os esportes náuticos, cruzeiros marítimos, contemplação da paisagem entre outros. O Quadro 1 ilustra algumas das atividades presentes no âmbito do segmento de turismo de sol e praia:

Quadro 1 – Atividades praticadas no ambiente do segmento de turismo de sol e praia.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Recreação de contato primário com a água	Banho de mar, rio, lago, etc.
Surf	É uma prática desportiva marítima, frequentemente considerada parte do grupo de atividades denominadas esportes radicais, dado o seu aspecto criativo.
<i>Kitesurf</i>	É um esporte aquático que utiliza uma pipa (também conhecida como papagaio) e uma prancha com uma estrutura de suporte para os pés. A pessoa, com a pipa presa à cintura, coloca-se em cima da prancha e, sobre a água, é impulsionada pelo vento que atinge a pipa.
<i>Windsurf</i>	O <i>windsurf</i> , ou prancha a vela, é praticado com uma prancha idêntica à prancha de surf e com uma vela entre 2 e 5 metros de altura e consiste em planar sobre a água utilizando a força do vento.

Mergulho	É uma prática que consiste na exploração subaquática, utilizando-se ou não de equipamentos especiais. Ex: livre, autônomo, dependente, flutuação etc. O mergulho é uma atividade normalmente considerada como turismo de aventura ou ecoturismo e, na maioria dos casos, são realizados no ambiente de Sol e Praia.
Atividades com equipamentos Náuticos	Atividades relativas ao mar, lago, rio, e/ou praticadas nas áreas marítimas, lacustres ou fluviais, com auxílio de equipamentos náuticos. Ex: Passeios de barco, jet ski, banana boat, caiaque, lancha, esqui-aquático etc.
Atividades esportivas e recreacionais (areia)	Todas as atividades esportivas e recreacionais praticadas na parte terrestre da orla. Ex: banhos de sol, caminhadas, frescobol, vôlei de praia, futevôlei, futebol de areia etc.

Fonte: Brasil, 2010a, p. 18.

Os destinos turísticos de sol e praia se diferem em seu processo de desenvolvimento ao longo do território, em função das diferentes atividades sociais e econômicas locais, ou seja, da dinâmica de uso e ocupação em termos de espaço e tempo. Uma das características predominantes dos balneários está associada à sazonalidade, ou seja, a oscilação da demanda em períodos específicos do ano, predominantemente nos meses mais quentes e de férias, denominado de “alta temporada”. Além dessa, destaca-se também o turismo de massa, por concentrar uma quantidade excessiva de visitantes, equipamentos e infraestruturas, no mesmo espaço geográfico e na mesma época do ano. Macedo (2004) ressalta que, devido a essas características, a vida urbana e até mesmo a economia do município passam a se estruturar em função exclusiva da temporada de verão. Pierri et al. (2006, p.154) consideram ainda a “afluência permanente de pessoas que vêm de outras regiões para estabelecer sua moradia no litoral, com expectativas de melhorar sua renda e qualidade de vida, em grande parte pessoas de baixa renda, buscando novas oportunidades”. Dessa forma, a densidade demográfica desses municípios vem aumentando consideravelmente ao longo das últimas décadas, trazendo inevitavelmente impactos negativos para o local, especialmente no tocante aos recursos ambientais, que por vezes não tem capacidade de suporte. Neste cenário, pode-se destacar a intensa urbanização das localidades, incremento da construção civil e, a especulação turística e imobiliária, com a implantação

de loteamentos, condomínios verticais e horizontais para fins de segunda residência e grandes empreendimentos turísticos (SILVA, SORIANO-SIERRA, 2013). Pesquisas sobre demanda turística internacional apontam que 60,4% dos turistas têm como motivação das viagens a lazer o turismo de sol e praia, enquanto para a demanda turística doméstica, este índice passa a 64,9% (BRASIL; FIPE, 2007; 2009). Esses números evidenciam claramente a profusão da população flutuante nos balneários.

2.3 Impactos do turismo para as regiões costeiras

O efeito do turismo de massa em destinações turísticas traz consigo inúmeros impactos, sendo eles negativos ou adversos assim como benéficos para a população local. Vasconcelos e Coriolano (2008, p.259) conceituam impacto socioambiental como “a reação na sociedade ou na natureza a uma ação ou atividade humana”. Pires (2010) explica que os impactos ambientais outrora advindos do turismo são amplos e multifacetados. Segundo o autor, os impactos (negativos ou benéficos) podem ser desencadeados a partir da implantação e do funcionamento da infraestrutura básica e de equipamentos turísticos e recreativos da cidade. Além disso, soma-se também o aumento do fluxo e a permanência dos visitantes nas localidades e destinos turísticos (PIRES, 2010). Para as cidades localizadas na zona costeira, estes impactos tem um índice ainda mais significativo, haja vista seu histórico de uso e ocupação do solo e poder de atração turística, onde o turismo se destaca, por exemplo, como gerador de mudanças nos valores culturais e na economia (VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008), como também é propulsor de degradação ambiental.

Nas mais variadas destinações ao redor do mundo, como as zonas costeiras do Caribe, da Ásia e da América do Sul, a degradação ambiental causada pelo turismo tem provocado perda nos negócios (UNEP, 2002 citado por PIRES, 2010). Os turistas, em especial os estrangeiros e com melhor poder aquisitivo, evitam praias poluídas, áreas naturais sujas por material descartável e com esgoto a céu aberto, bem como áreas já descaracterizadas por padrões urbanos de assentamento e arquitetura (PIRES, 2010). Pires (2010) complementa, ressaltando que o turismo de massa tem deixado marcas permanentes e muitas vezes irreversíveis em destinações pelo mundo todo; inclusive várias delas experimentando uma decadência no seu ciclo de vida. Estes eventos são por vezes decorrentes de um conjunto de impactos ambientais, como a transformação radical dos ecossistemas; consumo excessivo de recursos naturais; sobrecarga de efluentes e resíduos nos ambientes; topografia natural sensivelmente alterada e a descaracterização das paisagens naturais e culturais

preexistentes (PIRES, 2010). Vasconcelos e Coriolano (2008, p.263) ressaltam que “entre os impactos negativos provocados pelo turismo, o maior deles, em regiões costeiras, é a instalação da infraestrutura, assim como a falta dela no caso da geração, recolhimento e disposição adequada de resíduos sólidos e de esgotos”. Para Cooper et al. (2007), a deterioração física dos ambientes naturais e artificiais podem sofrer as seguintes consequências em municípios litorâneos: a) as dunas costeiras, por sobreuso podem ser danificadas e sofrer erosão; b) a vegetação pode ser destruída por frequentes caminhadas, quando não atendida a capacidade de carga do solo; c) a construção de uma superestrutura turística utiliza imóveis que podem prejudicar a estética do local; d) acúmulo de lixo em locais impróprios pode danificar a qualidade estética, como contribuir para a proliferação de vetores no ambiente, prejudicando a fauna e colocando em risco a saúde das pessoas. Pires (2010) ratifica que os impactos ambientais negativos do turismo podem ocorrer sobre o ambiente natural e seus componentes básicos (ar, água, vegetação, solos, vida selvagem, ecossistemas, formações rochosas, minerais, fósseis e paisagem). Macêdo (2011) expõe sua experiência ao investigar a influência da atividade turística na praia de Barra Grande, situada no município litorâneo de Cajueiro da Praia, litoral do estado do Piauí. Segundo o autor, a presença intensificada do turismo transformou o meio, alterando as relações sociais de produção, modificando o cotidiano das populações nativas e resultando em implicações de ordem sociocultural, ambiental e econômica.

São diversos os motivos que levam os municípios litorâneos a um rápido crescimento decorrente da atividade turística de veraneio, como já citado. O turismo de sol e praia pode levar um local a aumentar sua população em até cinco vezes ou mais, em alguns dos municípios brasileiros, como Florianópolis e Balneário Camboriú (SC), Caraguatatuba (SP), Guarapari (ES), Fortaleza (CE) entre outros (MACEDO, 2004; VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008). Esta demanda, cada vez mais consolidada e num ritmo crescente, acaba por exercer fortes pressões ambientais na estrutura urbana da localidade, como a dificuldade de atendimento a população com o abastecimento de água potável, a geração de resíduos sólidos e efluentes orgânicos, poluição por águas residuais, poluição do ar e poluição sonora. Polette (2006 citado por GIUMELLI, 2008) classifica estes motivos em duas categorias predominantes: estrutural-econômica e sociocultural. Ademais, outros fatores associados ao segmento de turismo de sol e praia podem ser limitantes para alcançar o desenvolvimento sustentável, como a forte especulação imobiliária motivando a ocupação descontrolada e adensamento da orla, assim como a verticalização da orla, limitando a qualidade da paisagem. Francia (2012)

comenta que, dado o primeiro passo para o desenvolvimento do turismo, os destinos litorâneos passam a ter conflitos sobre o território, gerando alto consumo de terra, mudanças culturais e impactos sobre os ecossistemas naturais. Lanza e Randazzo (2013) expõem o processo de erosão costeira que atingiu a praia da Sicília, maior ilha do Mediterrâneo, desencadeando o desaparecimento da praia e a danificação da avenida à beira mar, os quais foram causados pela crescente urbanização costeira, oriunda de casas de veraneio ou segundas residências e hotéis localizados à beira mar. Corroborando Lanza e Randazzo (2013), Scherer (2013), comenta sobre as consequências ambientais e sociais do mau uso dos bens públicos, neste caso, reportando-se à praia, destacando a vulnerabilidade dos ecossistemas costeiros frente à erosão e ao aumento do nível do mar, tal como ocorreu na praia da Sicília.

Contudo, torna-se relevante enumerar os benefícios ambientais de um destino litorâneo, naturalmente quando se tem uma gestão participativa e responsável, que atenda a base legal incidente sobre a zona costeira, e valoriza as informações e conhecimentos gerados pelos atores sociais que vivem o dia a dia do local. Willians e Micallef (2011, p. 88 citado por SCHERER, 2013, p.11) trazem alguns dos impactos benéficos, os quais são facilmente notados na concepção e objetivos do Projeto Orla, Brasil:

[...] utilização efetiva de um bem nacional de valor cada vez maior; aumento do turismo local e internacional; aumento na qualidade recreacional; contribuição na melhoria dos assentamentos urbanos adjacentes; aumento da proteção costeira; melhoria no monitoramento, aplicação da legislação, planejamento e tomada de decisões; promoção do desenvolvimento costeiro sustentável.

Macedo (2004) assevera que são poucos os municípios que conseguem se organizar para atender contingentes populacionais tão grandes, unicamente com a renda advinda desse tipo de turismo. Conforme o autor, o município entra num estado de deficiência crônica em quase todos os setores, que englobam serviços de infraestrutura básica de atendimento à população (fornecimento de água e tratamento de esgotos), redes viárias precárias, inexistência de espaços públicos de lazer e, quando existentes, mal equipados e inseguros, colaborando para problemas de ordem ambiental e social. Por outro lado, Cooper et al. (2007) garantem que quando o turismo é desenvolvido em um destino, a infraestrutura local tende a ser aprimorada para atender às necessidades da demanda,

prontamente beneficiando a comunidade local, acarretando por consequência, em um aumento na qualidade de vida dessas pessoas. Ainda assim, Cesar (2006 citado por FRANCIA, 2012) expõe o aumento de favelas urbanas associadas ao crescimento de loteamentos e condomínios de luxo, cujo público alvo desse tipo de empreendimento são as camadas médias e altas da população. O impacto social negativo emerge também do aumento de uso de drogas, álcool, prostituição e violência familiar (CESAR, 2006 citado por FRANCIA, 2012). Macedo (2004, p. 54), ao preconizar sobre impacto ambiental e social do turismo nas regiões costeiras, destaca que:

Um pequeno conjunto turístico, por si só, não constitui um perigo imediato à estação ecológica, pois apresenta todas as normas de controle de qualidade ambiental desejáveis, mas a sua presença favoreceria um adensamento urbano não desejável no local.

Ainda, é possível admitir que o uso da praia depende diretamente do desenvolvimento de seu entorno, pois a urbanização e uso do solo nas imediações da praia afetam a qualidade balnear (SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DE SANTA CATARINA, 2011).

Por outro lado, o espaço praial consiste em um local onde se desenvolvem as formas de lazer urbano, tanto ativo - como jogos, pesca amadora, natação, remo, como passivo - contemplação do mar e da paisagem (MACEDO, 2004). Estas atividades promovem o relacionamento social, como a conversa informal, a troca de informações e conhecimentos, o encontro de pessoas em estabelecimentos como bares e restaurantes, etc. (MACEDO, 2004). Além disso, o espaço público de lazer restabelece o corpo e a mente dos indivíduos, aliando o contato com a natureza com práticas de esportes e encontros casuais, favorecendo plenamente as atividades sociais.

Os impactos culturais sobre o destino litorâneo são considerados, assim como os ambientais e sociais, adversos ou benéficos ao local, sobretudo à população residente. Lugo (1991 citado por RUSCHMANN, 2001) menciona que a cultura de um povo constitui-se de seu posicionamento geográfico, de seu lugar na história, da época e das organizações culturais previamente existentes. As consequências do turismo sobre a cultura das regiões litorâneas tem sido preocupantes, considerando que o processo de urbanização exacerbada e os efeitos da globalização insurgem nos loteamentos, equipamentos turísticos e estrutura urbana local. Ruschmann (2001) esclarece que os impactos desfavoráveis apresentam-se com maior intensidade nos locais onde o fluxo turístico é muito grande

(turismo de massa). Sendo esta uma das características dos municípios litorâneos com turismo de sol e praia, alguns dos impactos culturais adversos se destacam na perda da identidade cultural da cidade e, por consequência, dos descendentes dos autóctones como os filhos de pescadores. Os descendentes passam a trabalhar nos estabelecimentos turísticos e não acompanham mais seus pais nas pescarias, quebrando assim um ciclo de transmissão de conhecimento e de cultura, muitas vezes secular (VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008). Além disso, a diminuição da pesca, levando muitos pescadores a deixar a profissão e a se inserir na “economia turística”, voltada exclusivamente ao atendimento e recepção do visitante. Ruschmann (2001) traz ainda a vulgarização das manifestações tradicionais e a destruição do patrimônio histórico cultural material e imaterial. Vasconcelos, Coriolano (2008) e Macêdo (2011) citam como exemplo, a diminuição, quando não a extinção ou substituição da pesca artesanal, que além de ser uma tradição dos pescadores locais, diminui a oferta de alimento (proteína animal) e traz a perda de renda pela comunidade.

Do mesmo modo, os impactos culturais favoráveis são evidentes em algumas porções do litoral, manifestando-se pela valorização do artesanato na venda de *souvenirs* e oficinas de conhecimento; valorização da herança cultural (processo de colonização do litoral); orgulho étnico; troca cultural entre visitante e residente e, a valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural, contribuindo prioritariamente para a disseminação do conhecimento tácito.

No tocante aos aspectos econômicos, da mesma forma, são detectados impactos positivos e limitantes nas regiões receptoras do turismo de sol e praia. Amazonas (2004) destaca alguns dos efeitos econômicos positivos observados em municípios litorâneos, como a valorização imobiliária da terra e dos imóveis, facilmente condicionada à qualidade ambiental natural da região; geração de empregos decorrente da atividade turística, que incute na implantação de empreendimentos e complexos turísticos, construção civil de loteamentos e demais estabelecimentos comerciais, promovendo o equilíbrio do mercado entre oferta e demanda. O efeito multiplicador do turismo, que segundo Dias (2005) cumpre um papel dinamizador na economia, multiplicando renda, empregos, transações e capital, gerando divisas para outros segmentos da cadeia produtiva. Ademais, há um aumento considerável da qualidade de vida da população local, uma vez que, devido aos efeitos econômicos positivos, há poder de compra e conseqüentemente maior conforto material, aumentando inclusive o Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Silva e Ferreira (2011) explicam as vantagens do turismo aliado ao setor imobiliário para alavancar a

economia local, os quais se articulam entre si de forma sinérgica. Segundo os autores, quando associados, “esses setores dinamizam sua capacidade de investimento em terras, produção de novas unidades e promoção do turismo da região, com vistas a sua expansão internacional” (SILVA; FERREIRA, 2011, p. 3). Presume-se também, que o fomento da economia atrelada ao turismo implica em investimentos públicos como vias de transportes, sinalização, segurança, geração de energia, obras de infraestrutura básica, estruturas de comunicação (AMAZONAS, 2004). Elementos como esses favorecem o conforto ambiental da comunidade residente, atraindo, sobretudo, investimentos externos e propiciando maior arrecadação em tributos. Francia (2012) traz um conhecimento relevante em relação às unidades econômicas dos destinos de sol e praia. Ele destaca a ausência de atividades produtivas do setor primário, uma presença irrelevante do setor secundário e a predominância das atividades terciárias, expressas no comércio e serviços de forma geral (FRANCIA, 2012).

Por outro lado, os efeitos econômicos negativos podem ocorrer caso o destino não tenha um planejamento estrutural-econômico e uma articulação entre os diversos atores sociais com o poder público. Destacam-se a inflação, especialmente nos períodos de maior concentração de pessoas no local, incorrendo tanto nos bens de consumo como no mercado imobiliário; especulação imobiliária e sobre o uso do solo, pressupondo o aumento constante no valor de mercado; exportações de produtos e serviços, tendo em vista a necessidade de contratação de pessoal qualificado para atuar no segmento, assim como de produtos e equipamentos com tecnologia agregada (DIAS, 2005). Em razão dessa necessidade, há perdas significativas de emprego e renda por parte da população local, pois, exportando mão de obra, o número de empregos diminui e, conseqüentemente, favorece a marginalização da comunidade local. Assim como, quando não há procura de bens de consumo locais, a rentabilidade dos produtores também diminui, acoplado-se aos demais impactos sociais negativos, num efeito dominó. Cooper et al. (2007, p. 280) ressaltam que “as economias precisam estar maduras para poderem se ajustar a essas pressões”.

Em suma, quando o destino turístico tem como característica principal a zona costeira e o segmento de turismo de sol e praia, sendo a orla o atrativo dos visitantes, é indispensável que haja uma gestão sustentável intensificada para desenvolver ambientalmente, socialmente e economicamente os espaços costeiros. Os padrões de desenvolvimento da zona costeira, em especial a orla, devem decorrer da integração das dimensões econômica, social e ambiental, refletindo os diferentes interesses e necessidades dos grupos sociais que vivem nas porções do litoral

(OLIVEIRA; NICOLODI, 2012). Assim, os esforços do poder público e iniciativa privada devem incidir sobre os impactos negativos do turismo no destino, aproveitando de forma proeminente o conhecimento dos atores sociais para o bem da coletividade e dos recursos naturais, minimizando seus efeitos sobre o meio. Oyola et al. (2011), salientam a importância da formulação de planos de ação em nível municipal e regional, assim como a definição de estratégias de curto e médio prazo para o destino, bem como o estabelecimento de práticas de referências, baseadas em casos e projetos de sucesso, como o *benchmarking*.

3 GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE EM DESTINOS TURÍSTICOS

A gestão da sustentabilidade é a essência do estudo, estando inteiramente relacionada à gestão do conhecimento. O capítulo inicia-se com uma breve explicação sobre as dimensões da sustentabilidade, fundamentais para a compreensão da gestão baseada no desenvolvimento sustentável, tanto para organizações públicas, como privadas. O segundo assunto elenca a percepção ambiental como meio facilitador de desvendar os julgamentos e expectativas do indivíduo acerca das transformações no ambiente social e ambiental, bem como esta se apresenta como um processo cognitivo inerente ao ser humano e, preponderante para a codificação do conhecimento individual e coletivo. O último tema traz conceitos e abordagens sobre a gestão da sustentabilidade, embora se tenha verificado poucos estudos com esta nomenclatura.

3.1 Dimensões da sustentabilidade¹

A produção capitalista, decorrente das Revoluções Industriais ocorridas no mundo, nos séculos XVIII e XIX, interviu positiva e negativamente sobre os principais impactos socioambientais vistos na atualidade. Um dos pontos em discussão na literatura sobre desenvolvimento sustentável está enraizado no paradoxo entre “crescimento” e “desenvolvimento” sustentado. Moraes Filho (2009) alega que as mudanças ambientais decorrentes do sistema produtivo capitalista e globalizado repercutem em todas as dimensões da vida cotidiana. Segundo o autor, essas mudanças são capazes de influenciar a atitude das pessoas, que, motivadas por uma sociedade consumista, acabam por exibirem comportamentos cada vez mais agressivos ao meio ambiente natural e, sobretudo, no ambiente organizacional, buscando tornarem-se competitivas a todo e qualquer custo.

No contexto econômico, desenvolvimento pressupõe o aumento do fluxo de renda real, isto é, o incremento na quantidade de bens e serviços produzidos por unidade de tempo à disposição de determinada demanda (FURTADO, 1961). Para Claro, Claro e Amâncio (2008), o conceito de

¹ Cabe destacar que, na atividade turística, ou seja, nos locais onde se desenvolve o turismo, as dimensões para o desenvolvimento sustentável foram discutidas sob o viés dos impactos socioculturais, econômicos e ambientais, tanto positivos quanto negativos. Este debate encontra-se no capítulo 2, seção 2.3 do referido trabalho.

desenvolvimento é entendido pelo processo de transformação econômica, política e, especialmente humana e social. O crescimento econômico, na visão de Sachs (2008), é distinto do desenvolvimento, uma vez que este deve ir além da mera multiplicação da riqueza material. “O crescimento é uma condição necessária, mas de alguma forma suficiente, para se alcançar a meta de uma vida melhor e mais completa para todos os cidadãos”. Já o “desenvolvimento, traz consigo a promessa de tudo – a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural” (SACHS, 2008, p. 13). O crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento, se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades sociais.

Tendo em vista este cenário, alguns especialistas como Maurice Strong e Ignacy Sachs, vêm alertando, desde a década de 1970, para a necessidade do ser humano repensar o modelo de crescimento econômico adotado (SEIFFERT, 2011). Moraes Filho (2009) aponta algumas das consequências provocadas pelo crescimento capitalista, citando o aumento do nível de *stress* das populações; violência urbana, que normalmente advém da somatização de angústias sociais e neuroses coletivas; individualismo como valor, reduzindo os níveis de solidariedade; pressão sobre o meio ambiente, incorrendo no esgotamento dos recursos naturais. Por um lado, tem-se a justificativa em aceitar a lógica consumista, como forma de manter o equilíbrio das variáveis: produção, emprego e consumo. Mas, por outro lado, esta mesma lógica torna-se condenável, pela degradação ambiental e social que provocam (MORAES FILHO, 2009).

Uma sociedade sustentável, que versa sobre o desenvolvimento prudente, sob o ponto de vista ambiental, é aquela que atende às necessidades atuais, sem comprometer as necessidades das futuras gerações. Premissa esta difundida pelo *Relatório Brundtland* (1987), da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, o qual sinaliza a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo da sociedade contemporânea, evidenciando a importância da relação “indivíduo e meio ambiente” (FERREIRA, 2012). Na concepção de Claro, Claro e Amâncio (2008), o foco do desenvolvimento sustentável deve incidir no equilíbrio da proteção ambiental com o desenvolvimento social e econômico, induzindo os gestores de organizações públicas e privadas, e demais organizações não governamentais, à responsabilidade comum no processo de mudança, em que a exploração de recursos naturais, investimentos financeiros e tecnologias deverão adquirir uma relação harmoniosa.

Sachs (2008) explica que desenvolvimento sustentável inclui uma dimensão importante, muitas vezes ignorada pelas sociedades – a dimensão

da sustentabilidade social. Ela está alicerçada pela ética sobre as populações e sociedades, na perspectiva de “buscar soluções triplamente vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais” (SACHS, 2008, p. 15). O conceito de desenvolvimento sustentado tem sido tema de discussão e constantes debates por organizações internacionais, e naturalmente, evidenciam diferentes interesses e múltiplos entendimentos. Contudo, todos os conceitos incutem a predominância das três dimensões mais relevantes: econômica, social, ambiental ou ecológica (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008). Elas são interdependentes, ou seja, não é possível isolá-las, uma vez que a premissa de desenvolvimento sustentável envolve as diferentes abordagens do bem estar de uma sociedade, enfatizadas nestas dimensões.

Sachs (2008) aborda cinco dimensões para o desenvolvimento sustentável, os quais são também discutidos por Seiffert (2011) com a inclusão de uma sexta dimensão. Para Sachs (2008), a compreensão das dimensões para a sustentabilidade é fundamental por motivos intrínsecos como instrumentais, devido à ameaça ditadora da exacerbação capitalista sobre muitos locais do planeta.

A dimensão social visa o aspecto social relacionado à qualidade de vida dos seres humanos, bem como suas habilidades, dedicação e experiências (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008). Neste enfoque, Silva (1994) e Sachs (2008) acreditam que a sustentabilidade social está baseada na redução das diferenças entre a opulência e a miséria, por meio de uma engrenagem, que engloba, por exemplo, nivelamento do padrão de renda da população; acesso a educação, moradia e alimentação, entre outros, com garantias ao atendimento às necessidades biofisiológicas e de formação intelectual. Para o pressuposto social, Seiffert (2011) salienta a importância da equidade intrageracional e intergeracional. A primeira busca a paridade na forma de distribuição de renda e ao usufruto dos recursos naturais para a geração atual. A segunda, por sua vez, está associada à paridade na forma de distribuição de renda e ao usufruto dos recursos naturais entre gerações.

A dimensão da sustentabilidade ambiental, também conhecida por ecológica, condiz aos sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos, assim como busca também, por meio da tecnologia, ampliar a capacidade de renovação dos recursos naturais e diminuir o teor de resíduos no meio natural, visando à proteção ambiental dos ecossistemas (SACHS, 2008). Na área empresarial, a sustentabilidade ambiental procura estimular as empresas a adotarem práticas de mínimo impacto nos seus processos, na intenção de contribuir para a integração da gestão ambiental na rotina de trabalho de todos os colaboradores, iniciando pela alta administração.

Claro, Claro e Amâncio (2008, p. 293) confirmam que “o papel da alta administração é fundamental para que as iniciativas e os esforços da organização rumo à proteção e às responsabilidades socioambientais tenham sucesso”. Na prática, isso significa redução dos efeitos ambientais negativos no meio ambiente, por meio de atividades permanentes de monitoramento, inclusão de tecnologias no processo, análise do ciclo de vida do produto, entre outras (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008). Seiffert (2011) considera a dimensão ambiental pela limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos não renováveis, redução do volume de resíduos gerados e outros tipos de poluição, autolimitação do consumo material pelos países ricos, aumento da pesquisa de tecnologias limpas para a produção mais limpa e, a definição de diretrizes para uma adequada proteção ambiental.

No contexto da dimensão econômica, Sachs (2008) condiciona a aplicação de recursos de forma mais eficiente, junto ao princípio da equidade. A sustentabilidade econômica inclui a economia formal, mas também as atividades informais, que naturalmente proveem serviços para os indivíduos, aumentando a renda monetária e o padrão de vida da sociedade (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008). Silva (1995) e Seiffert (2011) explicam que a sustentabilidade econômica pode ser alcançada pela alocação eficiente dos recursos e pelos investimentos públicos e privados nos serviços básicos de infraestrutura, de forma equilibrada. Isso implica na valorização do bem ambiental no processo produtivo.

A quarta dimensão da sustentabilidade citadas por Sachs (2008) e Seiffert (2011) denomina-se espacial, geográfica ou territorial. Esta se caracteriza pela distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades. Seu objetivo está em reduzir a concentração da população nas áreas metropolitanas; frear a destruição dos ecossistemas; alavancar a agricultura por meio de técnicas sustentáveis (SACHS, 2008). Seiffert (2011) refere-se ainda à necessidade de estruturação de uma configuração rural-urbana mais equilibrada, com melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e atividades econômicas. Segundo o autor, esta dimensão está relacionada com diversas formas de poluição, decorrentes do processo de urbanização e verticalização demasiada nos aglomerados urbanos, limitando cada vez mais o espaço físico das cidades. Ademais, a degradação ambiental nas áreas agrícolas e os desequilíbrios ambientais são provocados por processos de produção e ocupação do espaço físico ecologicamente inadequados, favorecendo a mais desigualdades sociais.

A dimensão cultural está envolta aos processos que viabilizem mudanças culturais e que ampliem o conceito de eco-desenvolvimento para o ecossistema local. Ao mesmo tempo em que se deve respeitar a cultura

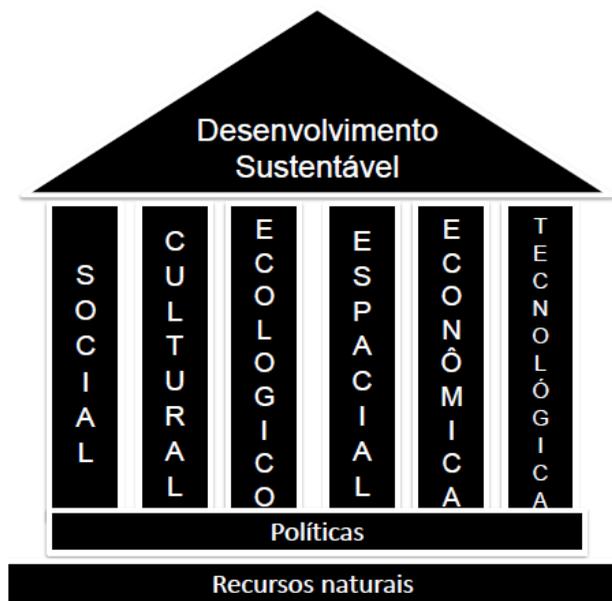
local, uma vez que esta é inerente à história do ser humano, sendo importante e necessária a conservação do patrimônio histórico - cultural dentro do sistema (SACHS, 2008; SEIFFERT, 2011). Seiffert (2011) acrescenta a importância de incorporar valores ambientais por meio da educação ambiental, uma vez que o processo educacional efetivo tem a capacidade de moldar o caráter dos indivíduos, formando cidadãos completos e ambientalmente sensibilizados.

A tecnologia é acrescentada por Seiffert (2011), como a sexta dimensão à sustentabilidade. De acordo com o autor, as dinâmicas socioeconômicas e ambientais e suas relações com o desenvolvimento sustentável requer a inclusão das inúmeras alternativas tecnológicas para auxiliar os processos produtivos, adaptando-os a melhor eficiência na prevenção e redução de recursos ao longo da cadeia produtiva. A tecnologia faz o papel de agente criador de desenvolvimento para a busca de soluções de conservação dos recursos limitados. A esse respeito, Mitidieri (2009, p. 40) afirma:

Para a busca de alternativas aliadas ao uso da tecnologia, seria recomendável adotar políticas de desenvolvimento tecnológico que considerem as diversas dimensões da sustentabilidade. O campo da gestão tecnológica oferece um espaço privilegiado sobre as formas mais adequadas de se assegurar a harmonização de objetivos sociais, econômicos, políticos, culturais, espaciais e ambientais. O uso da tecnologia envolve a concepção e a implementação de sistemas compatíveis com as peculiaridades de cada contexto histórico, social e ecológico, conduzindo à utilização mais equilibrada das inovações científicas e do conhecimento (grifo nosso).

À medida que a sociedade evolui, aspectos como inovação e criatividade devem ser motivados como meio de melhorar continuamente processos produtivos, espaços públicos, gestão organizacional aliada à sustentabilidade, bem como alavancar soluções para que se cumpra o efetivo papel do desenvolvimento sustentável. Por isso, a tecnologia surge como uma ferramenta importante para a gestão da sustentabilidade. Seiffert (2011) pressupõe as seis dimensões como sendo os pilares de sustentação para o desenvolvimento sustentável, como mostra a Figura 1:

Figura 1 – Pilares do desenvolvimento sustentável.



Fonte: Seiffert, 2011, p. 37.

Além das dimensões citadas, a criação de políticas públicas coerentes e compatíveis com a realidade, deve ser pensada como alicerce para o desenvolvimento sustentável, uma vez que a legislação, programas e projetos governamentais constituem a base do sistema para um mundo mais justo e sustentável, evidentemente, aliadas à gestão organizacional das empresas. Assim, políticas e programas ambientais devem considerar uma integração das seis dimensões do desenvolvimento sustentável, de modo a contribuir efetivamente, por meio de diretrizes e alternativas, para o bem estar das populações e equilíbrio dos ecossistemas (SEIFFERT, 2011; SACHS, 2008).

3.2 Percepção ambiental

O estudo da percepção ambiental está intimamente relacionado aos processos cognitivos, numa perspectiva em que os indivíduos possam compreender melhor as suas relações com o meio ambiente, seja, individual ou coletivamente, em suas expectativas, julgamentos e condutas (LERÍPIO; CAMPOS; SELIG, 2003). Os processos cognitivos abarcam a inteligência, num campo em que ela age ativamente ao processo perceptivo, incluindo

motivações, humores, necessidades, conhecimentos tácitos, valores, julgamentos e expectativas (DEL RIO; OLIVEIRA, 1996). O processo perceptivo é entendido, portanto, “a partir de filtros individuais e culturais, que condicionam a apreensão de componentes da configuração ambiental” (DIEDERICHSEN, 2013, p.38).

Na visão de Pompílio (1990 citado por LERÍPIO; CAMPOS; SELIG, 2003), a percepção ambiental de uma população sofre influências do sistema central normativo (normas, valores e política), bem como do modelo de desenvolvimento definido para o município, região ou organização. Assim, a percepção ambiental de distintos atores sociais pode fornecer subsídios ao estabelecimento de instrumentos que visem minimizar possíveis conflitos ambientais, junto à implementação de programas de gestão sustentável para o local (VASCO; ZAKRZEWSKI, 2010).

Os resultados oriundos das percepções ambientais (julgamentos e expectativas) de determinado grupo de pessoas, pode contribuir para uma gestão sustentável nas regiões turísticas, a partir da esfera pública. “Eficientes tomadas de decisão em questões ambientais demandam do entendimento de como as pessoas percebem e avaliam as probabilidades de eventos incertos” (LERÍPIO; CAMPOS; SELIG, 2003, p.124). Deste modo, é válido investigar qual é a percepção que os indivíduos têm de projetos implementados; de como a cultura e a experiência afetam essa percepção; quais são as suas atitudes e de outros em relação ao meio ambiente; e qual é o papel que a percepção ambiental desempenha no arranjo espacial do meio ambiente e na alteração das paisagens (DEL RIO; OLIVEIRA, 1996).

O turismo, enquanto atividade econômica fundamenta-se na inter e na multidisciplinaridade, possibilitando a interação dinâmica e contínua entre os visitantes e o núcleo receptor. Por meio do instrumental da percepção, é possível identificar os desejos e necessidades dos visitantes. Costa (2011, p. 156) expõe que “os visitantes procuram vivenciar suas expectativas na realidade, agregando aos lugares os valores relacionados a seus sonhos e fantasias de consumo, quaisquer que seja o tipo de turismo”. O autor salienta ainda que os moradores do local turístico “vivenciam transformações em seu meio e muitas vezes em seu modo de vida, deixado pela atividade turística e suas incursões” (Idem, 2011, p. 156). Portanto, estudos de percepção ambiental resultam em conhecimentos explícitos para fins de planejamento, seja nas organizações públicas ou privadas, no segmento turístico ou outros.

Nas ciências sociais e humanas, os estudos a respeito da percepção ambiental têm tido predominância sobre os espaços urbanos, áreas naturais e de proteção, regiões costeiras, ou de patrimônio cultural, com relevante apelo à atividade turística. Ao retratar os principais estudos teóricos acerca

da percepção do ser humano sobre o espaço, Chauí (1998 citado por DIEDERICHSEN, 2013) aponta a correlação de três paradigmas: empirista, intelectualista e fenomenológica, sendo esta, a mais aplicada atualmente. No campo das ciências sociais e humanas, a abordagem qualitativa vinculada ao paradigma interpretativo/fenomenológico tem predominado, especialmente quando a intenção do pesquisador é o de valorizar a experiência dos atores sociais e sua relação com o objeto (VASCO; ZAKRZEWSKI, 2010). Neste mesmo enfoque, Lerípio; Campos e Selig (2003, p. 123) apresentam:

A percepção envolve a seleção, a identificação e a codificação de informações relevantes, dentro de um contexto lembrado de informações passadas. As atitudes de grupo e sociedade estão de acordo com o que a cultura aceita como mensagem verdadeira, ou seja, que esteja de acordo com as imagens da sociedade.

Os problemas ambientais são conhecidos por toda a humanidade, entretanto, somente são percebidos por uma pequena fração da população e, por uma parcela menor ainda dos gestores públicos ou privados. As mudanças no modo de pensar e agir desse pequeno, porém representativo grupo de pessoas e instituições tem determinado uma série de iniciativas em busca do desenvolvimento sustentável (LERÍPIO; CAMPOS; SELIG, 2003).

Muitos planos e programas institucionais tem exigido, para fins de planejamento e aporte financeiro, a participação da sociedade nas decisões públicas, sobretudo quando há previsão de produzir alterações no ambiente. A participação social tem aparecido ainda, como elemento chave nas estratégias para o desenvolvimento sustentável, vinculada ao entendimento da necessidade de compromisso e consenso da representatividade social, no intuito de prover mudanças positivas nos modos de vida da coletividade (CLAYTON; BASS, 2002).

Assim, o estudo da percepção ambiental da comunidade onde se pretende investigar, tende a apontar as características do grupo, facilitando aos planejadores, o desenvolvimento de projetos e programas segundo a identidade local, seus valores, suas perspectivas e sua interpretação acerca da realidade vivenciada. Além disso, supõe a forma como esses indivíduos reconhecem e se relacionam com o meio ambiente natural (LERÍPIO; CAMPOS; SELIG, 2003).

3.3 Gestão da sustentabilidade: conceitos e definições

A gestão da sustentabilidade pode ser definida como uma estratégia corporativa que respeita não só as metas econômicas, mas também os aspectos ambientais e sociais (SCHALTEGGER, 2011). Resultados econômicos das organizações passam a depender cada vez mais de decisões empresariais que consideram a incompatibilidade entre lucratividade econômica e as questões socioambientais; a valorização de práticas ambientais por parte de clientes, comunidade e parceiros e, a preferência dos consumidores por produtos e serviços que adotam processos ambientalmente corretos. Atitudes como essas acabam refletindo no faturamento final da organização (TACHIZAWA; ANDRADE, 2008).

Para que uma organização possa atuar sob os princípios da gestão da sustentabilidade, Laszlo (2003) indica que ela deve se orientar como sendo parte de um sistema maior – uma ecologia de negócios, estendendo-se a um sistema socioeconômico ainda maior. Isto proporciona a necessidade de incorporar a abordagem de sistemas que, de acordo com Esquer-Peralta; Velazquez e Munguia (2008) pode ajudar na identificação e solução de problemas ambientais por meio de uma visão holística para a sustentabilidade.

Starik e Kanashiro (2013) definem gestão da sustentabilidade como a formulação, implementação e avaliação de decisões e ações empresariais que estejam relacionadas a aspectos ambientais, sociais e econômicos. Para os autores, essas ações e decisões estão focadas tanto no indivíduo, na organização e na sociedade.

Starik e Kanashiro (2013) explicam que uma teoria de gestão da sustentabilidade está fundamentada por valores, os quais são justificados por Joyner e Payne (2002, citado por STARIK; KANASHIRO, 2013), como sendo as crenças, suposições e desejos dos indivíduos, como uma ação humana voluntária. Essa teoria engloba, em princípio, seis valores adotados como premissas na gestão da sustentabilidade.

O conjunto de valores humanos contribui para o alcance da sustentabilidade, especialmente em nível individual, mas existente também e, não menos importante, nos níveis organizacional e social. Segundo Starik e Kanashiro (2013), os valores humanos consistem na manutenção dos processos da vida, pois significa atender às necessidades biofísica e psicoemocional dos humanos em vários níveis. Em segundo lugar, outro valor relacionado à gestão da sustentabilidade é a resiliência, ou seja, a capacidade que um sistema tem de suportar várias e múltiplas pressões sobre a vida, assim como a força de recuperação a um determinado dano. No entendimento de Starik e Kanashiro (2013), a resiliência é afetada por

questões biofísicas e psicoemocionais. Um terceiro valor está relacionado às forças extrínsecas, como violência, conflitos, doenças e acidentes. A pressão ou conflito, tanto intrínseco e extrínseco pode ser reduzido com antecedência, e não apenas confrontado depois que ocorre (STARIK; KANASHIRO, 2013). Em quarto lugar, a eficiência é destaque como valor à sustentabilidade, muito comumente abordada em termos econômicos em algumas teorias tradicionais de gestão. A eficiência pode ser aplicada a praticamente qualquer sistema (uma vez que todos os sistemas, por definição, têm entradas e saídas). Na gestão da sustentabilidade, uma vez mais, no caso de seres humanos, organizações e sociedades, a eficiência pode ser considerada em ambos os domínios biofísico e psicoemocional, no sentido de não desperdiçar recursos naturais ou esforços mentais, temporal e relacional humanos. Um quinto componente se traduz pelo conjunto de valores de proteção, conservação, preservação e restauração. Para Starik e Kanashiro (2013), esses valores se integram aos indivíduos, na perspectiva de harmonizar a relação desses com o meio ambiente, e aumentar a capacidade de sobrevivência dos ecossistemas em longo prazo. Finalmente, dada a amplitude do potencial de conceitos e a prática da sustentabilidade, muitos outros valores, para além dos acima descritos podem ser incluídos em uma teoria de gestão da sustentabilidade, como defendem Starik e Kanashiro (2013, p.16), “inovação, evolução, aprendizagem, colaboração, tenacidade, durabilidade, adaptabilidade, a racionalidade, a empatia, responsabilidade, justiça, reflexão e espiritualidade”. Uma lista de valores vinculada à sustentabilidade tem como característica, contribuir para a melhoria dos vários níveis de qualidade de vida das sociedades em nível global.

Na concepção de Jacobi (2003), a gestão da sustentabilidade deve reforçar a importância das políticas socioambientais junto às demais políticas públicas, favorecendo a disseminação das informações e a participação da comunidade nas decisões. A participação dos atores sociais numa gestão baseada na sustentabilidade deve estimulá-los e motivá-los a serem protagonistas, na intenção de “multiplicar informações, decodificá-las e superar os níveis de desinformação e desinteresse das pessoas, por meio de um processo contínuo de implementação de políticas públicas pautadas numa lógica de corresponsabilidade” (grifo nosso) (JACOBI, 2004, p.334).

A literatura sobre gestão da sustentabilidade é relativamente nova, embora algumas formas de gestão tem sido adotadas como sinônimos, como por exemplo, a gestão ambiental. É visto que o objetivo da gestão da sustentabilidade está na preocupação com o equilíbrio entre a sociedade, meio ambiente e economia, mas, sobretudo, em reconhecer os indivíduos

como parte integrante e essencial do sistema vital a vida. Por isso, o valor concebido às pessoas e aos ecossistemas deve ser garantido por uma gestão pública e privada eficientes, e que atendam às dimensões da sustentabilidade.

4 PROJETO ORLA: princípios norteadores, arcabouço legal e institucional

O capítulo quatro caracteriza-se como um dos elementos principais do referencial teórico, haja vista a importância em se compreender os princípios norteadores, o arcabouço legal e institucional acerca de um projeto nacional de gerenciamento costeiro. A primeira seção explana sobre a zona costeira brasileira, definições de orla marítima, praia, terrenos de marinha e seus acrescidos e, descreve brevemente a zona costeira catarinense, bem como sua gestão. A segunda seção traz sucintamente experiências de gestão da zona costeira de outros países, propiciando a breves comparações com a gestão costeira no Brasil, bem como detalha os objetivos e competências do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. A seção três aborda os objetivos do Projeto Orla como um instrumento do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, detalhando as responsabilidades e formas de atuação nas três esferas governamentais, citando sua base legal, ou seja, a legislação federal que rege o Projeto Orla.

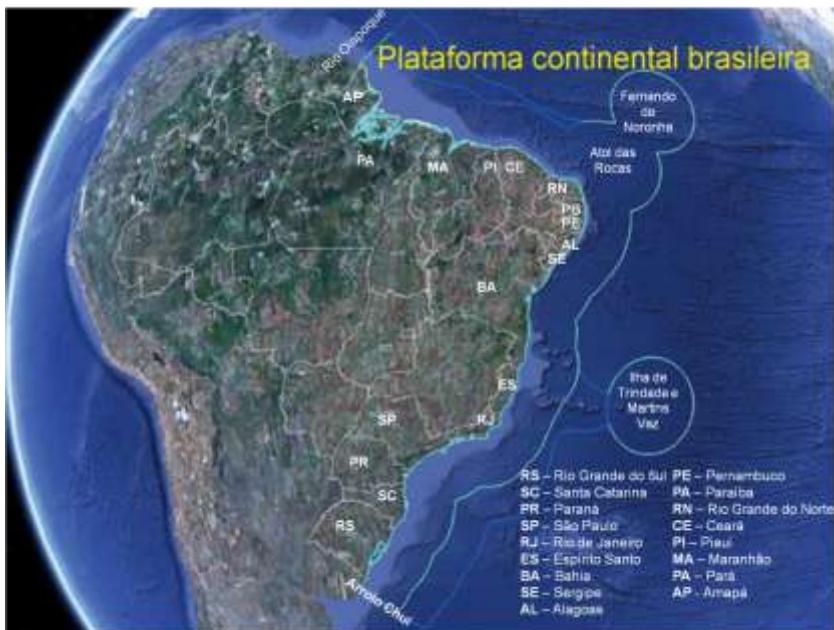
4.1 Caracterização da zona costeira brasileira

A Zona Costeira Brasileira foi declarada como patrimônio nacional e bem de uso comum do povo na Constituição Federal Brasileira de 1988. O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) a define como a porção constituída pelos territórios dos municípios litorâneos, mais o mar territorial (de 12 milhas náuticas de largura) (MORAES; ZAMBONI, 2004), correspondendo ao espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra (incluindo seus recursos), abrangendo uma faixa marítima e uma faixa terrestre. A Constituição Federal, no parágrafo 4º, do art. 225, define a zona costeira como “patrimônio nacional e especifica que sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”. (BRASIL, 1988).

Com relação à sua extensão territorial, a Zona Costeira Brasileira se estende da foz do rio Oiapoque (04°52'45''N), que banha o estado do Amapá e delimita ao norte o Brasil, à foz do Arroio Chuí (33°45'10''S), na divisa do estado do Rio Grande do Sul com o Uruguai, e dos limites dos municípios da faixa costeira, a oeste, até as 12 milhas náuticas, incluindo as áreas em torno do Atol das Rocas, dos arquipélagos de Fernando de Noronha e de São Pedro e São Paulo e das ilhas de Trindade e Martin Vaz, situadas além do citado limite marítimo. A faixa terrestre, de largura variável, se estende por aproximadamente 10.800 quilômetros ao longo da

costa, se contabilizadas suas reentrâncias naturais, e possui uma área de aproximadamente 514 mil km², dos quais 324 mil km² correspondem ao território de 463 municípios distribuídos ao longo dos 17 estados litorâneos (SILVA, MODESTO, 2012). A Figura 2 ilustra a delimitação da zona costeira brasileira.

Figura 2 - Delimitação da zona costeira brasileira, com destaque para os estados que compõem sua porção terrestre e o limite da Zona Econômica Exclusiva (12 milhas náuticas).



Fonte: Adaptado de Brasil, Ministério do Meio Ambiente, 2013; Oliveira; Nicolodi, 2012.

De acordo com Silva e Modesto (2012), a população residente na zona costeira atingiu 50,7 milhões de habitantes em 2010, equivalente a 26,6% da população brasileira, com uma densidade populacional de aproximadamente 110 hab./km². Destaca-se que 19 das 40 regiões metropolitanas brasileiras encontram-se à beira-mar, das quais três estão em Santa Catarina, concentradas nas regiões norte e nordeste catarinense, Foz do Rio Itajaí (centro norte) e capital do estado, Florianópolis (ZAMBONI;

NICOLODI, 2008; OLIVEIRA; NICOLODI, 2012; SILVA, MODESTO, 2011).

O litoral passou a ser referência para muitas pessoas, desde o tempo da colonização do país, caracterizando-se como área de atrativo para a ocupação e uso do solo. Moraes (1999) complementa que, historicamente, a costa constitui um espaço de adensamento populacional e de difusão de fluxos povoadores, além de exercer forte pressão sobre os recursos naturais, proveniente de atividades produtivas, tais como portuária, petrolífera, química, pecuária, pesqueira, agrícola, turística, urbanística e de aquicultura.

Oliveira e Nicolodi (2012) explicam que a carta magna identifica as praias marítimas, os terrenos de marinha e seus acrescidos, o mar territorial, as ilhas oceânicas e costeiras como bens da União. Esta identificação se dá em função da importância destes espaços à defesa da soberania nacional, à conservação do meio ambiente, à proteção aos povos indígenas (reconhecidos como os primeiros proprietários da terra) ao controle sobre a exploração dos recursos naturais e à garantia da propriedade sobre os imóveis adquiridos pela União, revertendo, posteriormente, rendas para a União (OLIVEIRA; NICOLODI, 2012). Por definição, conforme o Decreto n.º 9.760/1946, os terrenos de marinha constituem os espaços territoriais que se situam em uma faixa de 33 metros, medidos horizontalmente, a partir da linha das áreas inundadas pela maré alta do ano de 1831, assim denominada de “Linha de Preamar Média de Sízígia” de 1831 (BRASIL, 1946). Logo, os terrenos de marinha são considerados aqueles: “a) situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagos, até onde se faça sentir a influência das marés; b) os que contornam as ilhas situadas em zonas onde se faça sentir a influência das marés”. Os acrescidos de marinha “são formados, naturalmente, pela ação dos ventos e das águas, ou artificialmente, e estão localizados na costa marítima do litoral brasileiro, no continente e nas margens dos rios e lagoas, até onde ocorre a influência das marés” (BRASIL, 1946). A esse respeito, Machiavelli (2008, p. 8), apresenta uma reflexão, enfatizando que:

A delimitação destes terrenos apresenta carga de incerteza, fruto da necessidade de se estabelecer a Linha de Preamar Média de 1831, atribuindo-se a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) a obrigação de identificar, demarcar, cadastrar, registrar, fiscalizar, regularizar as ocupações e promover a utilização destes bens imóveis da União.

Os terrenos de marinha e seus acrescidos podem ter sua destinação de uso sob diferentes regimes, como elencado no Projeto Orla. Os regimes se aplicam a permissão de uso e concessão de direito real de uso resolúvel, locação, arrendamento, alienação, ocupação, cessão a aforamento (podendo ser gratuito ou oneroso). A cessão pode se dar de forma onerosa, gratuita (para finalidades de cunho social) e especial. O interesse público se sobressai neste último caso, que pode implantar equipamentos de uso comum do povo para atividades diversas, observado sempre o interesse social, encargos, normas e restrições da cessão originária, no caso, a União (BRASIL, 2006).

Para Saule Junior (2006), os terrenos de marinha e seus acrescidos constituem espaço estratégico para o estabelecimento de políticas públicas como a regularização fundiária, ordenamento das cidades, proteção do meio ambiente e das comunidades tradicionais e de apoio ao desenvolvimento sustentável, conferindo aos bens da União a função socioambiental. O Decreto Federal nº 3.725 de 10 de janeiro de 2001 que regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União. Esta norma prevê a implantação de projetos demonstrativos de uso sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas costeiros, concernentes à implementação de uma política de gestão ambiental, em comum acordo entre União, estados e municípios. Estas ações foram estabelecidas a título de compensação por possíveis impactos sobre os espaços costeiros, decorrentes de processos antrópicos, como:

[...] instalações portuárias, marinas, complexos navais e outros complexos náuticos, desenvolvimento do turismo, de atividades pesqueiras, da aquicultura, da exploração de petróleo e gás natural, de recursos hídricos e minerais, aproveitamento de energia hidráulica e outros empreendimentos considerados de interesse nacional (BRASIL, 2001).

Os diversos impactos antrópicos incidentes sobre a zona costeira permitem refletir na necessidade de um gerenciamento integrado institucional, cabendo aos municípios, estados e União unir esforços para mitigar os impactos ambientais e propiciar formas de desenvolvimento sustentável, segundo os limites geológicos de uso e ocupação para a costa brasileira. Moraes e Zamboni (2004) corroboram comentando que, sem o disciplinamento do uso do solo em seu entorno, torna-se impossível manter padrões de qualidade ambiental para esses espaços, pressupondo assim,

ações pontuais da esfera estadual e municipal na aplicação dos instrumentos de gerenciamento costeiro.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), baseado na Política Nacional dos Recursos do Mar e na Política Nacional de Meio Ambiente, é instituído pela Lei nº 7.661, de 1988, que tem como um dos objetivos principais o ordenamento dos usos na zona costeira visando à conservação e proteção dos recursos costeiros e marinhos. O Decreto nº 5.300 de 2004, que regulamenta a Lei nº 7.661 de 1988 estabelece seus objetivos, com destaque para o V objetivo, que versa sobre a importância da produção e disseminação do “conhecimento” para promover o desenvolvimento da zona costeira:

I - a promoção do ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros [...];

II - o estabelecimento do processo de gestão, de forma integrada, descentralizada e participativa, das atividades socioeconômicas na zona costeira, de modo a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural;

III - a incorporação da dimensão ambiental nas políticas setoriais voltadas à gestão integrada dos ambientes costeiros e marinhos, compatibilizando-as com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC;

IV - o controle sobre os agentes causadores de poluição ou degradação ambiental que ameacem a qualidade de vida na zona costeira;

V - a produção e difusão do conhecimento para o desenvolvimento e aprimoramento das ações de gestão da zona costeira (BRASIL, 2004).

Logo, o conhecimento acerca dos problemas e conflitos incidentes sobre a zona costeira deve ser explicitado e compartilhado entre as esferas governamentais para garantir ações efetivas por meio do gerenciamento participativo, voltado à manutenção do equilíbrio morfodinâmico dos ecossistemas presentes na costa brasileira, assim como proteger o patrimônio nacional e melhorar a qualidade de vida das populações que vivem nessas regiões.

4.1.1 ORLA MARÍTIMA: DEFINIÇÕES E DESDOBRAMENTOS

A orla constitui a faixa de contato da terra com um corpo de água e pode ser formada por sedimentos não consolidados (praias e feições associadas) ou rochas e sedimentos consolidados, geralmente na forma de escarpas ou falésias (MUEHE, 2004). Para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a orla pode ser definida como uma unidade delimitada pela faixa de interface entre a terra firme e o mar. Esse ambiente caracteriza-se pelo melhor balanço morfodinâmico, no qual interagem fenômenos terrestres e marinhos, sendo os processos geológicos e oceanográficos os elementos básicos de formação dos principais tipos de orla, como: costas rochosas, falésias, praias arenosas, praias de seixos, planícies lamosas, manguezais e formações recifais. A estes fatores se associam também condicionantes geográficas como o clima e a hidrografia para compor os ambientes naturais litorâneos (BRASIL, 2006). Moraes (2004, p. 44) em uma definição mais simplificada, define orla como a “borda marítima imediata de uma unidade espacial maior, que no planejamento brasileiro, é definida como a zona costeira, formada pelos territórios municipais do litoral, e também por uma faixa marítima (grifo nosso)”. Muehe (2004, p. 13) assevera que a alta dinâmica da orla está associada tanto a processos naturais, “como a processos antrópicos que podem acelerar os efeitos de erosão, conferindo à orla peculiaridades que requerem esforços permanentes para manutenção de seu equilíbrio”.

A vegetação predominante na orla está associada à vegetação de restinga e dunas, que segundo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é o conjunto de ecossistemas que compreende comunidades vegetais florísticas, situadas em terrenos predominantemente arenosos, de origem marinha, fluvial, lagunar, eólica ou pela combinação destas. Estas comunidades vegetais encontram-se em praias, cordões arenosos, dunas e depressões associadas, planícies e terraços (CONAMA, 1999). O art. 3º, inciso I, da Lei nº 7.661/1988 diz que o zoneamento de usos e atividades na zona costeira deve dar prioridade à conservação e proteção das restingas, dunas e mangues.

A respeito dos limites de proteção da costa, o Decreto-lei nº 5.300/2004 define os limites² para a orla, segundo os seguintes critérios: **a)**

² A proposta de delimitação da orla marítima representa uma inovação na gestão da zona costeira, e foi construída tendo por referência a experiência internacional sobre a matéria e a **avaliação do conhecimento existente sobre a dinâmica costeira do litoral brasileiro**. Trata-se, assim, de proposta que contempla o "princípio da precaução", pois

na zona marítima, até a isóbata de 10 metros, profundidade na qual a ação das ondas passa a sofrer influência da variabilidade topográfica do fundo marinho, promovendo o transporte de sedimento, e **b) na zona terrestre**, 50 metros em áreas urbanizadas ou 200 metros em áreas não urbanizadas, demarcados na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, tais como restingas, manguezais, lagunas, etc. (BRASIL, 2004). A Figura 3 desenha os limites da orla marítima no Brasil. A proposta de delimitação adotada combina os critérios de fragilidade e/ou vulnerabilidade natural como erosão e ritmos de ocupação ocorrentes no litoral brasileiro. Estabelece, portanto, uma faixa de proteção da costa na intenção de manter as características paisagísticas e prevenir quanto à elevação do nível do mar, contemplando o "princípio da precaução", podendo aumentar ou diminuir dependendo da tendência erosiva observada, e da elevação das marés (Figura 3) (FREIRE, 2002; OLIVEIRA; NICOLODI, 2012).

Figura 3 – Representação dos limites adotados para a orla marítima do Brasil.



Fonte: Brasil, 2006, p. 26.

Segundo Clark (1995) os limites estabelecidos para a orla em outros países do mundo são variados, chegando até 500 metros como na Grécia, enquanto na Espanha a faixa de proteção pode variar de 100 a 200 metros. Os limites mais largos são adotados tendo em vista as restrições específicas de alguns países como instalações de novas indústrias na orla, proteção de manguezais, proibição de casas de veraneio, etc. As larguras

envolve localidades cuja dinâmica ambiental ainda não é suficientemente estudada (BRASIL, 2006, p. 29).

mais frequentes variam de 100 a 50 metros (CLARK, 1995). Cabe ressaltar que os limites estabelecidos no Brasil como em outros países podem ser considerados limites de planejamento e ocupação especial, pois nem os limites do Projeto Orla são fixos. Além disso, estes limites não significam, a rigor, zonas de proteção (como no caso da Espanha), mas sim um limite dentro do qual se deve realizar um planejamento participativo.

Moraes (2007) elucida que a orla constitui um espaço multiuso sujeita a sérios conflitos socioambientais resultantes do seu processo de uso e ocupação, quando não seguem os princípios norteadores da legislação vigente, que abarcam o desenvolvimento sustentável. O Projeto Orla salienta a importância em distinguir e mensurar a definição do perfil socioeconômico para cada trecho da orla para fins de gestão, como também para mapear as relações sociais e atividades econômicas locais. Para isso, foram definidas no projeto duas atividades praticadas, sendo a primeira delas àquelas **“praticadas no espaço da orla”**, como: comércio (quiosques, vendedores ambulantes, restaurantes, bares), prestação de serviços (aluguel de barcos e outros equipamentos, cursos de surf, mergulho, etc.), manifestações culturais (festas religiosas ou cívicas), lazer (banho de mar, pesca, esportes náuticos, esportes praticados na areia, recreação, etc.), extrativismo, maricultura, atividades do setor portuário e petrolífero. O segundo grupo compõe as atividades **“praticadas no entorno”**, que geram grande impacto sobre o espaço costeiro, como: indústrias, construção civil, mineração, agricultura, pecuária, extrativismo, exploração de óleo e gás, entre outras (BRASIL, 2006). Considera-se que os levantamentos socioeconômicos acrescentam elementos de avaliação dos impactos resultantes da ação antrópica sobre o ambiente físico e, ao mesmo tempo permite melhores condições de planejamento sobre o espaço.

A valorização da zona costeira e seus atributos naturais, paisagísticos e biológicos têm sido crescentes, devido às suas características naturais e potencialidades para as atividades produtivas, especialmente no tocante ao turismo. É visto nos balneários, nas últimas décadas, a implantação de *resorts* e de condomínios de luxo vinculados a uma política imobiliária de crescimento, levando às cidades a um consumo excessivo de recursos naturais, as quais não têm condições de suporte, devido ao aumento da população em períodos sazonais. Esse ritmo de ocupação desconsidera muitas vezes a comunidade local e afeta ambientes significativos de suporte/proteção à orla, como os manguezais, as matas de restinga, os recifes de corais, entre outros considerados de alta fragilidade e alta produtividade biológica (BRASIL, 2010a). Contudo, com o aumento da antropização decorrente destas atividades, planejar e instituir um modelo de gestão torna-se imprescindível. As iniciativas de um novo modelo de gestão

da orla estão vinculadas em grande parte a uma perspectiva sobre os rumos desejados, pois a partir da multiplicidade das percepções sociais e sistemas de valores, se possam alcançar algum estilo de governança mais prudente e equitativo (MARTINES ALIER, 2011; VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005; OLSEN, 2000).

- Tipos genéricos de orla marítima, formas de acesso e estágios de urbanização

Os espaços definidos na orla devem ser compreendidos para fins de planejamento e gestão. Suas definições metodológicas são utilizadas para o desenvolvimento das ações do Projeto Orla, constantes no manual de orientação e metodologia do projeto. Duas tipologias foram definidas com base em dois critérios, sendo o primeiro deles, a avaliação de características fisiográficas, incluindo os processos naturais e antrópicos e, um segundo critério, que busca verificar os índices de ocupação humana instalada (BRASIL, 2006). Por fim, definiram-se duas tipologias, as quais enfocam: a) **a forma da orla, sua posição e características físicas** e, b) **os níveis de ocupação e de adensamento populacional na orla** (BRASIL, 2006).

A primeira tipologia, além de descrever a forma da orla, sua posição e características físicas, também descreve as condições gerais de qualidade da água litorânea e outros aportes terrestres, como mostra o Quadro 2. Tais elementos se mostram importantes para a compreensão e conhecimento dos profissionais que devam atuar na implementação de projetos de gestão na orla.

Quadro 2 – Forma da orla, posição e características físicas.

TIPOLOGIA DA ORLA	DESCRIÇÃO
Orla Abrigada	Ambiente litorâneo constituído por golfos, baías, enseadas, estuários ou praias protegidas da incidência direta de ondas, com taxa de circulação restrita, e, conseqüentemente, baixa taxa de renovação da água. Esse tipo de orla raramente apresenta sistemas de dunas frontais desenvolvidas. Frequentemente exhibe amplas planícies com presença de costões e/ou ecossistemas inundáveis do tipo marismas, manguezais, campos de gramíneas submersas, planícies lamosas, etc. Geralmente apresenta sedimentos de granulometria fina (areia fina e muito fina, silte e argila) e

	<p>salinidade sujeita a flutuações acentuadas em função de sua maior interação com os sistemas continentais e da baixa dinâmica de origem marinha. <u>Denota-se a presença de praias com formato predominantemente côncavo, típicas de litorais recortados</u> e com face pouco ou não voltada para a direção de maior incidência da ação dominante dos ventos e ondas.</p>
Orla Exposta	<p>Ambiente litorâneo constituído por costões rochosos ou praias oceânicas, com elevada taxa de circulação e renovação de água. Geralmente caracterizada por praias abertas, com zona de arrebentação bem desenvolvida e presença frequente de sistemas de dunas frontais, que podem variar quanto ao nível de desenvolvimento e quanto à presença de vegetação fixadora. <u>As praias apresentam formato de baixa concavidade,</u> sendo mais retilíneas e de orientação normal à direção de maior incidência da ação dominante dos ventos e ondas, com sedimentos geralmente compostos por areia grossa, média e fina.</p>
Orla Semiabrigada	<p>Apresenta características intermediárias entre as áreas expostas e abrigadas. O sistema de similaridade com o de praias protegidas, porém o tamanho ou orientação da praia permite alguma ação hidrodinâmica periódica relacionada com fenômenos meteorológicos e /ou oceanográficos. Frequentemente ocorrem, nesse tipo, <u>praias abertas para a entrada de baías ou de enseadas muito amplas, protegidas da ação direta dos sistemas frontais predominantes, apresentando comumente formato côncavo ou de baixa concavidade,</u> com a presença de granulometria constituída por areia média a muito fina. Podem ocorrer trechos mais sujeitos à ação de ondas e praias mais protegidas em função de processos de refração e difração.</p>

Fonte: Brasil, 2006, p. 29-31.

A segunda tipologia descreve os níveis de ocupação e de adensamento populacional na orla, fundamentais para compreender os

aspectos socioeconômicos vigentes em cada trecho. Estes elementos permitem traçar referências para a implantação de ações e definir estratégias de gestão a serem implementadas, inclusive identificando as situações que requerem ações mais preventivas ou mais corretivas (BRASIL, 2006). O Quadro 3 mostra uma síntese dos quatro tipos genéricos de orla, segundo estudos dos Ministérios do Meio Ambiente e do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o Projeto Orla.

Quadro 3 – Níveis de ocupação e de adensamento populacional na orla.

TIPOLOGIA DA ORLA	DESCRIÇÃO
Orla Não Urbanizada	Refere-se às áreas de baixíssima ocupação, contendo paisagens com alto grau de originalidade natural e com baixo potencial de poluição sanitária e estética, geralmente associada a atividades rurais; são os <i>habitats</i> principais das populações ditas “tradicionais”. Trata-se de áreas de difícil acesso ou até isoladas.
Orla em Processo de Urbanização	São as áreas de baixo ou médio adensamento de construções e população, apresentando indícios de ocupação recente ou em processo de ocupação atual, incluindo ainda os balneários. São áreas com paisagens parcialmente antropizadas, em processo de mudança cultural, podendo ocorrer atividades rurais remanescentes, e com médio potencial de poluição sanitária e estética.
Orla com Urbanização Consolidada	Refere-se às áreas de médio a alto adensamento de construções e população, apresentando paisagens altamente antropizadas, com múltiplos usos e um alto potencial de poluição sanitária e estética. Trata-se de orla claramente cidadina, variando segundo os níveis de hierarquia urbana.
Orla de Interesse Especial	São espaços destinados a usos específicos definidos institucionalmente em categorias especiais como: militares; de tráfego aquaviário; com equipamentos geradores de energia; de unidades de conservação; tombadas; de reservas indígenas, comunidades tradicionais ou

	remanescentes de quilombolas.
--	-------------------------------

Fonte: Brasil, 2006, p. 31-32.

Alguns trechos de orla com urbanização consolidada apresentam, em geral, suas praias e áreas de costão facilmente acessíveis por vias lideiras, localizadas nas praias ou nas encostas dos costões, o que pode causar danos ambientais como a destruição de faixas de areia, dunas e vegetação nativas, como é o caso do município de Itapema. Genericamente, a metodologia do Projeto Orla exemplifica quatro formas de acesso à praia, sendo: **a) duas diretas** (por avenida ou rua beira-mar) e **b) duas indiretas**³ (ruas sem saídas ou por acessos de pedestres, que podem ser simples passagens ou generosos jardins). Cabe ressaltar que é ilegal o impedimento do acesso à praia por construções ou muros, já que esta é bem de uso comum do povo. (BRASIL, 2006). Com relação ao estágio de urbanização, a orla pode ser caracterizada por três categorias:

- a) **horizontais** (orlas total ou parcialmente ocupadas por casas ou edifícios de, no máximo três andares, em mais de 50% da área;
- b) **verticais** (orlas total ou parcialmente ocupadas por casas ou edifícios de, mais de três andares, em mais de 50% da área, podendo ainda ser subdividida em **orla verticalizada baixa** (suas construções não ultrapassam cinco andares ou 18 metros de altura) e **orla verticalizada** (suas construções ultrapassam, na sua maioria, cinco andares ou 18 metros de altura, formando paredes);
- c) **mista** (não se observa na orla uma predominância numérica e visual de nenhum dos tipos apontados de edificações).

A orla, seja horizontal ou vertical, pode ser qualificada em função da configuração paisagística da urbanização, no que se refere à existência ou não de vegetação dentro dos lotes e nos espaços públicos, como arborização e gramados ou ainda, remanescentes da flora nativa (restingas ou manguezais) (BRASIL, 2006). As possibilidades de configuração são:

³ A partir da década de 1960, nos loteamentos destinados aos segmentos de maior poder aquisitivo, como as de Balneário Camboriú (SC) ou de Guarujá (SP), iniciou-se a implementação de projetos urbanísticos, nos quais a praia não está mais acessível aos automóveis, chegando-se a ela por caminhos para pedestres, com estacionamentos em ruas vizinhas ou espaços especialmente construídos para tal fim (BRASIL, 2006). Esta configuração contempla também a orla do bairro Meia Praia do município de Itapema, objeto de estudo desta pesquisa.

- a) **orla rústica:** apresentam lotes grandes, esparsos, contínuos ou não, entremeados de vegetação nativa, pomares ou coqueirais;
- b) **orla bairro jardim:** apresentam lotes grandes, edifícios distanciados uns dos outros, sendo todos os espaços ocupados por jardins, ruas arborizadas e as calçadas por vezes gramadas;
- c) **orla urbana comum:** o loteamento contém espaços ocupados por jardins de pequeno porte, sendo estes jardins convencionais e ruas arborizadas. Os edifícios situados na orla urbana comum seguem recuos mínimos exigidos pela legislação vigente (BRASIL, 2006).

As formas de configuração da orla são encontradas em toda a costa brasileira, principalmente nas áreas semiconsolidadas urbanas e também nas áreas urbanas consolidadas, tendo em vista a forte influência da atividade turística e, da especulação imobiliária nestes espaços. Eis a relevância do conhecimento destes elementos, que configuram e caracterizam os trechos da orla segundo os aspectos ambientais, socioeconômicos e espaciais para uma gestão eficaz e sustentável.

4.1.2 PRAIAS: DEFINIÇÕES E DESDOBRAMENTOS

No domínio da zona costeira, as praias são formadas pela área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece outro ecossistema (BRASIL, 1988). O PNGC, definido pela Lei nº 7.661/1988, em seu art. 10º dispõe que “as praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica”. Os bens de uso comum do povo são destinados ao uso coletivo, podendo ser usados indistintamente pelas pessoas, em igualdade de condições.

O litoral brasileiro está dividido em termos macrorregionais, sendo: litoral Norte, litoral Nordeste, litoral Sudeste e litoral Sul. Moraes (2004, p. 34) complementa esta divisão ao propor a distinção de dois grandes grupos numa perspectiva apoiada nas formas de apropriação da terra e na densidade de ocupação:

- a) um plenamente integrado à economia de mercado e com um padrão urbano de uso do solo, cobrindo desde a costa gaúcha até o litoral oeste, próximo a

- Fortaleza (CE), onde as praias isoladas ou próximas à paisagem naturais são residuais;
- b) outro, ainda vivendo majoritariamente formas de apropriação tradicionais (pré-capitalistas), que engloba a zona costeira amazônica e adjacências, onde as aglomerações populacionais são pontuais e predominam praias pouco ocupadas do ponto de vista demográfico.

As praias correspondem ainda a uma área de aproximadamente 82.800 hectares, consideradas um dos principais atrativos turísticos do Brasil. Nota-se que empreendimentos e localidades planejados que levam em conta as particularidades sociais e ambientais de cada praia podem ser vetores de desenvolvimento sustentável. A esse respeito, o Mtur afirma que a zona costeira vem sendo objeto de estudos de interesse do turismo, seja em função dos levantamentos para diretrizes de uso e ocupação (zoneamento), seja para caracterização socioeconômica da orla, envolvendo os atrativos naturais (manguezais, restingas, baías, sacos, penínsulas/cabos/pontas, falésias, dunas, recifes) voltados à qualidade ambiental e como atratividade turística. Havendo a capacidade de oferecer um ambiente de qualidade e sustentabilidade para as diversas atividades presentes na orla, o turismo pode trazer melhorias sociais, econômicas e ambientais para a zona costeira, minimizando riscos à população local e mitigando os inúmeros impactos ambientais decorrentes (BRASIL, 2010a; SILVA; SORIANO-SIERRA, 2013; SCHERER, 2013). Moraes (2004) corrobora a discussão, afirmando que de modo geral, são as funções turísticas (balneabilidade e beleza cênica do espaço praias), as principais responsáveis pela dinâmica vivenciada no espaço costeiro na atualidade. Para o autor, as chamadas **idades médias** da zona costeira (definidas por serem regiões mais povoadas) abrigam segundas residências e atividades intensas de veraneio, podendo ser qualificadas como balneários (MORAES; 2004). Por outro lado, a atividade turística, aliada a assentamentos urbanos, indústrias, exploração de recursos naturais, entre outras atividades impactantes, são vetores responsáveis pelo aceleração do processo de uso, ocupação e degradação da zona costeira e por consequência, das praias (HARVEY; CATON, 2003).

Moraes (2004, p. 37) sugere uma tipologia de praias em função do ritmo e da magnitude das atividades de veraneio e turismo. Para ele, esta classificação deveria contemplar as seguintes situações genéricas: “praia em área de ocupação intensa (degradada ou conservada); consolidada; recente; em processo de ocupação; com projetos de ocupação; ocupação por

populações tradicionais e, de reserva tradicional”. Novamente, ao adotar uma tipologia, ter-se-á maior familiaridade ao (re) conhecer o ambiente e normatizar sobre ele.

Como visto, as praias são locais de uso democrático e de livre acesso a todos os brasileiros, sendo que suas formas de uso e atividades devem estar regulamentadas e fiscalizadas. Apesar disso, a gestão de praias apresenta diversos desafios, como destacado pelo Projeto Orla (BRASIL, 2006), especialmente aqueles relacionados à: regularização fundiária, ordenamento dos empreendimentos turísticos e de projetos urbanísticos, ordenamento de barracas/quiosques de praia, manutenção da acessibilidade à praia, conservação de biodiversidade e de culturas tradicionais, minimização de processos erosivos, entre outros. Estes eventos demonstram que nem sempre as atividades desenvolvidas nas praias são devidamente organizadas. Ademais, Scherer (2013) ressalta que as praias caracterizam-se por ser um dos primeiros ambientes a sofrer as consequências das mudanças climáticas, tais como a combinação da elevação do nível do mar com eventos climáticos extremos mais frequentes e rigorosos.

Mesmo que as praias apresentem diferentes formas de uso, onde diversas atividades são desenvolvidas, o MMA e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), na coordenação do Projeto Orla, ratificam que não é admissível a utilização privativa de áreas de uso comum do povo por expressa disposição legal, uma vez que não são bens disponíveis para esse fim, devendo a sua utilização se destinar a toda coletividade. Assim, as praias não podem ter usos privados, de maneira continuada (BRASIL, 2006; SCHERER, 2013). Mesmo assim, se verifica este impedimento em muitos condomínios urbanísticos no litoral, os quais facilitam o fechamento e “privatização” das praias (MACEDO, 2004), como, por exemplo, os *resorts de praia*.

Scherer (2013) lembra que atualmente a gestão eficiente de praias e o direito de usufruir deste espaço nem sempre são aspectos notados no litoral brasileiro. As iniciativas de gestão do espaço costeiro não correspondem à crescente ocupação e uso, aos desafios eminentes das mudanças climáticas, à necessidade de acesso livre por todos e à conservação da biodiversidade. Apesar de constar como competência da SPU a gestão e fiscalização das praias, na grande maioria das vezes são exercidas pelo poder municipal, que quase sempre não dispõe de “conhecimento técnico” para esta função. Ressalta-se, no entanto, que o instrumento, no contexto da Gestão Costeira no Brasil, que tem o objetivo de aplicar diretrizes de disciplinamento de uso e ocupação da orla na atualidade, incluindo as praias, é o Projeto Orla, que está sendo implementado progressivamente nos municípios costeiros de todo o país.

4.1.3 GESTÃO DA ZONA COSTEIRA CATARINENSE

O litoral catarinense apresenta 564 quilômetros de linha de costa, cujos limites se dão, ao norte com o município de Itapoá na divisa com o estado do Paraná até o município de Passo de Torres, divisa com o estado do Rio Grande do Sul. A partir da década de 1980, a zona costeira catarinense sofreu uma profunda aceleração de sua população, motivada pelo incremento e desenvolvimento do turismo de sol e praia, incorrendo em transformações econômicas, ambientais e, sobretudo, espaciais (BITENCOURT; SORIANO-SIERRA, 2008). A zona costeira catarinense apresenta aproximadamente 2.681.852 habitantes, com uma taxa de crescimento ao ano de 2,16% (SILVA, MODESTO, 2012). O litoral catarinense tem se caracterizado por compor uma estrutura minifundiária, utilizando-se do solo para produção de culturas diversificadas e de subsistência. A pesca artesanal tem participação na economia local, mas o turismo vem se consolidando como um setor econômico dinâmico e expressivo (AGENDA 21 CATARINENSE, 2004).

A gestão costeira em Santa Catarina está legalmente instituída pelo Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro (GERCO/SC), com início em 1987. O marco legal do Gerenciamento Costeiro no Estado, foi efetivado com a promulgação da Lei Estadual nº 13.553/2005 e do Decreto nº 5.010/2006, que respectivamente instituíram e regulamentaram o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC) estabelecendo seus objetivos, além de estratégias, metas e instrumentos para sua implantação no estado de Santa Catarina.

O GERCO/SC busca integrar os diversos níveis de governo, bem como a participação da iniciativa privada, universidades, entidades ambientalistas e demais entidades representativas da sociedade civil organizada, como forma de descentralizar e democratizar as responsabilidades relativas à tutela do meio ambiente. Seu objetivo está em desenvolver atividades e ações que permitam o uso sustentável dos espaços litorâneos, por meio de diretrizes, estratégias e ações de gestão, visando resgatar e preservar o ambiente costeiro catarinense e contribuir para a elevação do nível socioeconômico da população que vive nesses locais. Atualmente, a responsabilidade da gestão costeira catarinense está a cargo da Secretaria de Estado de Planejamento (SPG). (SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, 2013).

O Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina divide a zona costeira em cinco setores, sendo: litoral Norte, litoral Centro-norte, litoral Centro-sul e litoral Sul, envolvendo **trinta e nove municípios**

litorâneos, conforme demonstra o Quadro 4, com destaque para os municípios que já implementaram ou estão em processo de implementação o Projeto Orla. Com essa subdivisão houve um avanço considerável em termos de participação em ações e projetos, como na elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro. Polette et al. (2006) indicaram que o Estado catarinense contou com alguns avanços, salientando o esforço de elaboração do Plano de Gestão e conhecimento sobre as dinâmicas ecossistêmicas.

Quadro 4 – Relação dos municípios abrangidos pela faixa terrestre da zona costeira catarinense

SETORES	MUNICÍPIOS⁴
Setor 1 – litoral Norte	Araquari, Balneário Barra do Sul , Barra Velha, Garuva, Itapoá , Joinville, São Francisco do Sul .
Setor 2 – litoral Centro-norte	Balneário Camboriú , Bombinhas , Camboriú, Itajaí , Itapema , Navegantes , Balneário Piçarras, Penha, Porto Belo .
Setor 3 – litoral Centro	Biguaçu, Florianópolis , Governador Celso Ramos , Palhoça, Paulo Lopes, São José, Tijucas.
Setor 4 – litoral Centro-sul	Garopaba, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna , Laguna , Tubarão.
Setor 5 – litoral Sul	Araranguá , Balneário Arroio do Silva , Balneário Rincão , Pescaria Brava , Balneário Gaivotas, Içara, Passo de Torres, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio.

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento de Santa Catarina, 2013.

Muitos dos municípios costeiros catarinenses estão se adequando ao Projeto Orla, subsidiados pela Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla (CTE-Orla), que foi instituída em 20 de abril de 2005 pelo Decreto n° 3.077/2005 (SANTA CATARINA, 2005). Segundo a coordenadora de projetos especiais da Superintendência do Patrimônio da União no estado de Santa Catarina, os municípios que já assinaram o Termo de Adesão ao Projeto Orla somam-se 18. São eles: **Itapoá**, **Joinville**, **São Francisco do Sul**, **Balneário Barra do Sul**, **Navegantes**, **Itajaí**, **Balneário Camboriú**,

⁴ Os municípios destacados em negrito já foram implementados ou estão em processo de implementação do Projeto Orla.

Itapema, Porto Belo, Bombinhas, Governador Celso Ramos, Florianópolis, Laguna, Pescaria Brava, Jaguaruna, Araranguá, Balneário Rincão e Balneário Arroio Silva, tendo previsão ainda para a assinatura do Termo de Adesão, os municípios de **Biguaçu e Palhoça** (SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, 2013). Cabe destacar que nem todos os municípios mencionados já elaboraram o Plano de Gestão Integrada ou que tenham o Comitê Gestor Municipal em funcionamento, como também, alguns destes já implementaram o projeto em algum(ns) trecho (s) da orla municipal, como o município de Itapema.

Conforme já exposto, a legislação brasileira que conduz a gestão costeira no Brasil remonta ao ano de 1988, com a Constituição Federal e o PNGC. Contudo, ressalta-se a importância em conhecer a legislação comparada de outros países sobre a gestão da zona costeira, com vistas a refletir sobre o compromisso internacional com este ecossistema.

4.2 Legislação incidente sobre a zona costeira: antecedentes institucionais e legislação comparada

O conceito de zona costeira surgiu, pela primeira vez, num texto internacional na Recomendação nº 92, do Plano de Ação pelo Meio Ambiente, na Conferência de Estocolmo, Suécia em 1972. Tempos depois, o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) definiu as zonas costeiras como um *bien national de grand valeur* (RUFINO, 2004). Desde então, as zonas costeiras passaram a ser reconhecidas em nível mundial, dada sua importância nos aspectos econômicos, ambientais e sociais. No tocante a esta consciência pelas nações, a gestão dos espaços litorâneos tem sido alvo de preocupação de organizações internacionais e regionais (RUFINO, 2004). Portanto, eis a relevância em conhecer a forma de gestão desse espaço em países que legislam sobre a zona costeira, de modo a socializar as inovações na forma de gestão, e inevitavelmente, comparar à legislação brasileira. Um legislador espanhol, ao editar a *Ley de Costas* em 1988, na Espanha, relatou que não se pode desconsiderar a experiência jurídica e administrativa do próprio país, nem de países análogos ao seu (RUFINO, 2004).

A União Europeia criou em 1996, o programa de demonstração da Comissão Europeia sobre a gestão integrada das zonas costeiras. Contudo, antes mesmo deste programa, o Conselho da Europa, de 1973 já preconizava regulamentação sobre os espaços costeiros, por meio da Resolução nº 29/1973, que cita as seguintes prescrições: a) criação de limites para áreas edificadas; b) subordinação das licenças para construção;

c) princípio do livre acesso às margens do mar, cuja concretização se daria por meio de equipamentos públicos adequados e pela incorporação ao domínio público dos terrenos necessários; d) regulamentação da exploração dos recursos naturais e adoção de um sistema de controle de qualidade das águas costeiras (RUFINO, 2004; BRASIL, 2010a). Cabe ressaltar o princípio do livre acesso à fachada marítima para uso público disposto no Conselho da Europa, que também está amparado pela legislação brasileira, no PNGC e na Constituição Federal Brasileira de 1988, quando considera as “praias bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar”. Rufino (2004) cita que alguns países já transpuseram esse princípio para disposições de caráter legislativo, como o princípio que determina a harmonia arquitetônica e paisagística dos equipamentos turísticos, outrora, muito comum na orla dos balneários.

O primeiro país que adotou lei específica para o litoral foi, provavelmente, a Espanha, com a Lei de Costas, de 1969 (RUFINO, 2004). Um dos objetivos da Lei de Costas é garantir o uso público do mar, da orla e de todo o domínio público marítimo-terrestre, sem exceções além daquelas derivadas de razões de interesse público devidamente justificadas⁵ (SCHERER, 2013). De acordo com a Lei de Costas Espanhola (JEFATURA DEL ESTADO/ESPAÑA, 1988), há também um limite de 500 metros (restrições ao uso) desde o final das dunas, no caso de solos não urbanizados. Nesta área definem-se acessos, zona de proteção, de até 200 metros, estacionamentos, equipamentos turísticos, restrições à urbanização entre outros. A Lei de Costas determina áreas de restrição ao uso, independentemente do tipo de ecossistema presente. No Brasil, a restrição total ao uso existe somente se configurado o ecossistema de restinga (CONAMA, 2002), levando a possíveis discussões sobre a aplicação ou não da restrição (SCHERER, 2013).

A Noruega instituiu sua legislação em 1971 sobre planificação de praias e áreas de montanha (BECET, 1987 citado por RUFINO, 2004). A Suécia instituiu faixa de proteção da orla de 100 metros, proibindo toda construção, salvo em casos especiais, assim como a Dinamarca que estabeleceu para seu litoral a mesma proibição de construção na faixa de 100 metros. Neste mesmo contexto, a Itália, por meio da Lei de 8 de agosto de 1985 proíbe qualquer modificação do ambiente fora das zonas urbanizadas sobre a faixa de 300 metros medidos a partir do mar. Esta proibição somente pode ser discutida quando as autoridades competentes adotam planos de urbanismo que levam em conta a necessidade de preservar os espaços naturais (KLEMM, 1990 citado por RUFINO, 2004).

⁵ Tradução da autora.

A legislação norte-americana - *Coastal Zone Management (Act-CZMA*, de 1972) impõe a proteção da zona costeira segundo os interesses das gerações atuais e futuras, evidenciando claramente o princípio do desenvolvimento sustentável. Seus programas de proteção à costa consideram os valores ambientais, históricos, culturais e estéticos, além da necessidade de desenvolvimento econômico e da participação dos atores sociais no processo decisório de uso do espaço. “O sistema de licenciamento dos usos e atividades compreende, além da consulta recíproca das autoridades federais e estaduais, a garantia de realização de audiências públicas”. (RUFINO, 2004, p. 73). Este direcionamento é visto também no Brasil, por meio da metodologia do Projeto Orla, que somente legitima o Plano de Gestão Integrada da orla mediante a participação da população local, por meio de audiência pública.

No direito brasileiro, o arcabouço jurídico-administrativo, introduzido pela Lei nº 7.661/1988, configura-se como marco inicial de atuação normativa e administrativa para a gestão da zona costeira brasileira. Ademais, no contexto da Lei nº 7.661/1988, é estabelecido um sistema descentralizado de regulação das atividades humanas na zona costeira, por meio de um zoneamento e normas de caráter obrigatório, sancionado pelo poder de polícia (RUFINO, 2004). O autor considera ainda o pioneirismo da legislação brasileira em alguns pontos, haja vista que ele é decorrente da mesma tendência observada em muitos países, como exemplo a implantação de sistemas de controle das atividades antrópicas sobre o espaço costeiro, reconhecidamente frágil e valioso. Rufino (2004, p. 81) expõe, com muita sabedoria:

A partir do momento em que a preservação e a gestão integrada passem a incorporar políticas públicas consistentes, será possível estabelecer os condicionamentos necessários a fim de que a utilização pública ou privada desses bens naturais se realize consoante os princípios preconizados no plano internacional para o gerenciamento das zonas costeiras.

Poder-se-ia resgatar e discutir a legislação comentada de outros países que tem na zona costeira um relevante patrimônio natural, contudo, o objetivo é o de proceder a breves comparações com a gestão costeira do Brasil, e não a discorrer arduamente sobre este assunto.

4.2.1 PLANO NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO (PNGC)

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) foi constituído pela Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, cujos detalhamentos e operacionalização constam na Resolução nº 01/1990 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), de 21 de novembro de 1990, aprovada após audiência do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). O PNGC entrou em fase de revisão devido ao atendimento das novas demandas surgidas, redirecionando suas atividades e estratégias de gestão, passando a ser chamado de PNGC II, após a segunda revisão em 1997. Levaram-se em consideração, neste processo, aspectos como a dinâmica do ecossistema, a multiplicidade de uso, a alta relevância ambiental marcada pela transição de ambientes terrestres e marinhos, a tendência permanente de concentração populacional em regiões localizadas na zona costeira. Em resumo, vislumbrou-se que a sustentabilidade das atividades humanas na zona costeira depende de um meio marinho saudável, o qual deve ser conservado e protegido conforme demonstra sua inserção na Constituição Brasileira como área de patrimônio nacional.

O PNGC expressa o compromisso do Governo Brasileiro com o desenvolvimento sustentável em sua zona costeira. Ele tem, como finalidade primordial, o estabelecimento de normas gerais visando à gestão ambiental da zona costeira do país, disseminando as bases para a formulação de políticas, planos e programas estaduais e municipais (BRASIL, 2006). No âmbito local, um importante instrumento de planejamento é o Plano Diretor, que de acordo com a lei é "o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana". A atividade de gerenciamento costeiro considera o envolvimento institucional entre os diversos níveis e setores do governo, e deste com a sociedade. Considerando o disposto na Constituição Federal e na Lei nº 7.661/1988, algumas das responsabilidades concernentes à execução das ações previstas no PNGC são:

- a) **Nível Federal:** O Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), em função de sua área de competência e como órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), coordenará a implementação do PNGC. E ainda, O MMA estabelecerá estreita articulação com os órgãos e colegiados existentes em nível federal, estadual e municipal, cujas atribuições tenham vinculação com as atividades do Plano.

- b) **Nível Estadual:** Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, planejarão e executarão suas atividades de gerenciamento costeiro em articulação intergovernamental, com os municípios e com a sociedade.
- c) **Nível Municipal:** Os Municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, planejarão e executarão suas atividades de gerenciamento costeiro em articulação intergovernamental e com a sociedade (BRASIL, 1988).

O caráter de planejamento e a dotação de instrumentos de gestão capazes de articularem-se entre si remetem ao gerenciamento costeiro, como ações de mitigação, atenuação e mudanças de perspectivas negativas, como aquelas decorrentes de uso antrópico. Tem-se, portanto, uma estreita relação entre os três níveis governamentais para bem gerir a zona costeira brasileira, primando pela ocupação dos espaços costeiros de forma ordenada, preservação dos recursos naturais, cooperação entre o poder executivo e a sociedade civil organizada, conhecimento dos anseios da população local e dos impactos incidentes na zona costeira, oriundo do aumento da concentração populacional em períodos sazonais, no caso de balneários. Além disso, ao conhecer as experiências de outros países e as de pessoas que vivem economicamente deste recurso natural, facilita a uma decisão assertiva dos gestores institucionais, por exemplo, como a adoção da educação ambiental e a definição de projetos específicos para a orla. Neste propósito, destaca-se a criação do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, cujo objetivo está em compatibilizar as políticas ambiental e patrimonial do governo federal na gestão dos espaços litorâneos sob propriedade ou guarda da União, o qual tem como foco a gestão dos terrenos e acrescidos de marinha. Trata-se, portanto, de uma estratégia de descentralização de políticas públicas num espaço de relevante peculiaridade natural e jurídica, que se traduz na orla marítima brasileira (BRASIL, 2006).

4.3 Referencial e fundamentos do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima

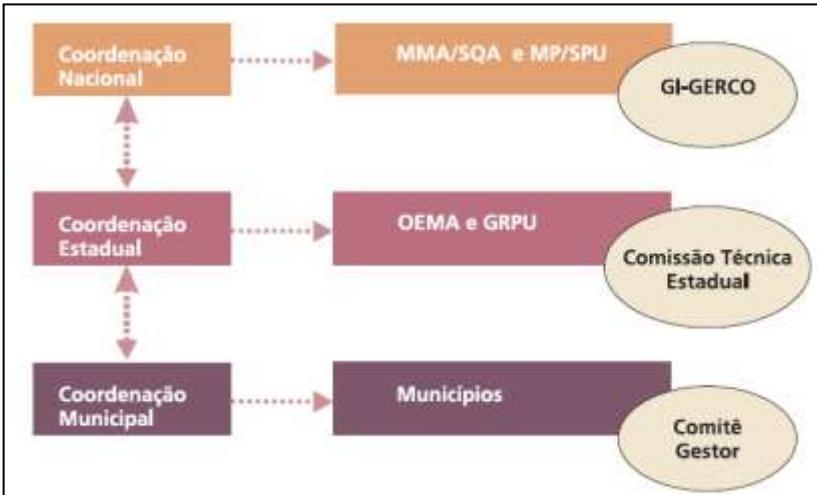
O Projeto Orla é um dos instrumentos do Gerenciamento Costeiro (GERCO), emanado do PNGC, de 1997, e do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF-ZC), de 2005, ambos aprovados pela CIRM (PINTO, 2012). O Projeto Orla foi criado com vistas a responder a uma série de demandas de ordenamento do uso e ocupação das bordas litorâneas do território nacional, que foram com o passar do tempo, se tornando evidentes

na prática da gestão ambiental e patrimonial. Os conflitos de uso da orla podem ser caracterizados pela fragilidade dos ecossistemas, falta de planejamento, tendo por consequência, o crescimento desordenado das cidades, aumento dos processos erosivos e das fontes contaminantes da orla (BRASIL, 2005). Tendo em vista este propósito, seus objetivos estratégicos preconizam: a) fortalecer a capacidade de atuação e a articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla [...]; b) desenvolver mecanismos institucionais de mobilização social para sua gestão integrada; c) estimular atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla (BRASIL, 2006).

O Projeto Orla completou dez anos de criação em 2011, envolvendo 17 estados costeiros e aproximadamente 300 municípios defrontantes. A competência legal para o seu gerenciamento encontra-se majoritariamente na órbita do Governo Federal, embora, o Projeto Orla indica a gestão municipal como foco de ação, tendo os governos locais, apoiados pelos estados, como os agentes executivos da gestão compartilhada da orla (BRASIL, 2005). Moraes e Zamboni (2004) explicam que, em relação à logística operacional, a União repassa, por meio de convênio, parte de suas atribuições e competências quanto à gestão do espaço praiial e demais áreas definidas como “terrenos de marinha” e seus acrescidos para os governos municipais, à medida que esses apresentem um plano de gestão que focalize as normas ambientais e o ordenamento de uso e ocupação da orla. Assim, estabelece-se uma ação sistemática de planejamento da ação local visando à gestão compartilhada da orla, incorporando normas ambientais e urbanas na política de regulamentação dos usos dos terrenos e acrescidos de marinha, garantindo um processo sustentável de alocação de recursos e conhecimento para a tomada de decisões (OLIVEIRA; NICOLODI, 2012). Oliveira e Nicolodi (2012, p. 94) explicam ainda que suas linhas de ação estão embasadas em “métodos que exploram fundamentos de avaliação paisagística, dinâmica geomorfológica e de uso e ocupação do litoral, para pensar cenários com rebatimentos na aplicação dos instrumentos de ordenamento do uso do solo para gestão da orla”.

O modelo descentralizado proposto pelos Ministérios do Meio Ambiente e do Planejamento, Orçamento e Gestão para a gestão da orla envolve princípios e procedimentos de ação compartilhada entre as três esferas governamentais e mais a participação da sociedade civil. Portanto, a execução do projeto está amparada nas Coordenações Nacional, Estadual e Municipal, com instâncias promotoras de articulações intergovernamentais e interinstitucionais, apoiadas por colegiados nos três níveis (BRASIL, 2005), conforme ilustra a Figura 4:

Figura 4 – Arranjo institucional do Projeto Orla.



Fonte: Brasil, 2005, p. 11.

A Coordenação Nacional do Projeto Orla está sob responsabilidade do MMA em conjunto com o Ministério do Planejamento, por meio da SPU, que por sua vez é responsável pela gestão dos bens da União. Oliveira e Nicolodi (2012) esclarecem que foi criado o Comitê de Articulação do Projeto Orla, no âmbito do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), cuja finalidade é a articulação com os demais órgãos federais com atuação na zona costeira, incluindo a participação do MMA, SPU, Ministério das Cidades, Ministério da Pesca, Mtur, Agência Nacional de Transportes, Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente, Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente e representantes da sociedade civil. Além dessas, cabe ressaltar que os Ministérios do Turismo e das Cidades estão alinhados aos objetivos do Projeto Orla, no que condiz a celebração de um protocolo de intenções que busca efetivar a união de esforços institucionais com vistas à consolidação das leis urbanísticas e ambientais e das políticas públicas incidentes na zona costeira (OLIVEIRA; NICOLODI, 2012, SILVA; SORIANO-SIERRA, 2013).

A Coordenação Estadual é formada pelos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMA) e das Gerências Regionais do Patrimônio da União (GRPU/SPU) nos respectivos Estados, sendo responsáveis pela implementação e acompanhamento do Projeto Orla nos municípios estaduais. Além disso, a Coordenação Estadual tem como responsabilidade

acompanhar as atividades do Comitê Gestor da Orla e buscar meios para apoiar os municípios na implementação do Projeto, por meio da CTE-Projeto Orla (BRASIL, 2005). Estando a CTE constituída, esta deve articular-se de forma a contribuir para a harmonização de políticas estaduais atuantes na orla. A participação da CTE no projeto implica em coordenar as seguintes ações: a) seleção das localidades a serem contempladas no Projeto Orla; b) reunião e disponibilização de dados e informações sobre as áreas de interesse do projeto, de modo a formar um dossiê sobre o município; c) análise final dos Planos de Gestão, emitindo parecer técnico em conjunto com a Coordenação Estadual e, d) na implementação dos Planos de Gestão, viabilizando os meios disponíveis e potenciais em sua esfera de ação, para apoiar a execução das ações propostas (BRASIL, 2005).

Em nível local, o Projeto Orla pressupõe o município, ou seja, o Poder Executivo Local, como o principal agente no processo de gestão da orla, tendo este nível de governo, o papel de definidor e executor das ações locais. Sua adesão ao Projeto Orla inicia-se por intermédio do Órgão Estadual de Meio Ambiente e da GRPU/SPU nos respectivos Estados, os quais capacitam os gestores locais, universidades, sociedade civil organizada e entidades privadas, originando na estruturação do Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI) que pode envolver a orla municipal como um todo ou atender às especificidades de setores pré-selecionados, denominado de **trechos**. Uma vez elaborado, o PGI é legitimado, por meio de audiência pública, de forma a expressar o consenso local do que se almeja para a orla do município (OLIVEIRA; NICOLODI, 2012). Deve ser constituído um Comitê Gestor da Orla para supervisionar, de forma articulada, junto à Comissão Técnica Estadual e GI-GERCO, a implantação, monitoramento e avaliação do PGI (OLIVEIRA; NICOLODI, 2012). Após a legitimação do PGI e formalização do Comitê Gestor da Orla, o município está apto a celebrar convênios, incluindo o de cooperação técnica com a SPU, por meio da GRPU, como parte dos procedimentos para a descentralização da orla (BRASIL, 2005). Cabe ressaltar que a elaboração do PGI é apoiada pelo conjunto de manuais do Projeto Orla, e dos instrutores do Projeto Orla, que sendo formados e credenciados pelo MMA são os responsáveis pela efetivação do processo, o que não pode ser executado sem a Figura do Instrutor, sendo que este não constitui um ator, ou parte interessada.

O Comitê Gestor da Orla tem um papel relevante no processo de implementação do Projeto Orla, pois como representante da sociedade e atores locais, sua atribuição é divulgar, discutir, articular, acompanhar, monitorar, fiscalizar, avaliar e deliberar a respeito das ações propostas pertinentes ao Projeto (BRASIL, 2005). Ademais, deve propor adequações

e realinhamento das ações ao longo do tempo. Logo, seu papel está em garantir a qualidade ambiental e de planejamento da orla, pois a estrutura construída demanda manutenção e fiscalização periódica, devendo ser cobrado do poder executivo local pelo Comitê Gestor.

A concepção de gestão adotada pelo Projeto Orla é amparada pelas políticas ambiental e patrimonial brasileira, tendo como base a seguinte legislação federal (Quadro 5):

Quadro 5 – Base legal – legislação federal, do Projeto Orla.

- **Constituição Federal de 1988:** Garante o direito de todos os cidadãos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como estabelece o dever do poder Público e de todos os cidadãos em conservar o meio ambiente para as futuras gerações.
- **Lei n.º 7.661/1988:** Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.
- **Decreto n.º 5.300/2004:** Regulamenta a Lei n.º 7.661/1988 e dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima.
- **Lei n.º 9.636/1998:** Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
- **Decreto n.º 3.725/2001:** Regulamenta a Lei n.º 9.636/1998.
- **Decreto-Lei n.º 9.760/1946:** Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.
- **Lei n.º 11.481/2007:** Aplica nova redação a dispositivos das Leis n.º 9.636/1998, 8.666/1993, 11.124/2005, 10.406/2002- Código Civil, 9.514/1997, e 6.015/1973, e dos Decretos-Leis n.º 9.760/1946, 271/1967, 1.876/1981, e 2.398/1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União.
- **Lei n.º 6938/81:** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

Fonte: Brasil, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Prefeitura Municipal de Itapema, 2007, p. 28:

5 GESTÃO DO CONHECIMENTO

A gestão do conhecimento se apresenta neste trabalho como base para a gestão dos destinos turísticos, a partir da experiência, vivência e percepção dos atores sociais. Esta experiência está abarcada pelo conhecimento tácito, que, ao ser explicitado, contribui para a tomada de decisão dos gestores. Neste enfoque, o capítulo traz, na primeira seção, os princípios e fundamentos da gestão do conhecimento, considerados essenciais para a compreensão do conhecimento como fator de produção. Ainda na primeira seção, é definido o termo “conhecimento” e sua relação com a gestão, como também, a diferença entre conhecimento tácito e explícito. A segunda seção elenca os processos da gestão do conhecimento, tendo como referência Ikujiro Nonaka e Hirotaka Takeuchi, numa perspectiva global, e Fábio Batista numa visão voltada à administração pública. Por fim, a terceira e última seção descreve a forma como a gestão do conhecimento está sendo aplicada e aproveitada como processo de gestão, na atividade turística.

5.1 Gestão do conhecimento: princípios e fundamentos

A história da literatura na área de gestão do conhecimento (GC) é relativamente nova, tendo como referência autores como Peter Drucker (1970), Karl Erik Sveiby (1980) e mais atualmente Ikujiro Nonaka e Hirotaka Takeuchi (1990) e Karl Wiig (1993). Esses autores vislumbraram o valor do conhecimento como fator de produção e estratégia de negócio, que ultrapassa o sistema de produção convencional da Administração Clássica, conhecida como a era Taylorista e Fordista (1916). Assim, o desenvolvimento desta forma de gestão foi introduzido na sociedade por profissionais e estudiosos da área da administração. Teóricos como Peter Drucker e Paulo Strassman observaram a crescente importância da informação e do conhecimento tácito e explícito como ativos valiosos da organização (URIARTE, 2008). Uriarte (2008) ressalta que a década de 1980 foi marcada pelo reconhecimento do conhecimento como “competência profissional”. Foi neste período que Peter Drucker adotou o termo “trabalhador do conhecimento”, e em conjunto com outros especialistas escreveu em profundidade o papel do conhecimento nas organizações.

Na década de 1990, um número crescente de estudiosos (acadêmicos e consultores) deram início à prática da GC nas organizações. Empresas americanas, europeias e especialmente asiáticas começaram a

implementar a gestão do conhecimento em programas específicos, e, a partir desta década, estudos foram publicados internacionalmente e conferências sobre o tema foram realizadas em várias partes do mundo (URIARTE, 2008). Segundo Ferreira (2012), o interesse pelo assunto se deu simultaneamente às mudanças econômicas, sociais e tecnológicas ocorridas a partir da segunda metade do século XX, que impulsionaram as transformações no contexto empresarial global, surgindo novas oportunidades nos negócios e naturalmente, propiciando a competitividade empresarial. Nesta mesma abordagem, Nonaka e Takeuchi (2008) explicam que as mudanças endêmicas no ambiente externo vêm exigindo das organizações novas posturas e decisões assertivas. Assim, a GC exerce um papel relevante para a tomada de decisão, numa realidade em que as forças internas e externas à organização se embaraçam a todo tempo. Segundo Hesselbein et al. (1997, citado por SANTOS, 2005), essas mudanças são tão intensas que é possível afirmar que está havendo uma terceira revolução, uma revolução da informação. Neste sentido, a era pós-industrial passa de uma sociedade baseada na manufatura, para outra cujo valor da informação, serviços, assistência e distribuição aumentaram vertiginosamente.

Mesmo num ambiente turbulento, muitas organizações ainda não reconhecem a GC como forma de gerenciar seus ativos intangíveis. Os empresários relacionam a GC com as máquinas, pressupondo ser a gestão da informação o elemento fundamental para a gestão dos negócios. Dalkir (2005) expõe a ideia equivocada dos gestores na forma de melhorar seu desempenho operacional e gerencial somente com dados (tangíveis e em geral abundantes) e informações. Magretta (2002, p. 218, citada por NONAKA; TAKEUCHI, 2008) reflete sobre a importância da GC com vistas às mudanças pelas quais passam as organizações do século XXI. Segundo a autora, um gerenciamento eficaz exige dos gestores tanto o conhecimento técnico quanto o *insight* humano; exige a perspectiva e o temperamento para lidar com ambientes complexos e, por vezes, incertos. Necessita de análise e empatia, entusiasmo e curiosidade, assim como poder decisório e paciência. Os gestores devem questionar e não presumir nada como verdadeiro e certo, mas, mesmo assim, devem confiar em sua equipe para que a tarefa seja realizada. Percebe-se facilmente, que o foco está no conhecimento técnico, mas, sobretudo, na capacidade do indivíduo em lidar com as oportunidades e ameaças que cercam o cotidiano empresarial. Santos (2005) complementa esta discussão, afirmando que o século XXI é reconhecido como a era da economia do saber e, para ele somente terão êxito os indivíduos, as empresas e os países que sabem mais; aqueles que

sabem e querem aprender; e aqueles que aprendem mais depressa. Pirró e Longo (2004 citado por MORAES FILHO, 2009, p. 13), corroboram:

O analfabeto do novo milênio não será quem não souber ler e escrever, mas sim aquele que não souber aprender, desaprender e reaprender. O analfabeto no futuro estará fadado a não ter trabalho, e para manter-se com trabalho os profissionais deverão se tornar eternos estudantes. A educação contínua será indispensável a esse profissional e às organizações (grifo nosso).

Alguns autores, mesmo sendo criticados, trouxeram modelos teóricos e conceituais que simplificam a GC, a fim de obter benefícios para todos os envolvidos na organização, além é claro, de buscar o sucesso almejado com o gerenciamento do conhecimento (DALIKIR, 2005). Terra (2005) assevera que a GC tem sido reconhecida como componente gerencial e se destacado nos processos gerenciais por facilitar e estimular “os processos humanos de criação, compartilhamento e uso dos conhecimentos individuais e coletivos”, valorizando o conhecimento tácito inerente aos indivíduos, que dá sustentação aos processos gerenciais dentro e fora das organizações. Strauhs et al. (2012) afirmam que o papel da GC nas organizações é proporcionar condições para criar, adquirir, organizar e processar informações estratégicas e, assim, gerar benefícios com vistas a aumentar a lucratividade e a competitividade.

Segundo Uriarte (2008), não há uma definição universalmente aceita para o termo “gestão do conhecimento”, embora se possam definir algumas das mais usuais nesta nova sociedade. Para o autor, GC é a conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito para compartilhá-lo dentro da organização, ou ainda, é o processo pelo qual as organizações geram valor a partir dos ativos baseados em conhecimento intelectual. Nonaka e Takeuchi (2008) definem GC como o processo de criar continuamente novos conhecimentos, disseminando-os amplamente pela organização e incorporando-os em novos produtos e serviços, tecnologias e sistemas. Conforme relata Sveiby (1995), GC é a arte de criar valor alavancando os ativos intangíveis. Neste entendimento, Santos (2005) corrobora Sveiby ressaltando que para conseguir alavancar os ativos intangíveis, é necessário que os gestores consigam visualizar as organizações apenas em termos de conhecimento e fluxos de conhecimento. Já na visão de Terra (2000, p.70), GC é “a capacidade de utilizar e combinar as várias fontes e tipos de conhecimentos para que se

desenvolvam competências específicas e capacidade inovadora, que se traduzem permanentemente, em novos produtos, processos e sistemas gerenciais”. Em resumo, a GC está preocupada com o processo de criação, identificação, aquisição, distribuição e manutenção do conhecimento essencial para a organização.

Rossetti e Morales (2007) expõem que a GC envolve o gerenciamento de ativos intangíveis de diferentes naturezas: pessoas, conhecimentos tácitos, explícitos, individuais, organizacionais e de redes, assim como compreendem os conhecimentos estruturais, que servem de base tecnológica para armazenar, codificar e disseminar o fluxo dos bens intangíveis. Para Correia e Sarmento (2003), o papel fundamental da GC é o de transformar o conhecimento individual em conhecimento coletivo. Esta premissa confere a importância da representação social como base para o conhecimento coletivo, já que o social fala pela coletividade, agregando mais informações para a criação do conhecimento. Ademais, permite às organizações trabalhar em rede, colocar em prática o “*aprender a aprender*” e motivar constantemente o trabalho em equipe.

Sob o enfoque da administração pública, a GC é debatida por Batista (2012). Segundo o autor, se as Instituições Públicas tiverem como foco, o conhecimento como fator estratégico, esse poderá ser sua marca principal, para gerar valor e sustentabilidade, visando o atendimento de extrema qualidade aos cidadãos. Como forma de exemplificar sua afirmação, o autor destaca: “Petrobras poderá se tornar a companhia detentora do “maior conhecimento sobre a exploração de petróleo em águas profundas” em vez de ser apenas mais uma empresa de exploração de petróleo” (BATISTA, 2012, p.47), estendendo esse pensamento para todas as empresas estatais do Brasil.

Sendo o conhecimento este ativo precioso, Dalkir (2005) ressalta que ele representa a base decisiva para um comportamento inteligente, tanto do indivíduo, da organização e dos grupos de práticas, ou seja, as melhores práticas aprendidas no processo de criação e codificação do conhecimento. No entanto, é preciso compartilhar desse conhecimento com um público amplo, apoiando-se em ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC’s) como *groupware*, *intranets*, bases de dados, repositórios de dados e informações. Essas ferramentas vêm a contribuir para os trabalhadores do conhecimento tornarem-se membros ativos e participantes da GC. De fato, adotando a GC como estratégia gerencial, as organizações terão maiores oportunidades de serem tornarem mais lucrativas, eficientes, humanas e competitivas, inovando com produtos e serviços criativos e sustentáveis frente ao mercado global (COOPER et al., 2007).

5.1.1 CONHECIMENTO: ABORDAGENS E DEFINIÇÕES

A maioria das definições indica que conhecimento é algo inerente ao ser humano. Sabendo-se que o cerne das organizações é formado por pessoas, compreende-se que o conhecimento está irradiado nas organizações por meio das pessoas, ou seja, o chamado “capital intelectual” - o ativo valioso do conhecimento.

Na visão de Davenport e Prusak (1999) a construção do conhecimento é compreendida por uma mistura de experiências, valores, informação contextual e *insight* experimentado, a qual proporciona a incorporação de novas experiências aos indivíduos e às organizações. Nonaka e Takeuchi (1995, p. 58) definem conhecimento como “um processo humano, dinâmico de justificar a crença pessoal, em direção à verdade”. Rosini e Palmisano (2003) acreditam que o conhecimento se torna obsoleto a cada cinco anos, havendo uma necessidade permanente de atualização. Assim, novos conhecimentos têm de ser criados continuamente, dada a dinâmica das organizações e da sociedade global (NONAKA; TAKEUCHI, 2008). Uma comparação interessante é feita por Davenport e Prusak (1998, p.6), onde afirmam que “o conhecimento pode ser comparado a um sistema vivo, que cresce e se modifica a medida que interage com o meio ambiente”. Neste raciocínio, Ferreira (2012) complementa destacando que os valores e as crenças integram o conhecimento, pois determinam, em grande parte, o que o observador vê, absorve e conclui a partir das suas constatações. Nonaka e Takeuchi (1997, p.63) lembram que “o conhecimento, diferentemente da informação, refere-se a crenças e a compromisso” e, por essa razão, o conhecimento não pode ser neutro. Uriarte (2008) ressalta que o conhecimento é um bem essencial que se tornou mais importante que a terra, trabalho ou capital, na atual economia. Algumas características interessantes acerca do conhecimento são mencionadas por Davidson e Voss (2002). Para esses autores, o conhecimento é imprevisível; seu custo é sempre antecipado; uma amostra de conhecimento pode ter muitos donos, assim como, ele pode estar em mais de um lugar a qualquer momento.

Para que se possa compreender o conceito de conhecimento, é necessário conhecer sua cadeia de valor, composta primeiramente pelos dados e informações. Os dados são considerados por Uriarte (2008) como um número, uma palavra, uma letra, sem qualquer relevância no tempo e no espaço, pois não há contexto significativo nenhum para eles. O autor ainda enfatiza que uma coleção de dados não se traduz em informação, mas para se obter a informação a partir dos dados, é necessária a compreensão das relações, isto é, há de existir um contexto. Já, quando os dados tornam-se

informações, a partir de um processamento, convergindo num contexto significativo, parte-se para a compreensão do conhecimento, que tem a tendência para criar seu próprio contexto. Davenport e Prusak (1998) conceituam dados como “observações sobre fatos”. Já para Setzer (2001), os dados são sintéticos, não geram significado sem um determinado contexto, são quantificáveis, podendo ser armazenados eletronicamente. Em resumo, “o dado é um fragmento bruto e desarticulado da realidade” (VIEIRA, 1998 citado por STRAUHS et al., 2012, p. 15).

A informação, portanto, “não se reflete em mera coleção de dados, mas sim um conjunto de dados processado, organizado sob um contexto específico que visa fornecer solução para um problema pré-definido” (STRAUHS et al., 2012, p. 15). Para Davenport e Prusak (2003), a informação pressupõe agregação de valor aos dados, concedendo-lhes relevância e significado, para então transformar-se em informação útil, cujo objetivo é facilitar a tomada de decisão. Antes de tudo, a informação é um meio e não um fim, pois se torna a base para o conhecimento codificado, atribuindo-lhe um propósito. Em síntese, os dados são pré-requisitos para a informação, e esta é pré-requisito para o conhecimento (SILVA, 2004). É importante mencionar que dados, informação e conhecimento não são sinônimos, e nem devem ser confundidos com ações, decisões, processos e procedimentos. Em muitas rotinas organizacionais ter-se-ão os três elementos, portanto, há a necessidade em diferenciar suas definições.

Silva, Sofner e Pinhão (2003) explicam que o conhecimento se constrói na troca constante de informações, conversas informais, consulta de documentos e, na incorporação de rotinas organizacionais. Mas, para que o indivíduo alcance a *expertise*, é necessária a capacidade de inovar, agregar ao conhecimento sua experiência, treinamentos e estudos, focando em um tema e elevando seu nível de profundidade (DURAND, 2000 citado por STRAUS et al., 2012). Já no ambiente organizacional, alguns autores denominam de “competência” o saber diferenciado, que engloba algumas características consideradas essenciais, como conceber alianças estratégicas, apoiar-se em melhores práticas, focar nos clientes, desenvolver novos produtos e adotar uma gestão estratégica (DURAND, 2000, citado por STRAUS et al., 2012; SANTOS, 2005). A Figura 5 ilustra a cadeia de valor do conhecimento, mostrando claramente seu grau de hierarquia entre os dados, informações e o conhecimento, chegando à *expertise* ou competência, como último nível de “sabedoria”.

Figura 5 – Cadeia de valor do conhecimento.



Fonte: Adaptado de Straus et al., 2012; Silva; Sofner; Pinhão, 2003.

Na *Perspectiva da Autopoiesis*, o conhecimento organizacional é entendido como aquele socialmente construído com base na realidade contingencial e histórica. Logo, nesta visão, a observação objetiva é impossível e o indivíduo cria conhecimento individual (MATURANA; VARELA, 1980). Em suma, segundo esta abordagem, a GC está na interpretação, e não, nos processos de coletar informação. A *Perspectiva Cognitiva ou Interacionista* traz a epistemologia organizacional como sendo o cérebro uma máquina baseada na lógica e na dedução, não permitindo qualquer proposição contraditória. A organização, portanto, capta as informações do seu ambiente e processa-as de uma forma lógica (DALKIR, 2005). A *Perspectiva Conexionista* é mais redutora do que a holística, o cérebro não é considerado como um processamento de símbolos, mas tem o objetivo de perceber / captar a totalidade do ambiente. Nesta perspectiva, o conhecimento não reside apenas nas mentes dos indivíduos, mas também nas relações sociais entre eles (DALKIR, 2005). Krogh e Roos (1995, p. 50) enfatizam: “tudo o que se sabe é conhecido por alguém”. O conexionismo sustenta a ideia que não pode haver conhecimento sem um conhecedor.

Segundo Nonaka e Takeuchi (2008), na sociedade do conhecimento existem dois tipos de conhecimento, o tácito e o explícito, os quais são denominados pelos autores de “componentes dicotômicos”. De acordo com os autores, o conhecimento tácito está armazenado no cérebro de uma pessoa, e o conhecimento explícito é aquele que está contido em documentos, sistemas, processos, disponíveis ao público. Ambos os tipos de conhecimento podem ser produzidos como resultados de inovações ou

interações. Eles permeiam o resultado diário das organizações e contribuem para a consecução dos objetivos organizacionais (URIARTE, 2008).

O conhecimento tácito é pessoal e resultado das experiências das pessoas. Este conhecimento cresce por meio da tentativa de erro e da experiência de sucesso e fracasso. Não é formalizado, gravado, articulado. Ele inclui percepções subjetivas, intuições e conjecturas (URIARTE, 2008). Conhecimento tácito é altamente pessoal, está enraizado nas ações e na experiência corporal do indivíduo, sendo de difícil formalização e compartilhamento (NONAKA; TAKEUCHI, 2008). Na visão de Polanyi (1966) o conhecimento tácito está no modo de agir, decidir, usar o corpo e suas experiências para explicar um processo, tendo em vista a dificuldade de usar palavras, regras e algoritmos. Seus elementos técnicos podem ser exemplificados como o *know-how* concreto, técnicas e habilidades que permitem ao indivíduo o saber-fazer, dirigido à ação (SANTOS, 2005). A transmissão deste tipo de conhecimento se dá pela socialização, ou seja, pela interação física, observação, imitação, logo, não passa pela formalização com palavras. Trata-se, portanto, de tutoria ou companheirismo, nos meios profissionais, e de aprendizagem ou treinamento, nos meios artesanais ou esportivos (SANTOS, 2005).

Nonaka e Takeuchi (2008, p. 19) trazem uma reflexão relevante acerca do conhecimento tácito:

O conhecimento tácito contém uma importante dimensão “cognitiva”. Ela consiste nas crenças, percepções, ideais, valores, emoções e modelos mentais tão inseridos em nós que os consideramos naturais. Embora não possa ser articulada muito facilmente, essa dimensão do conhecimento tácito dá forma ao modo como percebemos o mundo em torno de nós [...]. As intuições e palpites subjetivos estão sob a rubrica do conhecimento tácito.

O conhecimento explícito pode ser expresso em palavras, números e até mesmo sons, podendo ser compartilhado na forma de dados, fórmulas científicas, recursos visuais, manuais, entre outros. O conhecimento explícito, como seu nome sugere, passa pela mediação da linguagem, podendo ser oral ou escrito (SANTOS, 2005). Ao contrário do conhecimento tácito, o conhecimento explícito é facilmente transmitido aos indivíduos, formal e sistematicamente (NONAKA; TAKEUCHI, 2008). Polanyi (1966) complementa que o conhecimento explícito pode ser facilmente encontrado em repositórios, base de dados, livros, internet,

esquemas, diagramas, etc., é o conhecimento codificado que está à disposição das pessoas e/ou das empresas, em publicações em geral, tanto no formato impresso quanto eletrônico. Nas organizações, ele representa um acúmulo de sua experiência, que na maioria das vezes é armazenado e compartilhado por meio de sistemas computacionais com o auxílio da tecnologia (URIARTE, 2008). Uriarte (2008) assevera que o conhecimento tácito e explícito são mutuamente complementares, uma vez que um indivíduo, quando atuante numa organização, precisa “entender” de sistemas ou fluxos administrativos, ou ainda, atividades de outras naturezas. Contudo, este entendimento somente será possível se ele já dispuser de algum conhecimento anterior acerca do assunto. O autor completa ainda, destacando as pessoas como peças fundamentais para as organizações na economia do conhecimento, pois são elas as geradoras do conhecimento tácito que, por meio da interação dinâmica com o conhecimento explícito já existente, mantém a eficiência de uma organização. Segundo Nonaka e Takeuchi (1997), as ações dos indivíduos e suas interações com o ambiente permitem às organizações criarem conhecimento mediante a conversão do conhecimento tácito em explícito. Suas principais diferenças estão resumidamente ilustradas no Quadro 6:

Quadro 6 – Conhecimento tácito *versus* conhecimento explícito

CONHECIMENTO TÁCITO (subjetivo)	CONHECIMENTO EXPLÍCITO (objetivo)
Conhecimento da experiência (corpo)	Conhecimento da racionalidade (mente)
Conhecimento simultâneo (aqui e agora)	Conhecimento sequencial (lá e então)
Conhecimento analógico (prática)	Conhecimento digital (teoria)

Fonte: Nonaka; Takeuchi, 1997, p.67.

A codificação e compartilhamento do conhecimento são fundamentais para implementar a GC nas organizações. Processos de criação, aquisição, organização e processamento de informações estratégicas geram benefícios, aumentando a competitividade das empresas (STRAUHS et al., 2012).

5.2 Processos em gestão do conhecimento

A GC está envolta a uma série de processos que buscam criar, disseminar e usar o conhecimento como fator estratégico para as

organizações, de modo a facilitar e organizar informações para a tomada de decisão. Ferreira (2012, p.74) conceitua processos em GC, como sendo “as atividades ou iniciativas que, quando colocadas em prática, permitem e facilitam a criação, a disseminação e o uso do conhecimento para determinado fim organizacional”. Na visão de Batista (2012), processo é um conjunto de atividades que transformam insumos (ou entradas) em produtos ou serviços (saídas) na organização, por meio de pessoas que utilizam recursos entregues por fornecedores. É uma sequência de passos que aumenta a contribuição do conhecimento na organização. Batista (2012) diz ainda que processos sistemáticos e modelados de maneira efetiva podem contribuir para aumentar a eficiência das organizações, públicas ou privadas.

Segundo Dalkir (2005) um dos principais processos da GC tem como objetivo identificar e localizar o conhecimento e fontes de conhecimento dentro das organizações. Como forma de promover a disseminação do conhecimento gerado, adotam-se ferramentas como redes, práticas e incentivos para estimular as pessoas a transferir conhecimento, tomar decisões e resolver problemas. São diversos os modelos de GC, que descrevem os processos de criação, organização e disseminação do conhecimento. São os de: Beer (1984), Wiig (1993), Nonaka e Takeuchi (1995), Von Krogh e Roos (1995), Meyer e Zack (1996), Choo (1998), Boisot (1998), Bukowitz e Williams (2000), Weick (2001), McElroy (2003) e Bennet e Bennet (2004).

Na concepção de Uriarte (2008), um processo completo de GC requer quatro elementos, considerados pelo autor, como essenciais: a) criação e captura do conhecimento, b) compartilhamento do conhecimento, c) armazenamento e recuperação do conhecimento, e, d) disseminação do conhecimento. Resumidamente, essas fases implicam em:

- a) **criação e captura do conhecimento:** etapa em que uma organização do conhecimento precisa inicialmente criar e, posteriormente capturar o conhecimento tácito (individual) e o conhecimento explícito (da organização), estabelecendo uma interação entre as partes (individual / coletivo – tácito) e (documentos manuscritos / digitais – explícito).
- b) **compartilhamento do conhecimento:** etapa onde se dá o refinamento da informação para compor novos conhecimentos. Podem ser realizadas pelo uso de memorandos contendo instruções, reuniões internas, discussões em grupo, além da aquisição de novos conhecimentos como a participação dos funcionários da organização em eventos técnicos, *workshops*,

etc. A grande vantagem competitiva das organizações é a eficiência do compartilhamento do conhecimento entre seus membros. Esta troca pode ser denominada de “*Comunidades de Prática*”.

- c) **armazenamento e recuperação do conhecimento:** etapa em que o armazenamento de relatórios, dados estatísticos podem ser retidos em bancos de dados enquanto que, documentos oficiais confidenciais à empresa devem ser classificados e armazenados eletronicamente em sistemas de arquivos adequados. Sua recuperação pode ser feita por meio da internet ou *sites* de *intranet* da organização.
- d) **disseminação do conhecimento:** esta etapa prevê a necessidade de transformar o conhecimento tácito altamente individualizado em conhecimento explícito, favorecendo a criação de ambientes de aprendizagem, cooperação, compreensão e desenvolvimento.

Uriarte (2008) explica que uma das formas de capturar o conhecimento (tácito) das pessoas é por meio da metodologia conhecida por *brainstorming*, pois, por meio dela, emerge dos indivíduos ideias acerca de determinado assunto, criando novos conceitos, novos produtos, novas abordagens, visando à obtenção de novo conhecimento. Fora das organizações, o conhecimento explícito é capturado nos *emails*, *sites* de notícias, internet, etc. e dentro da organização esta captura se dá pela consulta a manuais, documentos internos, entre outros (URIARTE, 2008). O conhecimento, ressaltado enfaticamente por Nonaka e Takeuchi (2008), é criado apenas por indivíduos, e por isso, é importante que as organizações estimulem atividades criadoras de conhecimento dos indivíduos, proporcionando condições criativas e potenciais para elas.

Com relação à disseminação do conhecimento, Uriarte (2008) expõe algumas possibilidades, acessível a todas as pessoas, que são: bibliotecas físicas e virtuais, publicações, apresentações de seminários em eventos técnico-científicos, base de dados eletrônicos, entre outras. Logo, é preciso estar disponível para compartilhar o conhecimento, para então, optar pelas muitas formas de disseminação.

No tocante à administração pública (AP), Batista (2012) traz cinco atividades principais para atender um processo de GC, elencando suas principais práticas (Quadro 7):

Quadro 7 – Práticas da Gestão do Conhecimento para a Administração Pública.

PRÁTICAS ADOTADAS	IDENTIFICAR	CRIAR	ARMAZENAR	COMPARTILHAR	APLICAR
Ambientes físicos colaborativos				X	X
Ambientes virtuais colaborativos	X	X	X	X	X
Banco de competências individuais	X				
<i>Blogs</i>			X	X	X
<i>Brainstorming</i>		X			
Café do conhecimento	X	X	X	X	X
Comunidades de prática	X	X	X	X	X
Instrumento para avaliação da GC	X				
Mapeamento do conhecimento	X				
Narrativas				X	
Repositórios de conhecimento		X	X	X	X
Revisão pós-		X	X	X	

PRÁTICAS ADOTADAS	IDENTIFICAR	CRIAR	ARMAZENAR	COMPARTILHAR	APLICAR
ação					
Taxonomia			X	X	X

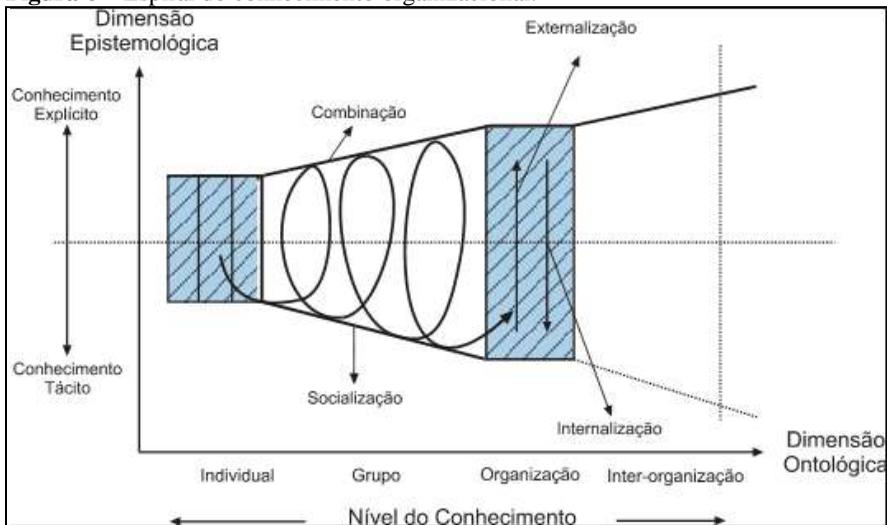
Fonte: Adaptado de Batista, 2012, citado de Young et al., 2010.

Quando os processos em GC são sistematizados e bem compreendidos pelos gestores e demais envolvidos, a dinâmica organizacional definida favorece decisões assertivas e baseadas na realidade de mercado e, não apenas, em especulações ou refutações, tal como ocorre em muitas empresas. Inevitavelmente, empresas que tomam decisões sem qualquer fundamento, tende a se tornar menos competitivas, mais desatualizadas e com uma pré-disposição a fracassar no segmento em que atua.

Nonaka e Takeuchi (2008) criaram o modelo SECI, espiral SECI ou processo SECI, conhecido como um dos processos do ciclo de conhecimento mais citados na literatura, e que tem servido de base para a GC em muitas organizações. Este modelo descreve a forma como os conhecimentos tácito e explícito são ampliados em termos de qualidade e quantidade, assim como do indivíduo para o grupo e, para o nível organizacional. Na visão desses dois autores, o conhecimento é principalmente do grupo, que pode ser facilmente convertido e compartilhado, mobilizando ao longo da dimensão epistemológica o conhecimento tácito para o explícito e, na dimensão ontológica, o conhecimento do indivíduo para o grupo e do grupo para a organização, por meio do compartilhamento e da constante interação (DALKIR, 2005).

A espiral do conhecimento proposta por Nonaka e Takeuchi (1997; 2008) é um processo sequencial de criação do conhecimento. Ela depende de uma interação contínua e dinâmica entre o conhecimento tácito e explícito dentro dos quatro quadrantes. A espiral do conhecimento é uma atividade contínua de fluxo de conhecimento, compartilhamento e conversão por parte dos indivíduos, comunidades e da própria organização. Os passos mais difíceis são aqueles que envolvem a externalização (conhecimento tácito para conhecimento explícito) e a internalização (conhecimento explícito para conhecimento tácito). Esses dois passos requerem um elevado grau de compromisso pessoal (DALKIR, 2005). A espiral do conhecimento organizacional é ilustrada na Figura 6:

Figura 6 – Espiral do conhecimento organizacional.



Fonte: Nonaka; Takeuchi, 1997, p. 62.

Na compreensão do conhecimento tácito, a criação de conhecimento pode, inclusive, ocorrer de forma inesperada ou não planejada. De acordo com Nonaka e Takeuchi (2008), existem quatro modos de conversão do conhecimento, que constituem o motor de criação de conhecimento a partir das experiências individuais. Nonaka e Takeuchi (1997, p.65-66) ao apresentarem as dimensões epistemológica e ontológica para a teoria do processo de criação do conhecimento, acrescentam que, na dimensão epistemológica, a conversão do conhecimento tácito para o

explícito, ocorre de forma interativa a partir de quatro modos distintos: socialização, externalização, internalização e combinação (Figura 7).

Figura 7 – Processo SECI.



Fonte: Adaptado de Nonaka; Takeuchi, 2008, p. 24.

Resumidamente, tem-se:

- De conhecimento tácito para conhecimento tácito (indivíduo para indivíduo) = **SOCIALIZAÇÃO**.
- De conhecimento tácito para conhecimento explícito (indivíduo para grupo) = **EXTERNALIZAÇÃO**.
- De conhecimento explícito para conhecimento explícito (grupo para organização) = **COMBINAÇÃO**.
- De conhecimento explícito para conhecimento tácito (organização para indivíduo) = **INTERNALIZAÇÃO**

A **socialização** consiste em compartilhar o conhecimento de indivíduo para indivíduo, por meio das interações sociais. É considerada o processo mais fácil de compartilhar conhecimento, pois realiza-se pela troca de ideias, conversas informais, aprendizado, etc. Porém, é o processo que demonstra a maior desvantagem, pois o conhecimento permanece tácito porque raramente é capturado ou escrito em algum lugar (DALKIR, 2005; NONAKA; TAKEUCHI, 2008).

A **externalização** consiste em converter o conhecimento tácito em explícito, que segundo Nonaka e Takeuchi (1997), tomam a forma de

“metáforas, analogias, conceitos, hipóteses ou modelos”. Os indivíduos são capazes de articular o conhecimento e o “saber fazer”, sendo que neste processo o conhecimento tácito, anteriormente apenas privado, pode ser escrito, gravado ou desenhado, ou seja, o conhecimento tácito é convertido em conhecimento transmissível e articulado (DALKIR, 2005; NONAKA; TAKEUCHI, 1997; 2008).

A **combinação** é o processo de modificar o conhecimento explícito já existente em outras formas, originando conhecimentos mais apurados. A combinação ocorre quando os conceitos são ordenados e sistematizados em um sistema de conhecimento (DALKIR, 2005).

A **internalização** converte ou integra experiências compartilhadas ou conhecimentos individuais em modelos mentais individuais. Uma vez internalizado o conhecimento novo, este é então utilizado por funcionários para ampliá-lo, estendê-lo, reformulá-lo, dentro de suas próprias bases de conhecimento tácito. Eles compreendem, aprendem, e adquirem um novo conhecimento e podem fazer suas tarefas e trabalhos de forma diferente. A internalização está intimamente relacionada com a organização do aprendizado (DALKIR, 2005; NONAKA; TAKEUCHI, 1997; 2008).

Na visão de Nonaka e Takeuchi (2008), para a produção de novos conhecimentos, o conhecimento criado pelos indivíduos na organização de ser sedimentado como parte da memória organizacional. Segundo os autores, o que impulsiona esse processo de ampliação do conhecimento “é a interação contínua, dinâmica e simultânea entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito” (NONAKA; TAKEUCHI, 2008, p. 24).

5.3 Gestão do conhecimento no turismo: perspectivas emergentes

A GC na atividade turística encontra-se num passo lento, se comparado a outras organizações. Há uma relutância por parte dos gestores e empresários do setor turístico, em reconhecer a importância da GC como estratégia de negócio. A pesquisa no turismo não tem tido a devida eficiência para subsidiar as empresas na busca pela qualidade na prestação de serviços, e alcançar a competitividade entre os destinos turísticos (COOPER et al., 2007). Mesmo assim, estudos na área do turismo mostram que o mercado nas últimas décadas elevou a proliferação de dados turísticos, decorrente de forças externas, como evidenciam Davidson e Voss (2002): a) a globalização submete o mercado turístico a um contingente de organizações e concorrentes cada vez maiores; b) a profissionalização do setor turístico requer a busca permanente de informações para a gestão sustentável e, c) as mudanças constantes nas organizações estão gerando trabalhadores autônomos e outros ligados à GC. Logo, presume-se que as

empresas turísticas devem se atentar para os reflexos externos e apoiar-se na GC para se manterem ativas no mercado. Em uma economia baseada no conhecimento, a pesquisa é o elemento chave na gestão de empresas turísticas, sobretudo em destinos turísticos (BEESLEY, 2005).

Algumas empresas estão adotando os princípios da GC em suas operações empresariais e, reconhecendo os resultados obtidos. Um exemplo de adoção da GC no segmento turístico de transportes é a *Singapore Airlines*. Ahmed, Lim e Loh (2002) destacam alguns dos processos adotados pela empresa: a) a implementação das ideias dos seus colaboradores, por meio de boletins informativos e reuniões em redes; b) a implementação de pesquisa de mercado para avaliar as atitudes dos clientes em relação à qualidade dos serviços e, c) a adoção do *benchmarking* a outras organizações do ramo e outros prestadores de serviços turísticos. A *Singapore Airlines* é um bom exemplo de como a GC no turismo pode extrair dados e convertê-los em conhecimento, visando à tomada de decisões, tanto em termos operacionais quanto gerenciais (AHMED; LIM; LOH, 2002).

Na concepção de Hallin e Marnburg (2008), as TIC's exercem forte influência na GC pelas empresas turísticas (públicas e privadas). Segundo os autores, alguns processos de serviços turísticos (*outputs*) estão se tornando uma base de conhecimento ou de conhecimento intensivo. As TIC's podem ser qualificadas como uma ferramenta de interação entre consumidores, prestadores de serviços e organizações públicas e privadas de turismo (BIZ, 2009).

Sob outro enfoque, Enz et al. (2006 citado por SHAW; WILLIAMS, 2009) defendem o resultado de um estudo realizado em 563 hotéis nos EUA, em que os investimentos em capital intelectual tem tido o maior impacto na rentabilidade desses empreendimentos. No estudo, os autores destacam os principais componentes identificados, alusivos à GC, por meio da importância dada ao capital intelectual. São eles: a) conhecimento do capital humano - habilidades e experiências dos colaboradores; b) capital de sistemas (conhecimento operacional da empresa), incluindo processos, políticas e procedimentos, e c) capital de cliente, valorizando a marca e o poder de atração e retenção de clientes. Sendo o turismo uma atividade que proporciona lazer e experiência dos serviços aos clientes, o estudo de Enz et al. (2006) centrou-se também na importância do capital de cliente, tendo em vista sua potencialidade de reter e originar novos clientes, promovendo a marca da empresa, por meio da satisfação do serviço obtido, que segundo o autor, trata-se da experiência de vivenciar o turismo e, da experiência pós-compra, na avaliação da satisfação pessoal. Esse estudo, assim como outros exemplos, expõe uma

das características mais importantes da GC para as empresas, que se traduz no reconhecimento da organização pelo capital intelectual.

Pyo (2005) traz uma experiência sobre mapas de conhecimento como base para a gestão de destinos turísticos. Na prática da GC, o mapa de conhecimento fornece uma estrutura para a visualização do conhecimento que pode ser facilmente examinado, refinado e compartilhado por usuários de conhecimento não especialistas. A base de dados pode incluir uma lista de conhecimentos, habilidades, experiências, localização e informações do destino e dos atores do destino. Um mapa de conhecimento também pode ser utilizado como uma ferramenta interativa que une diferentes conceituações acerca dos negócios (KIM et al., 2002). Para a gestão de destinos turísticos, Pyo (2005) relata que o mapa de conhecimento reflete experiências, métodos e processos acerca da melhor forma de gerenciar os ativos intangíveis do destino, e ainda, o mapa de conhecimento varia segundo o tipo de atividade desenvolvida no local.

Verifica-se, por meio dos estudos empíricos, que a GC, muito embora emergente enquanto forma de gestão no segmento do turismo, aos poucos se apropria deste novo paradigma, colhendo resultados positivos e reconhecendo a importância da pesquisa, da percepção, dos ativos intangíveis, do capital intelectual, das TIC's como apoio decisório, e da interação sociocultural e ambiental dos diversos atores sociais ao meio, os quais interagem na criação, compartilhamento e disseminação do conhecimento. O turismo é um “serviço de experiência” para os indivíduos, e, portanto, difere dos bens industrializados, quando julgado seu valor no mercado de bens e serviços (COOPER et al., 2007). Contudo, devido a sua própria característica, as experiências bem sucedidas na engenharia e GC devem ser encaradas como “melhores práticas” por todas as organizações do segmento.

Ainda, aliando os ensinamentos da GC ao Projeto Orla, percebe-se uma conexão quanto à forma de conceber e compartilhar o conhecimento, especialmente no tocante à participação cidadã e ao planejamento participativo, que é um dos princípios da metodologia do Projeto Orla.

6 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia da pesquisa. Inicia-se com a fundamentação metodológica, justificando a importância da epistemologia como base do conhecimento científico. Ainda na mesma seção, é descrita a concepção paradigmática adotada no trabalho, elencando-se o interpretativismo. A seção traz uma breve revisão sobre o estudo das representações sociais e realidade social, tema este que embasa a escolha da técnica para a análise dos dados da pesquisa. Na seção seguinte, a pesquisa é classificada segundo as bases metodológicas adotadas pela literatura, explicitadas no trabalho e justificando-se sua escolha. Os procedimentos metodológicos apresentados descrevem as etapas, os métodos e as técnicas que foram aplicados na pesquisa. O item seguinte aborda o recorte geográfico da área de estudo, bem como sua justificativa. O capítulo finaliza com o detalhamento da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), escolhido para a análise dos dados das entrevistas, visando identificar o conhecimento a partir de uma perspectiva social sobre o objeto de estudo.

6.1 Fundamentação metodológica

Parte-se do pressuposto de que toda pesquisa científica deva ter um embasamento epistemológico para fundamentar e justificar o método de pesquisa escolhido pelo pesquisador, que vai além de suas crenças, valores e de seu conhecimento empírico sobre os fenômenos. Padrón Guillen (2007) explica que todo pesquisador inclui sentimentos e intuições na sua visão de mundo, implicando em certos preconceitos sobre o que é conhecimento científico e suas vias legítimas de produção e validação.

Morgan (1980) contribui com a explanação quando expõe o conceito de “visão de mundo”. Ele menciona que a ciência é metafórica e sempre parcial, dependendo da visão de mundo do pesquisador (visão da realidade ora apresentada para o cientista). Mannheim (1936 citado por MORGAN, 1980) explica que a visão de mundo condiz em como os modos de pensar sobre o mundo são mediados pelo ambiente social e, como a aquisição de novos modos de pensar depende de um afastamento da antiga visão de mundo. Em resumo, o autor esclarece que o pesquisador deve manter um distanciamento daquilo que ele já conhece e vivencia para se abrir para novos conhecimentos e novas formas de ver a realidade apresentada. Para Saccol (2009, p.251), “é essencial que haja reflexão sobre a visão de mundo e de construção do conhecimento que embasa uma pesquisa, pois só assim será possível avaliar a qualidade, a consistência e a

coerência da estratégia, do processo de pesquisa e da análise dos seus resultados”.

A ciência tem o papel de construir um conjunto metódico de conhecimentos obtidos mediante a observação, a aplicação de variáveis, conceitos, experimentos, etc. Além desses, reconhecer o papel e a experiência do pesquisador, como ator do processo de investigação científica. Esse conjunto deve alinhar-se a objetividade e a racionalidade, envolvendo o conhecimento sobre a história, o método e a sociedade, e recorrer à filosofia para disciplinar o trabalho intelectual (HUGHES, 1980; MORGAN, 1980; TRIVIÑOS, 1987). Assim, é possível salientar a importância da filosofia para a compreensão da ciência, e a partir do seu entendimento, compor subsídios teóricos para sustentar a investigação científica e alcançar a disciplina intelectual referendada por Triviños (1987).

No campo da filosofia deve-se analisar os tipos de conexão entre as “coisas” e tais conexões podem apresentar argumentos adicionais quanto à sua natureza (emoções, fatos psíquicos e a coletividade). Estas afirmações compreendem o que determina a ontologia (aquilo que existe, o ser das “coisas”) e a epistemologia, que apresenta um conceito mais prático, pois se justifica por questões a respeito dos fatos, mais digna de confiança e menos exposta a emoções, pois determina como o conhecimento é gerado (HUGHES, 1980). Bachelard (1983) define epistemologia como a área de estudo cujo objeto é o próprio conhecimento científico. Este autor ainda esclarece o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências, que se destinam a determinar a sua origem lógica, o seu valor científico e a sua necessidade para a ciência. No entanto, é importante esclarecer que os problemas ontológicos e epistemológicos estão interconectados, pois conforme explica Hughes (1980), as afirmações sobre a natureza dos fenômenos têm implicações sobre o modo pelo qual os fenômenos podem ser conhecidos.

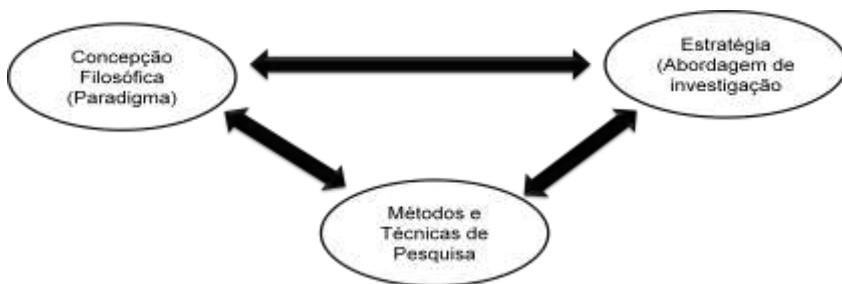
É relevante destacar que as questões ontológicas e epistemológicas não podem ser respondidas sob uma visão empírica, pois ambas pressupõem conhecimento, e devem ser submetidas à investigação por métodos específicos de pesquisa visando à garantia intelectual. Nos debates metodológicos, há de se considerar o contexto histórico e a realidade presente do ambiente, bem como a descoberta de pesquisas anteriores, e não tratar a epistemologia como disciplina isolada (TOULMIN citado por HUGHES, 1980).

Um dos deveres metodológicos para o desenvolvimento de pesquisas científico-acadêmicas é, todavia, responder à necessidade de coerência teórica ou epistêmica. Isso determina que, dentro de recortes ou

limites configurados pela ordenação epistemológica, os processos de pesquisa sejam cientificamente estruturados (FIALHO et al., 2012). Fialho et al. (2012) observam que a ordenação epistemológica evidencia a legitimidade dos procedimentos metodológicos e valida logicamente os resultados das pesquisas. Logo, a definição de recortes, o estabelecimento de limites teórico-metodológicos, a escolha das técnicas para coleta e análise de dados são necessários para verificar as possibilidades da percepção humana, que configura o mundo percebido e a realidade ampliada que é pressentida pela mente ou pelo espírito humano, para a ciência social.

Creswell (2010), assim como Hughes (1980), Morgan (1980) e Triviños (1987) defendem a necessidade de relação entre a concepção filosófica que norteia o pensar do pesquisador (Pós-Positivismo, Interpretativismo, Construtivismo Social, entre outras correntes), o tipo de abordagem da pesquisa (quantitativo, qualitativo ou misto), os métodos de pesquisa a serem empregados e as técnicas para coleta e análise dos dados, como ilustra a Figura 08:

Figura 08 – Representação da relação entre a concepção filosófica, a abordagem de investigação e os métodos e técnicas de pesquisa.



Fonte: Adaptado de Creswell, 2010; Da Silva, 2012.

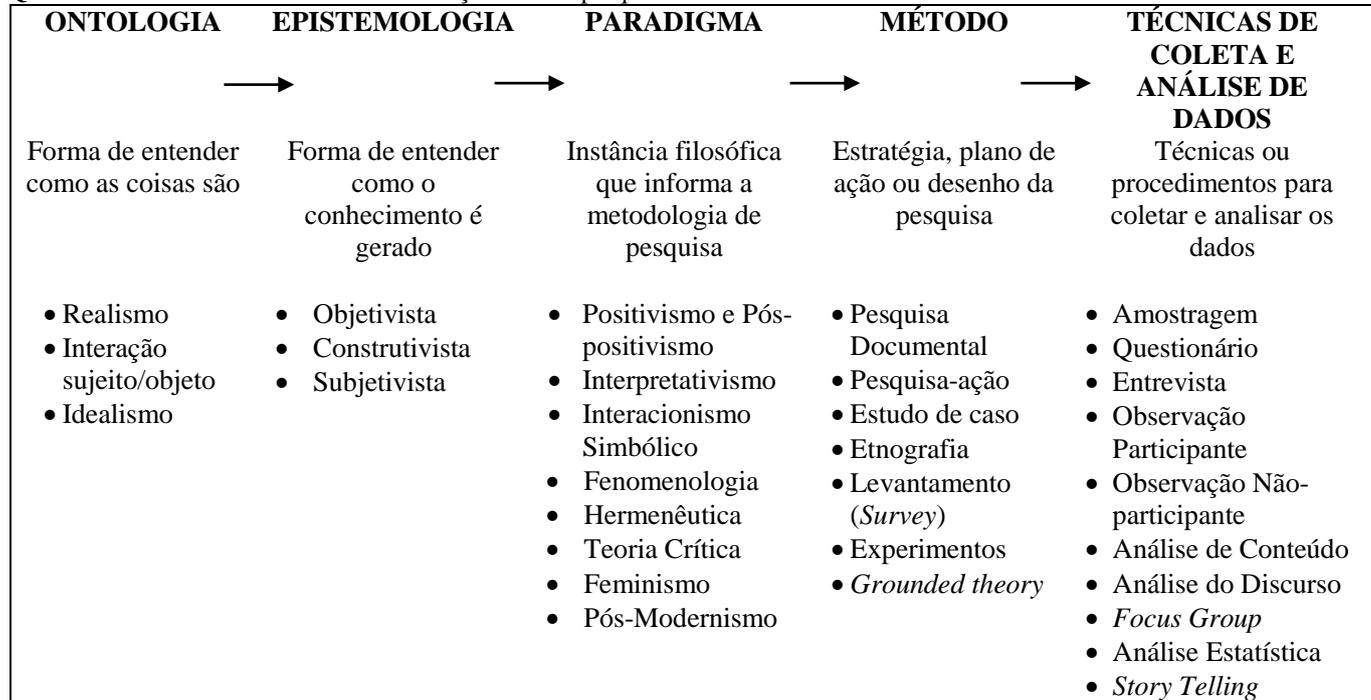
O termo método, muito comumente utilizado nos estudos científicos, provém do latim *methodus* e do grego *methodos*, que designa “caminho”, representando “ao longo do caminho” (JAPIASSU; MARCONDES, 1990). No campo científico significa o percurso da investigação e a estrutura para a formulação de pressupostos e hipóteses da pesquisa. Consequentemente, o conhecimento científico é concebido pelo uso de método(s). Gil (2012) esclarece que os métodos científicos caracterizam-se em: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e

fenomenológico. Cada um deles vincula-se a uma das correntes filosóficas que se propõem a explicar o conhecimento como realidade.

Na pesquisa social, nenhuma técnica ou método de investigação por si só confere autenticidade ao resultado científico: sua eficácia, sua relevância, sua contribuição à ciência depende, em última análise, de justificação filosófica, por meio dos diversos paradigmas epistemológicos contemplados na literatura. Além disso, a prática da pesquisa deve estar aliada à teoria, justificando argumentações baseadas em pesquisas validadas no campo do conhecimento.

O presente estudo utiliza o **método indutivo** que, segundo Fialho et al. (2012), tem por objetivo realizar um diagnóstico a partir da observação direta de uma situação. O método indutivo parte da observação dos fatos ou fenômenos em busca de recorrências que identifiquem os problemas e as causas dos problemas encontrados nas pesquisas. De acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada *a priori*, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmados na realidade apresentada (GIL, 2012).

Saccol (2009) apresenta os vários elementos que devem estar presentes em uma pesquisa (Quadro 08) segundo a definição das dimensões ontológica, epistemológica, paradigmática, dos métodos, e, por fim, das técnicas de coleta e análise de dados.

Quadro 08 – Dimensões ou níveis de definição de uma pesquisa científica.

Fonte: Adaptado de Saccol, 2009 citado por Da Silva, 2012.

O termo “paradigma”, na teoria do conhecimento científico (Quadro 10) representa o conjunto de crenças que orienta a ação (ação da pesquisa), na busca de uma investigação disciplinada (LINCOLN; GUBA, 2000). Para Lewis e Grimes (1999, p. 35), paradigmas referem-se “às premissas, práticas e acordos compartilhados numa comunidade científica, com o intuito de legitimar alternativas menos convencionais”. Kuhn (1970 apud 2007) explica o conceito de paradigma referindo-se a um conjunto conectado de crenças ou suposições sobre a natureza e organização do mundo com objetivo de melhor investigá-lo. Contudo, é relevante reforçar as palavras de Saccol (2009), quando ele esclarece que nenhum paradigma é melhor do que outro; podendo apresentar-se menos ou mais fiel às crenças, visões e convicções do pesquisador. Chizzotti (2008, p.25) expõe que “toda pesquisa explicita uma concepção e o pesquisador assume, manifesta ou latente, ingênua ou justificadamente, uma concepção da realidade”. Neste viés, o paradigma epistemológico adotado nesta Dissertação é o interpretativismo, pautado nos estudos de Morgan (1980), Hughes (1980) e Triviños (1987).

Vale ressaltar, que os demais paradigmas epistemológicos não foram apresentados neste estudo.

6.1.1 CONCEPÇÃO PARADIGMÁTICA DO TRABALHO: PARADIGMA INTERPRETATIVISTA

O paradigma interpretativista compreende o estudo das ciências sociais numa perspectiva subjetiva do fenômeno em estudo, sugerindo maior valorização à qualidade das ações do sujeito inserido na realidade social. Morgan (1980, p. 26) descreve o paradigma interpretativista enfatizando que “o mundo social possui uma situação ontológica duvidosa e de que, o que passa por realidade social não existe em sentido concreto, mas é produto da experiência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos”. Morgan (1980) ensina que o teórico social interpretativista tenta compreender o processo pelo qual as múltiplas realidades surgem, se sustentam e se modificam. Ele mesmo assevera que o conhecimento científico é tão problemático quanto o conhecimento do senso comum, já que este faz parte da essência da interpretação, que é conhecer e compreender a realidade social.

Dilthey (1833-1911) citado por Hughes (1980) defendia a ideia de que o conhecimento de pessoas só poderia ser obtido por meio de um procedimento interpretativo, fundamentado na recriação imaginativa das experiências de outros. Para Dilthey (citado por HUGHES, 1980, p. 71), “o mundo sócio-histórico é um mundo simbólico criado pelo espírito humano

e não pode ser entendido simplesmente como relação entre coisas materiais”. Tendo em vista essa perspectiva, presume-se que a experiência humana adquire uma relevância histórica significativa para a investigação de fenômenos da realidade social.

De acordo com Martucci (2000), a constituição do paradigma interpretativista com vistas ao estudo dos fenômenos humanos e sociais surgiu como consequência às limitações do paradigma positivista. O paradigma positivista busca estudar as “coisas” e preocupa-se, em primeira instância, em descrevê-las e classificá-las com precisão. Para os cientistas sociais, o que importa é a compreensão dos significados atribuídos pelos atores sociais às suas ações, o estudo do fenômeno em seu acontecer natural e sua abordagem holística, tal qual enfoca o interpretativismo.

Hurssel (citado por TRIVIÑOS, 1987) cita a fenomenologia como uma abordagem do paradigma interpretativista, apoiada na noção de intencionalidade. Para ele, não existe objeto sem sujeito. Husserl citado por Triviños (1987, p.44) evidencia que “[...] as vivências são os primeiros dados absolutos, sendo este um conhecimento inquestionável, pois o conhecimento intuitivo da vivência é imanente”. O autor assegura que é por meio da percepção, que o mundo nos é apresentado, segundo nossa capacidade de interpretação da realidade. Segundo Husserl, esta afirmativa é verdadeira para a ciência, assim como para qualquer outra modalidade do saber. Hughes (1980) enfatiza que o conhecimento de pessoas só poderia ser obtido por meio de um procedimento interpretativo. Ele afirma que, ainda que os resultados da pesquisa interpretativa sejam subjetivos, serão resultados de estudos científicos, com validade intelectual.

O ponto fundamental deste paradigma, segundo Hughes (1980) é o comportamento do sujeito por meio de estímulos, promovendo a interação com o pesquisador. O conhecimento das “*mentes das pessoas*” pode ser analisado sob vários aspectos, utilizando-se de vários métodos, inclusive para se obter um resultado mais objetivo. Nesse contexto, há a necessidade da ciência e da metodologia em desenvolver instrumentos e práticas de pesquisa que dê validade mais precisa acerca da cientificidade na ciência social.

Na concepção de Minayo (2010), a sociologia descreve a abordagem qualitativa alegando que a tarefa mais importante das ciências sociais é a compreensão da realidade humana vivida socialmente. O conceito central da sua investigação é o significado, nas suas diferentes manifestações, por meio dos métodos de pesquisa: fenomenologia, etnometodologia e interacionismo simbólico. Morgan (1980), neste mesmo pensamento cita ainda a hermenêutica, que segundo Thompson (2007), é um método de análise de dados que se preocupa com as construções

significativas, exigindo uma interpretação; como as ações, falas, textos que, por serem construções significativas, podem ser compreendidas. Em qualquer caso, no contexto deste paradigma, resgata-se uma abordagem empirista-idealista, uma "ciência de objetos vivíveis, 'sensíveis' ou 'experenciáveis'".

Gressler (2007) coloca que o paradigma interpretativista não emprega instrumentos estatísticos como base do processo de análise, logo não envolve manipulação de variáveis e estudos experimentais. Seu objetivo está em considerar todos os componentes de uma dada situação em suas interações e influências recíprocas, numa visão holística e indutiva analítica dos fenômenos. Hughes (1980) menciona a “empatia” e a “reconstrução imaginativa” do observador (pesquisador/cientista) na análise da pesquisa de seres humanos, pois, por meio de suas experiências pessoais, ele tem condições de analisar com melhor entendimento a realidade social apresentada.

O trabalho está ancorado nas interpretações dos indivíduos que vivenciaram o processo de revitalização e urbanização da orla do bairro Meia Praia, município de Itapema, estado de Santa Catarina. A arte de interpretar o conhecimento, as experiências e percepções pessoais, condizentes à gestão sustentável da orla pressupõe um dos objetivos da pesquisa. Para atingi-lo, indica-se como sendo a técnica de coleta de dados mais adequada, a entrevista semiestruturada, adotada no processo de investigação, e, para a análise dos dados, a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), amparada no paradigma interpretativista, a qual sustenta a interpretação social. Ainda neste enfoque, justifica-se a compreensão teórica do tema “realidade social” e “representação social” no contexto da pesquisa, tendo em vista que o conhecimento das pessoas constitui o arcabouço para a investigação.

6.1.2 REPRESENTAÇÃO SOCIAL E REALIDADE SOCIAL

Compreender o conceito de representação social e realidade social talvez seja simples sob o ponto de vista da sociologia, pois o “ser social” é aquele capaz de viver em sociedade, trocar experiências e conhecer a realidade social por meio de sua experiência e visão de mundo. O conceito de representações sociais foi proposto pela primeira vez por Serge Moscovici, em 1961, a partir de estudos sobre psicologia social. Araya Umaña (2002) destaca que as representações sociais são simples de captar, entretanto, devido à complexidade dos fenômenos em que se aplica, sua definição conceitual torna-se mais complexa. Moscovici (2009, p. 21) define representação social como:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social.

Araya Umaña (2002) elucida que as pessoas conhecem a realidade mediante explicações que apreendem do processo de comunicação e do pensamento social, além de incutir na sua visão da realidade, suas crenças, normas, valores, opiniões, princípios orientadores, que podem servir para orientar as atitudes, tanto positivas, quanto negativas. Logo, para o autor, as representações sociais são sistemas cognitivos (ARAYA UMAÑA, 2002). Arruda (2009) salienta ser impossível negar o peso da comunicação, da troca, do confronto de ideias para produzir uma representação social. O ambiente pensante, característico das sociedades contemporâneas, e, a velocidade vertiginosa do fluxo de informações estimula esta produção, característica da nova sociedade do conhecimento. Para Arruda (2009), o ser humano não pensa isolado, desligado do social. Ele pensa abarcado por este. Ele carrega no seu pensar a marca dos grupos que incidem sobre a sua experiência, sobre a sua identidade, bem como a marca da história, da política, das divisões sociais e tantas outras, e isso não se configura como uma simples retradução na linguagem daquele grupo (ARRUDA, 2009).

Moscovici (2009) em seus estudos questiona como e por que as pessoas partilham conhecimento constituindo uma realidade comum (a realidade da vida cotidiana) e, além disso, Oliveira (2004) questiona a forma como os indivíduos transformam ideias em prática, ou seja, como o tripé grupos/atos/ideias se constitui e como transforma a realidade. Neste pensamento, a teoria sobre gestão do conhecimento, referenciada por Nonaka e Takeuchi (2008) confirma a aproximação de conceitos. O conhecimento tácito também apresenta uma importante dimensão “cognitiva”, assim como a percepção ambiental. Para Nonaka e Takeuchi (2008), conhecimento tácito consiste em crenças, percepções, ideais, valores, emoções e modelos mentais tão inseridos nas pessoas que elas as consideram naturais. Essa dimensão do conhecimento tácito dá forma ao modo como as pessoas percebem o mundo.

O conceito de construção da realidade social tem relação com as representações produzidas pelos atores sociais (DA SILVA, 2011). Esse conceito foi inicialmente desenvolvido por Durkheim e posteriormente por

Schutz, que emprestou aportes filosóficos da fenomenologia de Husserl para desenvolver sua teoria da importância dos significados sociais. Desde então, Berger e Luckmann foram quem mais desenvolveram o conceito (ARAYA UMAÑA, 2002; DA SILVA, 2011).

A realidade da vida cotidiana pressupõe processos de interação e comunicação que possibilitam aos indivíduos compartilhar e experimentar novas experiências. Nesta construção, o contexto social e a linguagem possuem papéis decisivos, pois possibilitam a acumulação de um acervo social de conhecimento que pode ser transmitido para gerações futuras, implicando em decisões gerenciais ou outras formas de avançar o conhecimento social ou científico.

Arruda (2009) salienta que a construção social acontece atravessada por um fluxo de afetos, imaginários, estilos cognitivos e se configura por meio de processos que, sendo sociais, são ao mesmo tempo psicológicos, como aqueles que permeiam a produção das representações sociais, tal como consideram Moscovici e Jodelet. Para Arruda (2009), esses processos constituem a objetivação, ancoragem, focalização, pressão à inferência, dispersão da informação. Na construção social da realidade, ao mesmo tempo em que o indivíduo constrói, ela também é construída.

As teorias de representação social e realidade social fundamentam teórica e epistemologicamente a presente pesquisa, haja vista que o conhecimento almejado no estudo somente foi possível por meio de um processo cognitivo, composto por uma representação social que presenciou a revitalização e urbanização da orla de um destino turístico, ocasionada por uma intervenção política, conjugando a esta realidade, transformações espaciais, sociais, ambientais e econômicas, que podem afetar positivamente ou negativamente os atores sociais da localidade.

Para esta pesquisa, os atores sociais são todos os indivíduos, grupos, organizações e comunidades envolvidas ou afetadas por decisões tomadas para planejar e gerenciar recursos costeiros (ROCKLOFF; LOCKIE, 2004), incluindo nesse grupo os frequentadores da orla, sejam visitantes temporários ou residentes da localidade.

6.2 Classificação metodológica da pesquisa

As pesquisas científicas podem ser classificadas metodologicamente a partir de diversos critérios, os quais são relevantes para sintetizar seus principais delineamentos. A seguir, apresenta-se a classificação adotada.

Em relação à **finalidade**, verifica-se uma interdependência entre a pesquisa básica, que conforme Gil (2010, p. 27) “são estudos que buscam

preencher a lacuna do conhecimento” com a pesquisa aplicada, defendida pelo mesmo autor como “àquela voltada à aquisição de novos conhecimentos com vistas à solução de problemas específicos”. Contudo, a pesquisa aplicada também tem a premissa em ampliar o conhecimento científico e sugerir novas questões para investigação. Portanto, o estudo configura-se como sendo **pesquisa básica estratégica**, definida como “àquela voltada à aquisição de novos conhecimentos direcionados a amplas áreas com vistas à solução de reconhecidos problemas práticos” (ADELAIDE UNIVERSITY, 2008 citado por GIL, 2010, p. 27). Este delineamento se aplica ao estudo, uma vez que, ao conhecer a opinião dos atores sociais sobre a revitalização e urbanização da orla do bairro Meia Praia, bem como sua forma de intervenção, será possível apontar instrumentos de avaliação do Projeto Orla, fundamentados em conhecimentos explicitados pelos próprios frequentadores da orla e protagonistas do processo. Este conhecimento poderá apoiar a tomada de decisão de gestores de municípios costeiros que tenham a pretensão em revitalizar e urbanizar a orla do seu município, além de estimular outras ações de desenvolvimento sustentável.

Em relação à **abordagem** ou **natureza dos dados**, esta é uma **pesquisa qualitativa**. Creswell (2010) explica que este tipo de estudo caracteriza-se por envolver questões e procedimentos que emergem, com os dados coletados no ambiente do participante, a partir de uma análise construída por meio das interpretações feitas pelo pesquisador sobre o significado dos dados. Leite (2008, p. 100) considera que “a pesquisa qualitativa possui o poder de analisar os fenômenos com consideração de contexto” enquanto as pesquisas fortemente baseadas em números podem representar a exatidão fria da falta de contexto (DA SILVA, 2012). Na pesquisa qualitativa, a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial. Bogdan e Birten (1982) sugerem cinco características para a prática da pesquisa qualitativa, sendo de fácil compreensão para estudos com esta abordagem: **a)** a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; **b)** a pesquisa qualitativa é descritiva; **c)** os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; **d)** os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente e, **e)** o significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

O estudo proposto está alinhado às observações simples do campo, coleta de dados visuais e pessoais (produções verbais), tendo o elemento humano como fator determinante no contexto da pesquisa, por meio de sua percepção ambiental e conhecimento sobre os fatos ocorridos no campo de

estudo. Evidencia-se a importância do pesquisador nesse processo, que atua como instrumento chave de interpretação das informações e construção do conhecimento. Taylor e Bogdan (1997) enfatizam que a pesquisa qualitativa é uma arte, seus pesquisadores são flexíveis no modo de conduzir os estudos, o investigador é um artista, seguem-se diretrizes orientadoras, mas não regras. Neste viés, Oliveira (2010) apresenta uma representação conceitual para a abordagem qualitativa (Figura 09), onde são expostos os métodos e técnicas adotados nessa Dissertação.

Figura 09 - Representação conceitual para abordagem qualitativa.



Fonte: Adaptado de Oliveira, 2010.

Quanto aos objetivos, a pesquisa configura-se como **exploratória e descritiva**. As **pesquisas exploratórias** buscam proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (GIL, 2010). Cervo, Bervian e Da Silva (2007) asseveram que a pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e deseja descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes. Para os autores, este tipo de pesquisa requer um planejamento bastante flexível a fim de possibilitar a compreensão dos mais diversos aspectos de um problema ou de uma situação (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007).

A presente investigação está perfeitamente adequada aos objetivos, haja vista a necessidade em (re) conhecer e explorar a área e o campo de estudo com profundidade, suas características físicas, biológicas, socioeconômicas e classificação da orla do bairro Meia Praia. A forma de intervenção adotada na orla do bairro Meia Praia em Itapema, pelo poder executivo municipal, necessita de estudos exploratórios que visem levantar informações chaves para a concepção do estudo.

Pesquisas exploratórias constituem uma preparação para uma investigação mais ampla e costumam envolver pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas não padronizadas com pessoas que tiveram

experiência prática no assunto, análise de exemplos que estimulem a compreensão e estudos de caso (GIL, 2012; GIL, 2010; SELLTIZ et al., 1967).

Além da pesquisa exploratória, a **pesquisa descritiva** é o alicerce da Dissertação, pois busca registrar, analisar e correlacionar os dados coletados no campo de pesquisa. As pesquisas deste tipo buscam descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2012). Cervo, Bervian e Da Silva (2007) referem-se a este tipo de pesquisa quando o pesquisador busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano. Para os autores, a coleta de dados aparece como uma das tarefas mais importantes da pesquisa descritiva, podendo ser utilizados os instrumentos de observação, entrevista e questionário.

A pesquisa descritiva, no contexto deste estudo, consolida a apresentação do processo de revitalização e urbanização da orla do bairro Meia Praia, a partir da construção do *Parque Linear Calçadão (PLC)*, utilizando-se para este fim a pesquisa documental, a observação simples do campo e a técnica de entrevista com as instituições governamentais, por meio das experiências práticas, relativas ao “*como foi feito*”. Além destas, as entrevistas realizadas com os demais atores sociais (frequentadores da orla), permitem conhecer os anseios, opiniões e percepções acerca do processo de revitalização e urbanização da orla e suas implicações social, econômica, ambiental e espacial no município. Ratifica-se, neste sentido, o aporte de Gil (2012, p. 28), quando diz que “As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”.

Os métodos empregados estão classificados em **pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo (observação simples, coleta de dados visuais e entrevista)**. A **pesquisa bibliográfica** constitui o primeiro passo para fundamentar teoricamente o estudo científico, uma vez que seu objetivo reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de elementos muito mais ampla (GIL, 2012). A pesquisa bibliográfica permeia toda a pesquisa acadêmica, pois requer a busca de dados e a revisão de literatura para conhecer o arcabouço teórico sobre o tema investigativo. Além disso, a construção do conhecimento científico denota que a pesquisa bibliográfica torna-se indispensável para a investigação científica, uma vez que, analisando fontes bibliográficas, é possível verificar a relevância, originalidade e contribuições para futuras investigações científicas. É válido ressaltar que a pesquisa bibliográfica não deve ser confundida com a revisão bibliográfica,

a qual é um componente obrigatório de todo e qualquer tipo de pesquisa, que busca expor o estado da arte de um determinado assunto (MOREIRA; CALEFFE, 2008; GRESSLER, 2007). A pesquisa bibliográfica é uma metodologia que se presta a “formular problemas” e a “encontrar respostas”, ou seja, por meio dela buscam-se, em fontes escritas publicadas, futuras questões de pesquisa e/ou as possíveis soluções e os devidos encaminhamentos para o problema (DA SILVA, 2012). Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, permitindo-lhe reforçar suas análises ou manipulações de suas informações (MARCONI; LAKATOS, 2009). Essa modalidade de pesquisa se realiza a partir do registro de publicações disponíveis, decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos impressos e *online*, como livros, artigos, periódicos, teses e dissertações; a fonte bibliográfica é encontrada geralmente em bibliotecas ou base de dados (SEVERINO, 2007; GIL, 2010).

A **pesquisa documental** assemelha-se à pesquisa bibliográfica, pois a única diferença entre ambas está na natureza das fontes (GIL, 2012). A pesquisa documental vale-se de materiais que não foram publicados na mídia científica. Gil (2012) esclarece a existência de dois tipos de documentos, os de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc. De outro lado, existem os documentos que, de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas, etc. Para esta pesquisa, a fonte documental está pautada nos documentos originários de implementação do projeto Orla, na construção do PLC no bairro Meia Praia, detalhado no item 7.3.2. Cabe ressaltar que a consulta e posterior análise foi realizada aos documentos disponíveis, haja vista que são documentos de arquivos públicos, não confidenciais. Os documentos consultados e analisados podem ter sido publicados na mídia, contudo, não são de divulgação científica ou, o fazem sem ter esta como sua intenção primária. Mesmo assim, são considerados documentos oriundos de pesquisa documental e podem disseminar conhecimento aos mais diversos meios de comunicação.

A **pesquisa de campo** pode ser definida como aquela em que o pesquisador observa os fenômenos em seu meio natural. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem (SEVERINO, 2007). Marconi e Lakatos (2010) explicam que a observação de fatos e fenômenos deve ocorrer espontaneamente pelo pesquisador, na coleta de dados e no registro das variáveis, que se presumem relevantes, para analisá-los. Gil (2012) corrobora afirmando que os estudos de campo procuram

muito mais o aprofundamento das questões propostas do que as características da população segundo determinadas variáveis. Assim, o planejamento do estudo de campo apresenta maior flexibilidade, podendo ocorrer que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa.

A pesquisa de campo foi realizada utilizando-se a observação simples do campo, caracterizada como espontânea, informal, não planejada (GIL, 2012). Neste caso em específico, o **campo de estudo** foi o bairro Meia Praia, localizado no município de Itapema. A **técnica de entrevista** foi efetivada por meio de **entrevistas semiestruturadas** com os atores sociais envolvidos com o processo de revitalização e urbanização da orla, os quais são: instituições governamentais; instituições não governamentais; visitantes e moradores da localidade. Além dessas técnicas, a **coleta de dados visuais** referendada por Banks (2009), por meio de registros fotográficos pretendeu mostrar as características físicas do PLC, seus elementos estruturais e não estruturais⁶, impactos ambientais, econômicos e sociais, conflitos de uso da orla, os quais serão usados para cotejar com os dados das entrevistas sobre a realidade atual. Por fim, as técnicas utilizadas para a coleta de dados serão confrontadas com a teoria oriunda da pesquisa bibliográfica e documental, ressaltando que todas elas estão amplamente amparadas para estudos de natureza qualitativa (GIL, 2010; GIL, 2012; CRESWELL, 2010; SEVERINO, 2007; MOREIRA; CALEFFE, 2008; GRESSLER, 2007; MARCONI; LAKATOS, 2009; LEITE, 2008).

6.3 Procedimentos metodológicos

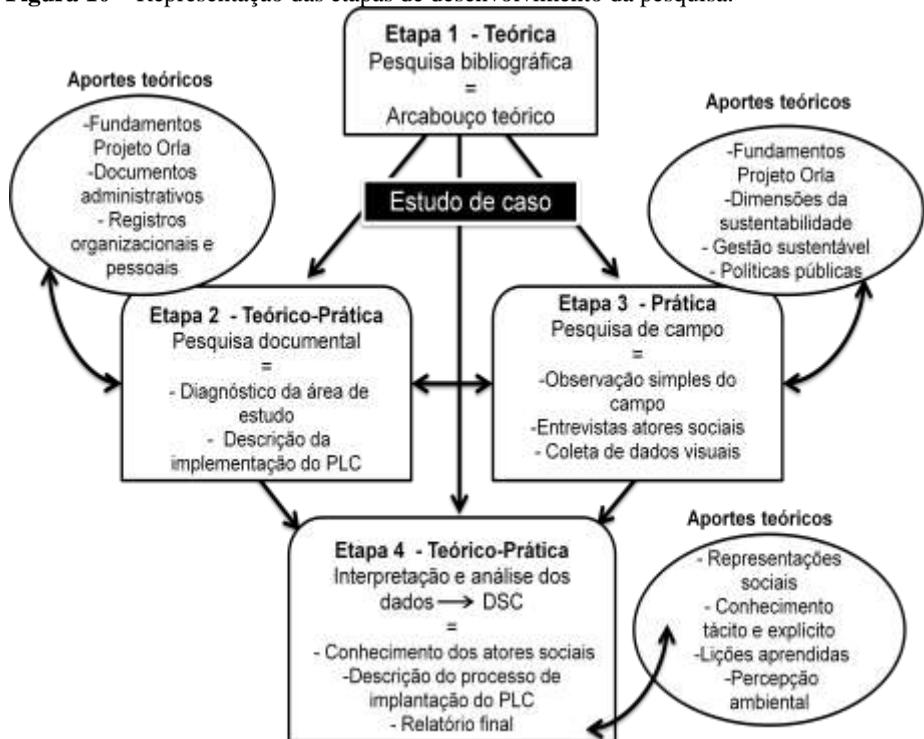
A compreensão sobre a base epistêmica e as finalidades e tipos de métodos para o desenvolvimento da investigação científica é indispensável para entender seus objetivos e respectivos resultados. Fialho et al. (2012) salientam que a atividade científica se sustenta por meio do discurso lógico, que é caracterizado por: (1) sistematização do contexto; (2) coleta e organização dos dados empíricos e teóricos; (3) ordenação sistemática e crítica dos dados; (4) análise dos dados em particular e em conjunto. Esta

⁶ Os elementos estruturais caracterizam-se por: equipamentos e demais estruturas instaladas no *Parque Linear Calçadão*, como por exemplo, bancos, duchas, aparelhos de ginástica, geradores de energia, balanço, rampas de acesso à praia, corrimões, piso, etc. Os elementos não estruturais, neste estudo, caracterizam-se por: vegetação, paisagem, segurança, lazer e recreação, etc.

sistemática estabelece um processo de interpretação e representação coerente dos resultados com os parâmetros teóricos previamente indicados.

Popper (1975) afirma que a ciência não se constitui de verdades certas e estabelecidas e, possui, por meio dos procedimentos adotados pelos cientistas, um caráter permanentemente crítico, avança à medida que corrige erros e formula novas hipóteses. A utilização de métodos científicos de investigação não é de uso exclusivo da ciência, entretanto, a ciência não existe sem o empenho de tais métodos, exclusivamente científicos. Esta pesquisa, de natureza científica, tem como premissa avançar o conhecimento na área de estudo, a partir da lógica da ciência. Os procedimentos metodológicos do trabalho são apresentados por meio de uma representação sistemática das etapas de pesquisa e suas interações (Figura 10), ancoradas nas questões de investigação, denominadas de aportes teóricos.

Figura 10 – Representação das etapas de desenvolvimento da pesquisa.



Fonte: A autora, 2013.

A etapa um previu um estudo eminentemente teórico, utilizando-se da pesquisa bibliográfica, a qual permitiu um conhecimento teórico acerca dos temas abordados na revisão bibliográfica, contribuindo para as demais etapas de pesquisa, visando à construção do conhecimento. A etapa dois, definida como teórico-prática, englobou elementos como documentos administrativos e registros organizacionais e pessoais, não científicos, possibilitando a descrição e análise da unidade do caso em estudo. A etapa três, de natureza prática, enquadrou-se à pesquisa de campo, com coleta de dados para posterior interpretação e análise dos resultados. Ressalta-se que as etapas um, dois e três estão interconectadas nas diferentes técnicas de coleta de dados da pesquisa e nas suas formas de interpretação, numa relação de sinergia. A etapa quatro, caracterizada como teórico-prática finalizou a metodologia com a interpretação e análise dos dados, resultando nas percepções, conhecimentos, anseios, julgamentos e expectativas dos atores sociais sobre o processo de revitalização e urbanização da orla do bairro Meia Praia. Além disso, esta etapa evidenciou como foi realizada a implantação do PLC, resultando no relatório final.

6.3.1 REVISÃO E PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

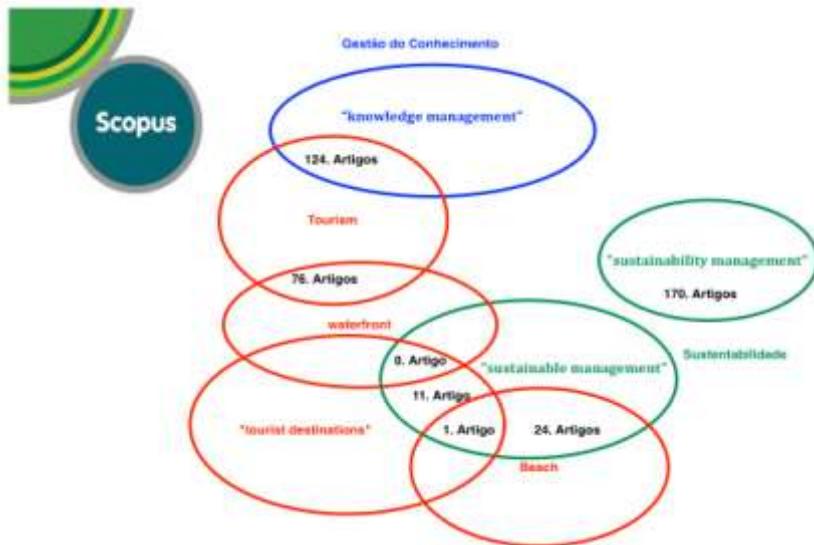
A revisão bibliográfica possibilitou conhecer os estudos e pesquisas realizadas sob a temática “gestão sustentável de destinos turísticos litorâneos”, vislumbrado o estado atual de conhecimento neste assunto. Dentre os tipos de revisão bibliográfica, a revisão narrativa foi à enquadrada neste trabalho, sendo a mesma utilizada para descrever o estado da arte de um assunto específico, sob o ponto de vista teórico ou contextual. Rother (2007) esclarece que a revisão narrativa possibilita a aquisição e atualização de conhecimento sobre um determinado tema em curto período de tempo; no entanto, não possui metodologia que viabilize a reprodução dos dados e nem traz respostas quantitativas para determinados questionamentos.

A revisão e a pesquisa bibliográfica foram realizadas a partir de análises de diversos tipos de publicações, tais como livros, artigos científicos, capítulos de livros, trabalhos acadêmicos (Teses e Dissertações), e publicações avulsas como manuais. Os artigos científicos, em especial, foram identificados por meio de busca em bases eletrônicas de dados bibliográficos, com destaque para as bases *Scopus*, *Web of Knowledge*, *Google Scholar* (Acadêmico).

A busca dos dados realizou-se a partir de 06 de março de 2013, nas duas primeiras bases citadas. Para responder à questão de pesquisa, foi necessário definir termos de busca para indexação dos artigos. O termo

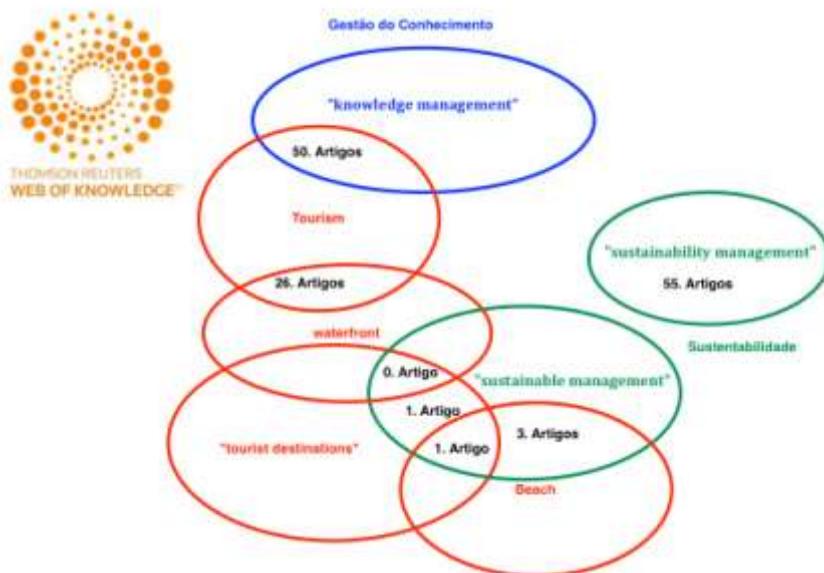
"*sustainability management*" (gestão da sustentabilidade) foi citado em trabalhos científicos 170 vezes na base *Scopus* e 55 na *Web of Knowledge*, sendo este indexado isoladamente. Os demais termos foram combinados pela expressão "AND" a fim de refinar a busca de artigos relevantes quanto ao assunto. As figuras 11 e 12 ilustram as publicações indexadas nas duas bases de dados com a combinação dos termos: "*sustainable management*" AND "*tourist destinations*" (gestão sustentável e destinos turísticos); "*sustainable management*" AND *beach* (gestão sustentável e praia); "*knowledge management*" AND *tourism* (gestão do conhecimento e turismo); *waterfront* AND *tourism* (orla e turismo). Tencionou-se combinar três termos de indexação, a fim de verificar a originalidade do tema, sendo eles: "*sustainable management*" AND "*tourist destinations*" AND *beach* (gestão sustentável, destinos turísticos e praia), recuperando apenas um artigo, comum nas duas bases de dados, sendo este: MOORE, Susan A.; POLLEY, Amanda. Defining Indicators and Standards for Tourism Impacts in Protected Areas: Cape Range National Park, Australia, **Environ Manage**, Austrália, v.39. p. 291-300, 2007. A combinação dos termos "*sustainable management*" AND "*tourist destinations*" AND *waterfront* (gestão sustentável, destinos turísticos e orla) não foi encontrada em nenhuma das duas bases de dados consultadas.

Figura 11 - Número de publicações indexadas nas bases de dados *Scopus*.



Fonte: A autora, 2013.

Figura 12 - Número de publicações indexadas nas bases de dados *Web of Knowledge*.



Fonte: A autora, 2013.

Os filtros utilizados nas bases eletrônicas para a identificação dos artigos foram: sem limitação de período (limite de data), uso de aspas para termos compostos, visando à busca exatamente pelas palavras citadas, tipo de documento e área de conhecimento, respectivamente:

a) Base *Scopus*: “Article Title, Abstract, Keywords”; *Social Sciences & Humanities e Physical Sciences*;

b) Base *Web of Knowledge*®: “Topic”; *Citation Databases: Social Sciences Citation Index (SSCI), Arts & Humanities Citation Index (A&HCI), Conference Proceedings Citation Index- Social Science & Humanities (CPCI-SSH)*.

Muitas referências, consideradas relevantes e indisponíveis para acesso, foram recuperadas por meio do buscador *Google Web* e *Google Scholar* (Acadêmico).

6.3.2 PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental constitui uma técnica importante para a condução deste estudo. Yin (2005) expõe que os documentos e os registros

em arquivos podem se transformar em fontes de análise, restauração e informações valiosas para a investigação. Sua relevância está amparada nos seguintes objetivos:

- Citar a base legal do Projeto Orla;
- Identificar as responsabilidades dos Ministérios do Turismo, das Cidades, do Meio Ambiente e Secretaria do Patrimônio da União, no contexto do projeto Orla;
- Investigar quais municípios costeiros já implementaram o projeto Orla no estado de Santa Catarina;
- Conhecer a forma de intervenção do projeto Orla no município de Itapema, bairro Meia Praia;
- Identificar o executor do Projeto Orla no município de Itapema;
- Citar os membros do Comitê Gestor do Projeto Orla que participaram efetivamente do processo de gestão compartilhada no município de Itapema;
- Apresentar os impactos ambientais do uso e ocupação da orla segundo estudos ambientais realizados para implementação do projeto;
- Descrever o processo de participação da sociedade civil organizada e moradores do município nas reuniões decisórias do projeto de implantação do PLC;
- Descrever as principais decisões acordadas juntamente com a sociedade civil organizada para a execução do Projeto Orla no bairro Meia Praia;
- Apresentar a classificação da orla de Meia Praia, segundo o Manual Projeto Orla: fundamentos para uma gestão integrada;
- Destacar os tipos de materiais e equipamentos utilizados na construção do PLC;
- Conhecer o valor total do investimento da obra.

Os objetivos traçados versaram apresentar uma descrição (*como foi feito*) a implementação do Projeto Orla no município de Itapema, correspondentes às etapas um, dois, três e quatro do delineamento metodológico proposto na Figura 20. Para o alcance dos objetivos, foram analisados os seguintes documentos, além das entrevistas com as instituições governamentais:

- a) Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI) do Município de Itapema;

- b) Documentos administrativos (propostas, relatórios e documentos internos);
- c) Registros organizacionais (orçamentos, tabelas, listas de presenças, mapas, etc.);
- d) Registros pessoais (diários de campo);
- e) Informações disponíveis na *web*;
- f) Manuais de orientação do Projeto Orla.

6.3.3 ESTUDO DE CASO

A pesquisa exploratória e descritiva assume a forma de estudo de caso nesta investigação, pois tem o objetivo de estudar determinado grupo de pessoas que seja representativo do seu universo sobre uma dada situação (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007). O estudo de caso é utilizado para compor um delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo, dentro do seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos (YIN, 2005; GIL, 2010). Para Yin (2005), a necessidade pelo estudo de caso surge ao pesquisador quando ele deseja compreender fenômenos sociais complexos (como estudos de percepções psicológicas) e, ainda, para preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real. Merriam (1998, p. 16) elucida o estudo de caso qualitativo como “uma intensiva e holística descrição e análise de uma simples entidade, fenômeno ou unidade social”. Creswell (1994) define-o como um processo em que o pesquisador explora uma simples entidade ou fenômeno limitado pelo tempo e atividade, e coleta informações utilizando uma variedade de dados durante um período de tempo definido.

Gil (2009, p. 20-21) elenca alguns elementos considerados orientadores para justificar o uso deste método de pesquisa, o qual vem ao encontro deste estudo. Os elementos que mais se justificam são:

- a) **adequação metodológica:** justifica-se sua realização quando outras modalidades de pesquisa (experimentos ou levantamentos) não forem aplicáveis ou justificáveis;
- b) **busca por profundidade:** o estudo de caso possibilita aprofundar os objetivos da pesquisa e não apenas levantar dados e informações. Mediante várias formas de observação e entrevistas, será possível não apenas identificar, mas também descrever e avaliar a influência de fatores internos ou externos relacionados ao fenômeno em estudo;
- c) **conhecimento da realidade do ponto de vista dos sujeitos:** o pesquisador poderá se interessar em conhecer o fenômeno

do ponto de vista dos próprios sujeitos, por exemplo, em identificar contradições e conflitos. Para alcançar propósitos como esse, o estudo de caso se mostra apropriado.

Yin (2005) define dois tipos de casos para estudo, que são: **a) projetos de caso único**: são aqueles considerados raros ou extremos, reveladores para a comunidade científica e ocorre quando o pesquisador tem a oportunidade de observar e analisar um fenômeno inacessível à investigação científica e, **b) projetos de casos múltiplos**: são aqueles que devem seguir uma lógica de replicação, e não de amostragem. Devem admitir uma replicação teórica ou literal, previstos explicitamente no início da investigação.

No âmbito desta pesquisa, o estudo de caso aplica-se a projetos de casos múltiplos, já que a unidade de análise do caso e seu conjunto podem ser estudados em outros municípios costeiros (objeto de pesquisa), possibilitando uma replicação para futuras pesquisas com outras delimitações. **A unidade de análise (do caso)**, para o problema de pesquisa é **a orla do bairro Meia Praia**. A forma para análise dos dados está baseada na “**construção da explicação**”, que consiste em um tipo especial de adequação padrão. O objetivo, segundo Yin (1982), é analisar os dados do estudo de caso construindo uma explicação sobre o caso (YIN, 1982). Tendo em vista que o estudo buscou analisar como a percepção ambiental influencia o conhecimento dos atores sociais sobre gestão sustentável da orla, para esta etapa de pesquisa utilizou-se a técnica de entrevista para coleta de dados e o método de análise do DSC para análise dos dados, aliando ao cotejamento dos dados visuais sobre a realidade atual apresentada. A etapa que previu a descrição do processo de revitalização e urbanização da orla foi apresentada a partir da Construção da Explicação, já citada.

Ratifica-se a justificativa do estudo de caso para a pesquisa a partir das palavras de Schramm (1971), que diz que “a essência de um estudo de caso é tentar esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados”.

6.3.4 PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTAS

A pesquisa de campo tem por objetivo colocar o pesquisador ao encontro do fenômeno em que se deseja investigar. Neste contexto, como premissa do paradigma interpretativista, dá-se início a coleta de dados primários, visando posteriormente interpretá-los seguindo critérios

previamente definidos. As entrevistas, antes de tudo, é uma forma de interação social. Para Selltritz et al. (1967) a entrevista é adequada quando se pretende obter informações sobre o que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, bem como acerca das explicações a respeito de coisas precedentes. Gil (2012, p.109) comenta que, muitos autores consideram a “entrevista como a técnica por excelência na investigação social, atribuindo-lhe valor semelhante ao tubo de ensaio na Química e ao microscópio na Biologia”. Neste propósito, a técnica da entrevista para esta investigação pode ser metaforicamente comparada ao “tubo de ensaio”, haja vista que as informações capazes de construir o conhecimento científico estão presentes nas mentes das pessoas, explicitados pela linguagem.

A entrevista tencionou-se conhecer o conhecimento, as percepções, anseios, experiências e expectativas dos atores sociais que usam a orla do bairro Meia Praia sobre o processo para a implementação do Projeto Orla, na construção do PLC, iniciado em 2007 e concluído em dezembro de 2012. O processo de alteração espacial, ambiental, econômica e social presente no bairro e, por consequência, no município, após o projeto de revitalização e urbanização da orla foi apresentado sob o olhar dos diversos indivíduos que representam o grupo de atores sociais, justificados como protagonistas do processo.

As **entrevistas classificam-se como semiestruturadas** com perguntas abertas e fechadas, possibilitando ao entrevistado discorrer sobre o assunto proposto. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo sempre que necessário, a fim de que os objetivos sejam alcançados (BONI; QUARESMA, 2005). Além disso, a entrevista aberta propicia uma densidade bastante rica em dados e informações, que devem ser categorizados e interpretados para se chegar ao conhecimento codificado. No entanto, as perguntas podem ser alteradas durante a condução das entrevistas, caso seja conveniente.

O **roteiro para os questionamentos** e condução das entrevistas (APÊNDICE A), foi baseado nos estudos de Anjos (2004) e Junqueira (2006), levando-se em consideração os seguintes aspectos para sua orientação:

- a) **constructos e variáveis:** questões de investigação que propiciaram a elaboração do roteiro de entrevista, a interpretação e análise dos resultados obtidos nas entrevistas;
- b) **fundamentação teórica:** publicações que possibilitaram embasamento teórico para a elaboração do roteiro de entrevista, interpretação e análise dos dados obtidos nas entrevistas;

- c) **roteiro de entrevista:** sequência de perguntas abertas e/ou fechadas elaboradas, a fim de coletar os dados dos atores sociais;
- d) **estratégias de análise:** o que se pretendeu descobrir, qualitativamente, nas repostas dos entrevistados;
- e) **formas de medição:** técnicas de coleta de dados utilizadas na pesquisa e suas interações metodológicas.

Foram elaborados quatro roteiros de entrevista (Apêndice A), semelhantes nas questões, porém, satisfazendo às características dos atores sociais entrevistados. Para as instituições governamentais, as perguntas do roteiro pretenderam mostrar como se deu a intervenção do poder executivo local (município) pelo Projeto Orla para a revitalização e urbanização da orla, bem como a forma de condução desta intervenção.

O grupo representativo de uma coletividade, denominado de “atores sociais”, é entendido pelas pessoas que usam a orla, a praia, e o PLC do bairro Meia Praia, pelas mais diversas finalidades: a) circulação de pessoas, como ciclistas e pedestres; b) atividades com equipamentos náuticos; c) atividades esportivas e recreacionais; d) contemplação da paisagem; e) banhos de sol e mar, entre outros. Esses atores residem permanentemente no município, possuem segunda residência ou caracterizam-se por visitantes (turistas ou excursionistas) da localidade. Atores pertencentes a instituições não-governamentais que apresentaram ou apresentam alguma atuação no processo de revitalização e urbanização da orla, e, atores de instituições governamentais, funcionários da administração pública que exerceram ou exercem alguma atribuição sobre a revitalização e urbanização da orla e o envolvimento com o projeto Orla.

As entrevistas foram realizadas com os quatro grupos que compõem os atores sociais, tendo em vista o objetivo geral da pesquisa. Admite-se que esses atores constituem o arcabouço de conhecimento a ser explicitado para o resultado do estudo. A Figura 13 ilustra uma representação dos atores sociais e suas interfaces.

Figura 13 – Representação dos atores sociais e suas interfaces.



Fonte: A autora, 2013.

Para a **seleção dos entrevistados**, utilizou-se a amostragem não probabilística, que segundo Miguel (1970), é aquela em que o pesquisador escolhe certo elemento do universo do qual seja desconhecido. A amostragem não probabilística classifica-se em: **a) amostragem por conveniência ou acessibilidade** (os elementos ou sujeitos são escolhidos por serem mais acessíveis) e **b) amostragem intencional** (se baseia em julgamentos feitos pelo pesquisador, que segundo ele, é a melhor para o estudo). Neste estudo utilizaram-se as duas classificações. O Quadro 09 mostra os atores sociais entrevistados para a realização do estudo de caso e respectiva classificação da amostragem para seleção dos mesmos.

Quadro 09 – Atores sociais entrevistados para a realização do estudo de caso e respectiva classificação da amostragem para seleção dos mesmos.

GRUPO DOS ATORES SOCIAIS	ATIVIDADE PROFISSIONAL DOS ENTREVISTADOS	CLASSIFICAÇÃO DA AMOSTRAGEM
Moradores da localidade	1. Pescador; 2. Atendente comercial de hotelaria; 3. Administrador de	Amostragem intencional Justificativa:

	<p>condomínios;</p> <p>4. Empresário do ramo de ótica e joalherias;</p> <p>5. Profissional liberal (advogado);</p> <p>6. Profissional liberal (dentista);</p> <p>7. Corretor de imóveis;</p> <p>8. Professora da rede estadual;</p> <p>9. Servidora pública municipal;</p> <p>10. Administrador do ramo de hotelaria;</p> <p>11. Administrador do ramo de A & B;</p> <p>12. Administrador do ramo de A & B (bar localizado na orla).</p>	<p>Moradores do bairro Meia Praia que presenciaram o processo de implementação e construção da obra que deu origem ao PLC. Ademais, são pessoas que atuam nos mais diversos segmentos, com diferentes visões de mundo e níveis de conhecimento sobre gestão da sustentabilidade. E por fim, todas elas frequentam a orla para as finalidades já citadas.</p>
<p>Visitantes (turistas ou excursionistas)</p>	<p>Condição de inclusão para a entrevista: Aqueles que visitam o município de Itapema, bairro Meia Praia há, pelo menos, mais de cinco anos.</p>	<p>Amostra por conveniência ou acessibilidade</p> <p>Justificativa:</p> <p>Embora haja uma condição definida para inclusão do indivíduo realizar a entrevista, justifica-se como amostragem por acessibilidade. O pesquisador teve como campo de coleta de dados para este grupo, a praia e o PLC, portanto, são pessoas que estiveram acessíveis nestes locais e que tenham aceitado realizar a entrevista.</p>

		<p>A condição do entrevistado para proceder a entrevista foi a visitação ao município antes da implementação do PLC, a fim de que pudessem proceder a comparações passadas e presentes, a partir da sua revitalização, relacionando-a com a gestão da sustentabilidade.</p>
<p>Instituições não-governamentais</p>	<p>Representantes do Comitê Gestor da Orla no ano de 2007</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Associação dos moradores de Itapema/Centro – AMIC. <p>Instituições participantes das oficinas do Projeto Orla no ano de 2007</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI 3. Associação de moradores do bairro Meia Praia. 	<p>Amostragem intencional</p> <p>Justificativa:</p> <p>Julgou-se conveniente e relevante ouvir os responsáveis das instituições não governamentais citadas, haja vista que todas elas têm alguma atribuição ao processo de revitalização e urbanização da orla.</p> <p>A amostra intencional justifica-se por identificar no PGI da orla de Itapema, a participação dessas instituições, algumas como representantes do comitê gestor da orla (1) e outras como participantes das oficinas do projeto Orla e atuantes no processo</p>

		decisório (2).
Instituições governamentais Gestão 2006-2012	<ol style="list-style-type: none"> 1. Secretaria do Patrimônio da União – Projeto Orla; 2. Gabinete do Prefeito; 3. Secretaria de Gestão Urbana; 4. Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema (FAACI). 	Amostragem intencional Justificativa: As instituições governamentais foram selecionadas com base no envolvimento que tiveram no processo de implantação do PLC sendo representantes do poder executivo municipal, logo, todas as instituições citadas foram intencionais.

Fonte: A autora, 2013.

O contato inicial com os entrevistados (excluindo os visitantes) deu-se por meio de agendamento telefônico, no qual foi esclarecido brevemente o propósito do trabalho, os objetivos da pesquisa e da entrevista. Em relação aos visitantes do município, o contato deu-se pessoalmente num processo de abordagem, iniciando com uma conversa informal, visando descobrir se a pessoa havia visitado o município outras vezes e em que ano(s). Caso a condição para a realização da entrevista tenha sido respeitada, deu-se início com a apresentação da pesquisadora, dos objetivos, e demais informações relevantes ao entrevistado. Quando a pessoa abordada não preenchia a condição para ser entrevistada, esta era dispensada com um agradecimento.

Cabe destacar que a participação dos entrevistados foi condicionada ao fato de o mesmo ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), onde, ciente do teor do trabalho, autorizou a divulgação das informações que tenham sido reveladas durante a entrevista, sendo sempre lembrada a condição de anonimato. Foram feitos registros de áudio das entrevistas e transcritos como registros de confiabilidade do estudo, sendo este fato de plena ciência e concordância do entrevistado. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas integralmente para análise e interpretação dos dados segundo o método DSC.

a) Entrevistas realizadas com os moradores da localidade

A primeira etapa das entrevistas efetivadas com os moradores do bairro Meia Praia foi realizada nos dias 26, 27 e 29 do mês de julho de 2012, respectivamente, com seis pessoas. As entrevistas foram realizadas em dois locais distintos, sendo quatro delas na residência dos entrevistados e outras duas no escritório profissional do informante. Com o intuito de ilustrar o perfil dos entrevistados, criou-se um quadro síntese, contendo as datas e horários da realização das entrevistas, idade, sexo, escolaridade, tempo de residência no município, profissão e tempo de serviço. Vale destacar que o nome do informante foi substituído pela nomenclatura “morador x”, a fim de preservar sua identidade. (Quadro 10).

Quadro 10 – Perfil dos entrevistados - moradores do bairro de Meia Praia – Itapema (SC) (2012)

Caracterização	Morador A	Morador B	Morador C	Morador D	Morador E	Morador F
Data e horário da entrevista	25/07/2012 19h	26/07/2012 11h	26/07/2012 16h30min	27/07/2012 10h20min	27/07/2012 15h	29/07/2012 19h
Idade	53 anos	48 anos	76 anos	48 anos	46 anos	38 anos
Sexo	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Escolaridade	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Superior Completo	Ensino Fundamental	Superior Completo	Ensino Médio	Superior Completo
Tempo de residência no município	12 anos	12 anos	76 anos	07 anos	10 anos	30 anos
Profissão	Professora da Rede Estadual	Administrador	Pescador	Servidora Pública Municipal	Empresário	Atendente Comercial
Tempo de	30 anos	12 anos	60 anos	07 anos	16 anos	17 anos

serviço						
----------------	--	--	--	--	--	--

Fonte: A autora, 2012.

A segunda etapa das entrevistas com os moradores do bairro Meia Praia realizou-se em 13, 15 e 21 do mês de março de 2013, respectivamente com mais seis pessoas. Todos os contatos foram previamente agendados e, as entrevistas realizadas no local de trabalho dos informantes (escritório profissional e estabelecimento comercial). O perfil dos mesmos apresenta-se detalhado no Quadro 11, com as mesmas características anteriormente ressaltadas.

Quadro 11 – Perfil dos entrevistados - moradores do bairro de Meia Praia – Itapema (SC) (2013)

Caracterização	Morador G	Morador H	Morador I	Morador J	Morador L	Morador M
Data e horário da entrevista	13/03/2013 14h	15/03/2013 10h	15/03/2013 17h	15/03/2013 18h	21/03/2013 10h	21/03/2013 16h
Idade	47 anos	57 anos	34 anos	44 anos	33 anos	55 anos
Sexo	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino	Masculino	Masculino
Escolaridade	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Superior Completo	Superior Completo	Ensino Fundamental	Superior incompleto	Superior Completo
Tempo de residência no município	19 anos	40 anos	13 anos	22 anos	33 anos	23 anos
Profissão	Profissional Liberal - Advogada	Corretor de imóveis	Profissional Liberal – Dentista e Surfista amador	Comerciante	Administrador	Administrador e membro do Conselho Nacional de

						Turismo
Tempo de serviço	19 anos	35 anos	13 anos	22 anos	16 anos	30 anos

Fonte: A autora, 2012, 2013.

b) Entrevistas realizadas com os visitantes

As entrevistas concretizadas com os visitantes de Itapema (Meia Praia), que frequentam o bairro Meia Praia e o PLC foram realizadas em dois momentos. O primeiro deles ocorreu nos dias 15 e 16 do mês de janeiro de 2013, com duas pessoas, na residência dos informantes. Nestas datas houve também duas (2) abordagens a duas pessoas na orla, contudo, estas não atendiam a condição para realizar a entrevista. Uma delas era moradora do município e a outra era procedente da cidade de Missiones, Argentina. A turista estrangeira declarou na conversa informal que visitava Itapema há mais de cinco (5) anos, porém alegou não entender o idioma (português) para responder aos questionamentos.

A segunda etapa das entrevistas com os visitantes de Itapema (Meia Praia) deu-se nos dias 10 e 11 do mês de fevereiro de 2013 (feriado de carnaval). Realizaram-se quatro entrevistas no PLC em 10 de fevereiro, as quais atenderam as condições pré-definidas. Nestas duas datas foram abordadas (4) pessoas no PLC que se recusaram a conceder a entrevista. As entrevistas efetivadas em 11 de fevereiro somaram-se duas. Uma última entrevista foi realizada no dia 24 do mês de março do corrente ano e mais duas (2) abordagens foram realizadas a pessoas que circulavam no PLC, que na ocasião, não atendiam às condições para a realização da entrevista. O perfil dos visitantes é apresentado no Quadro 12 com as datas e horários da realização das entrevistas, idade, sexo, escolaridade, profissão, procedência e data de visitação ao município. O nome do entrevistado foi substituído pela nomenclatura “visitante x”, a fim de preservar sua identidade.

Quadro 12 – Perfil dos entrevistados - visitantes do Bairro de Meia Praia – Itapema (SC) (2013).

Caracterização	Visitante A	Visitante B	Visitante C	Visitante D	Visitante E
Data e horário da entrevista	15/01/2012 09h	16/01/2012 10h	10/02/2013 17h30min	10/02/2013 17h50min	10/02/2013 18h40min
Idade	35 anos	52 anos	53 anos	50 anos	63 anos
Sexo	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino
Escolaridade	Superior Completo	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Ensino Médio	Superior Completo	Superior Completo
Profissão	Cirurgiã Dentista	Advogado	Mecânico de automóveis	Cirurgiã Dentista	Bioquímica
Procedência Cidade/Estado/País	Ribeirão Preto (SP)	Campos Novos (SC)	Brusque (SC)	Curitiba (PR)	Paraguai
Data que visitou Itapema pela primeira vez	1992	1996	1991	2000	2000
Caracterização	Visitante F	Visitante G	Visitante H	Visitante I	Visitante J
Data e horário da entrevista	10/02/2013 19h10min	11/02/2013 17h41min	11/02/2013 19h	24/03/2013 16h15min	-
Idade	49 anos	33 anos	50 anos	42 anos	-
Sexo	Feminino	Feminino	Masculino	Feminino	-

Escolaridade	Ensino Médio	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	-
Profissão	Dona de casa	Cabeleireira	Comerciante	Farmacêutica	-
Procedência Cidade/Estado/País	Blumenau (SC)	Brusque (SC)	Brusque (SC)	Curitiba (PR)	-
Data que visitou Itapema pela primeira vez	1998	1998	1999	1999	-

Fonte: A autora, 2012.

c) Entrevistas realizadas com as instituições governamentais

As entrevistas com os representantes dos órgãos governamentais foram realizadas em momentos distintos, conforme a disponibilidade dos mesmos em participar da pesquisa. Cabe esclarecer que três dos entrevistados atuavam no poder executivo municipal na gestão 2006-2012, e uma quarta informante é representante do Projeto Orla na SPU, na esfera Estadual. A entrevista realizada com a Diretora de Geoprocessamento e Urbanismo, técnica da Secretaria de Gestão Urbana Municipal foi efetivada em 17 de março de 2013. A Coordenadora de Projetos Especiais da SPU concedeu a entrevista em seu escritório profissional, na Delegacia da União em Florianópolis, na data de 19 de março de 2013. A entrevista com o ex-prefeito municipal foi agendada previamente e realizada em 22 de março de 2013, na sede da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FETIESC) e, o Fiscal de Meio Ambiente da FAACI de Itapema concedeu a entrevista em sua residência, no dia 29 de março de 2013. Todos os atores citados explicitaram seu conhecimento prático acerca do processo de revitalização e urbanização da orla de Meia Praia. A experiência pessoal vivenciada pelos atores proporcionou uma contribuição relevante para a pesquisa,

além do resultado obtido na entrevista. O perfil dos representantes dos órgãos governamentais é apresentado no Quadro 13 com as datas e horários da realização das entrevistas, idade, sexo, escolaridade, órgão em que atuaram e função na administração pública, tipo de contrato e tempo de serviço.

Quadro 13 – Perfil dos entrevistados – instituições governamentais do município de Itapema (SC).

Caracterização	Instituição Gov. A	Instituição Gov. B	Instituição Gov. C	Instituição Gov. D
Data e horário da entrevista	17/03/2013 13h30min	19/03/2013 16h	22/03/2013 10h	29/03/2013 10h
Idade	27 anos			52 anos
Sexo	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino
Escolaridade	Superior Completo	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Superior Completo	Superior Completo
Órgão	Secretaria de Gestão Urbana	Secretaria do Patrimônio da União	Gabinete do Prefeito	Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema
Função	Diretora de Geoprocessamento e Urbanismo	Coordenadora de Projetos Especiais -SPU	Prefeito municipal	Fiscal de meio ambiente
Tipo de contrato	Comissionado	Comissionado	Eleição	Efetivo
Tempo de serviço	2 anos e 8 meses		6 anos	8 anos

Fonte: A autora, 2013.

As entrevistas com as instituições governamentais contou com a representação da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), da Associação dos moradores de Itapema/Centro e da Associação dos moradores do bairro Meia Praia, as quais contribuíram satisfatoriamente com o estudo, tendo em vista que todas participaram do processo de

implementação do projeto Orla no município. As entrevistas ocorreram nos dias 20 e 27 do mês de março e 03 de junho, respectivamente com os representantes das entidades citadas. O perfil dos representantes das instituições não governamentais é apresentado no Quadro 14 com as datas e horários da realização das entrevistas, sexo, escolaridade, período de atuação da instituição no projeto, função e tipo de ONG.

d) Entrevistas realizadas com as instituições não-governamentais

Quadro 14 – Perfil dos entrevistados – Instituições não- governamentais do município de Itapema (SC).

Caracterização	ONG. A	ONG. B	ONG. C
Data e horário da entrevista	20/03/2013 15h	27/03/2013 10h	03/06/2013 16h
Sexo	Masculino	Feminino	Masculino
Escolaridade	Pós-graduação <i>stricto sensu</i>	Superior Completo	Ensino Médio
Período de atuação	Ano de 2007	2005 - atual	2012 - atual
Função	Professor Representante de IES	Vice-presidente	Presidente
ONG	Universidade	Associação dos moradores de Itapema/Centro – AMIC	Associação dos moradores do bairro Meia Praia

Fonte: A autora, 2012.

Em suma, foram realizadas ao todo 28 entrevistas, sendo 12 com os moradores do bairro Meia Praia, 9 com os visitantes do município, 4 com as instituições governamentais e 3 com as instituições não governamentais.

6.3.5 PESQUISA DE CAMPO: DADOS VISUAIS

A pesquisa social, na abordagem interpretativista define os “dados” de pesquisa como aqueles que passam a existir por meio do processo investigativo. Banks (2009) afirma que objetos visuais como as fotografias podem ser considerados dados em si mesmos. Para ele, as metodologias de pesquisa visual são diferenciadas e valiosas e devem ser consideradas pelo pesquisador social, seja qual for o projeto. Há duas correntes principais de pesquisa visual. A primeira interessa-se na criação de imagens pelo pesquisador (tipicamente fotografias, filme e gravações, mas também desenho e diagramas) para documentar ou analisar aspectos do fenômeno social. A segunda “gira em torno da coleta e do estudo de imagens produzidas e consumidas pelos sujeitos da pesquisa”. Nesta corrente, o foco da pesquisa é obviamente visual, e os sujeitos de pesquisa apresentam uma conexão social e pessoal com as imagens (BANKS, 2009).

Nesta investigação, adotaram-se os preceitos de Banks (2009) para justificar a importância da pesquisa visual para a unidade de caso analisada, utilizando-se fotografias como dados. O material visual coletado na orla do bairro Meia Praia teve por objetivo ilustrar, apoiar e servir de evidência aos discursos dos entrevistados sobre o tema central da pesquisa, além de, se for relevante, fornecer contra-argumentos.

Banks (2009) esclarece a forma de apresentação das imagens do tipo fotografias. Segundo o autor, o pesquisador deve guiar-se por algum tipo de narrativa ou descrição, contudo, não é necessário seguir uma ordem cronológica rigorosa para sua apresentação, pois o objetivo é exploratório e o efeito é cumulativo. A questão mais importante é estabelecer uma relação entre imagem e texto. Neste caso, a opção fica a critério do pesquisador. “O objetivo é garantir que texto e imagem sejam empregados de modo a maximizar seu potencial comunicativo ou expressivo [...]” (2009, p. 126). “As imagens tem a finalidade de fornecer um contraponto para as palavras e de ir além delas” (BANKS, 2009, p. 126).

A metodologia de pesquisa visual foi utilizada, tendo como princípio cotejar os dados visuais (fotografias) sobre a unidade de análise do caso em estudo e a gestão sustentável da orla, com as opiniões e percepções dos atores sociais, reveladas nos discursos. Contudo, seu objetivo também foi o de ilustrar o PLC, concebido e desenhado como um dos “modelos do Projeto Orla” para municípios costeiros. A coleta de dados visuais no campo de estudo deu-se em três momentos distintos.

A primeira etapa foi realizada em **13 de agosto de 2012**, período considerado de **baixa temporada**, ou seja, poucos visitantes frequentavam

a orla no momento dos registros fotográficos. Nesta data foram registradas 80 imagens da orla e do PLC dentro do limite de 3,5 km lineares de orla.

A segunda etapa de coleta de dados visuais realizou-se em **11 de novembro de 2012**. Este período caracteriza o **início da alta temporada** de verão no município, no qual visitantes começam a chegar a fim de passar férias e festas de final de ano, aumentando consideravelmente o número da população. Ademais, a praia passa a ser mais frequentada por moradores, devido à maior incidência de sol e calor. Nesta data foram registradas 163 imagens da orla e do PLC. Neste período, a gestão pública municipal estava administrando o término das obras que finalizaram o calçadão, próximo ao Rio Perequê, divisa do município de Porto Belo, denominada de IV Etapa, sendo também a última do projeto de revitalização e urbanização da orla de Meia Praia. Sua inauguração foi em 14 de dezembro de 2012.

A terceira etapa de coleta de dados visuais foi realizada em **02 de janeiro de 2013 (alta temporada)**, período considerado o de maior fluxo de pessoas no município, chegando a aproximadamente 600.000 pessoas, devido ao feriado nacional de Réveillon e as férias escolares. A coleta de dados nesta data foi intencional justamente para registrar o contingente de pessoas presentes na orla e no PLC, além de outros aspectos inerentes aos objetivos da pesquisa. Nesta data foram registradas 85 imagens da orla e do PLC.

Vale destacar que nem todas as fotografias foram aproveitadas como ilustração na pesquisa, porém, serviram para análise do ambiente e propiciaram um conhecimento aprofundado sobre o campo de estudo.

As fotografias, ou como elucida Banks, o ensaio fotográfico, são apresentados no capítulo 8 – Resultados, acompanhados de um texto analítico acerca da imagem, formando um “[...] texto paralelo ao texto escrito principal e também aos textos individuais que o acompanham [...]” (BANKS, 2009, p. 126). O autor esclarece ainda que, “as imagens não se destinam a ser lidas independentemente do texto ou a formar um meta-argumento por conta própria, mas são, em vez disso, obrigadas pelo texto a exercer uma função específica”. (BANKS, 2009, p. 126).

6.3.6 PESQUISA DE CAMPO: OBSERVAÇÃO SIMPLES

A observação é uma técnica de coleta de dados, que visa obter informações, e utiliza os sentidos para captar os aspectos da realidade (GRESSLER, 2007). Goode e Hatt (1972, p. 155) esclarecem que: “a observação é a mais antiga e a mais moderna das técnicas de pesquisa”. Gil (2012) menciona três classificações para a técnica de observação, as quais são: **a)** observação simples (espontânea e informal por parte do

pesquisador); **b)** observação participante (o pesquisador torna-se membro do grupo ou organização a qual está investigando) e, **c)** observação sistemática (requer a descrição precisa dos fenômenos, ou o teste de hipóteses).

Neste estudo, foi adotada a definição de Gil (2012) para a observação simples do campo, que consiste na permanência alheia do pesquisador na comunidade, observando-a de maneira espontânea os fatos que ocorrem. Mesmo assim, esta classificação exige um mínimo de controle na obtenção dos dados.

A observação simples do campo esteve relacionada à orla do bairro Meia Praia, sendo realizada a partir do ano de construção do PLC (2007) e, em 2008, ano da inauguração da I Etapa. Devido às transformações decorrentes da obra no bairro, decidiu-se estudar a revitalização e urbanização da orla do município. Os aspectos observados no campo estão consubstanciados nos temas concernentes à (aos):

- Demanda turística;
- Oferta turística local;
- Impactos ambientais;
- Impactos sociais e culturais;
- Impactos econômicos;
- Infraestrutura básica;
- Uso e ocupação da orla;
- Especulação imobiliária;
- Políticas públicas.

Os dados provenientes da observação simples possibilitaram a obtenção de elementos para a definição do problema de pesquisa, mas especialmente para a elaboração do roteiro de entrevista e o método para a seleção dos entrevistados. Além disso, facilitou a condução da pesquisa, haja vista a importância do conhecimento empírico sobre o assunto e da área e campo de estudo. Ressalta-se a relevância em confrontar dados de pesquisa oriundos de diferentes técnicas de coleta de dados, pressupondo enriquecer o universo de dados e informações para o pesquisador.

6.4 Recorte geográfico da área de estudo

O local para o desenvolvimento da pesquisa foi o município de Itapema, localizado no litoral centro-norte do estado de Santa Catarina, a 60 km da capital, Florianópolis, caracterizado metodologicamente como “**área de estudo**”. Itapema apresenta uma área de 59,022 km² e 14 km lineares de

orla, predominante em praias arenosas, de águas calmas e pouco profundas, intercaladas por costões rochosos com ocorrência de lajes e recifes rochosos em algumas de suas porções.

A baía de Porto Belo, uma das maiores da costa catarinense, inclui em seu conjunto a orla do município de Itapema, ilustrado na Figura 14. O bairro Meia Praia constitui o recorte geográfico da área de estudo, também reconhecido metodologicamente por **“campo de estudo”**. A eleição pelo recorte geográfico justifica-se por apresentar características expressivas quanto ao desenvolvimento do turismo, crescimento da construção civil e ocupação territorial, mas especialmente por ser este o local de implantação do *“Parque Linear Calçadão”*, um dos resultados do processo de implementação do Projeto Orla.

Figura 14 – Vista aérea do bairro Meia Praia, Itapema, Santa Catarina.



Fonte: Google Earth, 2012.

6.5 A técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)

A pesquisa social busca conhecer situações e problemas inerentes à realidade vivenciada pelos indivíduos sob vários enfoques, os quais compõem o grupo de atores sociais de um determinado local. Assim, quando se busca, por meio de uma pesquisa social empírica, conhecer e

resgatar o pensamento⁷ de uma coletividade sobre um dado tema é necessário considerar que o pensamento ou opinião dos indivíduos que compõe esta coletividade somente podem ser vistos como um depoimento discursivo e legitimado pela manifestação linguística e não como extratos isolados (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

O pensamento ou conhecimento cognitivo adquirido por meio da técnica de entrevista, quando preservada sua essência, assegura a originalidade do conhecimento, influenciado pela percepção dos atores sociais em relação aos aspectos requeridos pelo pesquisador (o que se deseja conhecer). Lefèvre e Lefèvre (2005) explicam que, se estes discursos, mediados pela linguagem, forem fragmentados, não se configura mais como um discurso da realidade e sim um conjunto de respostas ou extratos de respostas discursivas individuais justapostas, articulando-se a um discurso teórico. Com base no exposto, Lefèvre e Lefèvre criaram a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que tem por objetivo suprir a “lacuna” do pensamento individual, criando-se um “pensamento coletivo”, por meio dos discursos individuais.

O DSC é oriundo da teoria da Análise do Discurso, que surgiu na França da década de 1960, através dos estudos de Michel Pêcheux que subsidiaram a base teórico-metodológica da Análise do Discurso em oposição à Análise de Conteúdo. Além da França, que também teve como destaque os estudos de Dominique Maingueneau na década de 1990, outros países da Europa como Rússia e Inglaterra, apresentaram outras abordagens sobre a Análise do Discurso. Em todos eles, o ponto convergente identificado era o contexto histórico-social a partir de uma construção coletiva, não individual (MENDONÇA, 2007 citado por DA SILVA, 2011).

Em termos metodológicos, o conhecimento está mais validamente presente no indivíduo que no grupo, uma vez que o pensamento coletivo constitui-se no “saber” e “pensar” de cada um dos membros da coletividade, de esquemas sociocognitivos ou de pensamento socialmente compartilhado (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005). A técnica do DSC constitui-se um recurso metodológico que comporta a realização de pesquisas de opiniões coletivas. Nas pesquisas com o DSC, o pensamento é coletado por entrevistas individuais com questões abertas, o que faz com que o pensamento, como comportamento discursivo e fato social individualmente internalizado, possa se expressar (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005). Esta

⁷ “Ou os valores, as crenças, as representações, enfim, as várias formas de que se reveste o sentido atribuído pelos atores sociais aos eventos que cercam a vida deles.” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2009, p. 13).

técnica preserva a opinião dos entrevistados em todos os momentos da pesquisa, permitindo ainda, analisar o material verbal coletado, extrair os depoimentos e ideias centrais e buscar as expressões-chaves que devem compor os discursos-sínteses das entrevistas realizadas com os entrevistados (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003).

O DSC consiste numa forma não matemática, nem metalinguística de representar o pensamento de uma coletividade, o que se faz mediante uma série de operações sobre os depoimentos, que culmina em discursos-síntese que reúnem respostas de diferentes indivíduos, cujos conteúdos apresentam sentidos semelhantes (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005). O DSC, portanto, é uma soma qualitativa, onde são agregados os elementos que os compõem, que são as **Expressões-chave** de respostas semelhantes dos indivíduos e as **Ideias Centrais** captadas das expressões-chaves. Essa soma qualitativa permite produzir, empiricamente, o pensamento coletivo como discurso, pois cada um dos indivíduos inquiridos na pesquisa, escolhidos com base em critérios representativos, contribui com sua cota de fragmento de pensamento para o pensamento coletivo, ou seja, para compor cada um dos DSC's que, reunidos, formam uma dada estrutura simbólica sobre um tema específico (Idem, 2005).

O DSC foi desta forma, construído para viabilizar a expressão direta do pensamento coletivo, constituindo sujeitos coletivos veiculadores de opiniões coletivas (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2010). Lefèvre e Lefèvre (2005) afirmam que o DSC representa uma inovação nas pesquisas empíricas de opinião baseadas em depoimentos verbais, na medida em que os resultados, ou seja, as opiniões ou sentidos dos pensamentos das coletividades são processados discursivamente e não na forma de categorias.

6.5.1 ESTRUTURA DO DSC

A técnica do DSC apresenta operações metodológicas para originar os discursos coletivos, ou DSCs, as quais são realizadas sobre o material verbal coletado nas entrevistas (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005). Os códigos operacionais são:

- **Expressões-Chave (E-Ch):** são trechos selecionados a partir dos depoimentos dos entrevistados (transcrições das entrevistas) que devem ser destacados por melhor descreverem a essência do conteúdo.

- **Ideias Centrais (ICs):** são fragmentos de textos que revelam a ideia central do discurso analisado do depoimento de cada resposta, e também no conjunto de respostas de diferentes indivíduos. São descrições do sentido presente nas E-Chs e não interpretações do pesquisador.
- **Ancoragens (ACs):** estão presentes quando na fala do entrevistado se revela e descreve explicitamente, com marcas linguísticas claras e genéricas, teorias, ideologias, crenças e valores (DA SILVA, 2011).
- **Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs):** discurso-síntese formado pela reunião das E-Ch presentes nos discursos analisados, que apresentam ACs ou ICs de sentido semelhante ou complementar.

Lefèvre e Lefèvre (2005) explanam que os DSCs são redigidos na primeira pessoa do singular, característica indissociável do pensamento coletivo da pessoa de um Sujeito Coletivo de Discurso. Há ainda a necessidade de atendimento a alguns princípios na junção dos diversos discursos, para que o quebra-cabeça seja perfeito na construção do DSC final.

- **Coerência:** a construção do DSC é uma soma qualitativa (não matemática) que forma um discurso-síntese coerente, constituído de partes isoladas, mas que precisam se conectar a fim de obter um sentido único, da coletividade.
- **Tipos de distinção entre os DSCs:** quando diante de uma resposta, acontecer mais de um DSC pode-se utilizar o critério de distinção de diferença/antagonismo (sua apresentação deve ser separada) e o de complementariedade (a apresentação em separado fica a critério do pesquisador se deseja resultados mais genéricos ou mais detalhados) (DA SILVA, 2011).
- **Exclusão de terminologias regionais e particularidades linguísticas:** para que o discurso pareça ser falado por uma só pessoa, há de se excluir particularidades linguísticas (“*neh*”, “*hã*”, “*éhh*”) e terminologias regionais em excesso como dos pedaços das falas dos entrevistados. Deve-se igualmente

encadear a narrativa dos discursos para que se tenha uma estrutura sequencial clara e coerente (DA SILVA, 2011).

A ligação entre as “peças” do quebra-cabeça (discurso) é feita por meio de conectivos que dão coesão ao texto (assim, então, logo, enfim...). Aspectos que definem o perfil do entrevistado como sexo, idade, eventos também devem ser eliminados na construção do DSC. Sua construção está baseada nas E-Chs (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

A apresentação dos DSC's como resultados dos depoimentos dos entrevistados, que tem na entrevista a mais coerente técnica para coleta dos dados, pode se apresentar de diversas maneiras, contudo, os autores sugerem apresentá-los por questão. No caso de mais de um DSC por questão, pode-se apresentar um quadro-síntese com as ideias centrais que surgiram no momento da análise da questão (DA SILVA, 2011). O DSC não deve se apresentar entre aspas, pois não se trata de uma citação literal, deve aparecer em itálico em consideração à fala coletiva (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

6.5.2 ADEQUAÇÃO À BASE TEÓRICA E METODOLÓGICA

O discurso coletivo de uma representatividade social, por meio da técnica do DSC, tem a intenção de emergir o conhecimento construído pela percepção ambiental dos indivíduos, por meio da mediação da linguagem, que caracteriza o conhecimento de uma coletividade. Mendonça (2007 citado por DA SILVA, 2011) explica que, em sua dinâmica teórica evidenciam-se a interdisciplinaridade, a preocupação com a interpretação do contexto histórico-social que a cerca e a análise científica.

A base metodológica desta investigação está pautada no estudo de caso, mas essencialmente em mostrar o conhecimento dos atores sociais que vivenciaram o processo de revitalização e urbanização da orla no campo de estudo. Neste viés, o processo de descrição, interpretação e análise dos discursos de uma coletividade, baseada em técnicas analíticas científicas, revela o conhecimento requerido na pesquisa (tácito para explícito - externalização). O DSC aplica-se a este estudo, ajustando-se perfeitamente à concepção paradigmática e metodológica proposta, descrita anteriormente, bem como sua base teórica nas Representações Sociais.

A interpretação e análise dos dados foram realizadas segundo os procedimentos metodológicos apresentados no item 7.3. Ressalta-se que os resultados das entrevistas apresentam-se como os mais relevantes do estudo. Apesar disso, a observação simples e o registro dos dados visuais foram confrontados com os resultados das entrevistas para uma análise

critérioria da realidade atual. Ainda, tem-se o conhecimento do processo de intervenção da orla, baseado num projeto federal. Estas informações, depois de codificadas transformaram-se em conhecimento, favorecendo a obtenção de elementos que possibilitam apontar instrumento(s) de avaliação do projeto Orla para municípios costeiros, especialmente àqueles já consolidados como destinos turísticos, tendo como parâmetros de avaliação, o conhecimento explicitado pela representação social.

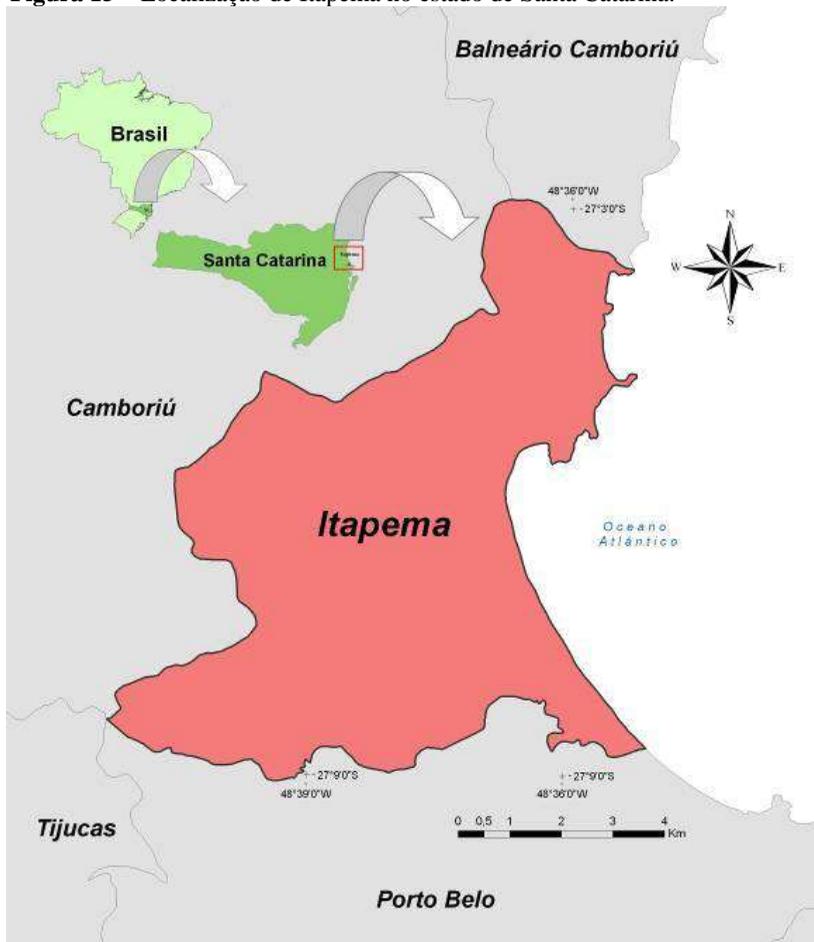
7 DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE ESTUDO: município de Itapema (Santa Catarina)

O município de Itapema constitui a área de estudo desta investigação. Sua importância resulta da localização geográfica na organização do espaço litorâneo brasileiro, e seu destaque como um destino turístico de sol e praia consolidado no estado de Santa Catarina. Além disso, as transformações espaciais ocorridas no local, devido ao crescimento urbano territorial nas últimas décadas e a implementação do Projeto Orla, revelam-se como aspectos proeminentes para o estudo deste território. O capítulo faz referência aos aspectos descritivos do município. A primeira seção traz sua localização geográfica no Estado. A evolução histórica e administrativa é demonstrada segundo seus principais elementos de colonização, emancipação e consolidação, apresentados no item seguinte. A seção três aborda os atributos naturais, paisagísticos e biológicos do município. A seção quatro contextualiza o município de Itapema social e economicamente, com destaque para as principais transformações ocorridas nos últimos anos, incluindo componentes de infraestrutura básica. Os instrumentos institucionais normativos e de regulação urbana, compreendendo o Plano Diretor, incluindo os aspectos do zoneamento urbano municipal são discutidos brevemente na quinta seção. Por fim, a última parte contextualiza o bairro Meia Praia.

7.1 Localização geográfica

Itapema está geograficamente localizada no litoral centro norte do estado de Santa Catarina, região Sul do Brasil, a 60 km da capital do Estado - Florianópolis. Apresenta uma área de 59,022 Km², sendo 18,7997 km² de área urbana e 33,8085 km² de área rural. Apresenta como municípios limítrofes, Balneário Camboriú ao norte, Porto Belo ao sul, Camboriú a oeste e o Oceano Atlântico a leste. Encontra-se na latitude 27°05'25" S e longitude de 48°36'41" W (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013). Dista 36 e 70 km, respectivamente, dos dois maiores aeroportos do Estado: Navegantes e Florianópolis. O município é cortado de norte a sul pela Rodovia BR 101, resultando parcialmente no grande crescimento demográfico e econômico que o município experimenta. Paralelamente, ao longo da história, isso fez com que houvesse uma desigualdade entre as áreas leste e oeste de Itapema, onde a região litorânea a leste é mais ocupada, desenvolvida e impactada ambientalmente que a parte oeste. A Figura 15 ilustra o município de Itapema localizado no estado de Santa Catarina.

Figura 15 – Localização de Itapema no estado de Santa Catarina.



Fonte: Negrello, Paz, Loch, 2011.

7.2 Evolução histórica e administrativa

A área correspondente à baía de Porto Belo, incluindo o município de Itapema, assim como toda a costa do litoral de Santa Catarina foi colonizada por imigrantes europeus, especialmente portugueses que iniciaram a ocupação territorial desde o século XVI. O povoamento efetivo somente ocorreu em meados do século XVII, quando os bandeirantes

(paulistas) chegam até o litoral para caçar índios, explorar as riquezas minerais e fundar pequenos empreendimentos agro-comerciais ao longo da costa catarinense. São Francisco do Sul (1658), a mais antiga povoação de Santa Catarina, Florianópolis (1662) e Laguna (1682) foram fundadas nesta época (FARIAS, 1998). No entanto, foram os açorianos, provenientes do Arquipélago dos Açores, em Portugal, que povoaram o litoral catarinense no período de 1748 a 1756, ocupando a Ilha de Santa Catarina e o continente próximo a ela, estendendo-se por toda a costa, fundando várias freguesias (REIS, 2002). Os descendentes destes povoadores, no início do século XIX, se instalaram na região de Itapema.

A conquista do território catarinense limitou-se, nos primeiros tempos, ao litoral. O modelo de ocupação territorial foi definido pela Provisão Régia de nove de agosto de 1747, destinada ao primeiro Governador da Capitania de Santa Catarina, documento que posteriormente foi chamado de Regimento Silva Paes, estabelecendo as regras para acomodação dos imigrantes (CAMPOS, 2010). Ao final do século XIX (1899), na comunidade de Itapema (Tapera, Perequê Açu, Perequê Mirim) predominavam os troncos familiares de origem luso-açoriana (FARIAS, 1999). Ainda hoje, esses descendentes representam as tradições culturais dos açores, herança cultural regional do litoral catarinense.

Reis (2002) explica que na configuração dos núcleos litorâneos destaca-se a presença de amplo espaço público fronteiro à capela. Seguindo este modelo de acomodação, parte da população que chegou a Itapema instalou-se inicialmente no entorno da capela do atual bairro Canto da Praia, e o restante fixou-se na lavoura, espalhando-se pelo interior do território do atual município, às margens dos rios São Bento, rio da Mata, rio Itapema, rio Areal e rio Perequê, e nas encostas dos morros (CAMPOS, 2010).

Conta-se que Itapema era conhecida como Tapera, que significa “lugar abandonado, casa de pau-a-pique”. O arraial, núcleo constituído pela junção de famílias, uma capela, uma venda e outros equipamentos, pertencia à freguesia de Porto Belo até dois de janeiro de 1915, sendo a comunidade do Canto da Praia o núcleo mais antigo do povoamento, especialmente com descendentes de açorianos que, ao chegar ao Brasil desenvolveu a pesca artesanal, atividade que foi passada de geração a geração, sendo uma das características mais fortes da cultura local, determinando a gastronomia à base de frutos do mar. No entanto, a primeira referência à existência do povoamento de Tapera é de 1804, baseada na planta hidrográfica da baía de Porto Belo (FARIAS, 1999).

Em 1912, por indicação de seus moradores, o então arraial da Tapera passou a denominar-se Itapema, instituído por Lei da Câmara de

Porto Belo de 1912. O nome Itapema (gaviões ou aves das pedras ou da pedra) foi dado devido “à grande quantidade de aves marinhas pretas, com pés de pato, que em certas épocas do ano passavam em bandos pelos costões e arvoredos que margeavam o caminho que ia do canto da Praia a praia do Mar Grosso” (FARIAS, 1999, p.23).

Na fase de distrito, Itapema foi anexada ao município de Camboriú, no período de 1923 a 1925. Ao longo da primeira metade do século XX, o crescimento populacional propiciou as condições mínimas para que fosse criado o município de Itapema. Este fato se consolidou em 13 de janeiro de 1962, através da Resolução nº 1/62 da Câmara Municipal de Porto Belo (FARIAS, 1999). O município de Itapema até sua emancipação, na década de 1960, passou por diversos estágios políticos e administrativos que influenciaram em sua organização e desenvolvimento, como demonstra o Quadro 15:

Quadro 15 – Fatos históricos que marcaram a evolução histórica do município de Itapema.

DATA	FATO HISTÓRICO
23/03/1726	Elevação de Desterro (Florianópolis) à categoria de vila (município), incluindo em seus domínios as terras de Itapema.
08/02/1752	É criada, através de Alvará Régio do Rei de Portugal, a freguesia de São Miguel da Terra Firme, cujos limites envolviam as atuais terras de Itapema.
1804	Primeira referência ao nome Taperá, feita pelo comandante da canhoneira Araguay.
1818	Chegada a Porto Belo de um grupo de colonos de Ericeira (Portugal).
18/12/1824	Através de Decreto Imperial, foi Porto Belo elevada à categoria de freguesia, incluindo as terras de Itapema.
18/02/1832	Documento aponta ser José Antônio da Silva primeiro morador na Taperá.
13/10/1832	Através da Resolução do presidente da Província, Porto Belo foi elevada à categoria de vila (município), desmembrada que foi de Desterro.
19/01/1852	Relatório do subdelegado de polícia de Porto Belo indica que em Itapema já existiam 79 engenhos naquele ano.
04/04/1859	Tijucas é elevada à categoria de vila, incorporando as terras de Itapema que pertenciam à freguesia de Porto Belo.

27/09/1879	Registro do casamento mais antigo, encontrado nos registros paroquiais de Tijucas, de moradores de Itapema, em que se casa Maria Rosa de Jesus, filha de Francisco José Miguel e Felizarda Rosa de Jesus, moradores na Tapera.
10/02/1890	Criação da primeira Escola de Primeiras Letras no arraial da Tapera.
29/08/1895	A freguesia de Porto Belo volta à categoria de município, incluindo as terras de Itapema.
22/07/1912	O nome de Itapema é aprovado pela Câmara de Porto Belo, em substituição ao de Tapera, por sugestão dos moradores de Tapera.
30/12/1914	Criação do Distrito Policial de Itapema.
02/01/1915	É criado o Distrito de Itapema, pertencente ao município de Porto Belo, instalado em 14/03/1915 com a eleição dos juízes de paz.
1923	Itapema foi anexada ao município de Camboriú.
13/01/1962	Foi criado o município de Itapema pela Resolução nº 01/62 da Câmara de Porto Belo.
31/01/1963	Posse da primeira Legislatura da Câmara Municipal de Itapema. Posse do primeiro prefeito eleito, Sr. Olegário Bernardes.
1987	Jubileu de prata da criação do município.
1997	Assumem os vereadores e executivo municipal eleitos para o período 1997-2001.

Fonte: Farias, 1999, p. 52-54.

Farias (1999) comenta que Itapema apresenta uma memória urbana recente, condizente ao século XX, sendo desprovida de construções associadas às origens da povoação, pois como eram pouco densas, espalhada ao longo da faixa de praia e das margens dos rios, sem uma estrutura de praça, suas construções não estavam concentradas. Farias (1999) acrescenta que Itapema foi fruto do desenvolvimento balneário a partir de 1970, e por este motivo, sua arquitetura passa a ser eclética, com variações que vão de prédios a casebres de madeira, especialmente em relação ao desenvolvimento dos bairros. Atualmente, os edifícios de alto padrão, emergidos pelo crescimento imobiliário tem tido destaque no município, especialmente no bairro Meia Praia.

7.3 Atributos naturais, paisagísticos e biológicos

A região de Itapema apresenta clima subtropical úmido, com duas estações climáticas bem definidas: inverno e verão. A temperatura média anual é de 20°C, com oscilações térmicas entre 17°C e 35°C. O inverno é frio, com oscilações que variam de 8°C a 20°C. A umidade média do ar fica em torno de 85%, favorecidas pelas correntes marinhas, impedindo formação de massas de ar seco por muito tempo na região. O nível de precipitação anual varia em torno de 1.700 mm, distribuídos ao longo de todo o ano, com maior predominância no verão.

O relevo do litoral catarinense é caracterizado por uma planície costeira, que se estende entre o Oceano Atlântico e os contrafortes da Serra do Mar. A faixa litorânea cobre uma extensão de 500 km junto ao mar no sentido norte-sul desde Itapoá, ao norte, na divisa com o estado do Paraná até Passo de Torres, fronteira com o estado do Rio Grande do Sul (FARIAS, 1999).

A cobertura vegetal é constituída por diferentes tipos de formações vegetais que variam de acordo com o solo e o relevo. Nas encostas dos morros se desenvolve a vegetação de Floresta Ombrófila Densa Submontana, a qual está em diferentes estágios de regeneração. Na planície litorânea, localizada na porção leste, ocorre a Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas (Florestas de planície Quaternária - vegetação de transição – Mata Atlântica), vegetação de restinga junto à orla, vegetação de costões rochosos e, na desembocadura do rio Perequê, desenvolve-se mata ciliar com espécies de manguezal, devido à influência fluvial e marinha nos solos lodosos, vegetações estas que já foram praticamente devastadas por causa da crescente urbanização do município (ANJOS, 2004; IBGE, 1991). Na região de planície, marcada por coberturas vegetais secundárias, encontram-se variedades de árvores frutíferas plantadas pelo homem, como também Capões do Mato, Cambuí e outras árvores de pequeno porte (FARIAS, 1999). O solo predominante no município é argilo-arenoso.

A fauna terrestre presente na região é variada, porém, muitas das espécies foram extintas, como a onça, o veado, a capivara, a jaguatirica, o tamanduá. Outras podem ser vistas, em maior ou menor quantidade, como macacos, quati, tatu, graxaim, gambá e lebre. Além dos animais quadrúpedes, as aves encontradas são: gaviões (símbolo do município), aracuã, inhambu, macuco, jacu, jacupema, garças, tesouras, urubus, canários, papagaios, sabiás, saíras, etc. (FARIAS, 1999). Itapema é uma das cidades do Estado com a maior diversidade de anfíbios (CUNHA, 2010). Das 140 espécies listadas para Santa Catarina encontraram-se 63 para a região. Tratando-se de répteis, Cunha (2010) explica que, em levantamento

realizado, foram registradas apenas 16 espécies, apesar disso foi possível levantar espécies de quase todos os grupos de répteis. Quanto à ictiologia foram encontradas espécies indicadoras de locais bem preservados. Foram listadas 23 espécies de mamíferos, destas 8 são consideradas ameaçadas em âmbito nacional ou regional (CUNHA, 2010).

O município de Itapema faz parte do conjunto geomorfológico denominado regionalmente de Serra do Tabuleiro/Itajaí e Planície Costeira. Em nível microrregional a serra é chamada de Tijucas e recebe as denominações de Areal ou Macacos, do Cantagalo, e do Encano. O ponto mais elevado do relevo de Itapema chega a 660 metros e fica na Serra do Cantagalo. As terras mais baixas são integrantes das microbacias dos rios Tijucas, Perequê, São Paulino e Fabrício, que, com exceção da do rio Tijucas, são de pequenas dimensões.

A hidrografia de Itapema se compõe de três microbacias principais que possuem suas nascentes nos morros do município; na direção norte-sul, tem-se a do rio da Mata de Camboriú, do rio Areal e parte da bacia do rio Perequê (divisa com o município de Porto Belo) (GAPLAN, 1986). O rio Perequê tem aproximadamente 12 km de extensão ao atingir a planície até a sua foz. De acordo com o diagnóstico socioambiental para a criação de Unidade de Conservação em Itapema/SC, os rios de Itapema têm boa qualidade da água em suas nascentes, contudo, esta qualidade é comprometida quando o curso d'água adentra na área urbana do município, passando a conter altos níveis de coliformes fecais e fósforo, devido a despejos de esgoto doméstico nesses locais (CUNHA, 2010). Ademais, todos os rios de Itapema sofreram o processo de desmatamento e aterro de suas margens, o que reduziu o seu volume d'água (FARIAS, 1999).

Itapema apresenta aproximadamente 14 km de orla, composta por quatro praias: a praia da Mata de Camboriú, a praia da Ilhota, a praia do Cabeço ou Grossa e a praia de Itapema, a qual é dividida em Canto da Praia, praia central de Itapema e Meia Praia (IBGE, 1983). O bairro Meia Praia se tornou o ponto de maior interesse dos veranistas e também para o comércio, apresentando um alto grau de ocupação territorial nas últimas décadas. A Figura 16 ilustra as praias de Itapema, a partir de um mapa turístico:

A fauna marinha é representada por espécies variadas de peixes teleósteos (possuem escamas e espinhas) e elasmobrânquios (cartilagosos) tradicionalmente capturados e consumidos pela população local: aves (fragatas, albatrozes, gaivotas) e mamíferos marinhos. O mar de Itapema é tradicionalmente um recurso de grande valor econômico, cultural e de lazer, garantindo ao longo dos anos o sustento de parte da população do município, como a atividade turística e a construção civil que adentra na economia do município (BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2007). Contudo, devido aos múltiplos impactos associados à urbanização típica de balneários, alguns ecossistemas foram gradativamente descaracterizados perdendo suas funções e características naturais. Em Itapema, tais ecossistemas incluem as dunas costeiras e vegetação de restingas já comprometidas e atualmente bastante reduzidas no município. Os manguezais, antigamente abundantes nas margens dos rios, como o Perequê, hoje se encontram bastante reduzidos (BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2007).

Pereira, Oliveira e Westerlon (2002) complementam que, ao analisar a faixa de areia de Itapema, percebe-se um acelerado processo de crescimento urbano nos bairros, com vastas extensões de expressiva densidade populacional e ocupação desordenada da área. Essa urbanização desenfreada provocou profundas alterações locais, em decorrência das novas estruturas e equipamentos urbanos implantados em áreas de antigos mangues, o que causou uma descaracterização da natureza local, inclusive em relação à economia de subsistência que era a pesca artesanal. O núcleo pesqueiro de Itapema situa-se no centro norte da praia, denominado Canto da Praia. Este local ainda resiste à expansão urbana de Itapema, marcada pela implantação de edifícios ao longo de toda a sua orla. Contudo, o espaço junto à praia está ocupado por casas de veraneio, restando poucas residências de pescadores à beira mar. Um promontório situado junto ao Canto da Praia garante proteção ao fundeadouro local (WAHLRICH, 1999).

Itapema comporta uma Unidade de Conservação Municipal, instituída pelo Decreto Municipal nº 47/2007, denominada de Parque Ambiental Municipal Padre Raulino Reitz, cuja vegetação característica é de Mata Atlântica e restingas.

Com relação às formas de uso do solo no município, os estudos para implementação do Projeto Orla mostraram que ele divide-se em:

- a) 3,38% de área de agricultura, que apresenta os ecossistemas primitivos parcialmente modificados, com dificuldades de regeneração natural pela exploração, supressão ou substituição de

alguns dos seus componentes pela ocorrência de culturas com fins produtivos;

- b) 0,14% de cursos da água;
- c) 5,69% campos e pastos;
- d) 31,40% de floresta que apresenta alterações na organização funcional dos ecossistemas primitivos, estando capacitada para manter em equilíbrio uma comunidade de organismos em graus variados de diversidade;
- e) 41,17% de mata, também apresentando alterações na organização funcional dos ecossistemas primitivos, mas capacitada para manter em equilíbrio uma comunidade de organismos em graus variados de diversidade, mesmo com a ocorrência de ocupação humana de baixo impacto, permitindo a manutenção funcional dos ecossistemas e proteção aos recursos hídricos;
- f) 0,52% de reflorestamento;
- g) 0,36% de solo exposto;
- h) 17,34% de urbanização, apresentando a maior parte dos componentes dos ecossistemas primitivos degradados ou suprimidos devido ao desenvolvimento de áreas urbanas e de expansão urbana contínua, bem como atividades industriais, de pequeno a grande porte (PGI, 2007, p.19).

7.4 Características socioeconômicas e de infraestrutura

O município de Itapema integra a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), e desde 2007 associou-se ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde & Mar (CITMAR), juntamente com os municípios de Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luís Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo. O papel do consórcio está em ordenar a utilização dos recursos disponíveis municipais e reforçar o papel do município no desenvolvimento do turismo regional. O CITMAR encomendou um levantamento socioeconômico ao Instituto Sinergia de Extensão e Pós-Graduação (ISEP) sobre os 10 municípios integrantes à AMFRI, cujo objetivo é mostrar um panorama da realidade apresentada em 2012 por cada um deles e também sob um viés comparativo.

7.4.1 POPULAÇÃO

Itapema foi o município que mais cresceu no estado de Santa Catarina nos últimos dez anos, com um aumento de 77,10% de sua

população e mais de 19,9 mil pessoas a mais na cidade segundo comparativo dos dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos de 2000 e 2010 (Tabela 1). Segundo a contagem mais recente da população de 2010 do IBGE, constatou-se uma população fixa de 45.797 habitantes. Em relação ao estado de Santa Catarina, o crescimento foi de 893 mil pessoas nos últimos 10 anos, segundo revelou o Censo 2010. A elevação de 16,68% ficou um pouco acima da média nacional. No Brasil, o número de habitantes chega a 190,7 milhões, com aumento de 20 milhões de pessoas em relação ao Censo 2000, o que representa 12,3% de crescimento. O Estado ocupa a 11ª posição no *ranking* nacional no crescimento populacional.

Tabela 1- Resumo de população censitária do município de Itapema.

POPULAÇÃO CENSITÁRIA ITAPEMA			
Ano	Urbana	Rural	Total
1991	11.248	928	12.176
2000	24.781	1.088	25.869
2010	44.659	1.138	45.797
Crescimento	19.878	50	19.928

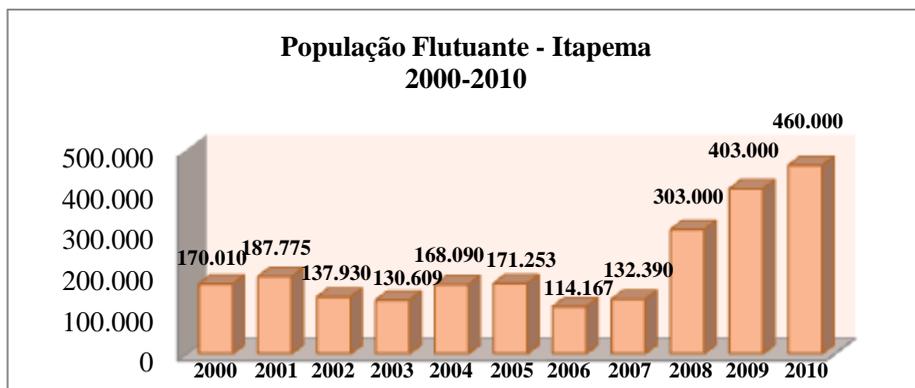
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2000; 2010.

A Tabela 1 demonstra um crescimento significativo na área urbana, o que pode estar relacionado ao interesse das pessoas em constituir residência fixa no município, como também pelas segundas residências, muito comum em cidades litorâneas. Seguindo a tendência nacional de urbanização, o crescimento populacional rural ficou muito aquém do crescimento urbano. Apontando para uma grande concentração habitacional, o município possui o maior índice de concentração demográfica da região, ficando atrás apenas de Balneário Camboriú. O índice de crescimento anual da população em 2000-2010 foi de 5,88% segundo o IBGE – Indicadores Municipais (PORTAL ODM, 2010).

Itapema, assim como as demais cidades litorâneas, teve no turismo, sua fonte geradora de recursos, a partir da década de 1970, vocação confirmada na década seguinte quando aumentou a procura por casas de praia (residências de férias ou de lazer), trazendo conseqüentemente aumento populacional no período de veraneio (NEMETZ, 2004). A população flutuante do município de Itapema foi computada nos anos de 2000 a 2007 pela Gerência de Planejamento da Santa Catarina Turismo S.A. (SANTUR), órgão de promoção e marketing vinculado a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina. A pesquisa de

demanda é realizada em municípios turísticos, por meio da “pesquisa mercadológica – estudo da demanda turística” que busca traçar o perfil do visitante e conseqüentemente computa o número da população flutuante nos meses de janeiro, fevereiro e março. Nos anos de 2008, 2009 e 2010 não houve pesquisa de demanda realizada sob a coordenação da SANTUR para o município de Itapema, sendo os dados da população flutuante do município, fornecidos pela Secretaria de Turismo Municipal. O Gráfico 1 demonstra o aumento dos visitantes no município de Itapema na última década, evidenciando um crescimento acelerado a partir do ano de 2006, chegando ao ápice em 2010 com aproximadamente 500 mil pessoas presentes no município na alta temporada de verão. A sazonalidade é bastante acentuada, característica singular de municípios turísticos litorâneos. Em Itapema, percebe-se a sazonalidade ao comparar a população fixa de 45.797 hab. com uma população flutuante de 460.000 hab. em aproximadamente quatro meses ao ano.

Gráfico 1 – População flutuante do município de Itapema (2000-2010).



Fonte: Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (2002, 2006, 2007); Prefeitura Municipal de Itapema - Secretaria de Turismo, 2013.

7.4.2 ECONOMIA

O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) em 1991 foi de 0,725 enquanto que para o ano de 2000, o IDHM foi de 0,835. O índice de 0,835 é considerado um índice alto, se comparado com a média do estado de Santa Catarina que é de 0,822 também considerado um bom

índice. O maior índice calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é de 0,938 em 2010, na Noruega. O Brasil ocupa o 73º lugar com um índice de 0,699 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2003). Conforme o PNUD, responsável pelo cálculo do IDHM, o último cálculo realizado foi em 2000. O índice varia de zero a 1, considerado que é baixo se estiver entre 0 e 0,499; médio de 0,500 a 0,799; e alto, quando maior ou igual a 0,800. A partir desses critérios pode-se inferir que o IDH de Itapema é alto (INSTITUTO SINERGIA DE EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, 2013).

Em Itapema, o desenvolvimento da atividade turística provocou a expansão da construção civil, que elevou o município à posição de segundo polo regional no setor, perdendo na microrregião da AMFRI apenas para Balneário Camboriú (DO AMARAL PEREIRA; DE OLIVEIRA; WESTERLON, 2002). Mas, apesar da expansão do setor da construção civil no município trazer benefícios econômicos, este processo tem submetido Itapema a um rápido adensamento dos espaços localizados na orla, impondo pressão sobre a infraestrutura urbana, levando ao avanço da ocupação sobre áreas frágeis, ocasionando com isso problemas de degradação ambiental e perda de ecossistemas relevantes.

O setor de serviços incluindo o turismo é o segmento econômico do município com maior incidência de impostos. O Produto Interno Bruto (PIB) municipal é a soma dos bens e serviços produzidos na cidade durante um período determinado. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia para atividade econômica de uma região. O município de Itapema é eminentemente turístico, fato que é determinante na sua configuração econômica. Na avaliação dos setores produtivos de Itapema em 2010, a agropecuária contribuiu com 0,85%, a indústria com 19,0% e os serviços com 80,0% do PIB municipal, demonstrando ser a atividade turística o maior segmento com valor agregado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Em relação ao PIB *per capita* do município, no ano de 2000 era de 5.729,56 enquanto em 2010, este valor passou a 10.889,69, tendo um acréscimo de 52,6% (INSTITUTO SINERGIA DE EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, 2013).

O Instituto Sinergia de Extensão e Pós-Graduação e a Universidade do Vale do Itajaí apresentaram em março de 2013, o PIB turístico da região Costa Verde e & Mar, índice até então somente calculado em âmbito nacional pelo IBGE. Segundo a pesquisa, realizada entre novembro de 2011 e outubro de 2012, o PIB da Costa Verde & Mar é considerado em dado socioeconômico relevante cuja observação dos pesquisadores aponta que o maior valor agregado é na área de serviços. A Costa Verde & Mar apresenta índice de 11,56%, maior que a média nacional e catarinense. São

aproximadamente 32 mil profissionais ligados à atividade turística e serviços em geral nos municípios integrantes da região. No Brasil, o índice é de 8,82% e no estado de Santa Catarina é de 7,71%. O PIB turístico municipal mais considerável pertence a Bombinhas, com 19,7% do total, e o menor, no litoral norte do Estado, fica com Porto Belo, com 9,7%. A Tabela 2 demonstra o PIB turístico dos municípios da Costa Verde & Mar, incluindo Itapema, com 11,41% do total, bem como o número de empregados no setor de serviços (INSTITUTO SINERGIA DE EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, 2013).

Tabela 2 – PIB turístico dos municípios da Costa Verde & Mar.

MUNICÍPIO	PIB Turístico	Número de empregados gerado no setor de serviços
Balneário Piçarras	11,65%	1.085 profissionais
Bombinhas	19,74%	1.467 profissionais
Camboriú	10,64%	4.034 profissionais
Ilhota	8,88%	473 profissionais
Itajaí	10,73%	14.256 profissionais
Itapema	11,41%	3.291 profissionais
Luís Alves	3,90%	279 profissionais
Navegantes	14,67%	4.080 profissionais
Penha	19,11%	2.109 profissionais
Porto Belo	9,71%	933 profissionais
Costa Verde & Mar	11,56%	32.007 profissionais

Fonte: Instituto Sinergia de Extensão e Pós-Graduação, 2013.

O Imposto Sobre Serviços (ISS) é um tributo municipal. Incide sobre a prestação, por pessoas físicas e jurídicas, de serviços variados. Há alíquota mínima, alíquota de serviços no exterior e alíquota máxima de incidência do ISS. Em Itapema, a arrecadação de ISS em 2000 foi de 9.082,479, enquanto que em 2010 foi de 37.311,836.

A balança comercial do município contabilizou em 2011 um saldo positivo de US\$ 70.326 sendo US\$ 4.540.777 em exportações e US\$ 4.470.451 em importações. Segundo o IBGE (2012), a projeção de despesas agregado bruto da administração pública municipal foi de R\$ 114.196.950,00. Algumas das despesas por setores apresentam-se na Tabela 3, as quais tem relação com o estudo. É visível que o montante gasto com saneamento básico é o menor do grupo de despesas da municipalidade, correspondendo ao equivalente a 1,2%.

Tabela 3 – Despesas públicas, por setores, em Itapema.

SETORES	VALOR EM R\$
Ordenamento territorial	0,00
Segurança pública	1.344.066,74
Cultura	358.910,79
Urbanismo	16.034.266,95
Saneamento	13.900,00
Gestão ambiental	856.914,84
Turismo	3.302.427,48
Desporto e Lazer	2.254.045,22

Fonte: Instituto Sinergia de Extensão e Pós-Graduação, 2013.

7.4.3 INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS BÁSICOS

- Abastecimento de água e tratamento de esgoto

Um sistema de abastecimento de água caracteriza-se pela retirada da água da natureza, adequação de sua qualidade, transporte até os aglomerados humanos e fornecimento à população em quantidade compatível com suas necessidades. A coleta dos esgotos sanitários é fundamental para a garantia de vida da população. No entanto, um dos maiores fatores de degradação da qualidade das águas é justamente a poluição resultante do lançamento dos esgotos sanitários coletados em corpos d'água, o que justifica a necessidade do tratamento desses efluentes, de modo a reduzir a carga poluidora antes de sua disposição final (AGÊNCIA NACIONAL DE AGUAS, 2009).

Os serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos em Itapema é responsabilidade da empresa Águas de Itapema Ltda., concessionária que atua desde o ano de 2004 no município. A estrutura dos serviços é composta por cinco estações de tratamento de água nos bairros Areal, Ilhota, Sertãozinho, São Paulinho e Morretes. A empresa iniciou o trabalho de coleta e tratamento de esgoto em fevereiro de 2007. Segundo dados fornecidos pela empresa, em *site* oficial, o índice de cobertura pelo serviço de coleta e tratamento de esgoto em Itapema gira em torno de 60% da população (fixa e flutuante) (MEREGE, 2011; ÁGUAS DE ITAPEMA, 2013). Dados do IBGE (2010) indicam que dos 15.021 domicílios particulares permanentes, 12.167 domicílios (81,0%), possuem cobertura do saneamento básico, considerado como adequado, 2.854 domicílios, ou seja, 19% são considerados semiadequados e 15 dos domicílios apresentam saneamento básico inadequado, correspondente a 0,1%.

A Estação de Tratamento de Água (ETA) em funcionamento no município produz mais de 1,6 milhão de litros por hora. A ETA Morretes, que abastece os bairros Morretes e Meia Praia, trata até 1,08 milhão de litros por hora (ÁGUAS DE ITAPEMA, 2013).

- Coleta e disposição de resíduos sólidos⁸

A empresa responsável pela limpeza urbana de Itapema, Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda., opera no serviço de coleta de resíduos domiciliar do município desde 2005.

A quantidade de resíduos gerados e coletados no ano de 2010 foi de 1.390 toneladas/mês, uma média de aproximadamente 53 tonelada/dia. Em relação ao ano de 2011 foi de 1.462 toneladas/mês, com uma média de aproximadamente 56 tonelada/dia. Já em 2012 o número ultrapassa as 1.500 toneladas, com um valor aproximado de 1.517 toneladas/mês, e, segundo a empresa, a média é de aproximadamente 58 toneladas/dia. Em relação aos meses de dezembro de 2012, janeiro e fevereiro de 2013, período de alta temporada e grande fluxo de pessoas no município, a média de resíduos domiciliar foi de aproximadamente 80 toneladas/dia.

A Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. também realiza a coleta seletiva em todos os bairros do município, sendo que, em alguns bairros a periodicidade varia em uma, duas ou três vezes por semana, a depender da demanda (neste caso, o lixo é previamente separado e selecionado nos domicílios, embora nem todos o separem). Segundo dados da empresa, no bairro Meia Praia a coleta seletiva é realizada diariamente. Todo o material recolhido é entregue para a Cooperativa dos Coletores de Materiais Recicláveis de Itapema - COOPERITAPEMA, uma cooperativa responsável pela seleção dos materiais e reciclagem dos mesmos. A COOPERITAPEMA fica localizada na Rua 406, no bairro Morretes e realiza triagem de 70 toneladas por mês de materiais reciclados.

A coleta de lixo no PLC é realizada três vezes por semana (terças-feiras, quintas-feiras e sábado) durante os meses de baixa temporada (novembro a março) e diariamente, no turno matutino durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro. O lixo domiciliar que não é reciclado é transportado para o Aterro Sanitário localizado no município de Biguaçu.

⁸ Informações concedidas pela empresa Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. por meio de correio eletrônico (*e-mail*), em 09 de abril de 2013. O *site* da prefeitura de Itapema não dispõe de informações sobre coleta de lixo domiciliar, nem tampouco de coleta seletiva.

A Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. realiza o projeto “Cidade Limpa, Criança Feliz”, com a apresentação de palestras sobre a importância da reciclagem para os alunos do terceiro ano das escolas municipais.

7.5 Instrumentos institucionais normativos e de regulação urbana

O planejamento urbano territorial suplementa a organização física e econômica, compatibiliza o desenvolvimento com a expansão urbana de forma sustentável, bem como deve promover as funções sociais da coletividade, harmoniosamente com o crescimento, deveras acelerado e sem ordenamento no país. Barros (2007) expõe que, a partir da Constituição Brasileira de 1988 e da Lei Federal nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade veio a regulamentar uma política urbana, tida como um marco referencial de instrumento de gestão e planejamento urbano. Nele encontram-se os princípios, as diretrizes gerais da política urbana e importantes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos de reforma urbana.

O Estatuto da Cidade exige que municípios com população acima de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, com áreas de especial interesse turístico, e situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país, construam e mantenham um Plano Diretor (PD). O PD é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, que deve ser aprovado por lei municipal. Ele define ainda qual a melhor forma de ocupação do território, analisando todos os usos do espaço e prevendo atividades futuras. O mesmo deve atender aos interesses da população, sendo dessa forma participativo e democrático. Para que se desenvolva um PD deve haver a união entre o poder Executivo, poder Legislativo e a sociedade civil. Por meio da leitura da cidade, participação popular e estudos técnicos, serão demarcadas as zonas homogêneas do município de acordo com suas características, sugerindo propostas para o planejamento, a implantação e o monitoramento do PD, que deve se orientar pelo Estatuto da Cidade. O artº 40 do Estatuto da Cidade prevê que a lei que instituir o PD deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos, tendo em vista a capacidade dinâmica das cidades em se desenvolver e crescer, utilizando os vários instrumentos normativos da legislação competente (BRASIL, 2002; NEGRELLO; PAZ; LOCH, 2011).

O artº 2º da Lei nº 10.257/2001 (BRASIL, 2002, p. 15) estabelece as diretrizes gerais concernentes à política urbana, que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da

propriedade urbana. Cabe citar algumas dessas diretrizes que vem ao encontro à implementação do Projeto Orla, na construção do PLC no município de Itapema, as quais serão discutidas no capítulo 8 – Resultados da pesquisa:

I – garantia do direito a **idades sustentáveis**, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao **saneamento ambiental**, à **infraestrutura urbana**, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da **participação da população** e de **associações representativas dos vários segmentos da comunidade** na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – **cooperação entre os governos**, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em **atendimento ao interesse social**;

V – **oferta de equipamentos urbanos e comunitários**, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

XII – **proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído**, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

XIII – **audiência do Poder Público municipal e da população interessada** nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

Além destas, outras diretrizes contidas na redação da Lei nº 10.257/2001 constituem orientações fundamentais ao desenvolvimento sustentável de um município, que tem a orla como valoração econômica e o setor de serviços como principal atividade econômica. Estes elementos incidem no crescimento do turismo e da expansão urbana, que devem ser planejados com vistas à preservação do ambiente natural local.

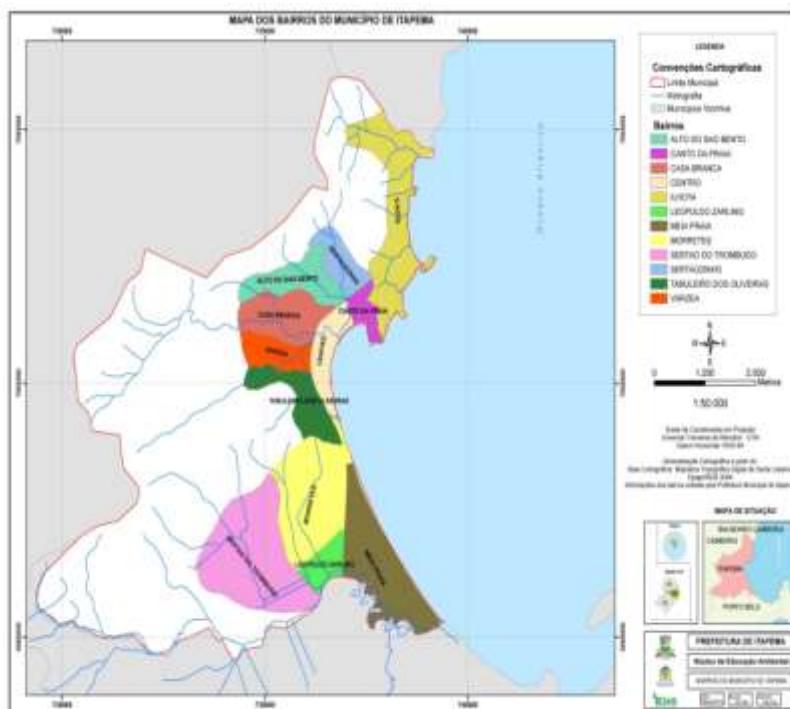
O PD do município de Itapema foi instituído pela lei complementar nº 7 de 06 de fevereiro de 2002 e complementa-se ainda pelas seguintes leis: I - Lei Complementar Nº 008/2002 -Lei do Código de Obras; II - Lei Complementar Nº 009/2002 - Lei do Meio Ambiente; III - Lei Complementar Nº 010/2002 - Lei do Parcelamento do Solo; IV - Lei

Complementar Nº 011/2002 - Lei do Zoneamento e Uso do Solo. Devido ao crescimento acelerado do município nos últimos dez anos, aliado a expansão urbana e crescimento demográfico, evidencia-se que o atual PD encontra-se desatualizado frente às questões de ordenamento territorial, zoneamento ambiental, sistema viário, parâmetros urbanísticos, etc. O PD de Itapema encontra-se em fase de revisão desde o ano de 2010. A prefeitura de Itapema, com o intuito de viabilizar a revisão do PD, firmou convênio, por meio de consultoria, com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Expansão Universitária (Fapeu), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Parte dos trabalhos realizados pelos técnicos e secretarias municipais inclui mapeamento de dados e informações do município, como geografia, demografia, topografia, educação, turismo, recursos naturais, assim como dados da história e cultura itapemense. Foi instituído também o Núcleo Gestor de Revisão do Plano e participação da comunidade por meio de audiências públicas.

7.5.1 ZONEAMENTO URBANO

O crescimento dos perímetros urbanos, planejados ou espontâneos passou a exigir das administrações municipais a adoção de zoneamentos para facilitar os controles administrativos (prestação de serviços de infraestrutura básica e cobrança de impostos). Os espaços urbanos delimitados por ruas ou acidentes geográficos passaram a ser conhecidos por bairros. A lei ordinária nº 20 de 30 de setembro de 1981, que estabelece a designação dos bairros municipais de Itapema foi alterada pela lei ordinária nº 2279, de 21 de dezembro de 2004, na delimitação do número de bairros e na configuração de limites do bairro Meia Praia. O artº 1º da lei nº 2279/ 2004 institui que: “a zona urbana do município de Itapema fica dividida em doze bairros”. A Figura 17 mostra a configuração dos bairros de Itapema.

Figura 17 – Mapa dos bairros do Município de Itapema.



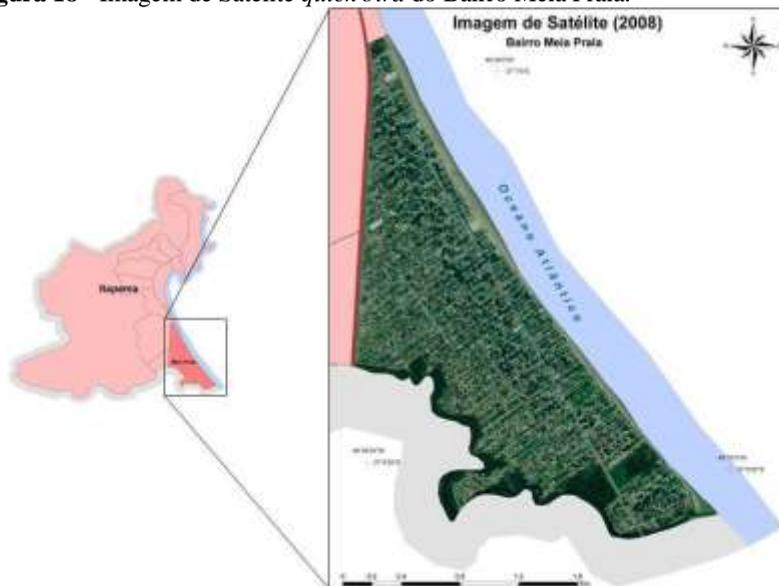
Fonte: Prefeitura Municipal de Itapema, Núcleo de Estudo Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

7.6 Caracterização do bairro Meia Praia

O bairro denominado de “Meia Praia” localiza-se na zona sul do município, tendo como limites, ao norte o Morro do Castelinho e a Rua 203, ao sul o rio Perequê, a leste o Oceano Atlântico e, a oeste a Rodovia Federal BR 101. Dentre os 12 bairros do município, Meia Praia (Figura 18) é o que apresenta maior densidade demográfica, variando em torno de 3.051 hab./km², enquanto que a do município é de 771,50 hab./km². Ferrari (1979) esclarece que o ponto ótimo de densidade, onde o custo com a infraestrutura é menor, está em torno de 1.000 hab./km². Na temporada de verão, a população do bairro aumenta vertiginosamente, saturando a capacidade de suporte do sistema viário, além do sistema de tratamento de esgoto e abastecimento de água. Como consequência do adensamento

populacional, o bairro está passando por um acelerado processo de verticalização e saturação imobiliária, sobretudo na orla.

Figura 18 - Imagem de Satélite *quick bird* do Bairro Meia Praia.



Fonte: Negrelli; Paz; Loch, 2011.

Meia Praia é o bairro que possui a melhor infraestrutura de serviços, caracterizando-se pelos equipamentos e serviços turísticos que dispõe como bares, restaurantes, hotéis, comércio e outros, sendo também o bairro com a maior quantidade de alvarás para construções de edifícios no município. O maior atrativo turístico de Meia Praia é a orla, considerada a área de maior interesse dos veranistas no município de Itapema, com uma extensão de 5 km.

Negrello, Paz e Loch (2011) em estudos realizados por sensoriamento remoto no bairro, constataram que, decorrente da especulação imobiliária e da visibilidade turística, Meia Praia sofreu um adensamento excessivo, onde o sistema viário não acompanhou seu crescimento. O bairro possui apenas uma via coletora, a Avenida Nereu Ramos e, a partir da BR 101, há somente dois acessos ao bairro através de passagens inferiores. Além disso, as vias locais são estreitas e, ao sul, ao longo do Rio Perequê, muitas ruas não têm saídas, dificultando ainda mais a mobilidade urbana (NEGRELLO; PAZ; LOCH, 2011).

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O capítulo 8 apresenta os resultados do estudo de caso. Inicia-se com a classificação da orla marítima do bairro, embasada nos manuais do Projeto Orla, assim como descreve os impactos ambientais de uso e ocupação da orla. A seção 8.2 é apresentada, segundo o método de análise “Construção da Explicação” proposto por Yin (1982). Este método consiste na exposição descritiva das informações adquiridas no campo de estudo, incluindo-se os resultados da pesquisa documental acerca de determinado constructo, neste caso, a implementação do Projeto Orla no município de Itapema/SC. A seção 8.3 expõe e analisa os depoimentos coletivos dos representantes das organizações não governamentais que atuaram direta ou indiretamente sobre a implementação do Projeto Orla no município de Itapema. Da mesma forma, a seção 8.4 descreve e analisa os discursos coletivos dos visitantes que frequentaram o bairro Meia Praia antes da implantação do Parque Linear Calçadão e continuam a frequentar o destino turístico até os dias atuais. Logo, os resultados da percepção deste grupo tornam a pesquisa mais refinada sob o ponto de vista do conhecimento tácito. A seção 8.5 apresenta a análise dos depoimentos dos moradores do bairro Meia Praia acerca da implementação do Projeto Orla e construção do Parque Linear Calçadão, também apresentada na forma do Discurso do Sujeito Coletivo. A seção 8.6 sintetiza os principais impactos, negativos e positivos, acerca da implantação do Parque Linear Calçadão, sob a ótica dos quatro atores sociais entrevistados para esta investigação. Além disso, elucidam algumas das possíveis soluções de melhorias com vistas à gestão da sustentabilidade. A última seção conclui o capítulo com a indicação da ferramenta de compartilhamento e aplicação do conhecimento gerado, visando aplicar a gestão do conhecimento em destinos turísticos costeiros. Evidencia-se neste capítulo o uso da triangulação dos dados, por meio de procedimentos distintos de coleta e análise dos dados, tal como a entrevista semiestruturada e a coleta de dados visuais.

8.1 Classificação da orla marítima do bairro Meia Praia

A classificação e descrição da orla do bairro Meia Praia, em Itapema baseou-se no manual de orientação do Projeto Orla (2006) e no Plano de Gestão Integrada (PGI) da orla do município de Itapema (2007).

Segundo as diretrizes elaboradas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), com vistas a orientar as ações de gestão a serem implantadas na orla e,

considerando-se as condições atuais existentes na faixa definida como foco de análise e intervenção, a orla de Itapema foi classificada segundo o diagnóstico paisagístico do PGI, como mostra o Quadro 16:

Quadro 16 – Classificação da orla de Itapema, segundo o diagnóstico paisagístico do PGI.

CLASSE A Paisagem natural preservada	CLASSE B Paisagem parcialmente antropizada	CLASSE C Paisagem densamente antropizada
<p>Possui correlação com os tipos de orla que apresentam baixíssima ocupação, com paisagens com alto grau de originalidade e baixo potencial de poluição, podendo incluir áreas de interesse especial. São trechos de orla onde a preservação e conservação das características e funções naturais devem ser priorizadas.</p> <p>----</p> <p>Local: Canto da Praia.</p>	<p>Possui correlação com os tipos de orla que apresentam de baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas e médio potencial de poluição, podendo incluir áreas de interesse especial. São trechos do litoral onde os usos podem ser compatíveis com a conservação da qualidade ambiental e os que tragam baixo potencial de impacto devem ser estimulados.</p> <p>----</p> <p>Local: bairro Ilhota</p>	<p>Apresenta médio a alto adensamento de construções e populações residentes, com paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição sanitária, estética, sonora e/ ou visual, podendo incluir áreas de interesse especial. São trechos de orla onde os usos não podem ser exigentes quanto aos padrões de qualidade, sendo, portanto, locais com alto potencial impactante, inclusive para seu entorno.</p> <p>----</p> <p>Local: bairro Meia Praia.</p>

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007; Prefeitura Municipal de Itapema, 2007.

A orla do bairro Meia Praia compreende aproximadamente 5 km lineares, apresenta boa balneabilidade, com águas calmas e pouco profundas, propícias aos banhos de mar. Sua classificação teve como

critérios os tipos genéricos de orla e o diagnóstico paisagístico da orla, previamente detalhados no Capítulo 4, item 4.1 e embasados no Projeto Orla: fundamentos para uma gestão integrada. Apresenta-se a seguir sua descrição e classificação:

a) Quanto aos tipos genéricos da orla:

- **Primeira Tipologia:** Características fisiográficas

- Forma da orla: Semiabrigada

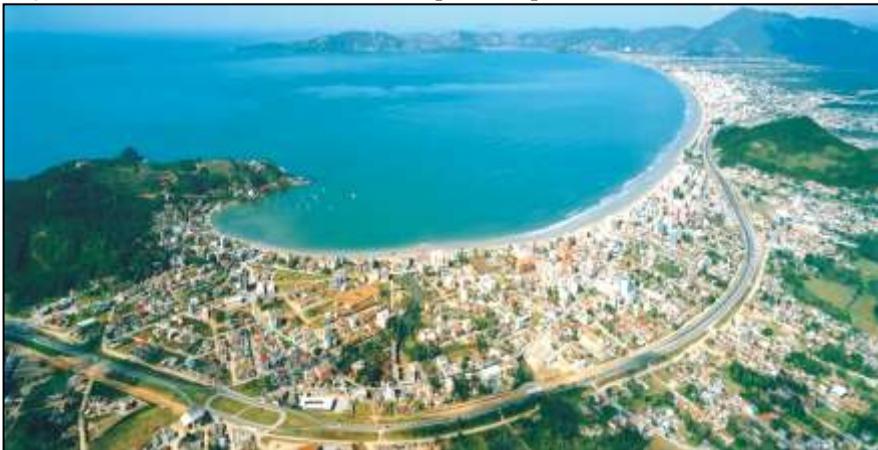
A orla semiabrigada apresenta similaridade com o sistema de praias protegidas, porém o tamanho ou orientação da praia permite alguma ação hidrodinâmica periódica relacionada com fenômenos meteorológicos e/ou oceanográficos. Frequentemente neste tipo, ocorrem praias abertas para entrada de baías ou de enseadas muito amplas, protegidas dos sistemas frontais predominantes. Apresenta comumente formato côncavo ou de baixa concavidade, com a presença de granulometria constituída por areia média a muito fina. A Figura 19 ilustra a forma semiabrigada da orla de Itapema no ano de 1968, e a Figura 20 mostra a orla no ano de 2007, ambas incluindo o bairro Meia Praia.

Figura 19 – Vista aérea da orla do município de Itapema, em 1968.



Fonte: Prefeitura Municipal de Itapema, 2007.

Figura 20 – Vista aérea da orla do município de Itapema, em 2007.



Fonte: Prefeitura Municipal de Itapema, 2007.

- **Segunda Tipologia:** Níveis de ocupação e adensamento populacional da orla
 - **Níveis de ocupação e adensamento populacional da orla:** orla com urbanização consolidada

Esta tipologia retrata áreas de média a alto adensamento de construções e população altamente antropizadas, com uma multiplicidade de usos (residências multifamiliares, comércio, etc.) e um alto grau potencial de poluição sanitária e estética. Trata-se da orla claramente cidadina (da cidade), que varia de acordo com os níveis da hierarquia urbana, visualmente mostrada na Figura 20.

b) Quanto ao diagnóstico paisagístico da orla

- **Arranjo do suporte físico:** praia (Figura 21)

Figura 21 – Praia do bairro Meia Praia, Itapema, Santa Catarina, Brasil.



Fonte: A autora, 2012.

- **Estrutura de cobertura:** corredores

São linhas de cobertura extensas e contínuas, que podem se conectar entre si e também com algumas matrizes. As cidades de Balneário Camboriú e Itapema podem ser classificadas por matrizes e o bairro Meia Praia como corredor.

- **Malha urbana:** convencional

Ocorre quando a estrutura da malha urbana abriga formas diversas de uso (habitacional, comercial e de serviços), como pode ser visualizado na Figura 22, edifícios multifamiliares, *shopping center* e estabelecimento de alimentos e bebidas.

Figura 22 – Malha urbana convencional da orla de Meia Praia, Itapema, Santa Catarina, Brasil.



Fonte: A autora, 2012.

- **Formas de acesso à praia:** duas indiretas (“*cul-de-sac*” ou ruas sem saída, terminando em áreas de manobra, e por acessos de pedestres com simples passagens), como apresentado na Figura 23.

Figura 23 – Formas de acesso à praia, *Parque Linear Calçadão* – bairro Meia Praia, Itapema, Santa Catarina, Brasil.



Fonte: A autora, 2012.

- **Estágio de urbanização:** orla verticalizada

A orla verticalizada é definida quando as construções ultrapassam, na sua maioria, os cinco andares ou 18 metros de altura, se apresentado ao observador como visualmente contínuas, isto é, formando paredes. Segundo a redação da lei complementar nº 11/2002 que dispõe sobre o zoneamento e uso do solo do município de Itapema, os edifícios multifamiliares construídos na orla, tem no máximo 35 unidades residenciais e oito pavimentos (térreo mais sete). Edifícios situados na orla devem ter 33 metros do alinhamento frontal da marinha. A Figura 24 apresenta a orla verticalizada no bairro Meia Praia, pelas características citadas.

Figura 24 – Orla verticalizada – bairro Meia Praia, Itapema, Santa Catarina, Brasil.



Fonte: A autora, 2012.

- **Configuração paisagística da urbanização:** orla urbana comum

Configura-se quando o loteamento contém espaços ajardinados de pequeno porte, jardins convencionais e ruas arborizadas, com os edifícios seguindo recuos mínimos exigidos pelas legislações urbanísticas vigentes, como mostrado na Figura 25. Cabe destacar que esta caracterização somente se efetivou após a construção do PLC, com a implantação de jardins e arborização no calçadão.

Figura 25 – Orla urbana comum – bairro Meia Praia, Itapema, Santa Catarina, Brasil.

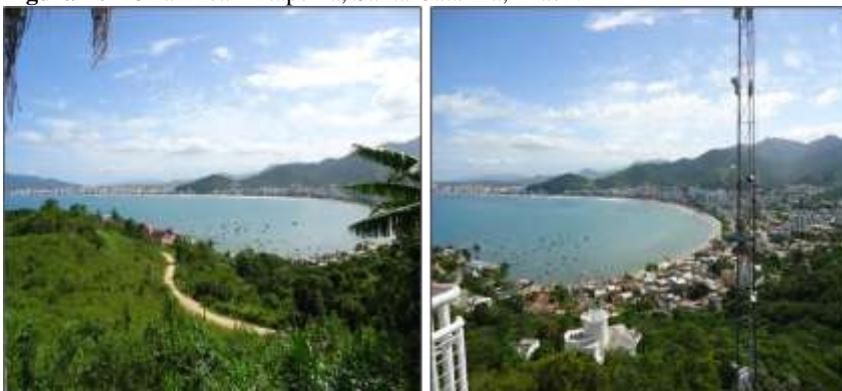


Fonte: A autora, 2012.

- **Suporte físico e formas de cobertura:** orla linear

A orla linear apresenta-se quando o elemento paisagístico (praia, costão, etc.) segue, por muitos quilômetros de extensão, uma forma linear e contínua, não apresentando nenhuma estrutura diferenciada, como baías e enseadas. Embora normalmente correspondam a padrões de orla exposta, podem estar associados a trechos semiabrigados, e mesmo abrigados, quando dentro de estuários ou compoendo porções litorâneas na margem de grandes baías, como mostra a Figura 26:

Figura 26 - Orla linear - Itapema, Santa Catarina, Brasil.



Fonte: A autora, 2013.

O Quadro 17 mostra uma síntese da classificação da orla de Itapema, bairro Meia Praia, segundo as características apresentadas:

Quadro 17 – Síntese da classificação da orla de Itapema, bairro Meia Praia, Itapema, Santa Catarina, Brasil.

TIPOLOGIA DA ORLA	DIAGNÓSTICO PAISAGÍSTICO DA ORLA
a) Forma da orla → Semiabrigada	a) Arranjo do suporte físico → Praia
<p>b) Níveis de ocupação e adensamento populacional da orla → Orla com urbanização consolidada</p> <p>Ambiente parcialmente protegido da ação direta das ondas, ventos e correntes, com médio a alto adensamento de construções e população residente, paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição - sanitária, estética e visual).</p>	<p>b) Estrutura de cobertura → Corredores</p> <p>c) Malha urbana → Convencional</p> <p>d) Formas de acesso à praia → Duas indiretas</p> <p>e) Estágio de urbanização → Orla verticalizada</p> <p>f) Configuração paisagística da urbanização → Orla urbana comum</p> <p>g) Suporte físico e formas de cobertura. → Orla linear</p>

Fonte: A autora, 2013.

Cabe ressaltar que a coleta de dados visuais foi prevista nos procedimentos metodológicos da pesquisa, visando demonstrar as inúmeras características da orla, assim como do processo para a implantação do Parque Linear Calçadão.

8.1.1 IMPACTOS AMBIENTAIS DE USO DA ORLA

Uma das principais e mais importantes atividades econômicas desenvolvida na orla de Itapema é o turismo. Esta atividade atribui ao município uma colocação de destaque em relação aos demais destinos turísticos do estado de Santa Catarina, devido ao seu desenvolvimento acelerado nos últimos anos, conforme já citado no item 6.4.2. A atividade turística, por consequência, impulsiona outros setores como a construção civil, comércio e de serviços, fatores decisivos no processo de adensamento urbano do espaço costeiro. Contudo, os diferentes processos de parcelamento e ocupação do solo que alteraram a paisagem natural da zona costeira de Itapema demonstram as principais mudanças que vem comprometendo significativamente o ambiente natural deste local. Algumas das atividades comprometedoras do ambiente natural caracterizam-se por aterros, desmatamentos, retificações de cursos d'água e construções irregulares, sobretudo na zona costeira.

O bairro Meia Praia desenvolveu-se, em grande parte, com o aterro dos manguezais e dunas frontais antes existentes, danificando os ecossistemas locais. Todos os rios de Itapema sofreram, em diferentes graus, com o desmatamento, aterro e ocupação de suas margens, agravando o problema das enchentes e prejudicando a fauna local. O desenvolvimento do turismo traz consigo os impactos negativos da atividade, especialmente no tocante aos recursos naturais. Evidencia-se que, sem planejamento adequado de ordenamento urbano e plano de manejo dos ecossistemas frágeis, surgem conflitos sociais e impactos na qualidade de vida dos moradores. O estudo elaborado pela comissão responsável pelo PGI da orla de Itapema (2007, p. 21) ressaltava os principais impactos negativos sobre o ambiente natural, incluindo a orla do bairro Meia Praia:

- a) lançamento de esgotos sem o devido tratamento nas praias, na rede pluvial e nos córregos;
- b) erosão costeira;
- c) aterro de manguezais e outras áreas legalmente protegidas para a construções, principalmente de residências;
- d) desmatamento e construções em áreas de preservação permanente;

- e) disposição inadequada de resíduos sólidos, principalmente os provenientes da construção civil, contribuindo para a proliferação de vetores.

No que se refere à faixa da orla especificamente, cabe ressaltar:

- a) aumento do fluxo de embarcações de pesca e de esportes náuticos;
- b) nos costões rochosos, o aumento do trânsito de pessoas, além de forte expansão imobiliária.

Por fim, muitos dos impactos ambientais citados são irreversíveis, cabendo ao poder público local e à sociedade civil organizada, propor medidas de recuperação e preservação dos recursos ainda remanescentes. Esta realidade demonstra claramente que o Projeto Orla não foi implementado na sua totalidade, pois muitas das ações descritas e previstas para serem executadas no PGI não saíram do papel.

8.2 Apresentação dos processos realizados para a implementação do Projeto Orla e para a implantação do *Parque Linear Calçadão* (PLC)

A decisão da gestão pública do município de Itapema em intervir na orla marítima com obras de revitalização e urbanização teve início no ano de 2006. Havia um histórico de impactos ambientais relevantes na orla marítima municipal, especialmente na do bairro Meia Praia, por construções desordenadas e erosão costeira, ambas decorrentes da intervenção “desastrada” dos gestores públicos municipais anteriores, com obras civis. Neste período, a orla do bairro Meia Praia apresentava erosão, oriunda inclusive de equipamentos de terraplanagem inadequados sobrepostos na praia, ilustrados nas Figuras 27 e 28, assim como a degradação ambiental provocada por esgoto a céu aberto com destino para o mar; insegurança para visitantes e moradores; prejuízo à imagem turística do destino; cordão de dunas e vegetação praticamente ausentes, com alto potencial de poluição sanitária, estética e visual; exclusão de moradores que não tinham imóveis na orla, uma vez que a praia estava sendo “dominada” pelos proprietários da “beira mar” e conseqüentemente não tinham acesso à praia.

Figura 27 – Orla do bairro Meia Praia anterior à implantação do *Parque Linear Calçadão*.



Fonte: Prefeitura Municipal de Itapema - Revista Parque Calçadão, [2011?].

Figura 28 – Orla do bairro Meia Praia anterior à implantação do *Parque Linear Calçadão*.



Fonte: Autora, 2007.

Além dos problemas ambientais, outros de ordem política e estrutural foram evidentes. A gestão pública anterior ao ano de 2006 realizou um Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) com o objetivo de implantar uma avenida de rolamento à beira mar na orla do bairro Meia Praia, com licenças irregulares expedidas pela Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema (FAACI) e indeferimento dos documentos apresentados para a implementação do Projeto Orla no município. Cabe ressaltar que o município de Itapema teve sua inserção no Projeto Orla no ano de 2003, em que, na ocasião, o mesmo estava vinculado ao “Projeto de

Gerenciamento Costeiro Integrado”, nos municípios da península de Porto Belo e entorno da foz dos rios Camboriú e Itajaí, no âmbito do Convênio do Ministério do Meio Ambiente/Programa Nacional do Meio Ambiente II. No período compreendido entre 2003 e 2006, o produto final da etapa de capacitação do Projeto Orla – o Plano de Intervenção na Orla de Itapema – não foi executado segundo os prazos e cronogramas definidos no documento de convênio. A grande maioria das ações não foram implementadas, sendo então arquivado o processo.

Em decorrência deste panorama, a gestão pública que assumiu o governo em 2006, teve que cumprir o Termo de Ajuste de Conduta, 2007 (TAC) (Anexo A), em que apresentou ao Ministério Público Federal - Procuradoria Pública do Município de Itajaí, novo EIA-RIMA, concluindo pela inviabilidade de uma avenida a beira mar e, sugerindo a implantação de um parque linear (calçadão) composto de via pública de pedestres e equipamentos públicos, que garantisse a acessibilidade e a valorização das pessoas, permitindo que o turismo fosse um agregador de valor e não uma atividade de desordem e degradação ambiental. Com esse objetivo, retomou-se o processo de implementação do Projeto Orla que havia sido iniciando sem sucesso no ano de 2003. Na sequência, foram apresentados os projetos (de parque linear) e laudos aos órgãos competentes (MPF, IBAMA, GRPU e FATMA), *“os quais puderam avaliar o projeto e propor alterações a fim de melhor atender as exigências legais para a ocupação ordenada do ambiente, bem como a recuperação de danos ocorridos no passado e que persistem até o momento atual”* (TAC, 2007). Ainda, dentre as exigências para o cumprimento do TAC e, a aprovação do projeto do parque linear pelos órgãos competentes, estiveram: *“a recuperação do cordão de dunas mediante a retirada de estruturas, plantio de espécies fixadoras de dunas e implantação de estruturas e de recuperação de restinga”* (TAC, 2007).

Seguindo as exigências do Projeto Orla, o município de Itapema requereu em 2007, junto à Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) em Santa Catarina, a cessão de uso de área de domínio da União - como prevê o Decreto Federal nº 3.725 de 10 de janeiro de 2001, que regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; com área de 70.792, 93 m² perfazendo um perímetro total de 7.525,75 m, localizada no bairro Meia Praia entre as ruas 205 a 323, com a finalidade de implantação do Parque Linear, sendo a área total da intervenção de aproximadamente 10.000m², com construção de ciclovia e passeio público, implantação de áreas arborizadas, equipamentos de lazer e quiosques, com estimativa de população atendida que varia de 35.900 a 500 mil pessoas, na alta temporada, conforme consta do processo de nº 04972.001255/2007-38

(TAC, 2007). Este documento e respectivos trâmites citados estão amparados no método chamado de “**reorganização do Projeto Orla**” do Governo Federal, sendo obrigatórios para a adesão do município ao projeto.

O contrato de cessão de uso sob a forma de utilização gratuita de área de domínio da União foi celebrado **em 23 de janeiro de 2008** entre o município de Itapema/SC e a União, conforme consta no processo nº. 04972.001255/2007-38 (Anexo B). Este contrato permite a exploração da orla para reorganização do espaço costeiro municipal cujo objetivo é a atuação descentralizada, incluindo a recuperação da vegetação, assim como é requisito obrigatório para dar prosseguimento ao processo de implementação do Projeto Orla no município, garantindo a celebração de convênios, inclusive o de cooperação técnica com a SPU, por meio da GRPU, como parte dos procedimentos para a descentralização da gestão da orla (BRASIL, 2005).

Concomitantemente às providências para o cumprimento dos requisitos legais para a implantação do PLC, foi elaborado em 2007 o Plano de Gestão Integrada (PGI) da orla do bairro Meia Praia (em substituição ao Plano de Intervenção da Orla de Itapema) elaborado em 2003, mas não concluído. Este plano visa à promoção da gestão sustentável da orla do município por meio de intervenções gradativas, devendo explicitar, entre outras ações, o cronograma definido para as obras na orla; a base legal e, as ações definidas para cada trecho da orla. Este documento está previsto como atribuição específica da Coordenação Municipal do Projeto Orla, sendo também, obrigatório para a continuidade do processo (BRASIL, 2005). Ainda, houve inúmeras etapas para a conclusão do PGI, e conseqüentemente para a efetivação do Projeto Orla, os quais incluíram o “Seminário de Mobilização do Projeto Orla”, realizado em 22 e 23 de junho de 2007 no município de Itapema (Anexo C), oficinas, estudos técnicos e de levantamentos de toda a orla de Itapema, sendo também constituído um Comitê Gestor para a orla, que teria como responsabilidade analisar todas as perspectivas (definição dos cenários atual e prospectivos). Essas etapas foram coordenadas por instrutores especializados, apoiados por membros da Coordenação Estadual. Segundo o Guia de Implementação do Projeto Orla (BRASIL, 2005, p. 26), “*a oficina [...] tem como objetivo capacitar para o desenvolvimento de diagnósticos ambiental e socioeconômico, classificação e construção de cenários de uso e ocupação da orla*”.

A gestão pública municipal considerou três alternativas de intervenção para a revitalização da orla marítima do bairro Meia Praia. A primeira delas era reestruturá-la, porém sem interferir na estrutura original da orla. A segunda, muito debatida em gestões anteriores, era construir uma avenida beira mar, com pista de rolamento, e a terceira

alternativa era a implantação de um calçadão, que privilegiasse o pedestre e não os veículos.

A decisão pela construção do Parque Linear pela gestão pública municipal deu-se em função do diagnóstico da cidade, a partir das condições precárias de acessibilidade e mobilidade urbana. Este cenário mostrou que, a implantação de um calçadão, em forma de praça linear e contínua, poderia favorecer o trânsito de pessoas, além de se tornar um espaço público de lazer para os moradores e visitantes, até o momento inexistente no município. Ademais, no momento da concepção do projeto para a construção do PLC, foram idealizadas alternativas para revitalizar a orla com bolsões para recuperação da restinga, com *decks* de madeira para acesso à praia, cujo objetivo era o de readequar o espaço existente para o bem estar das pessoas e, ao mesmo tempo, preservar o ambiente natural. Sendo assim, a gestão pública municipal convocou uma audiência pública, buscando ouvir a comunidade sobre a melhor forma de revitalização da orla do “trecho Meia Praia”. Nesta audiência, realizada em **22 de agosto de 2008**, às 18h, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores, localizado na Rua 120, nº 423, Centro – Itapema participaram aproximadamente 650 pessoas. Após a apresentação das alternativas para a revitalização da orla, foram propostas duas formas de votação, sendo uma por aclamação e outra por sufrágio secreto. Das 650 pessoas presentes, 96% votaram, por sufrágio secreto, pela terceira alternativa - Parque Calçadão, enquanto que, por aclamação, a terceira alternativa foi aclamada por unanimidade.

O cronograma da obra foi respeitado, segundo informações obtidas pelo Gestor Público Municipal e pela Coordenadora de Assuntos Especiais do Projeto Orla – SPU/SC. As obras de construção do PLC tiveram início em 11 de fevereiro de 2008, como pode ser visualizado na Figura 29. Foram quatro fases, sendo a **primeira** delas construída no trecho da Rua 217 até a Rua 257, com aproximadamente 1 km de extensão, e inaugurada em 27 de junho do mesmo ano (Figura 30). Neste trecho houve um impedimento estrutural, pois havia uma casa que precisava ser demolida para a continuidade das obras na faixa dos 33 metros, contudo, o proprietário detinha o Registro de Imóveis Patrimonial (RIP), e por isso, o terreno teve de ser negociado entre o proprietário e o município para fins indenizatórios, ou seja, cancelar a RIP e pagar-se pela estrutura, indenizando o proprietário. Mas, a partir da efetivação do contrato de cessão de uso da orla pelo município, a União havia cancelado a cessão de uso dos imóveis localizados naquela região e credenciado o município, que passou a ter o direito sobre as coordenadas da área. Por isso, o proprietário da casa não tinha direito nenhum sobre o terreno. A prefeitura retirou a casa, pois o terreno não pertencia ao proprietário. ***No decorrer da obra,***

algumas dificuldades para sua continuidade foram as construções fora do alinhamento predial impedindo o traçado do projeto de continuar com sua linearidade, ou até mesmo impedindo a continuidade, pois não seria possível desviar pela praia, fato este que fez as obras pararem no ano de 2010 até os imóveis construídos em área da União se regularizar.

Figura 29 – Início das obras do *Parque Linear Calçadão*.



Fonte: Arquivo pessoal – BUSANELLO, Sabino, 2012.

Figura 30 – Primeira fase de implantação do *Parque Linear Calçadão*.



Fonte: Autora, 2012.

A **segunda** fase construída foi do trecho da Rua 217 até a Rua 205, concluído no ano de 2009 (Figura 31); a **terceira** fase da Rua 257 até a Rua 300, concluído em 2010/2011 (Figura 32) e, a **quarta** e última fase estendeu-se até o Rio Pequerê, na divisa com o município de Porto Belo (Figura 33), sendo inaugurada em 14 de dezembro de 2012, completando os 5 km de orla do bairro Meia Praia.

Figura 31 – Fase II de implantação do *Parque Linear Calçadão*.



Fonte: Autora, 2013; Prefeitura Municipal de Itapema - Revista Parque Calçadão, [2011?].

Figura 32 – Fase III de implantação do *Parque Linear Calçadão*.



Fonte: Autora, 2013.

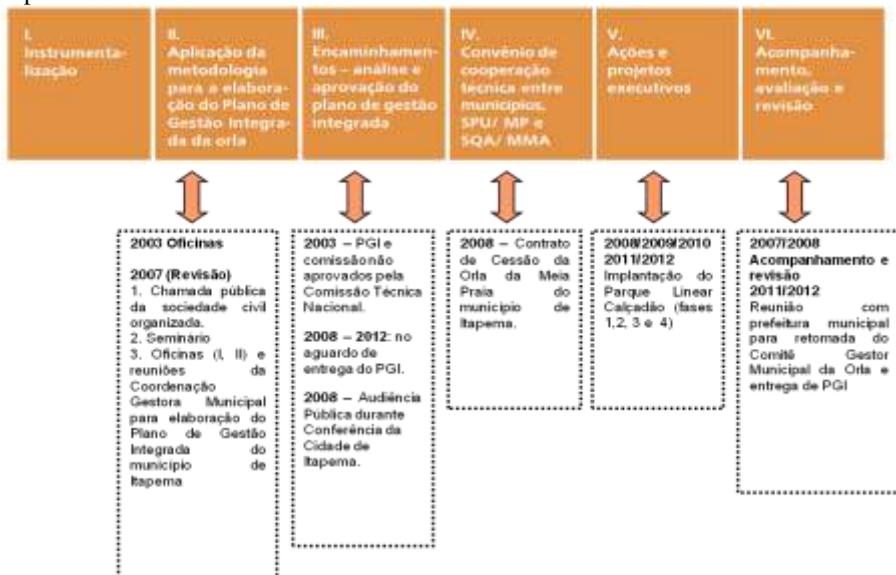
Figura 33 – Fase IV de implantação do *Parque Linear Calçadão*.



Fonte: Autora, 2013.

A Figura 34 ilustra as etapas do processo de implementação do Projeto Orla e a construção do PLC no município de Itapema. Cabe ressaltar que o Projeto Orla não foi implementado na sua totalidade, mas sim o PLC.

Figura 34 – Etapas de implementação do Projeto Orla no município de Itapema/SC.



Fonte: Plano de Gestão Integrada da orla marítima do município de Itapema, 2007.

A sociedade civil organizada teve uma participação efetiva e produtiva no processo, com aproximadamente 40 pessoas atuantes, contudo, elas não estavam suficientemente organizadas e amparadas legalmente. Um exemplo disso foi a não efetivação do Comitê Gestor da Orla no decorrer de todo o processo de construção do PLC. O Projeto Orla exige “*a constituição de um núcleo de articulação e deliberação em nível local, especialmente junto aos diferentes atores e à sociedade. [...] O Comitê Gestor da Orla como órgão colegiado de interesse da sociedade local, deve ser consultivo e deliberativo, podendo ter, no mínimo, seis membros. Ainda, a representação deverá ser paritária entre órgãos públicos do município e a Sociedade Civil Organizada, complementada por representantes de órgãos estaduais e federais mediante convite formal do poder executivo municipal*” (BRASIL, 2005, p. 17). No município de Itapema, o Comitê Gestor da Orla foi instituído no ano de 2007-2008, como uma exigência do Projeto Orla, mas não foi efetivado. No Plano de Gestão Integrada da orla (PGI), as instituições destacadas como membros do Comitê Gestor da Orla foram (Quadro 18):

Quadro 18 – Representantes do Comitê Gestor da Orla de Itapema.

Órgãos Governamentais Municipais	Sociedade Civil Organizada
<ul style="list-style-type: none"> • Gabinete do Prefeito; • Secretaria de Gestão Urbana; • Secretaria do Turismo e Desenvolvimento Econômico; • Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema – FAACI. 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação de Moradores do Canto da Praia; • Associação dos moradores de Itapema/Centro – AMIC; • Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil; • Associação de Diversões Náuticas de Itapema – ADNI.

Fonte: Plano de Gestão Integrada da orla marítima do município de Itapema, 2007.

O respectivo grupo de trabalho cumpriu seu papel no início do processo, incluindo o diagnóstico com análise de perfis, registrado a campo (como se encontrava atualmente o local de intervenção) e o prognóstico da orla (quais as perspectivas para aquele local, caso não fosse feito nada, como ficaria daqui a *n* anos). Porém, como o Comitê Gestor da Orla não foi implementado por ato normativo municipal, o grupo ficou desarticulado e tornou-se inoperante no processo, estando assim até os dias atuais. Este fato se deu em função da não publicação de portaria dos membros constituintes do Comitê Gestor da Orla, como também, não houve a substituição das

pessoas que participaram dos seminários e oficinas iniciais. De acordo com representantes do bairro Centro de Itapema, “o *Comitê Gestor da Orla estava bem dinâmico, muito atuante, as cobranças estavam sendo muito altas e, talvez por isso não houvesse vontade política para ajudar*”. Segundo o Projeto Orla, “o *Comitê Gestor da Orla deve ser formalizado por ato normativo do executivo municipal ou inserido em fórum deliberativo pré-existente, explicitando sua composição, competências, mandato dos membros e aspectos de sua organização e funcionamento*” (BRASIL, 2005, p. 17), fato este que não ocorreu.

Os órgãos municipais responsáveis pelo projeto da obra Parque Linear Calçadão foram, em princípio a FAACI e posteriormente a Secretaria de Planejamento Urbano, que em 2009, passou-se a chamar Secretaria de Gestão Urbana. No entanto, as Secretarias de Governo, de Turismo, de Planejamento e o Gabinete do Prefeito participaram e acompanharam todo o projeto, numa gestão compartilhada.

Os recursos municipais foram provenientes da arrecadação de impostos e outros recursos do orçamento municipal, alocados para a construção do PLC. O investimento municipal foi de 85% do montante da obra, equivalente a R\$ 8.000.000,00, enquanto que 15% foi investimento federal, equivalente a R\$ 2.000.000,00, por meio de uma emenda parlamentar do Ministério do Turismo, totalizando R\$ 10.000.000,00 o valor da obra. Cabe destacar que todos os Ministérios estão ligados ao Projeto Orla. A coordenação é da SPU (MPOG) e do MMA. Apesar disso, todos os Ministérios Federais tem a responsabilidade de participar do processo nacionalmente, liberando orçamento para o projeto, numa ação de gestão compartilhada, ou seja, o Ministério do Turismo, o Ministério das Cidades, Ministérios de Minas e Energia, Capitania dos Portos, etc.

A metodologia do Projeto Orla foi parcialmente adotada para a implantação do PLC. Segundo a instrutora do Projeto Orla que participou do processo, os passos para a efetivação do projeto foram: contrato formalizado de cessão de uso de área da União; visitas técnicas a campo; elaboração do dossiê de documentos do município; oficinas de capacitação para os instrutores locais; realização de audiência pública para definição da forma de intervenção na orla. Além disso, a legislação federal correspondente ao assunto foi lida e estudada pelos técnicos e demais membros do Comitê Gestor da Orla (no município – grupo de trabalho), assim como a legislação municipal. Entretanto, ficou pendente o Plano de Gestão Integrada (PGI), pois ele não foi concluído, e nem tampouco a maioria de suas ações executadas, e também o Comitê Gestor da Orla, que não foi regulamentado, logo, não foi adotado todos os fundamentos e orientações do Projeto Orla. Faltaram coisas a fazer.

A prefeitura de Itapema não seguiu nenhum modelo que pudesse embasar a arquitetura estrutural e estética do calçadão, sendo ele projetado por meio da percepção e conhecimento das pessoas que estavam participando das reuniões de trabalho, ou seja, representantes do IBAMA, da FATMA, da GRPU e da empresa responsável pelo EIA-RIMA. Foi neste momento que se decidiu sobre o perfil que teria o Parque Calçadão do bairro Meia Praia, com componentes ecológicos e sustentáveis, priorizando o ciclista e o pedestre. Assim, após o croqui elaborado pela equipe de trabalho e aprovado pelo MPU, o arquiteto da prefeitura foi o responsável pelo projeto arquitetônico do PLC. A partir disso, fez-se um levantamento dos materiais para a construção do PLC, sugerindo àqueles que tivessem um viés ecológico e sustentável e, somente depois deste levantamento, deu-se entrada na licitação dos mesmos. Cabe destacar uma situação ocorrida no processo de liberação dos recursos federais, os quais são liberados pela Caixa Econômica Federal. Os técnicos responsáveis na Caixa Econômica Federal não entendiam o porquê dos materiais licitados e, por isso, houve uma morosidade no processo de liberação do recurso inicial, atrasando as obras. Um fator interessante e positivo ocorrido durante a construção do PLC foi à adequação dos condomínios localizados na orla ao Projeto Orla, que com o tempo se revitalizaram e integraram-se ao conceito do PLC, recuando seus muros, revitalizando sua pintura e fachadas, elaborando novos jardins e mantendo uma estética visual relevante.

Com este propósito, o projeto, durante seu desenvolvimento, definiu diretrizes específicas quanto à geometria, circulação, equipamentos e paginação de passeio, com o seguinte programa de necessidades:

- Ciclofaixa, para a sinalização de ciclistas e segurança dos pedestres, mostrado na Figura 35;
- Calçadão para uso de pedestres, construído com *pavers* ao invés de asfalto, visando à infiltração da água da chuva e da drenagem, além de impermeabilizar o solo e facilitar a iluminação e a dispersão de calor, ilustrado na Figura 36;

Figuras 35 - Ciclofaixa.**Figura 36 – Piso de pavers.**

Fonte: Autora, 2013.

- Paisagismo em frente às edificações;
- Faixa de arborização;
- Recuperação da vegetação de restinga com telas de proteção, e replantio de árvores nativas (Figura 37);

Figuras 37 – Recuperação da vegetação de restinga.

Fonte: Autora, 2013.

- Equipamentos de lazer: ginástica, *playground*, espaços de convivência (Figura 38);

Figuras 38 – Equipamentos de lazer no *Parque Linear Calçadão*.



Fonte: Autora, 2013.

- Quiosques para comércio de alimentos;
- Postos salva-vidas;
- Drenagem pluvial;
- Implantação de mobiliário urbano: luminárias, lixeiras, bancos, placas informativas e de sinalização. Os bancos foram construídos com fibra de coco e garrafa pet, ilustrados na Figura 39;

Figuras 39 – Mobiliário urbano do *Parque Linear Calçadão*.



Fonte: Autora, 2013.

- *Decks* de madeira para acesso à praia, inclusive com rampas para portadores de necessidades físicas (madeira de “pinus” autoclavado de reflorestamento) (Figura 40);

Figura 40 – Decks de acesso à praia do *Parque Linear Calçadão*.



Fonte: Autora, 2013.

A revitalização e urbanização de toda a orla marítima de Itapema estavam previstas na gestão 2006-2012, porém não saiu do papel. Segundo a metodologia do Projeto Orla, cada área tem um perfil e, para tanto, é necessário um plano de gestão para cada unidade de trecho, que deve se adequar a cada situação e características geográficas e geomorfológicas. Segundo o Gestor Público Municipal, o projeto para a orla do centro de Itapema já estava pronto e sua estrutura previa uma avenida beira mar, com a manutenção das árvores existentes na orla. No bairro Ilhota, pretendia-se implantar um calçadão com uma via de rolamento para veículos e, segundo o ex-prefeito, o recurso para este trecho já estava garantido. E no bairro Canto da Praia, o projeto previa um *deck* no costão, com uma vertente sustentável, tal como foi feito no bairro Meia Praia. Segundo o fiscal da FAACI (gestão 2006-2012), *“a importância do Comitê Gestor está em cobrar do município os projetos e terminar o PGI. O executivo tem que reassumir o compromisso e ter pessoas técnicas habilitadas para tocar o projeto”*. Este depoimento demonstra que não houve uma fiscalização por parte da comunidade local para com as obras e nem tampouco para os projetos.

Constatou-se que não há manutenção periódica dos equipamentos instalados no calçadão em relação às intempéries climáticas, danificação e depredação. Segundo o Gestor Público Municipal, não havia um percentual de recurso do orçamento para a manutenção dos equipamentos do calçadão, mas havia uma equipe do governo para cuidar da restinga e da orla num todo, e uma equipe da Secretaria de Infraestrutura para cuidar do calçadão, como por exemplo, as problemáticas relacionadas às chuvas. Segundo ele, as empresas que

instalaram os equipamentos no PLC são responsáveis pela garantia dos mesmos por um prazo de cinco a dez anos, dependendo do material. Um exemplo disso foram os chuveiros instalados que foram substituídos por que sofreram degradação devido à oxidação do sal (maresia), e muitos foram depredados. Evidenciado este problema, os chuveiros inicialmente instalados foram trocados por torneiras de pressão (mecanismo de acionamento da água), como é ilustrado na Figura 41.

Figura 41 – Duchas do *Parque Linear Calçadão*.



Fonte: Autora, 2013.

Mesmo não havendo manutenção efetiva no PLC, a responsabilidade municipal é da Secretaria de Infraestrutura, e com relação à vegetação, a FAACI e a Secretaria de Agricultura dividem a responsabilidade.

Projetos de sensibilização ambiental para os frequentadores da praia, no tocante à preservação e conservação dos recursos naturais da orla e equipamentos do Parque Linear Calçadão são inexistentes. A prefeitura de Itapema não dispõe de um projeto específico sobre educação ambiental para os frequentadores da orla e da praia, apenas algumas inserções na mídia e placas de informação ambiental dispostas no PLC, como mostra a Figura 42, com informações trilingue. Com relação aos vendedores ambulantes (churros, milho, coco, etc.), todos os anos (2006-2012) eles participaram de cursos de qualificação, promovidos pela prefeitura municipal, para atendimento ao público, higiene e manipulação de alimentos, limpeza do local e manutenção do PLC. Contudo, apesar da preocupação da gestão pública, não houve 100% de êxito. Segundo o Gestor Público Municipal, o ideal era contratar no mínimo uma equipe de 20 pessoas, para diariamente circular, explicar, debater e entregar panfleto

para os frequentadores da orla, num processo de sensibilização, contudo, esta ação tinha um custo alto para o município e não havia sido previsto no orçamento municipal.

Figura 42 – Placas de informação ambiental dispostas no *Parque Linear Calçadão*.



Fonte: Autora, 2013.

As principais alterações percebidas no município após a construção da obra, por parte dos gestores públicos foram, em princípio, os impactos econômicos de elevada magnitude. O PLC projetou uma nova imagem ao município como destino turístico, sendo então valorizado pelas construtoras e imobiliárias na comercialização de imóveis. Além disso, o comércio local sofreu um acréscimo de empresas se instalando na cidade, especialmente aquelas voltadas ao segmento de alimentos e bebidas, o que anteriormente era um aspecto negativo do município como destino turístico. A revitalização dos prédios agregou valor ao PLC e ao município, pois no início do ano de 2006 havia muitos prédios localizados na orla à venda, por valores aproximados de 100 mil reais, enquanto que atualmente, um imóvel à beira mar é avaliado em no mínimo 600 mil reais, ou seja, a valorização

econômica foi positiva e relevante. Segundo o Gestor Público Municipal, esta valorização econômica teve um impacto também nas finanças públicas, “*pois se vende mais, arrecadam-se mais impostos, mais pessoas visitam o município, dinamizando o comércio da cidade, ou seja, ocasiona-se uma cadeia produtiva*”, ou como defende Beni (2001), há o efeito multiplicador do turismo. A satisfação dos moradores do município também foi um fator muito importante, pois resgatou a autoestima deles com relação ao “sentimento de pertencimento do lugar”, ou seja, hoje os cidadãos itapemenses tem orgulho da cidade onde moram, dispõem de qualidade de vida. A preservação do ambiente natural também é um aspecto positivo a destacar, pois reflete a harmonia entre os recursos naturais existentes e recuperados, como a vegetação de restinga; os materiais reciclados utilizados na construção do calçadão e a presença consciente das pessoas no meio.

Projetos municipais de gerenciamento dos resíduos deixados nas lixeiras da orla eram previstos, mas nenhum se efetivou. As lixeiras presentes no PLC foram projetadas para a correta disposição dos materiais, orgânicos e recicláveis, entretanto, o descaso e a falta de conhecimento da população quase inviabiliza a separação do lixo. Seria necessário um programa de conscientização maior voltado para a população e turistas. Com relação à reciclagem dos materiais, a Cooperativa dos Coletores de Materiais Recicláveis de Itapema - COOPERITAPEMA é a responsável pela seleção dos materiais e reciclagem dos mesmos, como já exposto no item 6.4.3.

A segurança pública no PLC está atrelada apenas à segurança patrimonial, com guardas do patrimônio público, contratados pela prefeitura. Não são policiais civis. Segundo o Gestor Público Municipal, não houve a preocupação com policiamento para salvaguardar as pessoas, apenas os bombeiros salva-vidas na faixa da praia.

A implantação do PLC para o bairro Meia Praia, em Itapema, foi realizado em um período de 6 anos. Havia intenção do Gestor Público Municipal em dar continuidade ao Projeto Orla nas demais extensões de orla do município, também denominadas de trechos, entretanto, a equipe pertencente à gestão 2006-2012 encerrou suas atividades, em função da conclusão do mandato, que findou no final do ano de 2012.

Não há conhecimento acerca da continuidade do Projeto Orla nos demais trechos da orla de Itapema, uma vez que o atual Gestor Público Municipal (2013-2016), e membros de sua equipe não demonstraram interesse em participar da entrevista, sendo esta a maior limitação da presente pesquisa.

8.3 Análises dos discursos dos atores sociais: organizações não governamentais

A percepção ambiental torna-se um instrumento valioso de codificação do conhecimento presente na mente dos indivíduos, pois este conhecimento é o resultado de experiências, vivências, anseios, expectativas, satisfações e insatisfações. Ela torna-se ainda mais relevante quando o espaço social das comunidades sofre transformações espaciais, econômicas, culturais e ambientais, a partir de uma intervenção pública. Portanto, ao retratar a interpretação dos atores sociais, considerados os protagonistas do processo de implementação do Projeto Orla, na orla do bairro Meia Praia, estar-se-á explicitando o conhecimento tácito através do diálogo e da reflexão na forma da “externalização”, como orienta Nonaka e Takeuchi (2008) em sua espiral do conhecimento. Abaglia e Maciel (2004) explicam que a capacidade de gerar e de aplicar conhecimentos tácitos e explícitos, de acordo com as necessidades e especificidades de cada organização ou localidade, é o ponto central quando se pretende alcançar a competitividade e a inovação. Neste caso, almeja-se codificar o conhecimento identificado e, compartilhá-lo com a gestão pública municipal, numa forma de contribuir com a gestão ambiental do local, por meio da gestão do conhecimento.

Os resultados da interpretação social são apresentados na forma do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) tal como explicitado no item 7.5.1, sendo o primeiro grupo representado neste subcapítulo, pelas organizações não governamentais, que atuaram direta ou indiretamente ao Projeto Orla no município de Itapema.

A **primeira questão** buscou identificar se a Instituição havia sido convidada pela gestão pública para opinar sobre a forma de intervenção na orla do bairro Meia Praia.

Dentre as instituições que responderam ao questionamento, 66% disseram ter participado ativamente das reuniões decisórias do Projeto Orla no município, enquanto que 33% relataram apenas ter presenciado o processo, sem uma participação efetiva. Contudo, mesmo havendo uma participação representativa da sociedade civil organizada, alguns atores sociais evidenciaram que o poder público tomou decisões sem o conhecimento da comunidade, deixando explícita a insatisfação das entidades de classe (respondentes). Além disso, outros alegaram que não houve um planejamento acerca da estrutura funcional para a implementação do projeto. Os dois DSCs destaques, que preconizam os resultados apresentados são:

IC - O Poder Público municipal não compreendeu os objetivos do Projeto Orla

DSC: *O projeto Orla foi desviado do seu objetivo. Não estava muito claro para o poder público o que seria o projeto Orla. Pareceu-me uma estrutura que não estava preparada, pois não montaram uma equipe efetiva do município que soubesse como seria implantado.*

IC - Algumas decisões foram tomadas sem a participação da comunidade

DSC: *Muitas decisões foram tomadas sem o consentimento e conhecimento da comunidade, como por exemplo, a Praia Grossa que constava do projeto Orla de Itapema e foi desmembrada sem autorização da comunidade.*

Em relação ao primeiro depoimento, este é apoiado por Scherer (2013) na qual afirma que o Projeto Orla apresenta uma metodologia bem estruturada, incluindo a participação pública no processo de diagnóstico e planejamento, mas carece de recursos financeiros e humanos [...]. É visto que a percepção da autora satisfaz a percepção dos representantes das ONGs neste aspecto.

Cabe ainda destacar que o Projeto Orla supõe a participação da comunidade em todas as suas etapas, como sugere seu guia orientador de implementação: “A participação cidadã deve permear todas as etapas de construção e implementação do Plano de Gestão Integrada da orla (PGI), ou seja, a legitimidade do resultado é proporcional à participação que os atores tiveram ao longo do processo” (BRASIL, 2006, p. 25), ou seja, o PGI deve ser uma construção coletiva a participativa, mas que no caso de Itapema, não foi concluído. No tocante ao tema, Choi e Sirakaya (2006) apontam que os indicadores de avaliação para o desenvolvimento da gestão sustentável de destinos turísticos devem incluir os moradores da localidade, especialistas da indústria local (oferta turística), gestores governamentais e não governamentais, pois as características distintas dos atores envolvidos no sistema vão indicar o diagnóstico para a tomada de decisão numa gestão participativa. Portanto, é nítida a relevância da participação de todos os atores de um território num processo de planejamento.

Ainda que o resultado da pesquisa aponte para uma participação mediana das organizações não governamentais no processo decisório de implementação do Projeto Orla, não é possível mensurar a real participação

de todas as Entidades de Classe da municipalidade no processo, dada as limitações temporais da presente pesquisa.

A **segunda questão** teve como princípio perceber dos representantes das entidades de classe, se a implantação da obra do PLC promoveu alterações, positivas e negativas, para o desenvolvimento do turismo na localidade.

As respostas a este questionamento denotam claramente a percepção dos indivíduos, explicitada em algumas delas pela insatisfação com o crescimento do turismo e o planejamento desordenado que o acompanha. Por outro lado, há um reconhecimento da estrutura construída na orla, em que foi confirmado o visual paisagístico junto à beleza cênica natural e a preparação para receber o visitante. O primeiro depoimento é ilustrado no DSC abaixo:

IC – O PLC propiciou uma organização da orla, e melhorou a estrutura da cidade para o turismo

DSC: Houve um impacto positivo importante. O calçadão deu uma melhorada na estrutura turística da cidade. Interferiu bastante no visual paisagístico, dando outra conotação em relação à preservação ambiental. Itapema mostra-se mais organizada, mais recomendada, com um novo visual, uma preparação para receber os turistas. O crescimento acentuado é devido a este projeto.

Outro depoimento acerca desta mesma questão mostra que o PLC não interferiu no crescimento do turismo, muito embora tenha facilitado o acesso das pessoas à praia. Julga-se que o PLC é apenas mais uma obra de infraestrutura, e não mais que isso. Esta afirmativa é confirmada por Macedo (2004) quando diz que toda a ocupação da orla é voltada para a exploração máxima dos valores paisagísticos ligados a praia e ao mar, pois esses são o foco de atração de visitantes e, em função deles, vão sendo construídos, ao longo da linha de costa, estruturas para apoio aos frequentadores e ao assentamento dos loteamentos, como mostra a resposta coletiva:

IC - O PLC não se apresenta como o principal atrativo da cidade para o crescimento do turismo

DSC: Houve um aumento de visitantes bem acentuado, mas não necessariamente pelo calçadão. Ele sozinho não sustenta o turismo, porque ele é uma obra de infraestrutura e não mais que isso. O atrativo continua

sendo o mar e, o calçadão uma forma de acesso à praia. Foi dado mais valor ao calçadão do que realmente ele propiciou.

E, por fim, vislumbra-se claramente a preocupação dos representantes das ONGs com o crescimento desordenado que acompanha o turismo de massa e, com ele o progresso cidadão. São mencionados pela coletividade, inúmeros fatores que devem incidir à gestão pública municipal, inclusive questões de alta relevância como a segurança e a mobilidade urbana, como mostra o DSC:

IC - Houve um crescimento desordenado em Itapema, que não acompanhou o progresso

DSC: *O que resta hoje é preservar a segurança dos cidadãos que utilizam o calçadão durante a noite, e inclusive controlar a poluição existente, que ainda não conseguiram resolver. Políticas públicas, segurança, mobilidade urbana também não foram ampliados, não acompanharam o progresso. O crescimento desordenado em que nós não estávamos preparados veio junto.*

O termo mobilidade traz algumas acepções, contudo, vale a pena destacar a importância da mobilidade para o turismo. Beni (2001) aborda a mobilidade dos fins de semana, explicando que é neste período que milhares de pessoas se deslocam de suas cidades para aproveitar o final de semana, por exemplo, em destinos turísticos de sol e praia, premissa esta também corroborada por Muñoz (1997). Em vista dessa verdade, que é possível verificar também em Itapema, Beni (2001) enfatiza que a demanda crescente está a exigir respostas imediatas em termos de planejamento e investimentos em infraestrutura básica e de apoio ao turismo, que sejam compatíveis com esse fluxo turístico de fins de semana e feriados prolongados. A partir destas considerações, está estampada a urgência de melhorias na infraestrutura urbana do município em estudo.

O **terceiro questionamento** e, pode-se registrar como sendo o mais relevante, refere-se à percepção dos moradores sobre o planejamento da orla antes e após a implantação do *Parque Linear Calçadão*.

A primeira ideia central selecionada no discurso, remetendo ao período anterior à implementação do projeto foi *[rudimentar, abandonada]* evidenciando a insatisfação dos entrevistados com a orla do município neste período. Segundo as características citadas, a praia e a orla são ilustradas na Figura 43, antes da construção do PLC no ano de 2007.

Figura 43 – Orla do bairro Meia Praia anterior à implantação do *Parque Linear Calçadão*.



Fonte: Autora, 2013.

Dois dos representantes das ONGs alegaram que o PLC mudou a imagem da cidade, tornando-se um destino turístico de referência. Citam ainda vários fatores positivos, como existência de vegetação, local para passear, tomar banhos de sol, etc. Um dos espaços mencionados é ilustrado na Figura 44, após a construção do PLC.

Figura 44 – Estrutura de lazer no *Parque Linear Calçadão*



Fonte: Autora, 2013.

Por outro lado, um dos entrevistados cita o PLC como um paliativo, não o relacionando a nenhum aspecto positivo para a estrutura urbana do município. Este aparenta ser indiferente com a implementação do projeto. As respostas, a partir do DSC são ilustradas a seguir:

IC – Anteriormente à implantação do PLC, a praia estava abandonada, rudimentar

DSC: *O antes é uma questão bem histórica, bem rudimentar. Tínhamos uma praiazinha praticamente abandonada. Era praticamente limitada aos proprietários de imóveis na orla, pois estes demarcavam uma área e praticamente não se tinha acesso à praia.*

IC – Atualmente Itapema é um destino turístico referência em função do PLC

DSC: *Hoje Meia Praia é um ponto de referência, pois temos um local planejado, organizado, pensado, inclusive na mobilidade das pessoas, no ciclista, no pedestre, na pessoa que vem pra cá e está cansada, estressada e não quer usar carro, quer apenas descansar, caminhar na orla. Hoje temos a existência da vegetação, local para passeio, tomar banho de sol, conversas, bancos para sentar e apreciar a paisagem. É uma diferença muito grande, para melhor. O turista é impactado com esta visibilidade positiva.*

IC – O PLC não estruturou a cidade, apenas melhorou o aspecto visual da orla

DSC: *Eu não vejo com bons olhos o calçadão. Parece-me mais uma obra de paisagismo, uma maquiagem, e não como uma obra que estruture a cidade. Não vejo o calçadão alterando a lógica urbana, ele me remete mais a um acabamento. Ele não melhorou a estrutura urbana da área, não melhorou nada, ele é um paliativo.*

O **quarto discurso** descreve a compreensão dos representantes das organizações não governamentais sobre gerenciamento da orla marítima e sustentabilidade para um destino turístico litorâneo, a partir das variáveis social, econômica e ambiental.

Um dos respondentes declarou enfaticamente que não há uma gestão sustentável da orla a partir da construção do PLC e, diante de sua afirmação expõe os motivos. Entre eles, cita a ausência de manutenção do PLC, a descaracterização dos imóveis mais antigos, que os tornam desvalorizados em face da modernização dos novos edifícios, e os problemas sociais que continuam em ascendência no município - inclusive faz uma comparação com o município vizinho Balneário Camboriú. Os

outros dois entrevistados relataram que muitas questões foram valorizadas, sob o ponto de vista de uma gestão sustentável. Dentre elas destacam-se: a) No quesito social, o PLC propiciou um espaço de convivência; b) No quesito econômico, houve uma valorização imobiliária e, c) No quesito ambiental, houve recuperação da vegetação originária. Os DSC's que representam estes resultados são:

IC – Não há uma gestão sustentável da orla marítima em Meia Praia – Itapema

DSC: Poderia haver uma sustentabilidade maior, porque, foi feito, mas não foi dada uma manutenção, está meio abandonado. Socialmente eu vejo muito mais uma obra de maquiagem do que de sustentabilidade, um acabamento para uma coisa mal acabada. Vejo problemas sociais se agigantando a cada ano. Economicamente não vi mudança nenhuma. Está se anulando as casas e prédios mais antigos de Itapema, não está havendo um resgate histórico, a percepção é de que os prédios mais antigos estão arcaicos, não tem mais valor. Não há uma preocupação em resgatar a história de Itapema. Balneário Camboriú é um espelho negativo para nós.

IC – No aspecto social, o PLC obteve êxito

DSC: A questão social foi valorizada. Socialmente, virou um espaço de convívio.

IC – No aspecto econômico, o PLC alavancou a construção civil, especialmente o mercado de imóveis

DSC: Houve uma especulação imobiliária relevante. As construtoras querem torres altas de alto padrão, porque vende mais e arrecada-se mais.

IC - A questão ambiental foi valorizada no tocante a recuperação da vegetação original

DSC: A questão ambiental, em termos de conservação do meio ambiente também foi valorizada, pois antes não existia a preservação das áreas de restinga.

A quinta questão se propôs a identificar a sensibilidade e o conhecimento dos entrevistados sobre aos efeitos do processo de ocupação

da orla do bairro Meia Praia, tendo como parâmetros os seguintes aspectos: **a) degradação do ambiente natural; b) mobilidade urbana; c) ocupação desordenada e falta de infraestrutura; d) verticalização dos imóveis e ausência do sol na praia e, e) descaracterização de comunidades tradicionais.**

O primeiro discurso coletivo mostrou que a degradação ambiental é algo inevitável, uma vez que há intervenção humana no ambiente natural. Esta percepção é facilmente compreendida na literatura, como confirmam Cooper et al. (2007, p. 279): “a mudança ambiental é inevitável [...], e quanto mais frágil e único for um ambiente, mais vulnerável ele será a mudança pela presença humana”. Assim também contribui Macedo (2004), ao aferir que a paisagem local será sempre submetida a um caráter urbano, com perdas reais de valores paisagísticos e ambientais da localidade. Contudo, sob esta ótica, os entrevistados confirmam que não houve degradação pela construção do PLC, mas sim é resultado de um processo gradativo.

IC - Degradação do ambiente é inevitável por qualquer alteração humana

DSC: *A degradação sempre acontece porque o ser humano não está educado para preservar. Acho que não degradou mais do que já estava, mas também não recuperou.*

Com relação à mobilidade urbana, a ideia central focou na mobilidade pela orla, neste caso, pelo PLC. Segundo o discurso, os entrevistados perceberam que o pedestre, o ciclista, o cadeirante foram privilegiados com o PLC, mas relataram ser a mobilidade um problema sério de ordem estrutural do município. No tocante à ocupação desordenada, o discurso coletivo demonstrou que os entrevistados entendem a forma de apropriação das terras, e os loteamentos existentes foram feitos dentro dos parâmetros legais. Mesmo assim, houve uma menção à ocupação de terras de forma gananciosa, uma vez que Itapema está se tornando um balneário totalmente urbanizado com edificações, em sua maioria, verticais e de alto padrão. Francia (2012) ao investigar as cidades turísticas litorâneas do México, concluiu que a densidade de construções presentes na orla aumenta com a lógica capitalista, cujo objetivo é maximizar os ganhos econômicos dos empresários, fragmentando o território e diminuindo o potencial da superfície urbanizada. Esta é uma realidade presente na maioria das cidades litorâneas, que despreza o ambiente natural, a paisagem e, a qualidade do ar em favor do adensamento

urbano, e Itapema assemelha-se a estas características mencionadas por Francia (2012). Os DSC's:

IC - A mobilidade urbana é um problema estrutural do município, mas o pedestre foi beneficiado com o PLC

DSC: A mobilidade da orla é boa, para o pedestre, o ciclista, o cadeirante, crianças tem um nível de segurança em razão de não ter o fluxo de carros. Melhorou o acesso de pedestres, mas não vejo melhorias, por exemplo, o calçadão já está ficando estreito, pois em certos momentos não há condições de transitar. Mas o grande problema está nos acessos ao bairro e as saídas do bairro, que sofrem engarrafamentos todas as ocasiões em que temos movimento de visitantes na cidade.

IC - Não houve ocupação desordenada no bairro Meia Praia

DSC: Acho que não interferiu em nada a ocupação desordenada, ate porque isso é responsabilidade do plano diretor. Na orla não existe invasões, foram loteamentos feitos há muitos anos, dentro dos parâmetros legais. A ocupação desordenada está ocorrendo mais nos bairros periféricos, acho que Meia Praia está ordenada na medida do possível. Itapema está tendo uma ocupação doentia, gananciosa, não está se valorizando as questões efetivas de qualidade de vida, a única preocupação é com cifras, ocupar cada m².

Já a descaracterização das comunidades tradicionais foi apontada como uma realidade pelos entrevistados, mas alegam que os pescadores não sofreram com o sistema, e sim, de alguma forma foram beneficiados. Contudo, é eminente a ausência de identidade cultural no bairro, novamente fruto da intensa urbanização. Acerca deste assunto, cabe frisar que no bairro Meia Praia não há mais reduto de pescadores, e sim um remanescente que está hoje com 76 anos e usufrui do mar apenas para a pesca amadora. Sua residência se mantém intacta e também é uma das únicas casas originárias no bairro, desde seu processo de colonização. No entanto, este indivíduo se desfez de suas propriedades à beira mar, obtendo reservas financeiras. A Figura 45 mostra respectivamente a casa do pescador ao lado de edifícios no centro da orla do bairro Meia Praia e, sua atividade com a rede de pesca artesanal na praia. O discurso acerca desta questão encontra-se a seguir:

Figura 45 – Casa de pescador remanescente na orla do bairro Meia Praia e sua atividade de pesca artesanal.



Fonte: Autora, 2013.

IC - Houve descaracterização das comunidades tradicionais, porém, os pescadores foram beneficiados pelo sistema

DSC: *Aqui na orla as comunidades tradicionais são minoria, porque a maior parte deles já se desfez de sua propriedade. Os remanescentes da orla venderam suas casas. Ninguém vendeu seu imóvel com desvantagem, nem foram obrigados a vender, ou seja, ninguém foi excluído. Os pescadores que estavam situados na orla foram beneficiados com o sistema, mas a cultura local se descaracterizou, os nativos estão nos bairros mais distantes, na zona rural.*

O **sexto discurso** pretendeu conhecer do entrevistado quais ações ou projetos ele considera relevante o município adotar na busca de tornar-se uma cidade mais sustentável.

As ideias centrais focaram-se, em sua maioria, em projetos de infraestrutura básica. A primeira delas foi tratar os cursos d'água do município, seguido da atualização do Plano Diretor, que, segundo os entrevistados, precisa ser mais restritivo para as construções civis. Além desses, melhorar o saneamento básico e o sistema viário, com priorização dos pedestres. Percebe-se que são ações que comprometem a qualidade de vida dos moradores e novamente, a mobilidade urbana é citada como um ponto preocupante no município. As respostas são apresentadas, a partir dos DSC's:

IC - Tratar os cursos d'água

DSC: *Precisa tratar os cursos d'água, é um fator bem negativo.*

IC - Atualizar o Plano Diretor, com maiores restrições para a construção civil

DSC: *Atualizar o Plano Diretor com máxima urgência. A construção desenfreada, em minha opinião é um problema do Plano Diretor, que não estabelece regras claras para as construções. Deve-se estabelecer critérios para construções, permitindo que haja espaços vazios para manutenção da vegetação e espaços para recreação. O Plano Diretor deve ser mais restritivo.*

IC - Melhorar o saneamento básico

DSC: *Melhorar o saneamento básico.*

IC - Projetos para melhorar a mobilidade urbana

DSC: *O trânsito precisa ser disciplinado, alargar algumas vias, com possibilidade de transitar com segurança, para pedestres e automóveis. Ainda, humanizar a cidade, dar condições para que todas as pessoas possam transitar a pé, sem ter necessidade de usar pista de rolagem.*

Há de se considerar que cidades com problemas estruturais de infraestrutura básica apresentam uma limitação maior na busca por se tornar um modelo de sustentabilidade, pois para alcançar o patamar de um destino turístico sustentável, antes de tudo, é necessário proporcionar condições de uma vida saudável para os residentes. Ruschmann et al. (2010) denominam de “facilidades externas” as estratégias do poder público para administrar uma empresa ou uma cidade, e nessas facilidades insere-se a infraestrutura e o meios de acesso, ou assim dizer, a mobilidade urbana.

A **sétima questão** pretendeu conhecer dos entrevistados sua opinião sobre a crescente urbanização dos destinos litorâneos. Para esta pergunta, não houve nenhuma relação com variáveis atribuídas pela pesquisadora, ficando livre a arguição do respondente.

A primeira resposta situou a urbanização como um processo natural, uma decorrência do desenvolvimento econômico, e que não está atribuída ao êxodo de pessoas, mas sim ao investimento privado que acaba se tornando um efeito multiplicador da economia. A esse respeito, Nakano (2006) promove uma reflexão ao afirmar que há uma pujança econômica

nas áreas costeiras com urbanização consolidada e esta, está ligada em grande parte à produção capitalista do país. Por outro lado, somam-se os impactos socioambientais que vem junto com o desenvolvimento, outrora provocados por contaminações e degradação de recursos naturais; desagregação de usos, costumes e modos de vida tradicionais de comunidades de pescadores, entre outros problemas sociais. Esta é uma realidade que satisfaz a grande maioria das cidades costeiras do Brasil e de outros países, que tem no turismo de sol e praia sua atividade econômica, como é o caso de Tenerife, na Espanha. Rodrigues, Passa-López e Yanes-Estévez (2008) constataram que na costa espanhola o desenvolvimento urbano tem sido acompanhado por uma contaminação estética, poluição sonora, problemas de resíduos e o desaparecimento da arquitetura tradicional. O DSC que traduz esta discussão encontra-se a seguir:

IC - É um processo natural, faz parte do sistema econômico de desenvolvimento

DSC: *É um processo natural devido ao desenvolvimento do país. Deve-se ao investimento privado mesmo e não a migração de pessoas. Isso faz parte do sistema, o turismo é uma atividade econômica, capitalista, então qualquer cidade econômica que gera riqueza tem que urbanizar. É muito difícil um destino, mesmo rural manter as características rurais, ainda na zona rural ele adquire elementos da cidade.*

A segunda ideia central referiu-se à sazonalidade, característica proeminente dos destinos de sol e praia. Para os entrevistados, os efeitos da sazonalidade são negativos e, por vezes, irreversíveis, pois pode favorecer o declínio econômico do destino turístico, como mostra o depoimento de quem vive em zona costeira:

IC - A sazonalidade é um problema que gera impacto econômico negativo ao destino

DSC: *A diferença maior é a sazonalidade, pois manter uma cidade parada é muito dispendioso, é como energia, como capital. Tem cidades que já estão sendo abandonadas, pois não conseguem se manter economicamente.*

A oitava e última questão refere-se à segurança pública aos frequentadores do PLC durante o ano.

Para este questionamento, houve duas respostas opostas. A primeira é enfática ao dizer que não há segurança pública, principalmente à noite e nos meses fora da temporada de verão. Os entrevistados relataram que a gestão pública foca apenas no verão, e mesmo assim, não veem

policiamento no PLC. Esta resposta confirma o depoimento do Gestor Público Municipal, onde afirmou que havia apenas policiamento patrimonial. O DSC acerca desta resposta segue abaixo:

IC - Não oferece, principalmente à noite e fora dos meses de temporada

DSC: Segurança pública em Itapema está péssima. Há relatos de pessoas que se sentem constrangidas a noite, são abordadas a noite por malandros, que circulam de bicicleta. A noite é muito perigoso caminhar no calçadão. Temos forasteiros, criminosos, pois Itapema é uma cidade dormitório. Não temos tanta segurança assim, não temos policiamento e além disso, a gestão pública foca muito no verão. As cidades de litoral são muito mais vulneráveis, estão a margem da BR.

O segundo depoimento faz menção à iluminação e às câmeras de vigilância instaladas no PLC. De acordo com os representantes das Entidades de Classe, esta foi uma forma de melhorar a segurança, como mostra o DSC:

IC - Melhorou em função das câmeras de vigilância e da iluminação

DSC: No calçadão, melhorou um pouco em função das câmeras de vigilância. A iluminação também ajuda na segurança. A orla conta com uma iluminação boa.

Cabe lembrar que as satisfações e insatisfações presentes nos depoimentos dos entrevistados retrata a realidade de muitas pessoas que vivem o dia a dia do local. São percepções valiosas do ponto de vista para um diagnóstico, onde, deve-se usar destes conhecimentos para apoiar a gestão pública local e mudar o cenário percebido por essas pessoas.

8.4 Análises dos discursos dos atores sociais: visitantes

O grupo correspondente aos visitantes, dada sua característica de “viajante temporário” em locais turísticos, transmite informações que muitas vezes estão correlacionadas com suas experiências anteriores, adquiridas em outros ambientes e lugares turísticos. Estes indivíduos trazem consigo conhecimentos, vivências e experiências tão individuais que se entrelaçam com seus valores e anseios, resultando em informações relevantes que, se bem utilizadas, poderão favorecer a uma gestão do conhecimento para outros destinos turísticos como, por exemplo, Itapema

(DE OLIVEIRA; RODRIGUES, 2010), numa forma de aplicação do conhecimento tácito.

Dado este princípio, a **primeira questão** se interessou em saber qual o motivo pelo qual as pessoas visitavam Itapema.

As respostas foram variadas, sendo o principal motivo à segunda residência, uma forte característica de balneários, como citado no capítulo 2. Dentre as respostas presentes nos DSC's, destacam-se: [*visita a parentes*]; [*férias de fim de ano*]; [*estrutura da praia*]; [*tranquilidade*]; e [*proximidade da residência*]. Para estas respostas, vale a pena apontar uma reflexão: dos seis motivos relatados pelos visitantes, dois deles fazem referência à orla e à praia, como a estrutura e a tranquilidade. Os demais são motivos familiares. Dados como esses podem fazer a diferença num planejamento de marketing do destino, inclusive aprimorando a promoção da orla, como principal atrativo do local, já que foi explicitamente evidenciada.

O **segundo questionamento** objetivou saber se o visitante havia frequentado a orla do bairro Meia Praia antes da construção do *Parque Linear Calçadão*. Esta pergunta foi elaborada tendo em vista a importância em legitimar as respostas dos entrevistados e registrá-las nos resultados da pesquisa, como também já fora justificado no capítulo 7 – metodologia.

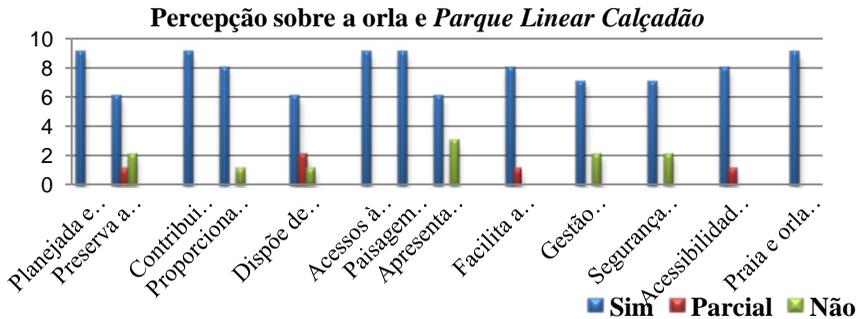
Dos 9 visitantes entrevistados, todos relataram frequentar a praia do bairro Meia Praia antes da implantação do PLC. Dentre os anos que passaram a visitar o município estão: 1991 (1); 1992 (1); 1996 (1); 1998 (2); 1999 (2) e 2000 (2). Este resultado demonstra que todos os entrevistados já tinham o conhecimento e a imagem visual do local antes de sua transformação física e estrutural.

A **terceira questão** foi bastante direta, onde buscou conhecer a opinião dos visitantes sobre a orla e o PLC. Para esta pergunta, os entrevistados tiveram que responder sim ou não a uma relação de variáveis propostas pela pesquisadora e, também, comentarem a respeito da obra recém-inaugurada.

O Gráfico 2 demonstra o contentamento e a satisfação dos visitantes com o PLC, em especial quando se questionou sobre a limpeza da praia e da orla; a paisagem cênica e valores estéticos relevantes; acesso a praia adequados; orla planejada e organizada e, se o PLC contribui para a socialização das pessoas. Estas variáveis satisfizeram 100% dos visitantes. Sobre a manutenção dos equipamentos instalados, 33% dos entrevistados disseram que não há manutenção, pois é evidente a degradação dos corrimões que apoiam as rampas de acesso à praia, as cercas de proteção da vegetação encontram-se depredadas, assim como a ferrugem presente em vários dos aparelhos de ginástica, como pode ser confirmada também na

Figura 46. Outras variáveis foram respondidas com **qualidade parcial**, como a preservação da vegetação nativa; infraestrutura adequada; mobilidade urbana para os pedestres e, acessibilidade para portadores de necessidades físicas e visuais. Quando questionado se a orla apresenta uma gestão sustentável, 33% disseram que não, enquanto que 66% disseram que sim.

Gráfico 2 – Percepção dos visitantes sobre a orla e sobre o *Parque Linear Calçadão*.



Fonte: Autora, 2013.

Figura 46 – Ausência de manutenção no *Parque Linear Calçadão*.



Fonte: Autora, 2013.

Com relação aos comentários dos visitantes sobre o PLC, alguns deles destacaram a valorização conferida à orla, como também à cidade, enfatizando que após a construção do PLC a cidade ficou mais atraente e

bonita. Para muitos foi um avanço em termos de planejamento público. Sobre este ponto, Macedo (2004) esclarece que a partir de um núcleo básico, pode-se equipar um local para receber um número maior de usuários e oferecer-lhes mais e melhores serviços, mesmo sendo o mar e a praia o principal motivo de visitação; tal como ocorreu com o bairro Meia Praia em Itapema. O DSC sobre este depoimento é apresentado a seguir:

IC – Evolução urbanística e ordenamento da orla

DSC: *Ah, melhorou muito. Agora a gente pode caminhar tanto na areia quanto no calçadão. Valorizou não só a orla, mas os imóveis também... valorizou a cidade como um todo, embelezou a orla. Ficou mais regularizada, ficou mais administrada, se vê mais a presença do estado ali... Hoje em dia a estrutura é muito melhor, dá para desfrutar mais. Ficou uma praia bem mais bonita, com melhores acessos da avenida para a praia. A limpeza, a cidade está bem mais atraente e bonita. Melhorou muito, evoluiu.*

IC – Avanço para o município

DSC: *Essa estrutura foi um avanço para o município, ficou bem melhor. A gente olha para isso tudo e só tem que elogiar. Congratular o prefeito. Tá muito bom mesmo. Certamente recomendaria para outras pessoas conhecerem.*

Da mesma forma que os representantes das Entidades de Classe (ONGs), os visitantes referiram-se à orla antes do PLC como uma praia abandonada, rústica e sem organização. Por outro lado, alguns alegaram que preferiam Meia Praia antes do adensamento populacional ocorrido nos últimos anos, por ser uma cidade mais pacata e tranquila. Para este grupo, a cidade não tem infraestrutura para atender a população fixa e, nem tampouco a flutuante, assim como corroboram os representantes das ONGs. A esse respeito, novamente Macedo (2004) colabora, afirmando que os municípios, cuja renda advém do turismo de sol e praia, regularmente entram em estado de deficiência crônica em quase todos os setores, a exemplo dos serviços de abastecimento de água, ausência total da rede de esgotos, redes viárias precárias. A seguir, os discursos que representam estes depoimentos:

IC – Anteriormente a praia era rústica e a orla apresentava-se abandonada

DSC: *Antigamente a orla era abandonada, cheio de budegas, quiosque. As pessoas tinham que andar no meio de vegetação, caminhar só na areia. A praia era mais rústica, menos organizada.*

IC – O PLC provocou maior adensamento populacional e não há estrutura de suporte na cidade

DSC: *Eu preferia a Meia Praia antes da Implantação do calçadão, por ser uma cidade mais calma e tranquila. Acho que não tem infraestruturas para atender tanta gente e, tende a ficar cada vez pior. São prós e contras. O lado negativo é a cultura que se está se perdendo.*

A **quarta questão** buscou compreender a percepção dos visitantes sobre uma obra como o PLC para um destino turístico como Itapema.

As respostas, muito embora semelhantes à questão anterior, denotam novamente um contentamento das pessoas que frequentam a orla após a implantação do PLC. O primeiro discurso traz o termo “revitalização”, cuja percepção do visitante refere-se à estrutura implantada como o grande diferencial. Com ela todas as pessoas têm acesso a um espaço de lazer ligado ao ambiente natural, desde crianças, idosos, deficientes, etc. Novamente foi mencionado o PLC como uma nova atração turística, comparada ao município vizinho Balneário Camboriú, que já se consolidou como um dos destinos de sol e praia mais visitados do país. Por fim, houve um depoimento de 3 dos visitantes que destacou os banheiros químicos como um equipamento precário, e fora do contexto da estrutura implantada na orla, inclusive sugerindo à gestão pública pensar em outra alternativa, pois acaba denegrindo a imagem, indo totalmente contra os princípios de uma gestão sustentável. Alguns dos banheiros químicos presentes no PLC podem ser visualizados na Figura 47. Os DSC’s a partir destes depoimentos são apresentados a seguir:

Figura 47 – Banheiros químicos no Parque Linear Calçadão.



Fonte: Autora, 2013.

IC – Valorização da cidade

DSC: *Ficou muito bonito isso aqui. Acho que valorizou a cidade, a praia, melhorou muito. Foi um avanço para a cidade, mas o poder público precisa manter. Melhorou muito!*

IC – Revitalização da orla, com nova estrutura de lazer

DSC: *Revitalização! Eu gostei bastante por causa da estrutura. Tem acesso para as crianças, não tem perigo de se machucarem, elas podem brincar à tarde. Achei mais fácil para fazer caminhada, o acesso para deficientes. Eu procurei aqui por causa dessa estrutura. É uma estrutura ótima, traz conforto para as pessoas. Eu acho que a estrutura, quanto melhor, mais pessoas vai atrair para o local, pois antes era uma praia sem estrutura, com mato, com acesso mais difícil. As pessoas hoje tem a opção de fazer uma caminhada, ficar sentadas ali com tranquilidade.*

IC – É uma nova atração turística da cidade

DSC: *A repercussão foi muito boa. O local está muito visitado. Eu acho que vai atrair muito mais turistas pra cá. As pessoas já comparam Meia Praia com Balneário Camboriú. Mas acho que deveriam fazer mais*

marketing para o pessoal de fora conhecer, é preciso propaganda, pois é muito belo.

IC – Os banheiros químicos deveriam ser retirados e pensar em outra alternativa

DSC: Os banheiros químicos, que não acho higiênicos aqui na orla, deveria ser melhor planejado.

No intuito de expandir o conhecimento e a discussão acerca do assunto, a **quinta questão** se propôs, a saber, se os visitantes conheciam outros destinos litorâneos cuja orla é similar à do bairro Meia Praia em Itapema – planejada e estruturada.

Dos 9 entrevistados, 60% disseram não conhecer nenhum balneário com a estrutura do PLC, enquanto que 40% conheciam, citando os destinos de sol e praia: Aracaju (SE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Santos (SP) e Balneário Camboriú (SC). Um dos visitantes citou ainda a Suíça, na Itália, mas justificou que a extensão da orla é pequena. Cabe salientar que a estrutura presente em muitos dos municípios litorâneos do país é resultado de políticas públicas descentralizadas, como o Projeto Orla, fruto de arranjos políticos institucionais para a descentralização da orla. No caso do Brasil, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – Lei nº 7.661, de 1988 e sua atualização em 1997, foi o marco para a gestão ambiental da zona costeira no país, no qual instituiu um zoneamento e um conjunto de normas de caráter obrigatório, sancionado pelo poder de polícia. Além desse, o Decreto nº 5.300 de 2004, que estabeleceu critérios para a gestão da orla marítima. Ao contrário de muitos países, em que não há uma política para a gestão integrada da zona costeira, como exemplificam Lanza e Randazzo (2013). Em uma investigação recente, os autores constataram sérios problemas de ordem ambiental, urbana e fundiária na maior ilha do Mediterrâneo, a ilha de Sicília na Itália. Já na Espanha, acredita-se ter um exemplo de uma política de gestão eficiente para a orla, denominada de Lei de Costas, de 1988 (mesmo ano de promulgação da Lei nº 7.661 do Brasil). Na Lei de Costas, os usos e atividades permitidas na orla estão bem regulamentados e as competências definidas (SHERER, 2013).

Beesley (2005) reconhece alguns fatores que podem favorecer a gestão do conhecimento em destinos turísticos, cujo foco é gestão e planejamento, aplicável em destinos de sol e praia. O autor cita a comunicação, a cognição individual, as contingências sociais, o afeto e os

valores. Assim como Moore e Polley (2007) alegam que valores, percepção de impactos e as preferências dos visitantes por um produto ou serviços propiciam informações essenciais para o planejamento e para a gestão sustentável do turismo em áreas naturais ou consideradas frágeis, como é o caso da zona costeira. Os depoimentos acerca da quinta questão apresentam-se a seguir:

IC – Planejada como esta e que integra uma estrutura, não conheço

DSC: Tão planejada como essa e que apresenta preservação do meio ambiente, limpeza, duchas, tanta coisa junta... não conheço. Além disso, temos casa aqui e então acabamos não viajando para outros lugares.

IC – Muitos lugares apresentam parte desta estrutura

DSC: *Outros lugares têm uma coisa ou outra, aqui tem tudo.*

IC – Sim

DSC: *Sim. Aracaju. Aracaju tem a melhor estrutura, uma orla construída muito bacana. Fazem uns 2 anos. A estrutura deles é muito melhor. Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, João Pessoa, tem uma orla muito bonita, muito cuidada. Balneário Camboriú tem orla organizada, com calçadão. Fortaleza, Maceió tem uma orla com calçadão com quiosque, duchas. Tem alguns países estrangeiros que tem, mas são pequenos, tem na Suíça, na Itália, mas a orla é pequena.*

O **sexto questionamento** procurou identificar junto aos visitantes, se Itapema apresenta uma gestão sustentável da orla, tendo em vista os fatores sociais, ambientais e econômicos.

As respostas foram muito semelhantes às do grupo dos representantes das entidades de classe, o que comprova a mesma percepção acerca do ambiente revitalizado. Um dos discursos coletivos evidenciou a socialização das pessoas a partir da construção do PLC, por meio de seu espaço de convivência, com estrutura de lazer e de descanso. A esse respeito, Macedo (2004) confirma a constatação do grupo, ao relacionar o espaço praiial ao local onde se desenvolvem as formas de lazer urbano, como jogos, pescaria, esportes náuticos, contemplação da paisagem e do

mar. Para o autor, este espaço proporciona situações de relacionamento social, como o namoro, a conversa, o encontro casual, a troca de informações.

Já no aspecto econômico, percebeu-se um incremento de divisas oriundo do crescimento da demanda de turistas, e, junto a este fator, a oferta de mais empresas prestadoras de serviços de alimentação e hospedagem, também visualizada na Figura 48.

Figura 48 – Restaurantes e bares localizados na orla.



Fonte: Autora, 2013.

No entanto, novamente foi mencionada a precariedade da infraestrutura do município, sobretudo, nos meses de maior concentração de pessoas na cidade. Para este grupo, a gestão sustentável ainda não existe, uma vez que a orla não se encontra isolada do município e, por sua vez, o município ainda necessita de planejamento urbano. Os depoimentos, a partir dos DSC's são visualizados a seguir:

IC – Sim, é sustentável

DSC: Acredito que sim, tudo foi planejado. Sim, é sustentável.

IC – No aspecto social propiciou a encontro das pessoas, um espaço para convivência

DSC: *Social, sem dúvida. Socialmente, propiciou a encontro das pessoas, um espaço para convivência. Agora a gente tem muito mais acesso à parte social, as pessoas podem sentar, podemos tomar sorvete, as pessoas idosas podem jogar bocha.*

IC – Economicamente valorizou muito a cidade, os imóveis e incrementou o comércio local

DSC: Eu achei que economicamente valorizou a cidade, os prédios ficaram mais bonitos, valorizados, mais limpos. Eu percebo melhorias nos bares e restaurantes, houve de uns anos pra cá mais oferta de serviços. E também a geração de dinheiro das pessoas que visitam a cidade.

IC – É necessário investir mais em infraestrutura

DSC: *Eu acho que a comunidade como um todo precisa de mais infraestrutura, especialmente no período entre Natal e Ano Novo....O valor que se paga aqui do IPTU que é um dos mais caros do Estado, ter-se-ia que ter um retorno maior a esse tributo, investir mesmo em infraestrutura.*

IC – No aspecto ambiental sim

DSC: Ambiental sem dúvida... bem preservado, a Mata Atlântica

IC – Não apresenta uma gestão sustentável

DSC: *Eu acho que não tem gestão sustentável. Mas como esse ano foi a conclusão do calçadão, acho que eles tendem a melhorar.*

A carência de infraestrutura básica mais uma vez foi percebida na **questão sétima**, agora pelo grupo de visitantes, o que demonstra ser este um fator que merece atenção especial e emergencial pela gestão pública. Esta questão objetivou conhecer a opinião dos visitantes acerca da crescente urbanização dos destinos litorâneos.

Quando o grupo de visitantes relatou a questão de infraestrutura, muitos compararam Itapema a outros destinos turísticos, expandindo a consciência de infraestrutura para além do saneamento e mobilidade, como já mencionadas. Os discursos evidenciaram a qualidade e capacidade do atendimento ao visitante, a limpeza das vias públicas e, é claro, o atendimento à população flutuante com água potável. Este DSC é apresentado a seguir:

IC – Há uma ineficiência de infraestrutura básica

DSC: *O problema é que muitas cidades não tem estrutura. Há falta de planejamento. Fica difícil vir para praia, gastar dinheiro e não ter o mínimo de infraestrutura para tomar um banho. Muitas cidades não tem infraestrutura que comporte o contingente de pessoas, quanto à questão de água, falta água. O maior prejuízo é a limpeza, muita agitação. Lá no Nordeste mesmo, eles não tem essa estrutura toda perto da praia, é sempre mais abandonado.*

IC – Os destinos precisam se preparar para receber os visitantes

DSC: *É bom, mas a maioria tem falta de estrutura para receber as pessoas, porque são mais pessoas, filas em todos os estabelecimentos, a praia sempre lotada. Temos cidades que recebem muitos turistas, porém não estão preparadas. Tem que se preparar para receber os turistas. Falta a própria consciência das pessoas em cuidar das cidades.*

IC – Há graves problemas de saneamento básico, água e esgoto

DSC: *Por um lado é bom, mas a questão de infraestrutura é deficiente, com problemas de esgoto, falta de água. Eu acho que prejudica muito é a limpeza da praia, esgoto em demasia. Em períodos de alta temporada as praias ficam sujas, e poluídas. Aqui, há uns 5 anos fizeram uma obra grande de tratamento de água, e não tivemos mais problema de água.*

A segunda ideia central reconheceu a urbanização com um processo natural, decorrente do crescimento da população e sua motivação por cidades litorâneas, como pode ser visto no DSC:

IC – Interessante, desde que seja organizado

DSC: *Isso é um processo natural. Conforme vai aumentando a população, as praias vão aumentando cada vez mais. Aqui é tudo muito mais organizado, o Guarujá também a mesma coisa, vão urbanizando, vai crescendo, mercado, tudo pertinho da praia. Ah, eu acho muito legal.*

Com relação à percepção dos visitantes que frequentavam Itapema há cerca de 10 anos atrás, inquiriu-se na **oitava questão**, se os mesmos percebiam um afastamento das comunidades tradicionais no bairro Meia Praia.

Nesta questão houve dois depoimentos coletivos contrários, sendo que a primeira ideia centrou-se na naturalidade da situação, face ao

desenvolvimento e ao progresso. Este grupo ainda fez uma referência ao tempo em que se via, na Meia Praia, a pesca de arrasto, lembrando que era interessante ver a pesca artesanal quando se caminhava pela praia, mas enfatizou que hoje em dia não se vê mais este tipo de comunidade tradicional. Já, um pequeno grupo alegou não perceber o afastamento ou a inexistência dessas pessoas, e disse que os pescadores procuram se inserir no ambiente, como pode ser visto nos DSC's:

IC – É uma consequência natural do desenvolvimento

DSC: *O aumento do número de pessoas da cidade ocasiona esse distanciamento. Isso é devido à globalização, desenvolvimento, uma consequência natural do desenvolvimento. Eles vão procurando reduto, eles vão mudando. Hoje não tem condições de puxar uma rede de praia naquela muvuca de gente. Antigamente era bonito de ver, o pessoal até parava para ver. Acho que a modernidade está deixando isso para traz. Aqui no centro da Meia Praia, são pessoas diferentes. Com o tempo vai se perdendo o valor cultural.*

IC – Sim, não se vê mais esse tipo de comunidade

DSC: *Ah, sim, bastante, a gente não vê muito mais esse tipo de comunidade. Isso está ocorrendo. Eu notei que a gente não observa pescadores por aqui. Artesãos eu nunca vi, eu só vejo os pescadores quando a gente vai lá no Canto da praia. A gente não os vê mais. Eu acho prejudicial. Eu acho negativo, pois era interessante observar a pesca artesanal.*

IC – Não vejo este distanciamento

DSC: *Não vejo este distanciamento. Eles estão procurando se inserir. Eu não percebi isso.*

A **nona** e última **questão** procurou saber dos visitantes quais estruturas eles recomendariam implantar na orla. Esta questão buscou reconhecer, a partir da experiência deles e de seus anseios, estruturas criativas, que podem não ter sido pensadas no PGI e nem pelo gestor público municipal.

A primeira ideia foi banheiros, mas com a ressalva de que não fossem os químicos. A segunda ideia foi providência quanto ao tratamento

de água e esgoto, pois, segundo eles, é visível à clandestinidade de esgotos jorrados na praia. Outra ideia foi atividades culturais para jovens, como bibliotecas ao ar livre, discoteca, etc. E por fim, houve um depoimento coletivo que alegou não sentir falta de nada, pois para eles está ótima a estrutura. Os DSC's acerca desta questão podem ser vistos a seguir:

IC – Banheiros

DSC: *Banheiros, mas não os químicos. Quiosques com banheiros já nos quiosques.*

IC – Tratamento de água e esgoto

DSC: *Cortar esse esgoto clandestino que tem na praia. Infraestrutura de água e esgoto, isso é fundamental, para o futuro do turismo em Itapema.*

IC – Atividades culturais

DSC: *Mais serviço cultural. Poderiam implantar bibliotecas nas praias, como em Balneário Camboriú. Barzinhos com música ao vivo, discoteca para jovens.*

IC – Não implantaria nada, está ótimo

DSC: *Não sei, para mim está bom. Como esta está ótimo, não sinto falta de nada. Não implantaria nada, está perfeito.*

Pode-se considerar que os atores sociais que satisfazem os visitantes de um destino turístico, são indivíduos essenciais para avaliar a qualidade do produto, que neste caso, é o conforto ambiental e a qualidade do ambiente integrado às suas variáveis. Para os turistas, a qualidade percebida, serviços utilizados e imagem associada ao produto/destino faz parte de um conceito de atributos múltiplos, o que significa que as percepções de valor podem flutuar em uma população. Contudo, quando o resultado das percepções aponta para interpretações semelhantes do pesquisador para com os indivíduos do grupo, verifica-se a realidade exposta na forma de um diagnóstico confiável, levando a decisões assertivas pela gestão pública ou privada, se assim souber utilizar os conhecimentos gerados, uma vez que a construção do conhecimento é um processo social.

8.5 Análises dos discursos dos atores sociais: moradores

Os moradores do bairro Meia Praia constituem o grupo que mais sofreu as influências da implantação do *Parque Linear Calçadão*, uma vez

que estes indivíduos vivenciaram o “boom” do turismo no município, sobretudo a partir dos anos de 1990, intensificando-se em meados dos anos 2000. Ademais, os moradores de Itapema vivenciaram transformações em seu meio social, ambiental e econômico, motivados também pela urbanização crescente do destino turístico e, pela revitalização da orla marítima. Portanto, este grupo reflete as satisfações, insatisfações e expectativas de uma coletividade que vive o dia a dia do local, que tem a praia e o mar como os maiores bens de seu território. A interpretação de seus depoimentos é também apresentada por meio do Discurso do Sujeito Coletivo, apoiando-se, quando necessário, a imagens visuais do local.

A **primeira questão** se propôs, a saber, os motivos pelos quais os moradores do bairro Meia Praia frequentavam o PLC.

O primeiro discurso se referenciou ao PLC como um local propício à prática de atividades físicas, como exemplo a caminhada e a bicicleta. É válido ressaltar que, quando não existia a estrutura do calçadão, as pessoas somente podiam caminhar na faixa de areia, e mesmo assim, quando a maré não avançava na praia. Atualmente, a estrutura construída favorece a prática de exercícios com segurança, por se tornar um local adequado também para este fim. A segunda ideia foi à locomoção, pois, ao invés de transitar pela avenida, os pedestres preferem se locomover pelo calçadão. Por fim, um dos 12 entrevistados relatou a sua ida frequente ao PLC para registrar as fachadas dos edifícios, justificando ser este parte do seu trabalho como corretor de imóveis. Os DSC’s, a partir dos depoimentos podem ser vistos a seguir:

IC – Praticar atividades físicas como caminhada

DSC: *Principalmente no cuidado com a saúde. Fazer uma caminhada (...). É o que motiva a fazer exercícios, como esporte, caminhada, bicicleta (...) com meu neto, que brinca muito também e, passear com a família.*

IC – Para transitar

DSC: *A finalidade é para trânsito mesmo. Para me locomover pela cidade. Trânsito em geral.*

IC – Fotografar as fachadas dos prédios

DS: *Tirar fotos das fachadas dos prédios, já que sou corretor de imóveis.*

O **segundo questionamento** buscou conhecer, por meio da percepção dos moradores, se a implantação do PLC favoreceu o crescimento e desenvolvimento do turismo no município.

Esta questão resultou em quatro ideias diferentes, porém complementares entre si, e, apenas uma, demonstrou ser contrária à forma estrutural do calçadão, sem avenida beira mar. Assim, o primeiro discurso teve como ideia principal o “conforto ambiental” para os visitantes e, especialmente para os moradores. Neste depoimento foi ressaltado o impacto positivo que esta obra gerou para o município, inclusive, alegando que o PLC diferencia Itapema de outras praias da região e também do Brasil, como pode ser visto no DSC:

IC – Certamente, trouxe maior conforto ambiental

DSC: Consideravelmente! Eu acredito que sim, por todas as pessoas que a gente conversa. Eu acho que houve um impacto. Atraiu mais pessoas pela beleza, pelo conforto. Foram alterações positivas até agora. Valorizou muito, não só beneficiou os turistas, mas quem mora aqui também. O turista que vem aqui, ele realmente gosta, ele quer conforto. Realmente foi um marco para a cidade. Deixa o turista mais a vontade na própria praia. Abriu um espaço para as pessoas praticarem esportes. O pessoal caminha mais na parte da tarde e da noite. As pessoas que vem aqui ficam deslumbradas, acham super interessante, algo que dá conforto, qualidade de vida para as pessoas que aqui visitam. É algo que realmente diferencia Itapema das outras praias da região, e também do Brasil.

O segundo depoimento, compartilhado pelos visitantes e também pelos representantes das ONGs, referiu-se à valorização econômica dos imóveis e a crescente oferta de empresas prestadoras de serviços, com a abertura de novos restaurantes, por exemplo. É visto novamente que o depoimento comprova o valor que os moradores atribuem à revitalização da orla, com consequências muito favoráveis em vários segmentos. A esse respeito, ficou mais uma vez evidenciado a elevação da autoestima das pessoas que vivem no local. No relato, usaram termos como *[motivacional]*; *[humanizado]*; *[up grade]*; *[maravilhoso]* para descrever a orla do bairro Meia Praia após a construção do PLC. Os DSC's que demonstram esses resultados são:

IC – No aspecto econômico valorizou muito

DSC: *Economicamente também desenvolveu. Valorizou mais os imóveis, houve mais oferta de restaurantes. Movimentou também o crescimento do mercado imobiliário. Hoje Meia Praia tem vida própria, há muita gente morando aqui.*

IC – Elevou a autoestima dos moradores

DSC: *Deu um up grade para o próprio morador e para o turista. Antes era depressivo, aqueles morros, era horrível, e agora você vai até lá e é uma coisa maravilhosa. Apresentação mesmo da cidade, antes a nossa cidade, a praia era vista com os fundos da casa, hoje a gente pode mostrar o calçadão como a frente da nossa casa. Foi motivacional. As pessoas ficaram até mais felizes. Ficou muito mais bonito, mais humanizado.*

Ainda com relação à segunda questão, os moradores comentaram sobre a valorização da cidade, justificando ser o PLC um novo atrativo para o município. Segundo eles, esta obra tornou-se o “cartão postal” de Itapema e uma forma real de divulgar o município sob o contexto turístico. Além disso, citaram que, a partir da revitalização da orla, criou-se um ordenamento para os imóveis comerciais e particulares localizados na orla, sendo que antes, não existia um planejamento, passando a impressão de “desordem e desleixo”. Por outro lado, um depoimento mencionou que a forma pensada e executada para a construção do calçadão – sem avenida beira mar, prejudica o comércio, uma vez que as pessoas que poderiam passear de automóvel não as fazem, implicando em menos movimento para os estabelecimentos de alimentos e bebidas. Sobre este ponto, Macedo (2004) expõe que a eliminação da via beira-mar torna-se um grande paradoxo, pois segundo ele, é uma posição urbana saudável que acaba com o movimento excessivo de veículos, mas, por outro lado, facilita o fechamento e a privatização de muitas praias. Os dois últimos DSC’s apresentam-se a seguir:

IC – Criou um ordenamento para a cidade

DSC: *O calçadão criou um ordenamento para a cidade. Antes tínhamos prédios com cerca, prédios sem cerca. Houve a melhoria dos prédios, a valorização dos prédios, inclusive os prédios antigos se revitalizaram.*

IC – A estrutura sem avenida prejudica o comércio a beira mar

DSC: *Percebemos que há um entrave, valorização comercial e os pontos de vendas que dá uma retroagida. A frente de comércio prejudica um pouco, pelo formato do calçadão sem avenida. Outro ponto também são as ruas sem saída, que em minha opinião é outro fator negativo.*

A participação social para a decisão acerca da forma de intervenção na orla foi questionada na **terceira pergunta**, assim como esta foi também indagada aos representantes das entidades de classe. Dos 12 entrevistados, 80% disseram ter participado das reuniões de apresentação do Projeto Orla e também da audiência pública. Segundo o depoimento coletivo, todas as entidades de classe foram convidadas, assim como os proprietários de estabelecimentos comerciais, especialmente àqueles localizados na orla. Havia uma ansiedade da comunidade em conhecer o projeto e principalmente em reverter à imagem de uma praia “abandonada”. O grupo que não participou das reuniões declarou ter recebido o convite, mas apenas acompanhado o projeto, por meio de informações da mídia e de outras pessoas, demonstrando aceitação perante a obra. Cabe lembrar que, na entrevista concedida pelo gestor público municipal, houve a participação de aproximadamente 650 pessoas, residentes do município de Itapema, a qual confirma os discursos dos entrevistados. Novamente, os discursos coletivos explicitam a satisfação pela forma como se deu a revitalização da orla, como pode ser visto nos DSC’s a seguir:

IC – Sim, presenciei

DSC: *Presenciei, acompanhei. Eu participei como morador e como integrante do Rotary Club, da entidade. Todas as associações que participaram, presenciaram, fizeram muita diferença na construção do Parque Calçadão. Fomos convidados no período de audiências públicas para decidir sobre a obra de avenida beira mar ou calçadão. Nas duas audiências públicas que teve, eu participei ativamente. Foram muitas pessoas, principalmente os proprietários e comerciantes que moram na orla. Foi votação, com quase 100% dos votos a favor do calçadão.*

IC – Estávamos bem informados, pois a comunidade desejava a revitalização da orla

DSC: *O convite veio pra escola, para os professores que pudessem participar nas reuniões na câmara de vereadores. A gente estava bem informada do que acontecia. Via-se uma ânsia da comunidade para*

reverter aquele quadro, pois temos uma praia maravilhosa, e a orla com aquela degradação.

IC – Acompanhei, mas não participei do processo decisório

DSC: *Não! De decisão não, mas fui totalmente a favor, presenciei o andamento. Não acompanhei, dava uma olhada ali na praia só. Nós presenciamos, mas de forma não tão presente, assim no dia a dia. Apenas acompanhei por terceiros, o projeto. Houve convite da prefeitura para participar da audiência, mas não nos apresentamos, não fomos.*

IC – Foi muito bem planejado, agregou muito valor à cidade

DSC: *Do jeito que foi feito, acho que foi muito bem planejado. Foi uma obra importante neh, não adianta uma cidade com praia sem infraestrutura, não sobrevive. Existe uma preocupação com a restinga. Ficou mais organizado, com certeza. A cidade ganhou um novo tom, uma beleza a mais, agregou muito para a cidade.*

A **quarta questão**, também questionada aos visitantes e representantes das entidades de classe, buscou conhecer a percepção dos entrevistados acerca do planejamento da orla antes e após a implantação do *Parque Linear Calçadão*. Para esta pergunta, houve sete ideias semelhantes, mas que merecem cada uma delas, uma referência em particular. Percebe-se, ao interpretar os discursos coletivos, que as respostas são muito parecidas com às dos demais grupos de entrevistados, o que confirma a premissa de que houve uma melhoria significativa em termos de organização do espaço praial, sob os domínios ambiental, social e econômico.

A primeira ideia aborda a imagem percebida sobre a orla pelos moradores, os quais citaram alguns termos relevantes para descrevê-la antes do PLC, como *[degradante]; [depressivo]; [perigoso]; [abandonado]; [sem estrutura]*, comprovando o descontentamento da população com a orla marítima do município. Em seu discurso coletivo, declararam que a cidade não tinha uma estrutura apropriada para receber os visitantes, pois alguns acessos à praia eram interditados, muitos estabelecimentos eram precários, sem condições de higiene e de atendimento. Este discurso pode ser visto a seguir:

IC – Antes era desordenado, degradante, abandonado

DSC: *Antes era degradante, depressivo, era mais perigoso, porque era escuro, mais abandonado. Era tudo um pouco desordenado. Tinha-se uma praia muito largada, abandonada, até pelos próprios condomínios que estão em frente à praia, com abuso e avanço de áreas. Não havia espaço para o pessoal andar, sentar, deitar. Era uma imagem de uma praia bastante nativa, agreste. As pessoas vinham passar suas férias de verão e faltava uma infraestrutura adequada para recebê-las. Para os bares, restaurantes, para os pedestres trafegarem, os acessos eram interditados, eram precários. A cidade estava a desejar, faltava um espaço de convivência, qualidade de vida para as pessoas daqui. Tínhamos prédios maravilhosos, mas uma praia feia, uma orla feia. Não havia pavimentação, era chão batido, tinha um aspecto feio, sem cuidado. A orla era rústica, os próprios bares existentes eram de baixo nível.*

A segunda ideia centrou-se na mobilidade urbana beneficiada pelo calçadão com parque linear, onde, segundo a percepção dos entrevistados, o PLC privilegiou o pedestre e o ciclista. Ele foi concebido como uma forma de socializar as pessoas e propiciar maior conforto e qualidade de vida junto à natureza para os pedestres. Além disso, alguns fatores positivos consequentes da obra foram citados nos discursos, tais como: *[a uniformidade dos edifícios]; [qualidade do ar]; [segurança para as crianças]; [preservação da restinga]; [embelezamento da cidade]*. A estrutura pensada é apoiada por Enrique Peñalosa (2013), ao enfatizar que é preciso humanizar as cidades com o fim das rodovias e inclusão de avenidas, mudando o conceito de rua, com mais espaços para ônibus, ciclovias e calçadas. O autor diz ainda que calçadas com qualidade são sinônimos de cidades desenvolvidas. Para Peñalosa (2013), a implantação de parques lineares à beira mar constitui umas das boas soluções de mobilidade urbana, citando exemplo como Bogotá, na Colômbia, e Madri, na Espanha. Estes dois discursos são ilustrados a seguir:

IC – Privilegiou-se o pedestre

DSC: *A gente percebia o trânsito de carro que agora não tem mais. Hoje tem mais circulação de pessoas. Foi pensado nas pessoas, no pedestre. Pensar no pedestre é o mais importante, incluindo uma ciclovia. As pessoas podem caminhar sossegadas no calçadão, o que antigamente não havia essa possibilidade, em função de mato, marés.*

IC – O PLC trouxe beleza, ordenamento, qualidade ambiental

DSC: *Hoje se uniformizou, se padronizou, os condomínios obedecem ao que foi proposto, a fiscalização é ostensiva. O calçadão trouxe beleza, investimento, evolução e, daqui para frente vai trazer mais benefícios para a cidade. Melhorou a qualidade do ar, a segurança das crianças. O calçadão em si organizou a orla, embelezou a orla. Hoje, ela está bem cuidada, temos flores, grama, o cuidado com a mata, a restinga, a preocupação da iluminação indireta na praia para os animais marinhos que fazem a desova. Agora com o calçadão ficou muito melhor, bem melhor. Para o turismo foi um diferencial. O calçadão criou um marco, que em outras cidades não tem.*

A autoestima da população foi um ponto ressaltado nos depoimentos, principalmente quando no momento da entrevista, sugeriu-se aos moradores fazer uma reflexão do “antes” e do “depois” da implantação do calçadão no bairro. As respostas foram otimistas, positivas, alegres..., com termos como *[reforma numa casa]; [maravilhoso]; [valorização]; [especial]*, expressões essas que contrariam integralmente a imagem anteriormente concebida. A autoestima do morador transmite uma sensação de bem estar e, ao mesmo tempo expressa o sentimento de pertencimento do autóctone para os visitantes, que compartilha deste efeito por conviver com pessoas satisfeitas e felizes no destino turístico. Logo, pode-se perceber que a promoção da autoestima da população local foi um dos aspectos sociais mais relevantes da implementação do Projeto Orla no município de Itapema. Este DSC apresenta-se a seguir:

IC – Melhorou a autoestima dos moradores locais

DSC: *Ah! Eu acho que ficou muito mais bonito, acho que tivemos um ganho. Realmente Meia Praia mudou e para melhor. A Meia Praia antes era número 2 e agora é número 1, ficou especial. Hoje eu vejo como uma reforma numa casa. Eu acho que devo usar a palavra M-A-R-A-V-I-L-H-O-S-O. É autoestima do morador de Meia Praia, porque ele pode caminhar, andar de bike, apreciar a praia, passear. Houve a valorização dos imóveis, hoje há empreendimentos ali que se divulgam em cima da imagem do calçadão.*

Contudo, duas ideias centrais demonstraram que o PLC não mudou a cidade, em termos de planejamento, justificando que não há Plano Diretor atualizado no município. Ainda, percebeu-se uma visão crítica dos frequentadores, que chamam a atenção sobre a ausência de manutenção no

PLC, como já mencionado pelos representantes das ONGs. Estes perceberam insegurança por falta de policiamento, ferrugem nos equipamentos, degradação de outros por intempéries climáticas, etc. Os DSC's sobre estas ideias são demonstrados:

IC – O bairro Meia Praia não sofreu evolução com o PLC

DSC: Meia Praia ficou a mesma coisa, com ou sem obra. A cidade continua a mesma coisa, porque nem Plano Diretor a gente não tem ainda. Para a população em geral ela teve sua diferença, mas para a cidade não mudou nada. Um parque promoveria uma convivência melhor.

IC – Falta manutenção dos equipamentos, policiamento e iluminação

DSC: Hoje falta manutenção, pois não adianta construir um local, e não manter, conservar. O calçadão está se tornando perigoso, com buracos, ferros nos corrimões. Precisa mais policiamento também, a noite mesmo não dá para caminhar, é perigoso, falta iluminação adequada. A iluminação é muito precária no calçadão. O calçadão tem trechos seguros, mas outros não.

Reconhece-se, por meio da interpretação do discurso coletivo, que o conhecimento é socialmente moldado pela percepção, possuindo não apenas uma dimensão temporal/histórica, mas também espacial/territorial. Em um mesmo contexto econômico e sociocultural, o conhecimento pode diferenciar-se ou tornar-se semelhante, segundo os grupos sociais e, suas experiências (FORAY, 2000; ALBAGLI; MACIEL, 2003 citado por ALBAGLI; MACIEL, 2004).

A **quinta questão** buscou conhecer dos moradores se eles consideram a orla marítima sustentável, sob as perspectivas econômica, social e ambiental.

Sob a perspectiva social, o primeiro discurso trouxe novamente a socialização das pessoas por meio do espaço construído, satisfazendo visitantes, pedestres, ciclistas, idosos etc. Além disso, possibilitou a acessibilidade e a inclusão de pessoas com mobilidade reduzida e portadores de necessidades especiais. Segundo o gestor público municipal, o acesso aos portadores de necessidades especiais atende às regulamentações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), permitindo que todas as pessoas, indiferentemente de dificuldade de locomoção, possam aproveitar o melhor do Parque Calçadão. As rampas aos cadeirantes foram implantadas nas 19 ruas transversais, dando acesso

ao calçadão. Ao longo dos 1.500 metros do parque, ainda existem 6 rampas especiais que dão entrada especial à faixa de areia, oportunizando a inclusão social a todas as pessoas que desfrutam do PLC, como pode ser visualizado na Figura 49:

Figura 49 – Acessibilidade no *Parque Linear Calçadão*.



Fonte: Prefeitura Municipal de Itapema - Revista Parque Calçadão, [2011?].

Com relação ao setor econômico, os entrevistados mencionaram avanços para o comércio e para a construção civil, que direta ou indiretamente se beneficiaram com a construção do PLC, interferindo positivamente na economia do município. Já, com relação à perspectiva ambiental, perceberam que a preservação ambiental integra a edificação do PLC, citando as suas observações. As guaritas para os salva-vidas e os chuveiros públicos foram construídos com tijolos reciclados. Os postos salva-vidas ainda são providos de placas de captação de energia solar, responsáveis pelo abastecimento elétrico sem poluir o meio ambiente. A inovação também foi tecnológica. Os bancos foram feitos com garrafas pet e fibras de coco, As madeiras utilizadas na construção dos *decks* e também das lixeiras são provenientes de reflorestamento, autoclavadas, justificando ser esta uma preocupação com a sustentabilidade. Os DSC's acerca destes depoimentos são ilustrados a seguir:

IC – Sim, socialmente, o PLC promoveu um espaço para convivência

DSC: *O aspecto social trouxe um espaço para o pedestre, para o ciclista, muitos trabalhadores usam para se locomover, do trabalho até em casa.*

Estão implantando aos poucos recreação, principalmente no verão, educação física, ginástica bem democrático, inclusive para pessoas com deficiência física. A questão social, para o pessoal que vai usufruir do calçadão, eu acho que é dos pontos que melhorou, pois promove a convivência de pessoas. Eu vejo mais os turistas no verão circulando e aproveitando daquele espaço. Há famílias sempre reunidas.

IC – No aspecto econômico melhorou especialmente o comércio e a construção civil

DSC: *No econômico é, é... é um toma lá da cá.... Tudo que dá certo na orla traz retorno para os restaurantes, para os hotéis, para o município afinal. A questão econômica do calçadão acho positiva, para os comerciantes que estão ali na orla, e sob o ponto de vista turístico o calçadão atrai. Foi destacado e está sendo valorizado, do ponto de vista econômico e financeiro para a cidade. Na construção civil também tece avanços.*

IC – Sim, especialmente pela escolha dos materiais utilizados

DSC: *Ah, com certeza. A preocupação em fazer o projeto do parque calçadão é uma preocupação com a orla, com a sustentabilidade. Primeiro porque todo o material empregado foi praticamente todo material reciclado, os bancos são de garrafa pet e fibra de coco, os postos de salva vidas, a própria madeira de reflorestamento utilizada. Ele ordenou a ocupação da Urbi (da cidade, das construções). Até os prédios foram mais valorizados, houve um padrão. Sob o ponto de vista turístico, criou uma pequena muralha da china. Acho que Itapema ganhou muito e não foi pouco.*

Observa-se que a maioria dos moradores reconhece que o PLC propiciou de alguma forma, uma gestão sustentável para a orla, o que pode ser confirmado pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001) ao ensinar que o desenvolvimento do turismo sustentável vai ao encontro das necessidades dos turistas e dos destinos turísticos. Ele deve ser pensando levando em consideração que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas, e ao mesmo tempo, protegidos os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os demais sistemas adjacentes.

Por outro lado, um pequeno grupo de moradores alegou que não existe uma gestão sustentável da orla e que este conceito é muito amplo para ser atrelado somente à construção do PLC. Neste discurso coletivo,

ressaltou-se a ausência de áreas verdes que pudessem se transformar em parques, núcleos urbanos sem qualquer infraestrutura e planejamento, e a construção desenfreada no bairro Meia Praia. Ademais, alegam que não houve socialização, uma vez que a praia é pública e de uso comum do povo e assim deve continuar. No aspecto da sustentabilidade ambiental, declaram que houve e continuam existindo impactos ambientais sérios, como a poluição dos rios pelo escoamento de esgoto doméstico. Como visto, o conhecimento é imprevisível, pois as pessoas se posicionam segundo sua visão de mundo e compreensão dos fenômenos. Este DSC é ilustrado a seguir:

IC – Não há sustentabilidade com a construção do PLC

DSC: *Não acho que só o calçado seja suficiente. Não estão dando importância a núcleos dentro da cidade que poderiam facilitar e dar mais conforto ambiental. Todos os terrenos estão sendo ocupados para construção. Não estão se pensando em áreas de lazer e parques. Ainda não, falta muito. Estamos muito primários, falta planejamento. A cidade não tem infraestrutura eficiente, um teatro, uma boa biblioteca, ate mesmo os colégios, se comparados com outros Estados. Socialização eu discordo, porque a praia é pública, é uso comum e sempre vai continuar. Impacto ambiental positivo não houve, houve o contrário, pois toda a obra foi construída sobre área de marinha. A supressão de esgotos na praia continuou, e isso polui a areia e o mar. A macrodrenagem não resolveu o problema de enchentes. Em relação à preservação não vi um impacto significativo. Há ruas sem saídas, poderíamos ter outras opções de tráfego. Eu penso que na orla em si há muito mais o que ser feito, em relação aos banheiros, em relação ao desenvolvimento sustentável.*

A **sexta questão** buscou reconhecer dos moradores como eles avaliam os efeitos do processo de ocupação da orla do bairro Meia Praia, segundo as variáveis: **a) degradação do ambiente natural; b) ocupação desordenada e falta de infraestrutura; c) descaracterização de comunidades tradicionais e d) verticalização dos imóveis e ausência do sol na praia.**

A primeira ideia central referiu-se a *degradação ambiental*, onde os entrevistados declararam não perceber este efeito na orla, muito pelo contrário, eles acrescentam que houve recuperação da vegetação com a construção do PLC. Acerca da *ocupação desordenada*, os moradores apreenderam que, após a implementação do projeto, não houve mais ocupação desordenada, devido à fiscalização ostensiva e a obrigatoriedade

dos condomínios em manter a linha de costa, além da exigência de padronização dos quiosques na praia. Em relação à *descaracterização de comunidades tradicionais* presentes na orla, todos relataram que ocorreu e que, este é um aspecto natural devido ao desenvolvimento dos municípios litorâneos, também corroborado pelos visitantes e representantes das ONGs. Ao discursarem sobre este assunto, percebeu-se certa angústia dos moradores ao observarem que o bairro Meia Praia não apresenta uma identidade cultural, mas percebeu-se também uma compreensão por parte deles, ao aferir que esta descaracterização faz parte do processo de evolução cidadina. No entanto, eles acrescem que houve uma massificação decorrente do mercado imobiliário e da sua especulação, contribuindo pela perda da identidade cultural e conseqüentemente a perda de conhecimentos tácitos relevantes para a sustentabilidade sociocultural. No entendimento deste grupo, a influência do PLC neste aspecto é tida como negativo. É interessante contrastar estas informações com a visão de Beni (2001, p. 87) sobre a contribuição da cultura para um destino turístico, que vem a confirmar a percepção dos entrevistados. Para o autor, “o turismo representa um tipo de ação pessoal que enriquece os conhecimentos, uma reação contra a cultura massificada e uma oportunidade para atingir um meio verbal de comunicação entre turistas e residentes”. Logo, presume-se ser esta uma perda irreversível para o desenvolvimento sustentável local. Por outro lado, 2 dos entrevistados explicaram que não houve a perda da cultural local pelos pescadores, pois sendo o trabalho profissional deles, não há como se perder. Os quatro DSC’s são ilustrados a seguir:

IC – Não houve degradação ambiental

DSC: *Não houve degradação ambiental. Muitas árvores se perderam, mas muitas foram replantadas. A degradação, isso começou há muito tempo atrás, há mais ou menos 15 anos. Eles souberam trabalhar, e preservar os principais pontos. Acho que não houve redução de recursos explorável, muito pelo contrário. Não houve impacto, só melhorou. Eu acredito que o ambiente procura ser mais preservado possível.*

IC – Não percebemos mais ocupação desordenada com o PLC

DSC: *A ocupação desordenada e falta de estrutura a gente quase não viu mais depois desse projeto. A construção irregular a gente não viu mais como quiosques na praia.*

IC – A descaracterização de comunidades tradicionais ocorreu

DSC: *A descaracterização de comunidades tradicionais infelizmente ocorreu em Meia Praia. Percebemos que muitos pescadores foram quase que “obrigados” a vender seus casebres, suas casas para dar lugar aos edifícios, tiveram retorno financeiro. O que resta ainda está no Canto da Praia. Meia Praia é um mosaico de etnias, pouquíssimas pessoas são nativas daqui. Há 30 anos, 40 anos os pescadores tinham livre acesso a praia e hoje o calçadão bloqueia um pouco. Itapema sofre muito com a falta da cultura local... sofremos influência das pessoas que vem de fora, estrangeiros... é um processo de miscigenação. Meia Praia especificamente prejudica um pouquinho a cultura local, pois não foi previsto nisso. O próprio mercado imobiliário é culpado da descaracterização da praia, no sentido da exploração comercial. Já descaracterizou, nós não temos caracterização cultural. Pensam-se só nos dias de hoje, mas esquecem de que as próximas gerações vão sofrer. Aí que tá o lado negativo do turismo, do desenvolvimento, a massificação. Houve uma massificação, acabou com a identidade cultural, e as pessoas não souberam cuidar disso. O próprio progresso vai empurrando as pessoas para o lado. O próprio crescimento é um rolo compressor, vai esmagando a cultura, vai ficando uma cultura de prédios, de droga, de consumo. Acho que o pescador não tem condições de sobreviver. Falta resgatar essa cultura da cidade, o passado, o pouco que ainda deve existir aqui. Não vemos mais pescadores aqui. Eu acho que toda cidade tem sua história, e isso deve ser preservado. Eu acho esse ponto negativo. Realmente a tendência é um esquecimento. Nessa parte a influencia do calçadão é negativa.*

IC – Não houve descaracterização das comunidades tradicionais

DSC: *Eu não vejo que tenha afetado em nada as comunidades tradicionais. A cultura da pesca hoje se move através do dinheiro. A pesca da tainha, a gente observa a tradição, vê o cardume, ajuda a retirar, isso não vai se perder, pois é uma forma de ganhar o pão e é claro, fora da temporada.*

Em relação ao sombreamento na praia devido às *construções verticais*, 10 dos entrevistados demonstraram insatisfação e evidenciaram a ocorrência, ressaltando que as diretrizes elencadas no Plano Diretor da cidade não estão sendo cumpridas e já desatualizadas. É firme a conduta deles ao enfatizar a ganância das construtoras ao construir edifícios cada vez mais altos, pressupondo apenas o retorno financeiro. E, novamente, surgiu no discurso, o apelo quanto à ausência de manutenção do PLC, que segundo eles, está provocando sérios problemas de insegurança aos

frequentadores, favorecendo o encontro de jovens drogados e andarilhos. Os discursos sínteses e as ideias centrais são apresentados a seguir:

IC – A verticalização dos imóveis a beira mar limita a exposição do sol

DSC: *Com o crescimento das construções e o aumento do gabarito das alturas, nós temos problemas já de sombreamento. Antes não era muito alto, eram na base de 5, 6 pavimentos, mas agora são 10 e até 12, ou até mais, e isso não é bom. Certa hora da tarde o sol já não se faz mais presente, e isso afeta a utilização das praias pelos turistas e pelos moradores. Sempre foi limitado a sete pavimentos na orla, e alguém chegou e disse que estava liberado, acho errado porque a praia perde o sol. Se não houver um bom Plano Diretor, é lógico que isso pode acabar acontecendo. Futuramente terá que realizar um engordamento da praia e que é prejudicial para a fauna e para a flora. Não adianta falar que é o preço do progresso, aí é o preço da ganância.*

IC – Não há manutenção do PLC, e muitos problemas emergem

DSC: *Eu vejo abandono sim, capim junto à restinga, não há manutenção da prefeitura. A restinga alta está servindo de banheiro para os andarilhos, além de servir de ponto de encontro de jovens drogados. Falta policiamento, no verão ainda tem, mas no inverno há furto às pessoas, aos estabelecimentos localizados à beira do calçadão. Falta também padronização das barracas na praia, muitas são totalmente sem estrutura e que não pagam alvarás.*

Por fim, a **última questão** buscou conhecer quais ações ou projetos os moradores sugeriam ao gestor público municipal, a fim de que Itapema se tornasse uma cidade mais sustentável.

A primeira ideia, novamente corroborada pelos visitantes e representantes das ONGs, elegeu a infraestrutura básica como o fator mais problemático e mais importante, com principal agravo ao saneamento básico, melhorias no sistema viário, abastecimento de água e a segurança pública. Foi proposto também maior capacitação às pessoas que trabalham diretamente com o público, pois eles observaram que os estabelecimentos comerciais estão despreparados para trabalhar com o turismo. Espaços de lazer e atividades culturais foram citados como um atrativo a ser pensado para os moradores e, principalmente para o turista que visita o município. Os três DSC são:

IC – A infraestrutura básica, como saneamento, segurança e mobilidade urbana

DSC: *Priorizar a infraestrutura, o saneamento básico em primeiro lugar. Tratamento de esgoto. A cidade cresceu demais e temos problemas sérios de trânsito, de saneamento, abastecimento de água. A infraestrutura... o comércio, o saneamento pode melhorar cada dia mais, o trânsito também, deve ser feito uma revisão. Em primeiro lugar, a própria infraestrutura de saneamento básico. Para os turistas, eu acredito que investir mais em segurança. Uma segurança maciça seria o mais importante no momento. Resolver o sistema viário da cidade, ordenamento de ruas coletoras, ruas comerciais. Tem que ter uma espinha dorsal, ligar a cidade no todo, inclusive para promover um consumo sustentável. Você tem que ter qualidade no trânsito. Em relação à segurança, vejo como um ponto negativo.*

IC – Qualificação para as pessoas para o atendimento aos visitantes

DSC: *Deveria ter um preparo maior de pessoas no ramo, para atendimento aos visitantes, desde o comércio até restaurantes. A gente percebe que ainda existem pessoas despreparadas para atender os turistas.*

IC – Áreas de lazer e atividades culturais

DSC: *Áreas de lazer, por exemplo, cinema, teatro, cultura trazer mais coisas culturais para o município. Áreas de lazer para as crianças. A prefeitura tinha que promover eventos, de esportes para atrair mais pessoas. Faz parte do acolhimento do turista, oferecer esse tipo de coisa, atividades culturais.*

Políticas públicas de contenção de espaço urbano e preservação de áreas naturais para implantação de parques ecológicos e praças, foram citadas como uma forma de minimizar os impactos ambientais já ocorridos, sobretudo nos bairros periféricos, que absorvem o crescimento da área central e mais urbanizada do município. Foi citada também a adoção de campanhas de conscientização para o trânsito consciente e para o lixo, uma vez que se percebe a ineficiência da mobilidade urbana e a falta de educação das pessoas no trânsito e com relação ao seu lixo. E, não menos importante, adotar manutenção preventiva e corretiva para os equipamentos do PLC, além de redefinir o espaço de uso dos quiosques, que por ora

encontram-se irregulares e sem um espaço adequado. Os DSC's são apresentados a seguir:

IC – Investir nos bairros periféricos

DSC: *Deveríamos focar, não só na Meia Praia, mas nos bairros, onde o crescimento ainda está em processo de evolução. Os bairros estão absorvendo esse crescimento e deveriam existir políticas de preservação e contenção do espaço.*

IC – Parques ambientais e praças arborizadas

DSC: *Implantar parques, ou pelo menos, áreas para futuros parques, visando um conforto ambiental melhor. O turismo ecológico está sendo deixado de lado, por isso precisamos ter acesso melhores e fomentar mais o turismo, mostrar as belezas naturais. Os parques, Itapema é uma cidade de atração turística e isso deve ser alavancado, aproveitar o potencial turístico. Deveriam fazer um parque maravilhoso, uma praça maravilhosa, bem arborizado com pistas de cooper, pista de caminhada. A população precisa de áreas verdes. Uma boa praça, com arborização, com pássaros, bem cuidada, no centro do bairro. Fazer um trabalho mais específico sobre a preservação do meio ambiente, penso que tem que ter uma área arborizada, uma praça.*

IC – Campanhas de conscientização, para o lixo e para o trânsito

DSC: *Para os turistas, junto ao departamento de trânsito, fazer uma campanha “deixe seu carro em casa e ande a pé”. Campanha de conscientização de lixo.*

IC – Manutenção emergencial para o PLC

DSC: *Com relação ao calçadão, precisam redefinir a questão dos quiosques, a manutenção dos equipamentos, estão degradando com o tempo, não existe manutenção preventiva. Montam uma estrutura turística e não mantêm, não garantem a segurança. Eu acho que a manutenção é imprescindível.*

Compreende-se que os conhecimentos identificados neste estudo, comprovadamente são resultados não somente da percepção, mas sim da conjunção do conhecimento empírico e tácito de uma coletividade. Este

constitui um arsenal valioso como insumo para a gestão do conhecimento da sustentabilidade, que envolve uma magnitude multidisciplinar de segmentos e áreas do conhecimento, tal como explicitado pelos atores sociais em seus discursos. Assim, o estudo caracteriza-se como fundamental para apoiar decisões na gestão de destinos costeiros, supondo possibilidades de generalizações ou, aferir determinado grau de confiabilidade, num conhecimento que possa ser aplicável a todo município costeiro, com características semelhantes à Itapema.

8.6 Análise do conhecimento gerado junto aos atores sociais

Os resultados da pesquisa mostraram, de forma evidente, os impactos provocados pela implantação do *Parque Linear Calçada* no bairro Meia Praia, do município de Itapema, como parte do processo do Projeto Orla. Este projeto, que visa disciplinar o uso e ocupação do espaço costeiro de forma inovadora, demonstrou sua influência em vários espaços do território analisado, assim como nos vários segmentos econômicos, socioculturais, ambientais e institucionais, com uma visão holística, capaz de gerar novos conhecimentos e variadas nuances, se assim aplicados com o foco na gestão do conhecimento.

As avaliações de impacto, segundo Cooper et al. (2007) devem ser abrangentes, na expectativa de vislumbrar os efeitos que o desenvolvimento terá sobre a comunidade local e o meio ambiente, as implicações econômicas e as prováveis taxas de retorno. Ainda, na visão de Cooper et al. (2007), é fundamental integrar as avaliações de impactos econômicos, ambiental e sociocultural quando se prevê um planejamento eficaz, não somente para um espaço turístico, mas para qualquer espaço social que possa sofrer as consequências de uma intervenção.

Nesta perspectiva, apoiando-se nos paradigmas de Sachs (2008) e de Seiffert (2011), sobre as dimensões da sustentabilidade, e na tentativa de sintetizar os principais resultados da pesquisa de forma estrutural, são apresentados no Quadro 19, os impactos econômicos, socioculturais, ambientais e políticos institucionais sobre a implantação do PLC, tanto positivos quanto negativos, os quais foram percebidos pelos atores sociais.

Quadro 19 – Impactos percebidos pelos atores sociais pela implantação do *Parque Linear Calçadão*.

Implementação do Projeto Orla e Implantação do Parque Linear Calçadão Itapema, Santa Catarina, Brasil.	
Aspectos positivos	Aspectos negativos
Dimensão sociocultural	
<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da autoestima de moradores e visitantes. • Favorecimento da mobilidade urbana para pedestres e ciclistas com via própria para locomoção. • Socialização das pessoas por ter um lugar para passear ao ar livre com segurança. • Incentivo à prática de esportes, como caminhada e bicicleta. 	<ul style="list-style-type: none"> • Intensa descaracterização das comunidades tradicionais no bairro, como pescadores e artesãos. • Perda de uma identidade cultural devido ao processo de desenvolvimento e evolução cidadinas. • Ponto de encontro de jovens drogados e andarilhos devido à ausência de policiamento no PLC.
Dimensão econômica	
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização econômica do município, com o incremento do mercado imobiliário e, o comércio de bens e serviços. • Acréscimo de visitantes e residentes no município, com geração de renda e aumento de impostos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificação da especulação imobiliária.
Dimensão ambiental	
<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação da fauna e da flora. 	<ul style="list-style-type: none"> • Banheiros químicos (poluição visual e do ar).

<ul style="list-style-type: none"> • Conforto ambiental para o pedestre e moradores do local. • Conscientização dos frequentadores sobre a sustentabilidade, com o uso de materiais recicláveis na construção de equipamentos instalados no calçadão. • Melhoria da qualidade ambiental (ar, balneabilidade do mar e segurança de banhistas). • Recuperação da vegetação de restinga. • Recuperação da beleza cênica a paisagística. • Evolução urbanística e ordenamento da orla. • Educação ambiental por meio de placas informativas. • Escolha de materiais reciclados e madeiras de reflorestamento para a construção e equipamentos do PLC. 	<ul style="list-style-type: none"> • Saneamento básico ineficiente e poluição nos cursos d'água.
Dimensão político institucional	
<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativa do poder executivo local em revitalizar a orla marítima do bairro Meia Praia, Itapema. • Uniformidade e linearidade das edificações verticais presentes na orla, devido à fiscalização ostensiva em manter a linha de costa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ineficiência da gestão pública em relação à manutenção dos equipamentos instalados e construções executadas na orla, devido a sua degradação e depredação. • Ausência de mais espaços públicos (parques ecológicos) para atendimento à população local, visando melhorar a qualidade ambiental

<ul style="list-style-type: none"> • Padronização de quiosques na orla. • Melhoria da estrutura da cidade para o turismo. 	<p>do município.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crescimento desordenado no município que não acompanhou o progresso. • Insegurança para os frequentadores do PLC, pois não há policiamento.
Sugestões de projetos e estruturas para a orla e para o município	
<ul style="list-style-type: none"> • Tratar os cursos d'água. • Atualizar o Plano Diretor, com maiores restrições para a construção civil. • Implantar quiosques com banheiros para os frequentadores do PLC. • Melhorar o saneamento básico. • Melhorar a estrutura viária do bairro Meia Praia. • Promover atividades culturais e implantar áreas de lazer. • Criar parques ecológicos. • Capacitar as pessoas que trabalham no comércio, especialmente aquelas ligadas à atividade turística. • Melhorar a segurança pública, com guarda municipal. • Adotar campanhas de conscientização para o lixo e para o trânsito. • Adotar manutenção preventiva para os equipamentos instalados no PLC. • Utilizar os recursos provenientes do IPTU para a manutenção do PLC. • Inserir o Projeto Orla no Plano Diretor Municipal, visando o ordenamento dos terrenos dominicais e alodiais. • Formar e contratar monitores para circular no PLC visando à conscientização ambiental. 	

Fonte: Autora, 2013.

Ao analisar este quadro, observa-se um equilíbrio com relação à percepção dos impactos positivos e negativos na dimensão sociocultural, porém, torna-se imensurável, sob o ponto de vista de sua relevância para a comunidade local, elencar uma classificação de valor quanto ao grau de importância. É possível perceber que, assim como houve melhorias na questão social, houve também problemas causados pela falta de controle e gestão, como por exemplo, a perda de identidade cultural e uso de drogas no PLC. Neste aspecto, é possível adotar instrumentos de mitigação dos impactos negativos, como melhorar a segurança pública de forma ostensiva e criar roteiros, espaços e oficinas culturais como meio de manter a memória da cultura açoriana no município.

Na dimensão econômica, verifica-se que os ganhos superaram os entraves. A especulação imobiliária é uma consequência do capitalismo e do aumento de poder de consumo da sociedade, onde as formas de controle sobre ela são, por vezes, impraticáveis. Afinal, a lei da oferta e da demanda é soberana aos anseios da comunidade local. Porém, instrumentos como o Plano Diretor podem intervir na contenção de espaços públicos e restringir decisões de gestores da construção civil, como por exemplo, o gabarito dos edifícios multifamiliares. Neste caso, fica claro que o impacto econômico negativo é indireto, mas com consequências importantes na economia do município e em outras esferas como a ambiental.

Com relação à dimensão ambiental, os pontos positivos foram muito maiores do que os negativos. Um problema evidenciado e de fácil solução foram os banheiros químicos. É evidente que este equipamento não contempla todos os princípios da sustentabilidade ambiental, por ser antiestéticos e apresentarem odor e, por isso, foi percebido pelos atores sociais. Já, o saneamento básico constitui um problema de infraestrutura básica que precisa ser resolvido imediatamente pela gestão pública, e não há mais justificativa plausível sobre a ineficiência deste sistema.

A dimensão político institucional trouxe à tona problemas de ordem estrutural e de gestão, mas também com possibilidades de solução a curto e médio prazos. Os aspectos positivos citados foram relevantes, pois reconheceu a iniciativa da gestão pública em revitalizar a orla municipal, que por si só alavancou o turismo, gerou renda e investimentos privados, além de promover o município como destino turístico. Os pontos negativos merecem atenção especial, como a segurança pública e a manutenção do PLC, pois, muito embora possa ser um problema passível de solução, se não for resolvido poderá acarretar em danos bem mais sérios e colocar em risco a imagem conquistada.

Abaglia e Maciel (2004) explicam que cada local ou região dispõe de diferentes combinações de características e bens coletivos – físicos, sociais, econômicos, culturais, políticos, institucionais – que influenciam sua capacidade de produzir conhecimento, de aprender e de inovar. E, no sistema de relações que configuram o ambiente local, a dimensão cognitiva dos atores – expressa em sua capacidade de tomar decisões estratégicas e em seu potencial de aprendizado e inovação – é determinante para alavancar os processos de crescimento e mudança, ou seja, de desenvolvimento sustentável (BARQUERO, 1999, citado por ABGLIA, MACIEL, 2004). Logo, o capital intelectual do ambiente, da cidade, do território são os atores sociais com suas diversas interações.

Por fim, como forma estratégica de consolidar a gestão do conhecimento no destino, foi solicitado aos atores sociais que apontassem sugestões de planos, projetos e ações visando solucionar os problemas ocorrentes com o PLC no município, além de medidas que pudessem contribuir para a cidade tornar-se um modelo de sustentabilidade. Estes são também apresentados no Quadro 19. Cabe destacar a visão holística dos atores sociais, pois muitas das soluções apontadas são criativas e prezam pela sustentabilidade, como por exemplo, a criação de parques ecológicos, a adoção de campanhas de conscientização, o repasse de parte dos valores arrecadas pelo Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) para a manutenção do espaço e dos equipamentos instalados no PLC e a inserção do Projeto Orla no Plano Diretor, como meio de formalizar este projeto na política de regulação urbana municipal.

Contudo, para que este resultado tenha valor, deve-se disseminar e compartilhar as informações e conhecimentos gerados, por meio de canais ou mecanismos de comunicação que propiciem chegar ao conhecimento de outros destinos turísticos, num processo de *benchmarking*.

8.7 Compartilhamento do conhecimento por meio do *benchmarking*

Os conhecimentos gerados pelo instrumental da percepção e da observação indicam que o destino turístico Itapema apresenta características significativas à gestão da sustentabilidade, se comparado a outros destinos de sol e praia; com destaque ao projeto que deu origem ao ***Parque Linear Calçadão***. Mesmo assim, alguns apontamentos validam problemas de ordem estrutural que desvalorizam o modelo de sustentabilidade almejado para um município costeiro que tem a orla como seu maior patrimônio.

Tendo em vista estes princípios, reconhece-se que o processo de criação e compartilhamento dos conhecimentos se aplicam a este estudo como um instrumento de gestão, somente possível por meio do

envolvimento dos atores sociais e sua “consciência discursiva” pelo processo de externalização, onde o conhecimento tácito é articulado em conhecimento explícito. Contudo, faz-se necessário identificar o meio mais adequado para disseminar o conhecimento e, torná-lo útil para as organizações públicas que tenham interesse na prática adotada.

Assim, indica-se como sendo a ferramenta mais apropriada para a aplicação do conhecimento organizacional, o *benchmarking*. O conceito de *benchmarking* está fundamentado na palavra *benchmark*, que é definida como um “padrão de referência”, a partir do qual devem ser medidos outros parâmetros (CAMP, 1998). Logo, o conceito *benchmarking* representa um **processo de comparação**.

O *benchmarking* é uma técnica que possibilita que outros destinos de sol e praia, com vocações semelhantes tenham como referência o modelo de revitalização e urbanização da orla do município de Itapema. Recomenda-se que estes possam adaptá-los a sua cultura e as suas peculiaridades, com vistas a uma mudança que leve à gestão da sustentabilidade. Quando uma organização aprende com as “melhores práticas” – referência para processos de *benchmarking*, é possível minimizar tempo, recursos humanos, físicos e financeiros. É um direcionamento que visa minimizar esforço, e a identificar a relação de atividades mínimas a serem cumpridas para o sucesso do destino/projeto/empreendimento.

Um exemplo disso é o Programa *Benchmarking* em Turismo 2010, de iniciativa do Ministério do Turismo do Brasil, que identificou, observou, aprendeu, compartilhou e pôs em prática as ações dos 10 destinos turísticos visitados no Brasil e exterior, aprendendo as melhores práticas para potencializar o desenvolvimento dos empresários e das entidades representativas do *trade* turístico (BRASIL, 2010b).

Assim, a partir da experiência bem sucedida de implantação do **Parque Linear Calçadão** como resultado do Projeto Orla, os gestores de municípios costeiros que tem a intenção em revitalizar a orla municipal poderão se sentir estimulados. Para isso, terão acesso a dados, relatórios, registros, depoimentos e experiências por meio deste estudo de caso, além de visitas técnicas *in loco* e documentos organizacionais. Sugere-se ainda a aplicação deste estudo como referência ou modelo aos municípios da Região do Extremo Sul Catarinense que ainda não assinaram o documento de adesão ao Projeto Orla, tais como Passo de Torres, Balneário Gaiivota e Balneário Rincão. Estes apresentam uma situação semelhante ao destino estudado, onde o crescimento e a urbanização da cidade se deram em função da praia. Logo, o Projeto Orla seria uma alternativa de revitalização

da orla e melhoramento dos aspectos ambientais, sociais e econômicos do local.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa surgiu a partir da observação *in loco* das transformações socioespaciais pelas quais estava passando o município de Itapema, litoral norte do estado de Santa Catarina, nos anos de 2007 e 2008, especialmente o bairro mais urbanizado e desenvolvido do município – Meia Praia. Percebia-se uma angústia da comunidade local em mudar o cenário da orla local, pois esta se apresentava sombria, desordenada, abandonada, perigosa, tal como foi confirmado no presente estudo. Diante dos fatos, a gestão pública municipal (2006-2012) iniciou um processo de averiguação, buscando encontrar uma maneira de revitalizar e humanizar a orla, assim como outros pontos críticos do município, numa perspectiva de estruturar a cidade para melhor receber turistas e promover espaços sociais e de lazer à população local. Assim, deu-se início às tratativas para a implementação de um projeto federal que apresenta como um de seus objetivos, ordenar os terrenos dominicais já ocupados e os terrenos alodiais (públicos e privados), com vistas a desenvolver, de forma sustentável, o espaço da orla marítima, proporcionando acessibilidade urbana, participação popular, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável local e regional.

Neste panorama, o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla), conduzido pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, passou a ser discutido e implementado no município, segundo as diretrizes de sua Coordenação Nacional e Estadual (GERCO/SC). Durante o processo, houve por obrigatoriedade, a realização de audiências públicas a fim de legitimar a decisão da comunidade com a participação popular pela forma de intervenção a ser adotada naquele trecho da orla municipal. Nesta audiência pública, 96% dos participantes decidiram por uma orla que priorizasse o cidadão e a preservação do meio ambiente, ao invés de priorizar o trânsito de veículos, como em muitas cidades costeiras, concebendo a ideia de um parque linear.

Assim, a primeira etapa da construção do *Parque Linear Calçadão* (PLC) foi inaugurada em junho de 2008, numa extensão de aproximadamente 1 km da orla da Meia Praia. Este trecho já demonstrava resultados positivos e contentamento por parte da população e dos visitantes. Em maio do ano de 2009, o então PLC foi destaque nacional em Planejamento Urbanístico e Paisagístico pelo Instituto Ambiental Biosfera, com o apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Governo Federal. E, em fevereiro de 2011, a cidade foi eleita pelo Grupo RBS como a 2ª melhor infraestrutura turística entre as praias do estado de Santa

Catarina, e a melhor do litoral norte, perdendo apenas para Jurerê Internacional (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA, 2012).

A partir das evidências dos fatos apresentados, dos poucos estudos científicos relacionados ao Projeto Orla como instrumento de política pública para cidades costeiras, e, da transformação estrutural, urbanística e turística do município de Itapema nos anos subseqüentes, vislumbrou-se a oportunidade de investigar as expectativas, anseios, satisfações, necessidades e insatisfações de todos os grupos sociais que acompanharam este processo. Para obter o resultado esperado, o estudo baseou-se no instrumental da percepção ambiental que satisfaz a teoria sobre gestão do conhecimento, uma vez que os atores sociais envolvidos num sistema adquirem conhecimentos e percepções tão pessoais e específicos, que não podem ser facilmente identificados, sendo ainda a percepção uma pré-condição para a criação do conhecimento. Segundo Houghton e Sheenah (2000) a codificação e a coleta de informações no campo natural estão focalizadas no conhecimento tácito das pessoas, segundo o qual é inerente aos indivíduos. Diante desta afirmação, considerou-se o resultado da percepção ambiental um valioso conhecimento a ser utilizado para fins de planejamento, (re) planejamento e gestão da orla marítima.

Ainda, cabe ressaltar que a literatura científica confirma a importância da gestão da zona costeira nas cidades turísticas, e a contribuição da gestão do conhecimento nos processos decisórios deste sistema urbano (COSTA, 2011; SCHERER, 2013; MORAES, 2004; VASCONCELOS, CORIOLANO, 2008; LANZA, RANDAZZO, 2013; GIUMELLI, 2008; FRANCA, 2012; PYO, 2005). Estes estudos demonstram ainda os conflitos e uma diversidade de impactos (negativos e positivos) sobre o meio natural e as dimensões social, cultural e econômica que os cercam.

Com este propósito, a pesquisa foi realizada no município de Itapema, sendo o bairro Meia Praia a delimitação geográfica espacial, pois foi neste espaço que ocorreu a revitalização da orla e a construção do PLC. O objetivo da pesquisa, a partir dos pressupostos apresentados, foi o de analisar como a percepção ambiental influencia o conhecimento dos atores sociais para a tomada de decisão gerencial, com vistas à gestão sustentável da orla, a partir da implementação do “Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima” num município costeiro.

A escolha dos métodos de pesquisa que pudessem originar os conhecimentos almejados consistiu na revisão narrativa da literatura, tendo como finalidade conhecer o estado da arte sobre os temas de gestão do conhecimento no turismo e gestão da sustentabilidade aplicada em cidades costeiras, assim como todo o arcabouço teórico que fundamenta a gestão da

zona costeira brasileira. A partir desta análise, pode-se identificar que os conflitos e impactos sobre a zona costeira brasileira, proveniente das atividades antrópicas do turismo são semelhantes em outras cidades costeiras do país e do mundo, como em países da Europa e da América Central, implicando em futuras e novas discussões. O método adotado para a coleta de dados teve uma abordagem qualitativa, a partir da técnica de entrevista semiestruturada com atores sociais identificados ao longo da investigação, devidamente justificados como protagonistas do processo de implementação do Projeto Orla no município de Itapema. Cabe destacar que o grupo social requerido na pesquisa satisfaz as condições de: moradores da localidade e frequentadores do espaço praias; visitantes *habitués* do município de Itapema; representantes das organizações não-governamentais que apresentassem relação direta ou indireta com o processo e, os gestores públicos do poder executivo municipal, responsáveis pela intervenção da orla. Portanto, reconheceu-se que cada grupo supracitado trazia consigo experiências e conhecimentos fundamentais para a condução da pesquisa. Portanto, sem a participação de qualquer um dos atores sociais, o estudo não teria um resultado relevante e holístico.

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), técnica adotada para a análise dos dados qualitativos, fez emergir o conhecimento individual e ao mesmo tempo, somar-se ao conhecimento do grupo, refletindo em valiosos depoimentos coletivos, que marcam a essência do pensamento social (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2005). Esta técnica tem sido adotada com êxito nas pesquisas sociais, pois revela exatamente a percepção e impressões de uma coletividade, incorrendo em dados e informações que superam a fragmentação de métodos tradicionais como a análise de conteúdo e outros de abordagem quantitativa, assegurando a originalidade do conhecimento cognitivo. Percebeu-se também uma conexão positiva entre o método DSC e a gestão do conhecimento, justamente porque este método permite aflorar do indivíduo o conhecimento tácito, de uma forma natural e involuntária, conduzido pela entrevista, mediada pela linguagem e, sem a participação ativa do pesquisador. Portanto, ficou comprovada a perfeita adequação do método utilizado para com os objetivos traçados no estudo e, sobretudo, pela qualidade dos resultados obtidos.

Dentre as questões que incutiram a pesquisa, uma delas buscou conhecer a trajetória e o processo legal de implementação do Projeto Orla no município de Itapema. Ao comparar os depoimentos dos atores sociais com os manuais de orientação para a implementação do Projeto Orla nas cidades costeiras, verificou-se falhas de ordem técnica e gerencial por parte do executivo municipal de Itapema. Um exemplo refere-se à constituição

do Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI) que não foi efetivado e nem legitimado pela sociedade local. Este documento visa planejar as ações de intervenção na orla municipal, incluindo o cronograma das obras, a legislação incidente e as ações específicas para cada trecho. Ele está previsto como atribuição específica da Coordenação Municipal do Projeto Orla, sendo também obrigatório para a continuidade do processo (BRASIL, 2005). Contudo, além de não ter sido legitimado, o PGI não descreve detalhadamente as ações futuras para a orla municipal. Outra atribuição recomendada pela Coordenação Nacional e Estadual do Projeto Orla, e que também não se efetivou, é a constituição do Comitê Gestor da Orla. Segundo o MMA e SPU, este grupo deve supervisionar, de forma articulada, a implantação, monitoramento e avaliação do PGI. Em Itapema, o Comitê Gestor da Orla foi instituído no ano de 2007-2008, mas também não foi efetivado legalmente por ato normativo municipal. A Coordenação Nacional estabelece que, somente após a legitimação do PGI e formalização do Comitê Gestor da Orla, o município está apto a celebrar convênios, incluindo o de cooperação técnica com a SPU, por meio da GRPU, como parte dos procedimentos para a descentralização da orla (BRASIL, 2005). Por fim, mesmo com as exigências não cumpridas, o município celebrou o convênio e recebeu os recursos federais para a implantação do *Parque Linear Calçadão*.

Além destes fatos, algumas ações foram identificadas pelos entrevistados como pontos negativos e contrários à gestão da sustentabilidade, tal como o desflorestamento na faixa da orla municipal, considerada uma prática inadmissível em área de preservação permanente. A desatualização do Plano Diretor municipal foi destacada por aproximadamente 60% dos atores sociais, os quais reconhecem a crescente urbanização e desenvolvimento da cidade e suas deficiências estruturais, com ênfase para a necessidade de contenção de espaços públicos para circulação de ar e restrições mais específicas para a construção civil. Segundo o Estatuto da Cidade (Lei n.10.275/2001), os planos diretores municipais precisam se atualizar a cada dez anos, tendo em vista a dinâmica dos sistemas urbanos e as interfaces socioespaciais. O Plano Diretor de Itapema foi instituído pela lei complementar nº 7 de 06 de fevereiro de 2002, ou seja, está em vigência há mais de 10 anos, com um acréscimo populacional de aproximadamente 20.000 hab. neste período. Ainda, sobre este assunto, considerou-se a possibilidade de inserir o Projeto Orla no Plano Diretor Municipal, pois sendo um projeto que preza pelo ordenamento das áreas da União, inclusive a verticalização da orla, seria uma alternativa viável de mitigar os impactos incidentes sobre a orla marítima. Acerca deste assunto, cabe destacar que além dos planos

diretores, há os planos de gerenciamento costeiro previstos para a zona costeira, pois podem criar cenários para prever normas e diretrizes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, bem como limitações à utilização de imóveis.

Com relação aos conflitos e impactos gerados pela implantação do PLC no município, os quais foram identificados e analisados na pesquisa, pode-se considerar um equilíbrio entre as diversas percepções. Na dimensão sociocultural, ficou nítida a satisfação dos diversos atores sociais com a realização da obra de revitalização, com destaque para a elevação da autoestima e orgulho do morador local, e a promoção da mobilidade urbana para pedestres e ciclistas. Já os impactos negativos se destacam pela insegurança no PLC, uma vez que não há policiamento no ambiente. Na dimensão econômica, ficou claro o desenvolvimento econômico do município após a construção do PLC, incorrendo no incremento da construção civil de alto padrão e do comércio de bens e serviços, com o crescimento de visitantes. Já o ponto negativo relatado foi à intensa especulação imobiliária. Na dimensão ambiental, os pontos positivos se sobressaíram sobre os negativos, com destaque para a promoção da educação ambiental, recuperação da vegetação de restinga e conforto ambiental para a população. O ponto negativo mencionado por todos os atores sociais foi à ineficiência do saneamento básico com potencial poluição aos cursos d'água. E, na dimensão político-institucional, houve um equilíbrio dos pontos positivos e negativos e, ao mesmo tempo, observou-se um paradoxo entre eles. Um exemplo relatado foi à iniciativa do poder executivo em revitalizar a orla marítima com materiais sustentáveis e em acordo com a legislação, mas, em contrapartida, não foram previstas ações e orçamentos para a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e da obra num todo. Além do mais, ao refletir-se em gestão sustentável, é evidente a importância das obras de infraestrutura como saneamento básico e estrutura viária, o que, por sua vez, não há perspectivas concretas de melhorias no município.

Novamente verifica-se a importância da participação popular nas decisões gerenciais de uma cidade, pois um simples problema ao ser percebido por uma coletividade pode gerar soluções de fácil resolução e aplicabilidade. Dado esta afirmação, os atores sociais que participaram da pesquisa apresentaram diversas ideias de ações e projetos para o município de Itapema tornar-se uma cidade mais sustentável, demonstrando que o cidadão, fruto do sistema urbano, é pró-ativo frente ao processo de desenvolvimento. Porém, é preciso dar voz à sociedade e, conseqüentemente ao seu conhecimento.

Mesmo com alguns entraves de ordem estrutural e gerencial, o cenário apresentado mostrou-se como referência positiva para uma cidade costeira, que preza pelo bem estar dos seus residentes e visitantes e, exatamente por isso, a gestão do conhecimento mostra-se fundamental para apoiar a construção de bases locais para a sustentabilidade, bem como para identificar as melhores práticas na gestão de cidades costeiras sustentáveis, visando compartilhá-las com outros sistemas urbanos semelhantes. Verificou-se a necessidade e relevância em instituir instrumentos de avaliação e verificação das obras executadas pela gestão pública, sob a ótica dos municípios e sociedade civil organizada. Leite (2012) explica que as cidades desenvolvidas são as cidades sustentáveis, inclusive socialmente, mais verdes e mais incluídas, assim como corrobora Sachs (2008). Pode-se ainda afirmar que não existem cidades sustentáveis sem a diversidade socioterritorial e, exatamente por isso, deve-se ter múltiplos olhares sobre as cidades e suas populações (LEITE, 2012; CELECIA, 1994; SACHS, 2008; SANTOS, 1988).

Como já relatado, o estudo apresenta alguns apontamentos negativos originados pela obra de revitalização, como também de gestão. Ao mesmo tempo, torna-se relevante apresentá-los no intuito de minimizar esforço, recursos e energia, potencializar os impactos positivos e mitigar os negativos, a partir do discurso de uma coletividade que vive o dia a dia do ambiente, ou seja, que dispõe do conhecimento tácito. Para garantir a sustentação e a vitalidade das funções econômica, ecológica e sociocultural no espaço litorâneo, de forma simultânea, torna-se necessário que os municípios desenvolvam ações de planejamento e gestão para a integração das mesmas, de modo a reduzir conflitos e eliminar antagonismos, com base no conhecimento da população local.

Por fim, espera-se que o estudo não cesse nesta Dissertação, considerando-se o amálgama de elementos e a relevância do conhecimento aqui expostos. Deve-se compartilhar e aplicar o conhecimento gerado num processo de *benchmarking*, de modo que outras cidades costeiras com realidades semelhantes possam se espelhar nesta experiência, aproveitando os pontos positivos destacados e evitando os negativos já comprovados. Estudos desta natureza, com possibilidades latentes de aplicabilidade devem ser aproveitados na sua essência, na perspectiva de minimizar todo e qualquer esforço desnecessário. Diante do crescimento das populações nos centros urbanos, deve-se questionar como a gestão do conhecimento pode contribuir para a sustentabilidade das cidades costeiras, em todas as esferas físico-espaciais, visando acima de tudo, manter a qualidade de vida e dos recursos naturais para todas as gerações.

9.1 Limitações da pesquisa

A limitação encontrada para o desenvolvimento da pesquisa esteve relacionada à dificuldade de contato com o atual gestor público municipal. No planejamento da metodologia da pesquisa, julgou-se importante conhecer a expectativa da administração pública, na atual gestão (2013-2016), com relação ao ordenamento e revitalização da orla marítima do bairro Meia Praia após a implementação do Projeto Orla, assim como as futuras intervenções nos demais trechos da orla municipal. Entretanto, para este questionamento não houve resultado; pois, após cinco tentativas de contato com o atual administrador municipal, não houve retorno e nem justificativa para o não atendimento a pesquisadora.

A ausência deste depoimento dificultou ainda a obter uma visão da realidade atual do *Parque Linear Calçadão*, com relação à sua manutenção e dos equipamentos instalados; da retomada e formalização do Comitê Gestor da Orla municipal, da atualização e conclusão do Plano de Gestão Integrada da Orla e, da atualização do Plano Diretor municipal. Estes foram considerados aspectos falhos de todo o processo de implementação do Projeto Orla no município de Itapema.

9.2 Recomendações finais

Ao concluir a pesquisa, percebeu-se a importância e os benefícios da revitalização da orla marítima para as cidades costeiras, em todos os aspectos citados e analisados no trabalho. Ressalta-se ainda, no caso em estudo, a valorização e a humanização da cidade (residentes do local e seus visitantes), propiciadas pelo *Parque Linear Calçadão*. São aspectos que estimulam a autoestima e valorizam a qualidade de vida de uma população, conduzindo a uma série de benefícios sociais.

Por este motivo, recomenda-se a implementação do Projeto Orla em todos os municípios costeiros, com especial atenção aos municípios localizados na região do Extremo Sul Catarinense: Balneário Rincão, Balneário Gaivota e Passo de Torres, por terem a caracterização geográfica e geomorfológica distintas das cidades costeiras do Litoral Norte Catarinense. Além disso, esta região, quando comparada às demais do Estado, apresenta um histórico de subdesenvolvimento, inclusive no campo do turismo. Portanto, tendo em vista a experiência bem sucedida do Projeto Orla no município de Itapema, há perspectivas positivas de alavancar o desenvolvimento turístico sustentável, com seu efeito multiplicador, para a região supracitada, a partir de investimentos para as zonas costeiras locais,

partindo de projetos como o Projeto Orla e o modelo referencial do município de Itapema.

Mais uma vez, ficou comprovada a importância da percepção ambiental junto à gestão do conhecimento, ao codificar o conhecimento tácito em explícito, visando à verificação da realidade atual de uma sociedade e, a partir dela, subsidiar tomadas de decisão realistas. Além disso, a valorização da orla marítima remete à valorização do indivíduo como membro ativo de uma sociedade, de uma cidade, de um sistema, considerados estes, aspectos proeminentes como resultados do estudo, o qual admite confirmar a influência que a gestão sustentável desempenha sobre o conforto ambiental e a qualidade de vida de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 CATARINENSE. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Documento oficial**. Florianópolis [S.I.], 2004.

ÁGUAS DE ITAPEMA. **Rede coletora**. Disponível em: <<http://www.aguasdeitapema.com.br/novo/index.php/coleta-de-esgotos/rede-coletora>> Acesso em 17 mar. 2013.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.9-16, set./dez. 2004.

ALVARENGA NETO, Rivadávia Correia Dummond de. **Gestão do conhecimento em organizações**: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

AMAZONAS, Maurício de Carvalho. Análise econômico-ambiental no espaço da orla marítima. In: **Projeto Orla**: subsídios para um projeto de gestão. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União, Brasília, DF, Brasil, 2004. p. 87-103.

ANJOS, Francisco Antônio dos. **Processo de planejamento e gestão de territórios turísticos**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ANJOS, Francisco Antônio dos; ANJOS, Sara Joana Gadoti dos; RADOS, Gregório Jean Varvakis. Planejamento e gestão sustentável do turismo: contexto social, métodos e enfoques. *In*: PHILIPPI-Jr. Arlindo (Coord.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. São Paulo: Manole, 2010. cap. 8, p. 128-150. (Coleção Ambiental).

ARAYA UMAÑA, Sandra. Las representaciones sociales: ejes teóricos para su discusión. **Cuadernos de Ciencias Sociales**, San José, n. 127, out., 2002.

ARMED, Pervaiz K.; LIM, K.K.; LOCH, A.Y.E. **Learning through knowledge management**. Butterwoth Heinemann: Oxford, 2002.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e ciências sociais: trânsito e atravessamentos. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 739-766, set./dez. 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA FOZ DO RIO ITAJAÍ (AMFRI). **PIB Turístico da Costa Verde & Mar aponta a região com índice maior do que a média nacional**. Disponível em: <<http://www.amfri.org.br/conteudo/?item=456&fa=1&cd=50783>> Acesso em: 12 mar. 2013.

BACHELARD, Gaston. **Epistemologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BAGHERI, A.; HJORTH, P. Planning for sustainable development a paradigm shift toward process-based approach. **Sustainable Development**, vol. 15, 2007, p. 83-96.

BANKS, Marcus. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Trad. José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARBOSA, I. **A educação na perspectiva construtivista: reflexões de uma equipe interdisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BARROS, Maria Quadros. **Política habitacional em Niterói: avaliação das normas e ações públicas nos últimos 20 anos**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

BATISTA, Fábio F. **Proposta de modelo de gestão do conhecimento para administração pública**. Brasília: IPEA, 2012.

BEESELEY, Lisa. The management of emotion in collaborative tourism research settings. **Tourism Management**, n. 26, 2005, p. 261–275.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 6.ed. São Paulo: Senac, 2001.

BITENCOURT, Neres de Lourdes da Rosa; SORIANO-SIERRA, Eduardo Juan. Gestão ambiental integrada da orla marítima: estudo de caso, conflitos de uso do canal da Barra da Lagoa – Ilha de Santa Catarina, Brasil. **Revista de Estudos Ambientais**, v.10, n. 1, p. 65-73, jan./jun. 2008.

BIZ, Alexandre Augusto. **Avaliação dos portais turísticos governamentais quanto ao suporte à gestão do conhecimento**. Tese - (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BOGDAN, Robert C.; BIRTEEN, S. K. **Qualitative research for education: an introduction for to theory and methods**. Boston, Allyn and Bacon, 1982. 253, p. 27-30.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n.1, jan./jul., 2005, p. 68-80.

BRASIL, Ministério do Turismo; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICAS (FIPE). **Hábitos de consumo do Turismo do Brasileiro**. Brasília, 2007 e 2009. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/demanda_turistica/pesquisa_habitos/ Acesso em 04 maio 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001** - Regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3725.htm>. Acesso em 14 abr. 2013.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 7 dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5300.htm. Acesso em: 25 set. 2012.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946** - Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 6 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm>. Acesso em 13 abr. 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. 80 p.

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 de setembro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771impressao.htm> Acesso em 14 abr. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/pngc2.pdf> Acesso em: 30 abr. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Orla**: fundamentos para Gestão Integrada. Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União, Brasília, DF, Brasil, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Orla**: guia de implementação. Secretaria de Qualidade Ambiental; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União, Brasília, DF, Brasil, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Zona Costeira e Marinha**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/zona-costeira-e-marinha>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Prefeitura Municipal de Itapema. **Plano de gestão integrada da orla marítima do município de Itapema**. Itapema, SC, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de sol e praia: orientações básicas**. 2.ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010a. Coleção Manual de Segmentação (onze volumes).

BRASIL. Ministério do Turismo; SEBRAE; EMBRATUR. **Programa Benchmarking em Turismo 2010**. São Paulo: Ed. do autor, 2010b.

BUHALIS, Dimitrius. Marketing the competitive destination of the future. **Tourism Management**, v.21, n.1, p.97-116, 2000.

CAMP, Robert. **Benchmarking: o caminho da qualidade total**. 3.ed., São Paulo: Pioneira, 1998.

CAMPOS, Marcelo Tavares de Souza. **Utilização de técnicas com geoprocessamento na gestão pública municipal de Itapema (SC) identificando zonas especiais de interesse turístico**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2.ed. Petrópolis:Vozes, 2008.

CHOI, Hwansuk Chris; SIRAKAYA, Ercan. Sustainability indicators for managing community tourism. **Tourism Management**, New York, 2006, pp.1274-1289.

CLARK, John R. **Coastal zone management handbook**. CRC Press, Lewis Publishers, Boca Raton, USA, 1995, 694 p.

CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO, Danny Pimentel; AMÂNCIO, Robson. Entendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração**, v.43, n. 4, out./dez., 2008, p. 289-300.

CLAYTON, B. D.; BASS, S. **Estrategias de Desarrollo Sostenible**. Libro de consulta. Organización para La Cooperación y El Desarrollo Económico, Programa de Desarrollo de las Naciones Unidas. Nueva York, 2002.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA).

Resolução CONAMA nº 261, de 30 de junho de 1999. Determina os estágios sucessionais da vegetação de restinga no estado de Santa Catarina. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, nº 146, seção I, p. 29, 1999.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA).

Resolução CONAMA nº. 303, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Conselho Nacional de Meio Ambiente do Brasil (CONAMA), Diário Oficial da República Federativa do Brasil, de 13 de maio de 2002, Seção 1, página 68. Disponível em:<
<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res03/res34103.xml>>. Acesso em 25 abr. 2013.

COOPER, Chris et al. **Turismo: princípios e práticas.** Tradução de Alexandre Salvaterra. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

COOPER, Chris; HALL, Michel; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. (Coleção Eduardo Sanovicz de Turismo).

CORBIN, Alain. **Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORREIA, Ana Maria Ramalho; SARMENTO, Anabela. Knowledge Management: key competences and skills for innovation and competitiveness. In: Technology and Human Resource Management International Conference on the Dual Interaction between Technology and Human Resource, Ceram, 2003, Sophie Antipolis. **Proceedings...**Sophie Antipolis, 2003. p.18-23.

COSTA, Neumar Berguerand Ribeiro da. Impactos socioambientais do turismo em áreas litorâneas: um estudo de percepção ambiental nos balneários de Praia de Leste, Santa Teresinha e Ipanema – Paraná. **Revista Geografar**, v.6, n.2, dez., 2011, p.151-181.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, John W. **Research design**: qualitative and quantitative approaches. Thousand Oaks: Sage, 1994.

CUNHA, Guilherme Farias. (Coord.). **Diagnóstico socioambiental para criação de unidade de conservação em Itapema/SC**. Florianópolis: UFSC, 2010.

DA SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira. **É preciso estar atento**: a ética no pensamento expressivo dos líderes de bibliotecas comunitárias. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

DA SILVA, Antonio Wladimir Leopoldino. **Governança de indicadores de sustentabilidade em processos de avaliação ambiental estratégica, sob mediação da gestão do conhecimento**. Proposta de Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

DALKIR, Kimiz. **Knowledge management in theory and practice**. Boston: Elsevier, 2005.

DAVENPORT, Thomas H., **Ecologia da informação**: porque só a tecnologia da informação não basta para o sucesso da era da informação. São Paulo: Futura, 1998/2002.

DAVENPORT, Thomas H., PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DAVENPORT, Thomas H., PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. 10.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DAVIDSON, C.; VOSS, P. **Knowledge management**. Tandem, Auckland, 2002.

DE OLIVEIRA, Elizabeth Real; RODRIGUES, Paula. **Measuring Sustainability and Sustainable Knowledge Management: Presenting a Case**

for the Tourism Sector in Portugal. In: Proceedings of the 11th European Conference on Knowledge Management, 2010, Portugal. **Anais...Portugal**, Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão, 2010, p.805-813.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos: UFSCAR/Studio Nobel, 1996.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DIEDERICHSEN, Sereno DuPrey. **Percepção dos atores sociais e proposta de ações como subsídio à estratégia de Gestão Costeira Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Tavares, Ilha de Santa Catarina – SC**. Exame de Qualificação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

DO AMARAL PEREIRA, Raquel Maria Fontes; DE OLIVEIRA, Rachel Aparecida; WESTERLON, Daili. O turismo e a dinâmica sócio-espacial do município de Itapema. **Turismo Visão e Ação**, v. 4, n. 9, p. 61-74, 2002.

DOMARESKI, Thais Cristina. **A competitividade das destinações turísticas: o caso de Foz do Iguaçu (PR), Brasil**. Dissertação-(Mestrado em Turismo e Hotelaria), Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2011.

ESQUER-PERALTA, Javier; VELAZQUEZ, Luis; MUNGUÍA; Nora. Perceptions of core elements for sustainability management systems (SMS). **Management Decision**, v. 46, n. 7, 2008, p. 1027-1038.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil meridional: uma viagem no tempo**. Florianópolis: Ed. do autor, 1998.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Itapema: natureza, história, cultura**. Florianópolis, Ed. do autor, 1999.

FEEMA. **Vocabulário básico de meio ambiente**. Rio de Janeiro: FEEMA. 1990. 243p.

FERRARI, Célson. **Curso de planejamento municipal integrado: urbanismo**. São Paulo: Pioneira, 1979.

FERREIRA, Denize Demarche Minatti. **Gestão e uso da água na suinocultura**: um diagnóstico a partir da comparação de pegadas hídricas. Tese-(Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

FIALHO, Francisco et al. **Epistemologia, ciência e interdisciplinaridade**. Livro no prelo. 2012.

FRANCIA, José Alfonso Bãnos. Ocupación del território litoral en ciudades turísticas de México. **Bitacora**, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, p. 41-52, 2012.

FREIRE, Oneida Divina da Silva. (Coord.). **Projeto Orla**: subsídios para um projeto de gestão. In: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União, Brasília, DF, Brasil, 2004.

FREITAS, Edmundo Leal de. Alguns aspectos da linguagem científica. **Sitientibus**.Feira de Santana, n. 12, p. 101-112,1994.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GAPLAN – Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1989. 173p.

GARNER, Andy. ; KEOLEIAN, Gregory A. **Industrial Ecology**: An Introduction, National Pollution Prevention Center for Higher Education, University of Michigan, Ann Arbor, MI, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de caso**: fundamentação científica, subsídios para coleta e análise de dados, como redigir relatório. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIUMELLI, Olívia Duquia. **Análise da seleção de indicadores de turismo responsável com foco nos municípios litorâneos do estado de Santa Catarina, Brasil**. Dissertação-(Mestrado em Turismo e Hotelaria), Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2008.

GOODE, William J.; HATT, Paul. K. **Métodos em pesquisa social**. Trad. de Carolima M. Bori. 4.ed. São Paulo: E. Nacional, 1072. Título original da obra: *Methods in social researchs*.

GOOGLE MAPS. **Itapema**. Disponível em:
<https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&q=itapema&ie=UTF-8&ei=IERkUZLzF8XG0gHt7YDQBg&ved=0CAsQ_AUoAg> Acesso em 09 abr. 2013.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HALLIN, Carina Antonia; MARNBURG. Einar. Knowledge management in the hospitality industry: A review of empirical research. **Tourism Management**, v. 209, p. 366-381, 2008.

HARVEY, N.; CATON, B. **Coastal Management in Australia...**, Oxford University Press, Melbourne: Australia, 2003. 342 p.

HOUGHTON, John; SHEEHAN, Peter. **A primer on the knowledge management**. Centre for Strategic Economic Studies. Victoria University, Melbourne, 2000.

HUGHES, John. **A filosofia da pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Área territorial oficial**. Resolução da Presidência do IBGE de n° 5 (R.PR-5/02). Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm>. Acesso em: 25 fev. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@. Santa Catarina – Itapema**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 19 mar. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal.** Henrique Pimenta Veloso, Antonio Lourenço Rosa Rangel Filho, Jorge Carlos Alves Lima. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 123p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores sociais municipais:** uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=420830>> Acesso em 08 abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Metodologia das estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2012.** Disponível em: <

ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_Projecoes_Populacao/Estimativas_2012/metodologia_2012.pdf> Acesso em 08 abr.2013.

INSTITUTO SINERGIA DE EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO. **Costa Verde e Mar em números.** [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <http://www.amfri.org.br/arquivosdb/basico1/0.882915001360951030_costa_verde__mar_em_numeros__vol._1.pdf> Acesso em 15 mar. 2013.

ITAPEMA (MUNICÍPIO). **Lei Complementar consolidada de Itapema/SC, nº 11/2002 de 06 de fevereiro de 2002.** Dispõe sobre o zoneamento e uso do solo do município de Itapema, cria o Conselho Municipal de Planejamento Urbano e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/a/sc/i/itapema/lei-complementar/2002/1/11/lei-complementar-n-11-2002-dispoe-sobre-o-zoneamento-e-uso-do-solo-do-municipio-de-itapema-cria-o-conselho-municipal-de-planejamento-urbano-e-da-outras-providencias-2011-10-19.html>>. Acesso em 20 mar. 2013.

ITAPEMA (MUNICÍPIO). **Lei ordinária nº 20/1981 de 30 de setembro de 1981.** Estabelece a designação dos bairros municipais. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/a/sc/i/itapema/lei-ordinaria/1981/2/20/lei-ordinaria-n-20-1981-estabelece-a-designacao-dos-bairros-municipais-2004-12-21.html>. Acesso em 20 mar. 2013.

ITAPEMA (MUNICÍPIO). **Lei ordinária nº 2279/2004 de 21 de dezembro de 2004**. Estabelece a designação dos bairros municipais e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.leismunicipais.com.br/a/sc/i/itapema/lei-ordinaria/2004/227/2279/lei-ordinaria-n-2279-2004-altera-a-lei-n-201981-que-estabelece-a-designacao-dos-bairros-municipais-e-da-outras-providencias-2004-12-21.html>>. Acesso em 20 mar. 2013.

JACOBI, Pedro Roberto. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 137-154, jan./dez. 2003.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

JAPIASSU, Hilton. **Questões epistemológicas**. São Paulo: Imago, 1981.

JEFATURA DEL ESTADO/ESPANHA. **Ley 22/1988 de 28 de julho de 1988 de Costas**. Disponível em:
<http://mediterranea.org/cae/ley_de_costas.htm>. Acesso em: 30 abr.2013.

JUNQUEIRA, Luiz Daniel Muniz. **Lago Paranoá de Brasília, DF**: análise dos usos e ocupações do espaço da orla para o lazer. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2006.

KAY, Robert.; ALDER, Jackie. **Coastal Planning and Management**. London: Spon Press, 1999.

KIM, H.G., FILLIES, C., SMITH, B., WIKARSKI, D. Visualizing a dynamic knowledge map using semantic web technology. EDCIS 2002 **Lecture Note in Computer Science**. Berlin: Springer, 2002, p. 130-140.

KUHN, Lesley. Why utilize complexity principles in social inquiry? **World Futures**, n. 63, 2007, p.156-175.

LANZA, Stefania; RANDAZZO, Giovanni. Tourist-beach protection in north-eastern Sicily (Italy). **Journal of Coastal Conservation**, v.17, march, p. 49-57, 2013.

LASZLO, Chris. *The Sustainable Company: How to Create Lasting Value through Social and Environmental Performance*, **Island Press**, Washington, DC, 2003, p. 46.

LEFÈVRE, Fernando; LEVÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Depoimentos e discursos**: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Líber Livro, 2005.

LEFÈVRE, Fernando; LEVÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O Discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia científica**: métodos e técnicas de pesquisa. (monografias, dissertações, teses e livros. 2.ed. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2008.

LERIPIO, Alexandre de Ávila. **Gerenciamento de resíduos**. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/~lgqa/Coferecidos.html>>. Acesso em: 12 dez. 2004.

LERÍPIO, Alexandre de Ávila; CAMPOS, Lucila Maria de Souza; SELIG, Paulo Mauricio. O papel da percepção na educação e desempenho ambiental das organizações: uma discussão sobre o tema. **Contrapontos**, v.3, n. 1, p. 119-129, Itajaí, jan./abr. 2003.

LEWIS, Mariane W.; GRIMES, Andrew I. Metatriangulation: building theory from multiple paradigms. **Academy of Management Review**, v. 24, n. 4, 1999, p. 672-690.

LINCOLN, Yvonna. S.; GUBA, Egon G. Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Org.). **Handbook of qualitative research**. 2 nd. ed. London: Sages, 2000. p. 163-188.

LITORAL DE SANTA CATARINA.COM. **Mapa das praias de Itapema**. Disponível em: <http://www.litoraldesantacatarina.com/imagens/mapa_itp.jpg>. Acesso em 08 abr.2013.

MACÊDO, Ermínia Medeiros. **O turismo na praia de Barra Grande-PI: impactos e contribuições ao desenvolvimento local.** Dissertação-(Mestrado Profissional em Turismo)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MACEDO, Sílvio Soares. Paisagem, litoral e formas de urbanização. In: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União. **Projeto Orla: subsídios para um projeto de gestão**, Brasília, DF, Brasil, 2004. p. 45-64.

MACHIAVELLI, Adilson. **Terrenos de marinha e seus acrescidos:** dificuldades práticas e jurídicas. Monografia (Bacharelado em Direito), Universidade do Vale do Itajaí, Tijucas, 2008.

MAPA turístico de Itapema. **Mapa de Itapema.** Disponível em: <<http://www.litoraldesantacatarina.com/itapema/mapa-de-itapema.php>> .Acesso em: 26 ago. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTÍNEZ ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres:** conflitos e linguagem de valoração. São Paulo, Ed. Contexto, 2011.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. Revisitando o trabalho de referência: uma contribuição teórica para a abordagem interpretativa de pesquisa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, jan./jun. 2000, p. 99-115.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco J. **Autopoiesis and cognition:** the organization of the living. Boston: Reidel, 1980.

MEREGE, Rodrigo Cesar Cordova Bicudo (Coord.). **Levantamento socioeconômico com foco no saneamento do bairro Ilhota em Itapema, Santa Catarina.** Florianópolis, UFSC, 2011.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative research and case study applications in education.** San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MIGUEL, Godeardo Baquero. **Métodos de pesquisa pedagógica**. São Paulo: Loyola, 1970.

MIHALIC, Tanja. Environmental Management of a Tourist Destination: A Factor of Tourism Competitiveness. **Tourism Management**, 21, n. 1, p. 65–78, 2000.

MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA. **Plano de gestão integrada da orla marítima do município de Itapema**. Itapema, SC, 2007.

MITIDIERI, Tibério da Costa. **Construção do futuro e sustentabilidade**. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MOLINA, S. **Planejamento integral do turismo**. Bauru: Edusc, 2001.

MOORE, Susan A.; POLLEY, Amanda. Defining Indicators and Standards for Tourism Impacts in Protected Areas: Cape Range National Park, Australia. **Environ Manage**, n. 39, 2007, p. 291-300.

MORAES FILHO, Rodolfo Araujo de. Sociedade e meio ambiente. In: ALBUQUERQUE, José de Lima (Org.). **Gestão ambiental e responsabilidade social**. São Paulo: Atlas, 2009. p.2-26.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Classificação das praias brasileiras por níveis de ocupação: proposta de uma tipologia para os espaços praias. In: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União. **Projeto Orla**: subsídios para um projeto de gestão. Brasília, DF, Brasil, 2004. p. 33-44.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuição para a gestão costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1999.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Os impactos da política urbana sobre a zona costeira**. Programa Nacional do Meio Ambiente. Brasília. 1995.

MORAES, Antonio Carlos Robert; ZAMBONI, Ademilson. Construindo o conceito de orla marítima. In: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União. **Projeto Orla**: subsídios para um projeto de gestão., Brasília, DF, Brasil, 2004. p. 07-11.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MORGAN, Gareth. Paradigms, metaphors and puzzle solving. In: **Organization Theory Administrative Science Quarterly**, v. 25, 1980, p. 605-622.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MUEHE, Dieter. Definição de limites e tipologias da orla sob os aspectos morfodinâmicos e evolutivo. In: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União. **Projeto Orla**: subsídios para um projeto de gestão., Brasília, DF, Brasil, 2004. p.13 – 32.

MUÑOZ, Juan Manuel Barragán. **Medio ambiente y desarrollo en las áreas litorales**. Barcelona, Oikos-tau, 1997.

NAKANO, Kazuo (Coord.). **Projeto Orla**: implementação em territórios com urbanização consolidada. São Paulo: Instituto Polis; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.

NEGRELLO, Camila Sorg; PAZ, Manuela Rodrigues; LOCH, Carlos. O sensoriamento remoto como base para a aplicação do instrumento de estudo de impacto de vizinhança visando minimizar os conflitos causados por empreendimentos de médio e grande porte. In: 15., 2011, Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba: INPE, 2011.p.0730. Disponível em: <

<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2011/files/p1157.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

NEMETZ, S.M.M.C.C. SOUZA de. **Balneabilidade de praias do litoral centro-norte de Santa Catarina**: estudo de percepção ambiental. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental)-Universidade Regional de Blumenau, 2004.

NEMETZ, S.M.M.C.C.de S. **Balneabilidade de praias no litoral centro-norte de Santa Catarina**: estudo de percepção ambiental. Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2004.

NONAKA, Ikujiro.; TAKEUCHI, Hirotaka. **Gestão do conhecimento**. Tradução de Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2008.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues; Priscila Martins Celeste. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OLIVEIRA, Márcia Regina Lima de; NICOLODI, João Luiz. A gestão costeira no Brasil e os dez anos do Projeto Orla: uma análise sob a ótica do poder público. **Journal of Integrated Coastal Zone Management**. 24 abr. 2012.p. 89-98. Disponível em: <http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-308_Oliveira.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

OLIVEIRA, Márcio B. S. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 180-186, jun. 2004.

OLIVEIRA, Maria Marky de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OLSEN, Stephen B. Educating for the governance of coastal ecosystems: the dimensions of the challenge. **Ocean & Coastal Management**. v. 43. Elsevier Science, p. 331-341, 2000.

ORGANIZACION MUNDIAL DEL TURISMO. **Panorama OMT del turismo internacional**. Edicion 2012. Disponível em: <http://dtxqt4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_highlights12_sp_hr.pdf> Acesso em 16 maio 2013.

OYOLA, M.L.; BLANCASA, F.J.; GONZÁLEZ, M.; CABALLERO, R. Sustainable tourism indicators as planning tools in cultural destinations. **Ecological Indicators**. Elsevier, p. 659-675, 2012.

PADRÓN GUILLÉN, José. **Tendências epistemológicas de la investigación científica em el siglo XXI**. 2007 [Artículo en línea]. Disponible: http://padron.entretemas.com/Tendencias/TendenciasRecientesEpistemologia_Padron.pdf.

PEÑALOSA, Enrique. Sete soluções para a mobilidade urbana. **Diário Catarinense**, 8 out. 2013, p. 24-25.

PIERRI, Naína et al. A ocupação e do uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006. Editora UFPR.

PINTO, Adelina Cristina. **Projeto Orla**: a implementação de uma política pública de gestão compartilhada entre os entes federativos, em áreas de domínio da união. O caso de Santa Catarina. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), Florianópolis, 2012.

PIRES, Paulo dos Santos. Turismo e meio ambiente: relação de interdependência. In: PHILIPPI JR., Arlindo; RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri, SP: Manole, 2010, cap. 1, p. 4-29. (Coleção Ambiental).

POLANYI, Michael. **The tacit dimension**. Gloucester, MA: Peter Smith, 1996.

POLETTE, Marcus.; REBOUÇAS, G.N.; FILARDI, A.C. ; VIEIRA, P.F. Rumo à gestão integrada e participativa de zonas costeiras no Brasil: percepções da comunidade científica e do terceiro setor. In: **Gestão Costeira Integrada**. v. 5. Faro-Portugal, p43- 48, 2006.

PORTAL ODM. **Sistema de indicadores municipais**. Relatório dinâmico Itapema. Disponível em:< <http://www.portalodm.com.br/relatorios/sc/itapema>> Acesso em 15 mar. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA. **Revista Parque Calçadão**. Itapema, [2011?].

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2003. **Ranking dos IDH dos municípios do Brasil 2003**. Disponível em: <
http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2003> Acesso em 11 abr.2013.

PRUGH, Thomas; ASSADOURIAN, Erik. “What is sustainability, anyway?”, **World Watch Magazine**, sep./oct., 2003, p. 11.

PYO, Sungsoo, UYSAL, Muzaffer, CHANG, Hyesook. Knowledge discovery in database for tourist destinations. **Journal of Travel Research**, n.40, p.395-403, 2002.

PYO, Sungsoo. Knowledge map for tourist destinations-needs and implications. **Tourism Management**, n. 26, p. 583–594, 2005.

PYO, Sungsoo. Knowledge map for tourist destinations-needs and implications. **Tourism Management**, n. 26, p. 583–594, 2005.

REIS, Almir F. **Permanências e transformações no espaço costeiro: formas e processos de crescimento urbano-turístico na Ilha de Santa Catarina**. Tese (Doutorado) Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.

RITCHIE, J.R.Brent.; CROUCH, Geoffrey I. **The competitive destination: a sustainable tourism perspective**. Estados Unidos: CAB Internacional, 2003.

ROCKLOFF, S.; LOCKIE, S. Participatory tools for coastal zone management: use of stakeholder analysis and social mapping in Australia. **Journal of Coastal Conservation**, v.10. 2004. p.81-92.

RODRÍGUES-DÍAZ, M.; ESPINO-RODRÍGUEZ, T. F. A Model of Strategic Evaluation of a Tourism Destination Based on Internal and Relational Capabilities. **Journal of Travel Research**, USA, may, p. 368-380, 2008.

RODRÍGUEZ, Juan Ramón Oreja; PARRA-LÓPEZ, Eduardo; YANES-ESTEVEZ, Vanessa. The sustainability of island destinations: tourism area life cycle and teleological perspectives. The case of Tenerife. **Tourism Management**, n.29, 2008, p. 53-65.

ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Ângelo. **Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ROSSETTI, Adroaldo Guimarães; MORALES, Aran Bey Tcholakian. O papel da tecnologia da informação na GC. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 124-135, jan./abr. 2007.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, jun. 2007.

RUFINO, Gilberto D`Ávila. Patrimônio costeiro e seus fundamentos jurídicos. In: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União. **Projeto Orla**: subsídios para um projeto de gestão. Brasília, DF, Brasil, 2004. p. 65-86.

RUHANEN, Lisa. Progressing the sustainability debate: a knowledge management approach to sustainable tourism planning. **Current Issues in Tourism**, v. 11, p. 429-455, 2008.

RUSCHMANN, Dóris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**. 7.ed. São Paulo: Papyrus, 2001.

RUSCHMANN, Dóris van de Meene; BORDINI, Caroline Valença; SAGI, Luciana Carla; JESUS, Vinicius Lino Rodrigues. Políticas públicas para o desenvolvimento do lazer: um modelo referencial. In: PHILIPPI JR.; Arlindo (Coord.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. São Paulo: Manole, 2010. p. 777-794.

SACCOL, Amarolinda Zanela. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em Administração. **Revista de Administração da UFSM**, v.2, n.2, p.250-269, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTA CATARINA. (ESTADO). **Decreto nº 3.077 de 20 de abril de 2005**. Institui a Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla (CTE-Orla). Florianópolis, SDS/DIMA/GEPAM, 2005.

SANTA CATARINA. (ESTADO). **Decreto nº 5.010, de 22 de dezembro de 2006**. Regulamenta a Lei nº 13.553, de 16 de novembro de 2005. Florianópolis, 22 dez. 2006.

SANTA CATARINA. (ESTADO). **Lei nº 13.553/2005**: Institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Florianópolis, 2005.

SANTOS, Neri dos. **Gestão do conhecimento organizacional**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Apostila.

SAULE JUNIOR, N. (Coord.). **Manual de regularização fundiária em terras da União**. 120p. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Polis, São Paulo, SP, Brasil, 2006.

SCHALTEGGER, Stefan. Sustainability as a Driver for Corporate Economic Success. Consequences for the Development of Sustainability Management Control, **Society and Economy**, v. 33, n. 1, p.15-28, 2011.

SCHERER, Marinez. Gestão de praias no Brasil: subsídios para uma reflexão. **Journal of Integrated Coastal Zone Management**, v. 1, p. 3-13, 2013.

SCHRAMM, W. **Notes on case studies of instructional media projects**. Working paper. Washington, DC: The Academy for Educational Development, 1971.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO. **Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina (GERCO/SC)**. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/cidades/gerencia/gegec-apoio-a-gestao-das-cidades.html> Acesso em 16 abr. 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DE SANTA CATARINA. **Implantação do Plano Estadual de Gerenciamento**

Costeiro. Fase 1 – Diagnóstico socioambiental. Secretaria do Planejamento; Ambiens Consultoria Ambiental. Florianópolis, 2011.

SECRETARIA DE ESTADO, CULTURA E ESPORTE DE SANTA CATARINA. **Sinopse Comparativa de 2000, 2001 e 2002 – janeiro e fevereiro.** Estado de Santa Catarina/SANTUR (Pesquisa Mercadológica: Estudo da Demanda Turística), abril de 2002.

SECRETARIA DE ESTADO, CULTURA E ESPORTE DE SANTA CATARINA. **Sinopse Comparativa de 2003, 2004, 2005 e 2006 – janeiro e fevereiro.** Estado de Santa Catarina/SANTUR (Pesquisa Mercadológica: Estudo da Demanda Turística), maio de 2006.

SECRETARIA DE ESTADO, CULTURA E ESPORTE DE SANTA CATARINA. **Sinopse Comparativa de 2005, 2006 e 2007 – janeiro e fevereiro.** Estado de Santa Catarina/SANTUR (Pesquisa Mercadológica: Estudo da Demanda Turística), março de 2007.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental:** instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: Herder, 1967.

SELIN, Steve; CHAVEZ, Debbie. Developing an evolutionary tourism partnership Model. **Annals of Tourism Research**, v. 22, n. 4, 1995, p. 844–856.

SHAW, Gareth; WILLIAMS, Allan. Knowledge transfer and management in tourism organisations: an emerging research agenda. **Tourism Management**, n.30, 2009, p. 325–335.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da.; FERREIRA, Angela Lúcia. O imobiliário-turístico e o Nordeste Brasileiro: dinâmicas econômicas e urbanas sobre o litoral. **Revista Geográfica de América Central**, número especial EGAL, Costa Rica, p. 1-15, 2011.

SILVA, César Augusto Marques da. MODESTO, Francine. Cidades em zonas costeiras brasileiras: rumo à resiliência? In: VI Encontro Nacional da Anppas, 18 a 21 de setembro de 2011, Belém (PA), Brasil. **Anais...** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e

Sociedade, 2012. Disponível em:

http://www.anppas.org.br/encontro6/arquivos/Programacao_preliminar_ver_sao_2.pdf. Acesso em: 29 ago. 2013.

SILVA, José Afonso. **Direito ambiental constitucional**. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

SILVA, Maria Emília Martins da; ANJOS, Francisco Antônio. Gestão da sustentabilidade em Meia Praia–Itapema (SC) sob a percepção dos visitantes e agentes locais. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.2, maio/ago.,p.223-244, 2012.

SILVA, Maria Emília Martins da; SORIANO-SIERRA, Eduardo Juan. Gestión sustentable de la orla marítima em destinos turísticos: una perspectiva social sobre el proyecto Orla. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v.22, n.5, sep. p. 805-827, 2013.

SILVA, Ricardo; SOFNER, Renato; PINHÃO, Carlos. **A gestão do conhecimento**. In: SILVA, Ricardo Vidigal da.; NEVES, Ana (Org.). Gestão de empresas na era do conhecimento. São Paulo: Serinews, 2003.

SILVA, Sergio Luis da. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 143-151, maio/ago. 2004.

SILVEIRA, M.A. **Turismo, políticas de ordenamento territorial e ordenamento** – um foco no estado do Paraná no contexto regional. Tese – (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, 2002.

STARIK, Mark; KANASHIRO, Patrícia. Toward a theory of sustainability management: uncovering and integrating the nearly obvious. **Organization & Environment**, v. 26, n. 1, p. 7-30, 2013.

STRAUHS, Faimara do Rocio et al. **Gestão do conhecimento nas organizações**. Curitiba: Aymará Educação, 2012. (Série UTFinova).

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO. **Desenvolvimento do Projeto Orla no estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 2013. (No prelo).

SVEIBY, Karl Erik. **A nova riqueza das organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otavio Bernardes de. **Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

TAYLOR, Steven J.; BOGDAN, Robert. **Introduction to qualitative research methods: a guidebook and resource**. 3. ed. New York: John Wiley, 1997, Cap. 1 (p. 3-23).

TEIXEIRA, Elder Lins. **Gestão da qualidade em destinos turísticos**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2002.

TERRA, José Cláudio Cyrineu. **Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial**. São Paulo: Negócio Editora, 2000.

TERRA, José Cláudio Cyrineu. **Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial**. São Paulo: Negócio Editora, 2005.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

URIARTE JR., Filemon A. **Introduction to knowledge management**. Jakarta: ASEAN Foundation, 2008.

VASCO, A. P.; ZAKRZEWSKI, S. B. B. O estado da arte das pesquisas sobre percepção ambiental no Brasil. **Perspectiva**. v. 34 n. 125, p. 17-28, 2010.

VASCONCELOS, Fabio Perdigão; CORIOLANO, Luzia Neide. Impactos socioambientais no litoral: um foco no turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no estado do Ceará/Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, nº 8, v. 2, p. 259-275, 2008.

VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS C. S. A revolução ambiental e suas implicações epistemológicas, éticas e políticas. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS C. S. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis, Secco, 2005. p.13-42.

VON KROGH, Georg., ROOS, J. **Organizational epistemology**. New York: St.Martin's Press, 1995.

WAHRLICH, Roberto. **A reserva biológica Marinha do Arvoredo (SC) e a atividade pesqueira regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3.ed.Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAMBONI, Ademilson; NICOLODI, João Luiz (Org.). **Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil**, 242p. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental. Brasília. DF, 2008.

GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS

Aforamento: É um contrato pelo qual ocorre a transferência do domínio útil e perpétuo de um imóvel por seu proprietário, sob o pagamento de um foro anual, certo e invariável. De acordo com o Código Civil o aforamento será também denominado enfiteuse, ou empraçamento (Art. 678). Está de acordo com o Código Civil de 1916.

Antrópicos: Relativo à humanidade, à sociedade humana, à ação humana. Termo empregado para qualificar um dos setores do meio ambiente, o meio antrópico, compreendendo os fatores sociais, econômicos e culturais; um dos subsistemas do sistema ambiental, o subsistema antrópico.

Assoreamento: Obstrução do leito de um rio, canal, lago ou estuário por areia, terra, lama, pedras e outros, geralmente em consequência da erosão das margens e encostas próximas.

Ator social: É o indivíduo ou grupo que tem interesse direto ou indireto de uso nos recursos costeiros ou nos ecossistemas.

Audiência pública: Instrumento de participação popular que visa à decisão de determinado assunto de forma transparente e legítima.

Balneário: Cidades litorâneas com predominância de segundas residências e pelo volume da população flutuante. Cidades médias da zona costeira (notadamente nas regiões mais povoadas) abrigam segundas residências e atividades de veraneio.

Beleza cênica: Resultado visual e audível harmônico agradável formado pelo conjunto dos fatores naturais de um local ou paisagem, ou ainda, o resultado da representação cênica da natureza.

Benchmarking: A busca das melhores práticas nas organizações que conduzem ao desempenho superior. É visto como um processo positivo e pró-ativo por meio do qual uma organização examina como outra realiza uma função específica, a fim de melhorar como realizar a mesma ou uma função semelhante.

Biofísica: É uma ciência interdisciplinar que aplica as teorias e os métodos da física para resolver questões biológicas.

Capacidade de carga: Limite em que determinado ecossistema é capaz de suportar (ou manter) uma população ou populações, em nível de equilíbrio social e ambiental.

Cognitivo: Aquisição de um conhecimento por meio da percepção. O conjunto dos processos mentais usados no pensamento e na percepção, também na classificação, reconhecimento e compreensão para o julgamento através do raciocínio para o aprendizado de determinados sistemas e soluções de problemas. Um processo de conhecimento, que tem como material a informação do meio em que vivemos e o que já está registrado na nossa memória.

Combustíveis fósseis: Fontes de energia não renováveis. Formaram-se há milhões de anos, por fossilização de organismos autotróficos, plantas (carvão) ou seres animais como o fitoplâncton (petróleo). A energia é conservada e o fóssil conserva assim um potencial energético.

Constructos: São denominações abstratas, intencionais, construídas, inventadas, visando a referenciar os objetos teoricamente, relacioná-los a outros dados já objetivados e possibilitar a operacionalização das mensurações necessárias.

Ecossistema: Conjunto de elementos bióticos (fauna, flora, microorganismos, etc.) e abióticos (físicos, químicos, meteorológicos, etc.) presentes num ambiente determinado e com expansão definida, e dos relacionamentos entre tais elementos.

Equidade: Igualdade. Refere-se à igualdade social, o trato às pessoas com justiça social. Distribuição igualitária.

Erosão: Processos de destruição das rochas e arraste dos solos realizados por agentes naturais, podendo ser: hídrica, eólica, marinha, glacial.

Ictiologia: Ramo da zoologia responsável pelo estudo dos peixes.

Imanente: Que existe sempre num dado objeto e é inseparável dele, por exemplo, Deus é imanente ao mundo, para o catolicismo.

Implantação: Inserir, fixar em, estabelecer, introduzir, instalar.

Implementação: Introduzir algum processo ou protocolo em um determinado local, provendo recursos suficientes para que esse processo ou protocolo possa ocorrer de modo satisfatório.

Lei de zoneamento: Divisão da cidade em zonas, fixando o uso dos terrenos e edificações, promovendo a distribuição racional da população e das atividades.

Linha de Preamar Média de 1831: Linha usada como referência fixa para identificação de terrenos de marinha e seus acrescidos. A Linha de Preamar Média de 1831 - LPM será determinada pela SPU a partir de plantas e documentos de autenticidade irrecusável, relativos ao ano de 1831, ou, quando não obtidos, à época que do mesmo mais se aproxime, e de observações de marés. Na determinação da cota básica relativa à preamar média de 1831, deverão ser consideradas a média aritmética das máximas marés mensais (marés de sizígia) daquele ano, ou do que mais dele se aproximar, utilizando-se os dados da estação maregráfica mais próxima constante das tábuas de marés, publicadas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação do Comando da Marinha (DHN). INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 12 DE MARÇO DE 2001. Redação alterada pela Retificação publicada no Diário Oficial da União, de 05 de junho de 2001, Seção 1, página 44. A manutenção da data de 1831 como referência, objetiva preservar os direitos adquiridos (tanto públicos como privados), considerando as alterações da costa provocadas pela ação contínua do mar ou por efeitos de processos de ocupação ao longo dos anos (no caso de aterros). Estes direitos adquiridos remontam ao período colonial, com a implementação das capitanias hereditárias e doações por meio de cartas sesmarias, passando a constituir domínio privado (bens alodiais) (BRASIL, 2006, p. 16).

Manguezal: É uma zona úmida, definida como “ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes terrestre e marinho, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime das marés”.

Mapa de conhecimento: É o registro do conhecimento organizacional sobre processos, produtos, serviços e relacionamento com os clientes. Inclui a elaboração de mapas ou árvores de conhecimento, descrevendo fluxos e relacionamentos de indivíduos, grupos ou a organização como um todo.

Marismas: Ecossistema úmido com plantas herbáceas que crescem na água. Uma marisma é diferente de um pântano, o qual está dominado por

árvores em vez de herbáceas. A água de uma marisma pode ser doce ou do mar, ainda que normalmente seja uma mistura de ambas, denominada salobra. As marismas costeiras podem estar associadas a estuários, geralmente situadas em solos com fundos arenosos.

Morfodinâmico: São as modificações e a movimentação que as zonas estuarinas, os manguezais, os açudes experimentam por ação do homem ou por ação de elementos naturais, como o vento e as marés.

Multifacetados: Relativo à ou que possui várias facetas, aspectos, particularidades, novas formas, novas linguagens, novas estruturas.

Orla marítima: Unidade geográfica inclusa na zona costeira, delimitada pela faixa de interface entre a terra firme e o mar.

Paradigma: Conjunto conectado de crenças ou suposições, ou ainda uma postura de disposições sobre a natureza e organização do mundo juntamente com as crenças sobre a melhor forma de investigá-lo.

Plano Diretor: Instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana municipal, aprovado pela Câmara Municipal. Obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes. Municípios com população acima de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, com áreas de especial interesse turístico, e situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país devem construir e atualizar seu plano diretor.

Promontório: Porção de crosta terrestre, no litoral de um continente ou ilha, que avança para o mar, apresentando estreitamento da sua largura entre a terra e a sua extremidade.

Restinga: Depósito arenoso paralelo a linha da costa, de forma geralmente alongada, produzido por processos de sedimentação, onde se encontram diferentes comunidades que recebem influência marinha. A cobertura vegetal nas restingas ocorre em mosaico, e encontra-se em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando, de acordo com o estágio sucessional, estrato herbáceo, arbustivos e abóreo, este último mais interiorizado.

Segundas-residências: Um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporada de férias. Muito comum em regiões litorâneas.

Sistema viário: Conjunto de vias de circulação (ruas e avenidas), sobretudo para veículos automotores, reservado a certo tipo de veículo (interurbana).

Souvenir: Caracteriza-se por uma lembrança, recordação do local turístico. Geralmente é algo representativo da cultura local.

Stakeholders: Designa uma pessoa, grupo ou entidade com legítimos interesses nas ações e no desempenho de uma organização e cujas decisões e atuações possam afetar, direta ou indiretamente, essa mesma organização. Estão incluídos nos *stakeholders* os funcionários, gestores, proprietários, fornecedores, clientes, credores, Estado (enquanto entidade fiscal e reguladora), sindicatos e diversas outras pessoas ou entidades que se relacionam com a organização.

Termo de ajuste de conduta: É o nome dado ao título executivo extrajudicial, tomado por um dos legitimados públicos para a ação civil pública, por meio do qual o causador de danos a interesses difusos, interesses coletivos ou interesses individuais homogêneos assume o compromisso de ajustar sua conduta às exigências da lei, mediante sanções. É muito usado na defesa do meio ambiente, do consumidor, de processos licitatórios do patrimônio cultural e outros interesses transindividuais.

Turismo náutico: Caracteriza-se pela utilização de embarcações náuticas como finalidade da movimentação turística. Pode ocorrer em lagoas, rios, represas, lagos ou no mar e envolve também as atividades de cruzeiros (marítimos ou fluviais), passeios, excursões e outras viagens realizadas em embarcações náuticas com finalidade turística.

Variáveis: São aqueles aspectos, propriedades ou fatores, mensuráveis ou potencialmente mensuráveis, discerníveis em um objeto de estudo, através dos valores que assumem.

Vias lindeiras: Áreas lindeiras, na legislação ambiental, são aquelas que estão ao redor de uma área protegida até determinada distância. Vias lindeiras são acessos em meio a uma área natural.

Visitantes: A pessoa que visita um país (estado, município), que não seja o de sua residência, por qualquer motivo. Esta definição inclui: **a) turistas:** visitantes temporários que permaneçam pelo menos vinte e quatro horas no local visitado, cuja finalidade de viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte), negócios, família, missões e conferências; **b) excursionistas:** visitantes temporários que permaneçam menos de vinte e quatro horas no local visitado.

Zona Costeira: Zona de transição entre o domínio continental e o domínio marinho.

APÊNDICE A – Roteiros de entrevista semiestruturada

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – CONHECIMENTO SOBRE O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ORLA NO BAIRRO MEIA PRAIA – MUNICÍPIO DE ITAPEMA (INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS)

Perfil do entrevistado:

1. **Nome:**
2. **Idade:**
3. **Sexo:**
4. **Escolaridade:**
5. **Órgão:**
6. **Função:**
7. **Profissional efetivo ou contratado ou comissionado:**
8. **Tempo de serviço:**

Constructos e Variáveis (questão de investigação)	Fundamentação teórica	Roteiro de Entrevista	Estratégias de análise (o que se quer medir)	Formas de medição
Diagnóstico do processo de implantação do <i>Parque Linear Calçadão</i>	Ministério do Meio Ambiente (Projeto Orla) (2006) Lefèvre e Lefèvre (2005)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Porque a administração pública municipal decidiu intervir na orla com obras de revitalização? 2. Foi considerada outra alternativa de intervenção na orla para revitalizá-la? 3. O que levou a administração pública a decidir por esta forma de intervenção? 	<p>Os motivos pelos quais a administração pública decidiu revitalizar a orla</p> <p>O diagnóstico do processo</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abordagem qualitativa 2. Entrevista semiestruturada 3. Observação simples do campo 4. Coleta de dados visuais 5. Categorização dos dados

		<p>4. O cronograma da obra foi respeitado?</p> <p>5. No decorrer da obra, houve alguma dificuldade para sua continuidade? Quais?</p>		6. Interpeleções pessoais
Estudos socioambientais		6. Foram realizados estudos socioambientais para a construção da obra do <i>Parque Linear Calçadão</i> ?	Estudos socioambientais para a implantação da obra	
Participação da sociedade civil organizada e comunidade local no processo decisório de implantação da obra		<p>7. A sociedade civil teve participação no processo decisório?</p> <p>8. Esta participação foi produtiva? Em que aspectos?</p>	Participação da comunidade local e sociedade civil organizada no processo decisório de implantação da obra	

<p>Órgãos do Poder Executivo municipal e federal responsáveis pelo projeto</p> <p>Fundamentos do Projeto Orla</p>		<p>9. Qual foi o órgão municipal responsável pelo projeto da obra <i>Parque Linear Calçadão</i>?</p> <p>10. De onde foram provenientes os recursos municipais?</p> <p>11. Qual foi o órgão federal que financiou o projeto?</p> <p>12. No processo de implantação da obra, foram adotados os fundamentos do Projeto Orla?</p>	<p>Parcerias governamentais</p> <p>Adoção dos fundamentos do Projeto Orla no projeto de implantação da obra</p>	
<p>Destino modelo em revitalização da orla marítima</p>		<p>13. A prefeitura seguiu algum modelo de outro município para a realização do projeto?</p>	<p>Destinos que revitalizaram a orla marítima e que serviu de modelo para o município</p>	
<p>Delimitação geográfica da obra do <i>Parque Linear Calçadão</i> de Itapema</p>		<p>14. A obra vai se estender em toda a orla do município, ou se restringe ao bairro Meia Praia?</p>	<p>Delimitação geográfica da orla do município para implantação do projeto</p>	

<p>Manutenção do <i>Parque Linear Calçadão</i> pelo município</p>		<p>15. Há uma manutenção periódica dos equipamentos instalados no calçadão em relação às intempéries climáticas, danificação e depredação?</p> <p>16. Qual é o órgão da administração pública responsável pela manutenção do <i>Parque Linear Calçadão</i>?</p>	<p>Manutenção dos equipamentos instalados no <i>Parque Linear Calçadão</i></p>	
<p>Conscientização dos frequentadores (comunidade local)</p>		<p>17. Há algum projeto de sensibilização ambiental para os frequentadores, no tocante à preservação e conservação dos recursos naturais da orla e equipamentos do <i>Parque Linear Calçadão</i>?</p>	<p>Sensibilização ambiental em relação à preservação e conservação do <i>Parque Linear Calçadão</i></p>	
<p>Alterações ambientais e socioeconômicas no município após a implantação da obra</p>		<p>18. Quais foram as principais alterações percebidas no município após a implantação da obra?</p> <p>19. Há algum projeto municipal de gerenciamento dos resíduos deixados nas lixeiras da orla?</p>	<p>Alterações ambientais e socioeconômicas no município com a implantação da obra</p>	

Expectativa da administração pública		20. Qual é a expectativa da administração pública após o término da obra <i>Parque Linear Calçada</i> ?	Expectativa da administração pública	
--------------------------------------	--	---	--------------------------------------	--

Fonte: Adaptado da tese de Doutorado de Anjos, 2004; Junqueira, 2006.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS
FREQUENTADORES DA ORLA DO BAIRRO MEIA PRAIA – MUNICÍPIO DE ITAPEMA
(ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS)**

Perfil do entrevistado:

- 1. Nome:**
- 2. Período de atuação:**
- 3. Frente de atuação:**
- 4. Escolaridade do entrevistado:**
- 5. Localização da ONG:**

Constructos e Variáveis (questão de investigação)	Fundamentação teórica	Roteiro de Entrevista	Estratégias de análise (o que se quer medir)	Formas de medição
Participação no processo decisório de implementação da obra	Ministério do Meio Ambiente (Projeto Orla) (2006) Lefèvre e Lefèvre (2005)	1. Você presenciou o processo de decisão para implantação do <i>Parque Linear Calçada</i> no bairro Meia Praia? De que forma? Comente:	As organizações não governamentais foram consultadas para opinar sobre o projeto de construção da obra	1. Abordagem qualitativa 2. Entrevista semiestruturada 3. Observação simples do campo 4. Coleta de dados visuais 5. Categorização dos dados

Crescimento da atividade turística local		<p>2. A implantação do <i>Parque Linear Calçadão</i> no bairro Meia Praia promoveu alterações para o desenvolvimento do turismo no município? Aumento da demanda?</p> <p>3. Em que outros aspectos? Foi positivo ou negativo?</p>	<p>O turismo local se beneficiou pela implantação da obra de forma positiva ou negativa</p>	6. Interpelações pessoais
Satisfação pessoal		<p>4. Comente sobre sua percepção acerca do planejamento da orla do bairro Meia Praia, considerando o período anterior e posterior a implantação do <i>Parque Linear Calçadão</i> no bairro Meia Praia.</p>	<p>Satisfação pessoal</p>	

<p>Conhecimento sobre os princípios da sustentabilidade</p> <p>Gestão da sustentabilidade da orla marítima</p>		<p>5. Em sua opinião, você acredita que Itapema apresenta uma gestão sustentável da orla, considerando os aspectos social, ambiental e econômico?</p> <p>6. Em relação aos efeitos do processo de ocupação da orla do bairro Meia Praia, como você avalia os seguintes aspectos:</p> <p>a) Degradação do ambiente natural;</p> <p>b) Mobilidade urbana;</p> <p>c) Ocupação desordenada e falta de infraestrutura;</p> <p>d) Verticalização dos imóveis e ausência do sol na praia;</p> <p>e) Descaracterização de comunidades tradicionais;</p> <p>f) Outras.</p>	<p>Conhecimento sobre os princípios da sustentabilidade</p> <p>Gestão da sustentabilidade da orla marítima</p>	
<p>Opinião pública</p>		<p>7. Que ações ou projetos você considera relevantes o município adotar e tornar-</p>	<p>Opinião pública sobre novos projetos e ações</p>	

		se uma cidade mais sustentável?		
Opinião pública sobre o processo de urbanização agressivo e expansivo		8. Qual a sua opinião sobre a crescente urbanização dos destinos litorâneos?	Opinião pública sobre o processo de urbanização agressivo e expansivo	
Percepção sobre a perda da cultura local		9. Você percebe um afastamento das comunidades tradicionais nessas localidades?	Percepção sobre a perda da cultura local	
Segurança pública para os frequentadores da orla		10. Em sua opinião, o <i>Parque Linear Calçadão</i> oferece segurança pública para os frequentadores durante o ano?	Segurança pública para os frequentadores da orla	

Fonte: Adaptado da tese de Doutorado de Anjos, 2004; Junqueira, 2006.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – ANÁLISE DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS FREQUENTADORES DA ORLA MARÍTIMA DE MEIA PRAIA – ITAPEMA (COMUNIDADE LOCAL)

Perfil do entrevistado:

1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo:
4. Escolaridade:
5. Tempo de residência no município:
6. Reside no Bairro Meia Praia ou em outro bairro da cidade? Qual?
7. Atividade profissional que exerce em Itapema:
8. Tempo de serviço:

Constructos e Variáveis (questão de investigação)	Fundamentação teórica	Roteiro de Entrevista	Estratégias de análise (o que se quer medir)	Formas de medição
Mobilidade urbana Lazer e prática de esportes	Ministério do Meio Ambiente (Projeto Orla) (2006) Lefèvre e Lefèvre (2005)	1. Quais são os motivos que o trazem a frequentar o Parque Linear Calçadão em Meia Praia?	As finalidades de uso do calçadão pelos frequentadores	1. Abordagem qualitativa 2. Entrevista semiestruturada 3. Observação simples do

Crescimento da atividade turística local		2. A implantação do Parque Linear Calçadão na Meia Praia promoveu alterações para o desenvolvimento do turismo no município? Aumento da demanda? Em que outros aspectos?	O turismo local se beneficiou pela implantação da obra	campo 4. Coleta de dados visuais 5. Categorização dos dados 6. Interpelações pessoais
Participação no processo decisório de implantação da obra		3. Você presenciou o processo de decisão para implantação do Parque Linear Calçadão no bairro Meia Praia? De que forma? Comente:	A comunidade foi consultada para opinar sobre o projeto de construção da obra	
Incidu satisfação pessoal e Sentimento de pertencimento na comunidade		4. Comente sobre sua percepção acerca do planejamento da orla do bairro Meia Praia, considerando o período anterior e posterior a implantação do Parque Linear Calçadão em Meia Praia.	Incidu satisfação pessoal e Sentimento de pertencimento na comunidade	

<p>Conhecimento sobre pressupostos da sustentabilidade pela comunidade</p> <p>Gestão da sustentabilidade da orla marítima</p>		<p>5. Em sua opinião, você acredita que Itapema apresenta uma gestão sustentável da orla marítima, considerando os aspectos social, ambiental e econômico?</p> <p>6. Em relação aos efeitos do processo de ocupação da orla do bairro Meia Praia, como você avalia os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Degradação do ambiente natural; b) Ocupação desordenada e falta de infraestrutura c) Verticalização dos imóveis e ausência do sol na praia; d) Descaracterização de comunidades tradicionais; e) Outros. 	<p>Conhecimento sobre os pressupostos da sustentabilidade pela comunidade</p> <p>Gestão da sustentabilidade da orla marítima</p>	
---	--	---	--	--

Opinião pública sobre novos projetos e ações		7. Que ações ou projetos você considera relevantes o município adotar e tornar-se uma cidade mais sustentável?	Opinião pública sobre novos projetos e ações	
--	--	--	--	--

Fonte: Adaptado da tese de Doutorado de Anjos, 2004 e Junqueira, 2006.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – ANÁLISE DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS FREQUENTADORES DA ORLA MARÍTIMA DE MEIA PRAIA – ITAPEMA (VISITANTES)

Perfil do entrevistado:

1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo:
4. Escolaridade:
5. Profissão:
6. Procedência (Cidade/ Estado/ País):

Constructos e Variáveis (questão de investigação)	Fundamentação teórica	Roteiro de Entrevista	Estratégias de análise (o que se quer medir)	Formas de medição
Abordagem pessoal aos turistas	Ministério do Meio Ambiente (Projeto Orla) (2006) Lefèvre e Lefèvre (2005)	Você já conhecia Itapema ou é a primeira vez que visita a cidade?	Estratégia de inclusão ou exclusão para a realização da entrevista	1. Abordagem qualitativa 2. Entrevista semiestruturada 3. Observação simples do campo 4. Coleta de dados visuais 5. Categorização dos dados 6. Interpelações pessoais
Motivação turística		1. Qual o principal motivo que o levou a escolher por veranear em Itapema?	Os motivos que levaram as pessoas por veranear em Itapema	

<p>Fundamentos do Projeto Orla e Percepção ambiental</p>		<p>2. Qual a sua opinião sobre o Parque Linear Calçadão de Meia Praia? Responda sim ou não:</p> <p><input type="checkbox"/> planejada e organizada.</p> <p><input type="checkbox"/> preserva a vegetação nativa.</p> <p><input type="checkbox"/> contribui para a socialização das pessoas.</p> <p><input type="checkbox"/> proporciona a prática do esporte e do lazer.</p> <p><input type="checkbox"/> apresenta infraestrutura adequada (equipamentos instalados).</p> <p><input type="checkbox"/> apresenta acessos a praia adequados.</p> <p><input type="checkbox"/> apresenta uma paisagem cênica e valores estéticos relevantes.</p> <p><input type="checkbox"/> apresenta manutenção dos equipamentos instalados.</p> <p><input type="checkbox"/> facilita a mobilidade</p>	<p>Percepção da orla segundo os fundamentos do Projeto Orla</p>	

		<p>urbana. <input type="checkbox"/> apresenta uma gestão sustentável. <input type="checkbox"/> apresenta segurança para os frequentadores (adultos e crianças). <input type="checkbox"/> apresenta acessibilidade para portadores de necessidades físicas e visuais. <input type="checkbox"/> apresenta uma praia e orla limpas</p> <p>Comente a respeito:</p>		
Percepção ambiental		<p>3. Você frequentou a orla marítima antes da implantação do Parque Linear Calçadão?</p> <p>4. Qual a sua percepção acerca desta obra para um destino turístico como Itapema?</p>	Percepção ambiental	
Conhecimento de outros destinos litorâneos que		<p>5. Você conhece outros destinos litorâneos que apresentam uma orla marítima planejada? Onde?</p>	Conhecimento de outros destinos litorâneos que apresentam a orla	

apresentam a orla marítima similar			marítima similar	
Conhecimento sobre os princípios da sustentabilidade		6. Você acredita que Itapema apresenta uma gestão sustentável da orla marítima, considerando os aspectos social, ambiental e econômico?	Conhecimento sobre os princípios da sustentabilidade	
Opinião pública sobre o processo de urbanização agressivo e expansivo		7. Qual a sua opinião sobre a crescente urbanização dos destinos litorâneos?	Opinião pública sobre o processo de urbanização agressivo e expansivo	
Percepção sobre a perda da cultura local		8. Você percebe um distanciamento das comunidades tradicionais nessas localidades?	Percepção sobre a perda da cultura local	
Opinião pública sobre novos projetos para a orla		9. Quais estruturas ou equipamentos você implantaria na orla?	Opinião pública sobre novos projetos para a orla	

Fonte: Adaptado da tese de Doutorado de Anjos, 2004 e Junqueira, 2006.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do
Conhecimento
Gestão do Conhecimento da Sustentabilidade**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa: **“GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ORLA MARÍTIMA EM DESTINOS TURÍSTICOS COSTEIROS: uma perspectiva sobre o projeto orla”**

Você foi selecionado intencionalmente e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina.

O objetivo deste estudo é compreender como os atores sociais reconhecem a gestão da sustentabilidade da orla marítima como premissa de desenvolvimento sustentável de um destino turístico litorâneo e, verificar quais as implicações ambientais advindas, antes e após, a implementação do Projeto Orla, no bairro Meia Praia, do município de Itapema, Santa Catarina.

A coleta de dados será efetuada por meio de entrevistas semiestruturadas que procurarão captar a percepção dos entrevistados acerca do processo de organização da orla marítima do bairro Meia Praia, Itapema (SC).

Asseguramos o sigilo sobre sua identificação nos resultados da pesquisa. Durante a análise dos dados, tanto os registros sonoros das entrevistas quanto os textos resultantes das transcrições serão analisados metodologicamente visando gerar resultados científicos. Qualquer característica, nome ou evento que possibilite a identificação dos participantes será modificado.

Com a sua participação, você estará contribuindo para que possamos aprofundar nossos conhecimentos na condução do projeto de Dissertação, na área de Gestão do Conhecimento da Sustentabilidade.

Você está recebendo uma cópia deste termo onde constam e-mail e telefone do pesquisador, acadêmico do Curso de Mestrado do EGC da UFSC. Com eles, você pode tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Nome do pesquisador: Maria Emília Martins da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis- Brasil.

Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento

E-mail: emilia@ifc-sombrio.edu.br / mariaemilia.martins@ibest.com.br

Telefone: (48) 9172 5995.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome

Assinatura

_____, ____/____/2013.
Local

Data

ANEXO A – Termo de ajuste de conduta (TAC)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ITAJAI

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.33.008.000257/2005-16

TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA

I - **CONSIDERANDO** que de acordo com a Constituição Federal, artigo 225, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

II - **CONSIDERANDO** que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa do meio ambiente (v: artigo 129, III, da Constituição Federal e artigo 6º, VII, "b", da LC nº 75/93);

III - **CONSIDERANDO** que é patrimônio público federal a faixa litorânea constituída por praias marítimas e ferreiros de marinha, os lagos, rios e quaisquer correntes de água em seus domínios, bem como o mar territorial (art. 20, II, IV, VI e VII da Constituição Federal);

IV - **CONSIDERANDO** que tramita na Procuradoria da República em Itajai o acima referido Procedimento Administrativo Ambiental, para exigir a realização do EIA-RIMA (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental) referente à implantação de uma via beira mar na Praia de Meia Praia em Itapema, com licenças irregulares expedidas pela Fundação Ambiental daquele município;

V - **CONSIDERANDO** que o Município de Itapema apresentou EIA-RIMA, concluindo pela inviabilidade de construção de uma avenida beira-mar, e sugerindo a criação de um parque linear (calçadão), composto de via pública de pedestres, ciclovia e equipamentos públicos;

VI - **CONSIDERANDO** que um acordo que garanta o atendimento imediato das exigências legais perseguidas pelo Ministério Público Federal, com vistas à preservação do meio ambiente, não significa disposição de interesse público, pelo contrário, possibilita a fiscalização integral desde o primeiro momento, evitando-se fatos consumados em detrimento das normas ambientais;

VII - **CONSIDERANDO** que o Município de Itapema deu efetivo cumprimento ao seu dever de elaboração do EIA-RIMA (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental) e apresentação do respectivo projeto aos órgãos públicos competentes, em reuniões e vistoria conjunta com o MPF, IBAMA, GRPU e FATMA, os quais puderam analisar o projeto e propor alterações a fim de melhor atender as

dt.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República em Itajaí/SC

exigências legais para ocupação ordenada do ambiente, bem como para a recuperação de danos ocorridos no passado e que persistem até o momento atual;

VIII - CONSIDERANDO que a Procuradoria da República em Itajaí vem acompanhando desde 2003 a questão das ocupações em terras de marinha da União nas praias na Jurisdição da Justiça Federal em Itajaí, inclusive de Meia Praia em Itapema, sido emitidos relativamente a esta praia:

a) Laudo Ambiental pela Assessoria Técnica do Ministério Público Federal (2004, em anexo), da lavra da Bióloga Dra. Cláudia Santos, ex-integrante da Assessoria Técnica do MP, no qual se verificou ser praia com "vegetação de restinga fixadora de dunas" nas terras de marinha, ocupada quase integralmente por "grades, muros de arrimo, jardins, cercas, bares, iluminação e pela Avenida Beira-Mar", sugerindo a recuperação do cordão de dunas mediante a retirada de estruturas e plantio de espécies fixadoras de dunas";

b) Diagnóstico Ambiental da orla marítima do setor centro-norte do litoral do Estado de Santa Catarina (do qual faz parte Meia Praia Itapema), promovido pelo MPF (2005, em anexo) e realizado pela Bióloga Dra. Cláudia Santos, ex-integrante da Assessoria Técnica do MPF, no qual verificou-se tratar-se de praia urbana verticalizada, com cordão de dunas e vegetação praticamente ausente, com "alto potencial de poluição sanitária, estética e visual".

IX - CONSIDERANDO que, com base no referido EIA-RIMA e projeto respectivo (Parque Linear) poderão ser levados a cabo, perante o IBAMA e GRPU, os processos de análise e concessão de uso por parte da União Federal, a fim de viabilizar as atividades do Município na implantação das obras e recuperação da restinga;

X - CONSIDERANDO que a apresentação do EIA-RIMA e a autorização pelos órgãos públicos federais e ambientais são requisitos meramente formais, exigidos pela Constituição Federal e pelas leis ambientais, mas que não exaurem as questões atinentes à efetiva defesa do meio ambiente e prevenção de danos à natureza, devendo ter seguimento a fiscalização pelo MPF e órgãos federais e ambientais relativamente à execução dos projetos (de implantação de estruturas e de recuperação de restinga);

A

B:



bem como a Lei n 6.938/81, faz constar que: *Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor a ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.*

XII - CONSIDERANDO que a Lei nº 7.347/85, em seu artigo 5º, §6º, faculta ao Ministério Público Federal tomar dos interessados **compromissos de ajustamento de sua conduta**, com eficácia de título executivo extrajudicial;

De um lado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, representado pelo Procurador da República **Marcelo da Mota**, doravante denominado **compromissário**, e de outro **IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, GRPU - Gerência Regional de Patrimônio da União, MUNICÍPIO DE ITAPEMA e FAACI - Fundação do Meio Ambiente de Itapema**, doravante denominada **compromitentes**, celebram neste ato **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, mediante as seguintes cláusulas:

a) O Município de Itapema submeterá à apreciação da GRPU, para fins de concessão de uso e autorização de construção, o Projeto de Parque Linear apresentado nesta data em reunião na Procuradoria da República, fruto do debate entre as partes envolvidas, submetendo os processos respectivos à anuência final da Gerência Executiva do IBAMA/SC e Procuradoria da República em Itajaí, ficando o IBAMA dispensado da emissão de novo Parecer técnico, tendo em vista a ampla discussão entre os órgãos públicos competentes acerca do EIA-RIMA e projetos apresentados pelo Município.

Gerente Executivo do IBAMA/SC	GRPU
 ADILSON MACHIAVELLI Presidente da FAACI	 ANDRÉ BEVILAQUA Procurador do Município de Itapema

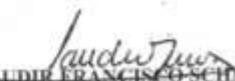


MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERÊNCIA REGIONAL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA
Praça XI de Novembro, nº 336, Centro, Florianópolis-SC, CEP: 88010-400, Fone/Fax n.º (48) 224-3399

CERTIDÃO Nº 03/2007-GRPU/SC

Certificamos para os devidos fins que a Prefeitura Municipal de Itapema/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n. 82.572/207/0001-03, com sede na Avenida Nereu Ramos, 134, Centro, Município de Itapema/SC, requereu a esta Gerência Regional a cessão de uso de área de domínio da União, com área de 70.792,93m², perfazendo um perímetro total de 7.525,75m, localizada na Meia Praia, entre as ruas 205 e 323, com a finalidade de implantação de Parque Linear, com construção de ciclovia e passeio público, implantação de áreas arborizadas, equipamento de lazer e quiosques, com estimativa de população atendida que varia de 35.900 a 500 mil pessoas, na alta temporada, conforme consta do processo 04972.001255/2007-38. Ressaltamos ainda que a implantação do referido projeto foi acertada no âmbito do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta, firmado entre o Ministério Público Federal em Itajaí/SC, o IBAMA, a Prefeitura Municipal de Itapema/SC e a Gerência do Patrimônio da União em Santa Catarina, datado de 19 de abril de 2007, e autuado no Procedimento Administrativo n. 1.33.008.000257/2005-16. Nada mais havendo a constar eu, Wagner Anibal de Oliveira, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – matrícula 1310656, redigi a presente Certidão, a qual vai visada pelo Senhor Gerente Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, em dezessete de maio de dois mil e sete (17/05/2007).

DOCUMENTO FORNECIDO GRATUITAMENTE. NÃO É VÁLIDO COM RASURA


LAUDIR FRANCISCO SCHMITZ
Gerente Regional do Patrimônio da União em
Santa Catarina

ANEXO B – Contrato de cessão de uso sob a forma de utilização gratuita



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA

Praça XV de Novembro, 336, Centro, Florianópolis - SC, CEP 88010-400, Fone/fax n.º (0xx48) 224-5399
Site na internet: www.spu.planejamento.gov.br

LIVRO N.º 08 - DIVERSOS
FLS. 136

CONTRATO DE CESSÃO DE USO, SOB A FORMA DE UTILIZAÇÃO GRATUITA, de área de domínio da União constituída por terreno de marinha e acrescidos, com 70.792,93m², situada na orla da Meia Praia, entre as ruas 205 a 323, no Município de Itapema/SC, destinada à implantação do Parque Linear, que entre si celebram, como **OUTORGANTE** Cedente, a **UNIÃO**, e, como **OUTORGADO** Cessionário, o **MUNICÍPIO DE ITAPEMA/SC**, conforme o processo n.º 04972.001255/2007-38.

Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e oito (23/01/2008), na Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, situado na Praça XV de novembro, 336, Centro, CEP 88010-400, compareceram partes entre si justas e acordadas, a saber: de um lado, como **OUTORGANTE CEDENTE** do presente instrumento, a **UNIÃO**, representada neste ato, de acordo com inciso V, do art. 14, do Decreto-lei n.º 147, de 03 de fevereiro de 1967, pela **Senhora Procuradora-Chefe da Fazenda Nacional em Santa Catarina, Dra. MARIA DA GRAÇA HAHN MANTOVANI**, e do outro lado, como **OUTORGADO CESSIONÁRIO**, o **MUNICÍPIO DE ITAPEMA -SC**, neste ato, representado por Sua Excelência o Senhor **SABINO BUSSANELLO, Prefeito Municipal**, residente e domiciliado no Município de Itapema - SC, e as presentes testemunhas qualificadas e assinadas ao final do presente contrato. E, na presença das mesmas testemunhas, foi pela **OUTORGANTE** cedente, por seu representante legal, dito:

Cláusula Primeira- que a União Federal é senhora e legítima possuidora da área terrestre com 70.792,93m², caracterizada como terreno de marinha e acrescido, localizada na orla da Meia Praia, entre as Ruas 205 e 323, Município de Itapema/SC, por força do art. 1.º, letra "a", do Decreto-lei n.º 9.760/46, e do art. 20, incisos IV e VII, da Constituição Federal de 1988.

Cláusula Segunda - que a poligonal fechada da área antes mencionada, com 70.792,93m² e perímetro de 7.525,75m, assim se descreve: Partindo do ponto **V-00**, georreferenciado pelo Sistema Geodésico Brasileiro (SGB). DATUM-SAD 69, MC 51°W, situado no limite das confrontações de terras de marinha e coordenadas Plano Retangulares, sistema U.T.M N: 6998420.2482 e E: 737172.8089, segue-se em linha reta confrontando-se com terras de marinha, com azimute plano de **148°11'39"** e distância **15,65 metros** até encontrar o ponto **V-01**, situado no limite das confrontações de terras de marinha, com coordenadas UTM N: 6998406.9463 e E: 6998406.9463. Deste, segue em linha reta com Azimute plano de **154°16'49"** e distância **675,28 metros** até encontrar o ponto **V-03**, situado nas confrontações de terras de marinha, coordenadas UTM N: 6997798.2050 e E: 737474.21840. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **151°36'31"** e distância de **195,98 metros** até encontrar o ponto **V-04**, situado nas confrontações de terras de marinha, com coordenadas UTM N: 6997625.7971 e E: 737567.4411.

Assinatura manuscrita



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA

Praça XV de Novembro, 336, Centro, Florianópolis - SC, CEP 88010-400, Fone/fax n.º (0xx48) 224-0389
Site na Internet: www.spu.planejamento.gov.br

LIVRO N.º 08 - DIVERSOS
FLS. 137

Deste, segue em linha reta com azimute plano de **151°52'26"** e distância de **86,75 metros** até encontrar o ponto **V-05**, situado nas confrontações de terras de marinha, com coordenadas UTM N: 6997549.2907 e E: 737608.3665. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **146°56'19"** e distância de **413,84 metros** até encontrar o ponto **V-06**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N:6997202.4546 e E: 737834.1340. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **143°33'38"** e distância de **564,12 metros** até encontrar o ponto **V-07**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6996748.3360 e E: 738168.8095. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **142°41'22"** e distância de **540,40 metros** até encontrar o ponto **V-08**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6996318.5165 e E: 738496.3695. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **143°18'55"** e distância de **258,04 metros** até encontrar o ponto **V-09**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6996111.5840 e E: 738650.5268. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **139°29'25"** e distância de **312,43 metros** até encontrar o ponto **V-10**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6995.874.0429 e E: 738853.4722. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **137°35'24"** e distância de **598,29 metros** até encontrar o ponto **V-11**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6995432.2997 e E: 739256.9820. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **167°58'36"** e distância de **77,16 metros** até chegar no ponto **V-12**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6995356.8256 e E: 739273.0566. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **324°2'24"** e distância de **110,10 metros** até encontrar o ponto **V-13**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6995445.9515 e E: 739208.3979. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **318°13'28"** e distância de **100,28 metros** até encontrar o ponto **V-14**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6995520.9362 e E: 739141.4113. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **317°56'39"** e distância de **61,30 metros** até encontrar o ponto **V-15**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N:6995567.7431 e E: 739095.9614. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **320°52'11"** e distância de **91,94 metros** até encontrar o ponto **V-16**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6995637.7791 e E :739042.3193. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **232°51'34"** e distância de **17,54 metros** até encontrar no ponto **V-17**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6995627.1846 e E: 739028.3314. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **319°53'14"** e distância de **186,65 metros** até encontrar o ponto **V-18**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6995769.9318 e E: 738908.0725. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **321°4'49"** e distância de **360,86 metros** até encontrar o ponto **V-19**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6996050.6911 e E: 738081.3697. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **322°7'35"** e distância de **334,94 metros** até encontrar o ponto **V-20**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6996315.0863 e E: 738475.7394. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **323°55'6"** e distância de **88,65 metros** até encontrar o ponto **V-21**, situado nas confrontações de terras de marinha, com coordenadas UTM N: 6996386.7369 e E: 738423.5262.

[Assinatura] 26
2



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA

Praça XV de Novembro, 336, Centro, Florianópolis - SC, CEP 88010-400, Fone/fax n.º (Dxx48) 224-5399
Site na Internet: www.spu.planejamento.gov.br

LIVRO N.º 08 - DIVERSOS
FLS. 138

Deste, segue em linha reta com azimute plano de **312°13'51"** e distância de **81,97 metros** até encontrar com o ponto **V-22**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6996450.6530 e E: 738372.1930. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **323°45'42"** e distância de **178,60 metros** até encontrar o ponto **V-23**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6996594.7093 e E: 738266.6119. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **323°13'35"** e distância de **83,81 metros** até encontrar o ponto **V-24**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6996660.9599 e E: 738215.2717. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **326°1'46"** e distância de **108,03 metros** até encontrar com o ponto **V-25**, situado em terras de marinha com coordenadas UTM N: 9669750.5587 e E: 735184.9038. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **312°58'32"** e distância de **25,16 metros** até encontrar o ponto **V-26**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6996767.7118 e E: 738136.4937. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **323°2'52"** e distância de **180,28 metros** até encontrar o ponto **V-27**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6996911.7859 e E: 738028.1142. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **324°40'56"** e distância de **114,98 metros** até encontrar o ponto **V-28**, situado nas confrontações de terras da marinha com coordenadas UTM N: 6997005.6123 e E: 737961.6378. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **323°3'20"** e distância de **214,07 metros** até encontrar o ponto **V-29**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6997176.7054 e N: 737832.9701. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **325°55'23"** e distância de **49,49 metros** até encontrar o ponto **V-30**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6997218.0738 e E: 737804.9858. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **326°30'10"** e distância de **112,48 metros** até encontrar o ponto **V-31**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6997311.8745 e E: 737742.9070. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **327°7'19"** e distância de **59,24 metros** até encontrar o ponto **V-32**, situado nas confrontações de terras marinha com coordenadas UTM N: 6997361.6289 e E: 737710.7465. Deste, segue em linha reta com Azimute plano de **328°52'7"** e distância de **62,58 metros** até encontrar o ponto **V-33**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6997415.2038 e E: 737678.3881. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **327°2'39"** e distância **85,61 metros** até encontrar o ponto **V-34**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6997487.0397 e E: 737631.8160. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **322°5'39"** e distância de **43,62 metros** até encontrar o ponto **V-35**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6997521.4593 e E: 737605.0155. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **333°10'17"** e distância de **164,73 metros** até encontrar o ponto **V-36**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 96997668.4634 e E: 737530.6658. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **329°41'7"** e distância de **109,40 metros** até encontrar o ponto **V-37**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6997762.9066 e E: 737475.4451. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **332°31'4"** e distância de **82,52 metros** até encontrar o ponto **V-38**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6997836.1195 e E: 737437.3618. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **332°5'22"** e distância de **32,97 metros** até encontrar o ponto **V-39**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6997865.2555 e E: 737421.9281.

[Assinatura] 26 3



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA

Praça XV de Novembro, 336, Centro, Florianópolis - SC, CEP 88010-400, Fone/fax n.º (0xx48) 224-5398
Site na internet: WWW.spu.planejamento.gov.br

LIVRO N.º 08 - DIVERSOS
FLS. 139

Deste, segue em linha reta com azimute plano de **234°11'7"** e distância de **4,98 metros** até encontrar o ponto **V-40**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N:6997862.3414 e E: 737417.8898. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **333°46'43"** e distância de **123,86 metros** até encontrar o ponto **V-41**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6997973.4577 e E: 737363.1626. Deste, em linha reta com azimute plano de **330°54'14"** e distância de **76,92 metros** até encontrar o ponto **V-42**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N:6998040.6807 e E: 737325.7527. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **353°23'19"** e distância de **9,46 metros** até encontrar o ponto **V-43**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6998050.0830 e E: 737324.6629. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **336°37'4"** e distância de **90,12 metros** até encontrar o ponto **V-44**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6998132.8024 e E: 737288.8973. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **334°4'44"** e distância de **81,95 metros** até encontrar o ponto **V-45**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6998206.5116 e E: 737253.0724. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **335°20'6"** e distância de **102,64 metros** até encontrar o ponto **V-46**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6998299.7955 e E: 737210.2356. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **324°38'11"** e distância de **9,40 metros** até encontrar o ponto **V-47**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N:6998307.4681 e E: 737204.7902. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **340°30'48"** e distância de **11,74 metros** até encontrar o ponto **V-48**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N:6998318.5375 e E: 737200.8732. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **335°19'3"** e distância **84,54 metros** até encontrar o ponto **V-49**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6998395.3597 e E: 737165.5675. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **277°53'23"** e distância de **11,48 metros** até encontrar o ponto **V-50**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N:6998396.9366 e E: 737154.1882. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **324°27'10"** e distância de **8,78 metros** até encontrar o ponto **V-51**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6998404.0846 e E: 737149.0807. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **52°56'4"** e distância de **20,87 metros** até encontrar o ponto **V-52**, situado nas confrontações de terras de marinha com coordenadas UTM N: 6998416.6665 e E:737165.7379. Deste, segue em linha reta com azimute plano de **63°8'11"** e distância de **7,92 metros** até encontrar o ponto **V-00**, ponto inicial da descrição deste perímetro;

Clausula Terceira - responderá o **OUTORGADO** Cessionário, judicial e extrajudicial, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata a Portaria n.º 290, de 29 de agosto de 2007, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada na Seção 1, páginas 132 e 133, do Diário Oficial da União n. 168, de 30 de agosto de 2007, com retificação publicada na Seção 1, página 122, do Diário Oficial da União n. 250, de 31 de dezembro de 2007;

[Assinatura manuscrita]



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA

Praça XV de Novembro, 336, Centro, Florianópolis – SC, CEP 88010-400, Fone/fax n.º (0xx48) 224-5399
Site na internet: www.spu.planejamento.gov.br

LIVRO N.º 08 - DIVERSOS
FLS.: 140

Cláusula Quarta – que tendo em vista o disposto na citada Portaria n.º 290, de 29 de agosto de 2007, e correspondente retificação publicada no D.O.U. de 31 de dezembro de 2007, e, com fundamento no art. 2.º, inciso II, da Portaria MP n.º 144, de 09 de julho de 2001, e no art. 18 da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, é feita a **CESSÃO DE USO, SOB A FORMA DE UTILIZAÇÃO GRATUITA**, da área antes descrita, sem benfeitorias, que se destina à implantação do **PARQUE LINEAR DA ORLA DA MEIA PRAIA**, conforme os documentos e peças técnicas que integram o processo 04972.001255/2007-38;

Cláusula Quinta – que a presente cessão de uso não autoriza a construção de quiosques comerciais na orla da Meia Praia, no Município de Itapema/SC, para a qual a Prefeitura Municipal deverá obrigatoriamente apresentar novo e específico requerimento de cessão de uso, sob a forma de utilização onerosa;

Cláusula Sexta – que o prazo de início da implantação do projeto será de 1 (um) ano e o prazo de sua conclusão será de 5 (cinco) anos, contados da data da assinatura deste contrato. O prazo de vigência da cessão será de 10 (dez) anos contado, da mesma forma, da data da assinatura deste contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, conforme estipulado no art. 3.º da aludida Portaria n.º 290, de 29 de agosto de 2007;

Cláusula Sétima – considerar-se-á rescindido o presente contrato de Cessão, independentemente de ato especial, retornando o imóvel à **OUTORGANTE** Cedente, sem direito ao **OUTORGADO** Cessionário, a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, nos seguintes casos: **a)** – se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que lhe foi prevista, conforme estabelecida na Cláusula Quarta deste Contrato; **b)** – se houver inobservância dos prazos estabelecidos na Cláusula Sexta deste Contrato; **c)** – se ocorrer inadimplemento das demais cláusulas contratuais; **d)** – se o **OUTORGADO** Cessionário renunciar à Cessão, deixar de exercer as suas atividades específicas, ou ser extinto;

Cláusula Oitava – que o **OUTORGADO** Cessionário se obriga, perante a Gerência Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina a: **a)** – apresentar previamente ao início da implantação do projeto os dados técnicos e cadastrais das ocupações existentes de frente à área solicitada, na orla da Meia Praia, de modo que esta Gerência Regional possa, se necessário, proceder à revisão das inscrições de ocupação porventura existentes e que apresentem interferência com a área cedida; **b)** implantar o projeto de acordo com as Cláusulas deste Contrato; **c)** apresentar, sempre que solicitado, informações a respeito da implantação do Parque Linear, em quaisquer aspectos; **d)** – comunicar, nas hipóteses de renunciar à Cessão, deixar de exercer as suas atividades específicas ou se extinguir;

Cláusula Nona: - que os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes deste contrato de cessão e da legislação pertinente;

Cláusula Décima: - que, em virtude do acordado, obriga-se o **OUTORGADO** Cessionário a confeccionar e afixar em local visível ao público, por sua conta, placa que divulgue a Cessão do imóvel pela União, de acordo com a Instrução Normativa n.º 27, de 22 de maio de 2002, em conformidade com as orientações emanadas pela Portaria SPU n.º 122, de 13 de junho de 2000, e

26 5
H



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA

Praça XV de Novembro, 336, Centro, Florianópolis – SC, CEP 88010-400, Fone/fax n.º (0xx48) 224-5399
Site na Internet: www.spu.planejamento.gov.br

LIVRO N.º 08 - DIVERSOS
FLS. 141

Manual de Uso da Marca do Governo Federal, editado pela Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República (SECOM) e do Manual de Placas da SPU, disponíveis na Internet, nos endereços <http://www.planalto.gov.br/marca.htm> e <http://planejamento.gov.br/spu/index.htm>;

Pelo **OUTORGADO** Cessionário, por intermédio de seu representante, ante às testemunhas presentes a este ato foi dito que aceitava o presente contrato, em todos os seus termos e sob o regime estabelecido, para que produza os devidos efeitos jurídicos. E, assim, por se acharem ajustados e contratados, assinam a **UNIÃO**, como **OUTORGANTE** Cedente, e o **MUNICÍPIO DE ITAPEMA - SC**, como **OUTORGADO** Cessionário, através de seu representante, juntamente com as testemunhas presentes a todo o ato, e depois do lido e achado conforme o presente instrumento o qual é lavrado em livro próprio da Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, valendo o mesmo como Escritura Pública, por força do art. 10 da Lei n.º 5.421, de 25 de abril de 1.968. Nestes termos, eu, Wagner Anibal de Oliveira, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Matrícula SIAPE 1310656, lavrei este **CONTRATO DE CESSÃO DE USO, SOB A FORMA DE UTILIZAÇÃO GRATUITA**, o qual é visado pela Senhora Isolde Espindola, Gerente Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina.

OUTORGANTE:
União

Maria da Graça Hahn Mantovani
MARIA DA GRAÇA HAHN MANTOVANI
Procuradora-Chefe da Fazenda Nacional/SC

OUTORGADO:
Município de Itapema – SC

Sabino Bussanello
SABINO BUSSANELLO
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Jose Luiz F. Cruz
JOSE LUIZ F. CRUZ
Chefe do SEPREG/GRPU/SC

Jorge Luiz Roque
JORGE LUIZ ROQUE
Agente Administrativo – SEPREG/GRPU/SC

ANEXO C – Convite do Seminário de Sensibilização do Projeto Orla



Itapema-SC, 14 de junho de 07.

CONVITE

A Administração Municipal de Itapema/SC vem convidá-lo(a) à participar do **Seminário de Mobilização do Projeto Orla**, o qual faz parte do Programa de Gerenciamento Costeiro e Marinho do Ministério do Meio Ambiente - GERCOM, que visa programar para o Município as intervenções e revitalizações necessárias em toda a Orla.

O Seminário terá a seguinte programação:

Sexta-feira, dia 22/06/2007: Abertura do evento às 19h com a presença de autoridades federais, estaduais e municipais, comunidade Itapemense, órgãos de estudo e pesquisa. Apresentação do Projeto Orla.

Sábado, dia 23/06/2007: das 8h30 às 18 h, serão discutidas as Leis incidentes sob a Orla municipal e apresentadas as políticas públicas do município para a Orla de Itapema, bem como demais projetos de iniciativa pública e privada que fazem parte deste contexto.

Sabino Bussanello
Prefeito Municipal de Itapema

Favor confirmar presença pelo fone: (47) 3368-2486 (com Lu ou Kica), ou pelo e-mail turismo@itapema@yahoo.com.br



Como diz o lema, apresentado pelo Projeto de Lei nº 1.012, de 2006, do Governador Fátima e encaminhado pelo Vereador de São Antonio (MSP), e pelo Secretário de Planejamento do Estado (SEPLA), a mobilização para a melhoria da infraestrutura de uma cidade que beneficia o cidadão e o desenvolvimento econômico e social é uma das prioridades do governo estadual. O projeto de lei estabelece a criação de uma comissão para avaliar a situação da infraestrutura urbana e propor a melhoria da infraestrutura urbana e social da Zona Costeira Brasileira.

Portanto, a administração pública estadual, através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Social e Urbano, realizará o Seminário de Mobilização do Projeto Orla Dias 22 e 23 de junho de 2007.

Como diz o lema, apresentado pelo Projeto de Lei nº 1.012, de 2006, do Governador Fátima e encaminhado pelo Vereador de São Antonio (MSP), e pelo Secretário de Planejamento do Estado (SEPLA), a mobilização para a melhoria da infraestrutura de uma cidade que beneficia o cidadão e o desenvolvimento econômico e social é uma das prioridades do governo estadual. O projeto de lei estabelece a criação de uma comissão para avaliar a situação da infraestrutura urbana e propor a melhoria da infraestrutura urbana e social da Zona Costeira Brasileira.

VENHA PARTICIPAR E DISCUTIR O QUE QUEREMOS PARA A CIDADE

Seminário de Mobilização do Projeto Orla DIAS 22 e 23 de junho de 2007.

Programação do Seminário

Segunda - 22/06/2007
Abertura do evento às 19h com a presença de autoridades. Aulas, estudos e trabalhos, minicursos. Encerramento - Jantar de confraternização.

Terça - 23/06/2007
das 08:00 às 16h.

Trabalhos de grupo, minicursos e apresentações. Ao término, almoço de confraternização e Orla de Espetáculos. Após o almoço, haverá a programação de encerramento do evento com a presença de autoridades locais e estaduais que haverá uma festa comemorativa.

Para confirmar presença, entrar em contato com o telefone (11) 3366-2446 ou e-mail seplap@seplap.sp.gov.br ou seplap@seplap.sp.gov.br

* O seminário é gratuito e a taxa de inscrição não será cobrada de nenhum participante. O local do seminário será o Centro de Convenções de São Antonio do Sul, Rua São João, 100, São Antonio do Sul, SP. O endereço completo será informado posteriormente.